

# **MOVIMENTO**

CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

---

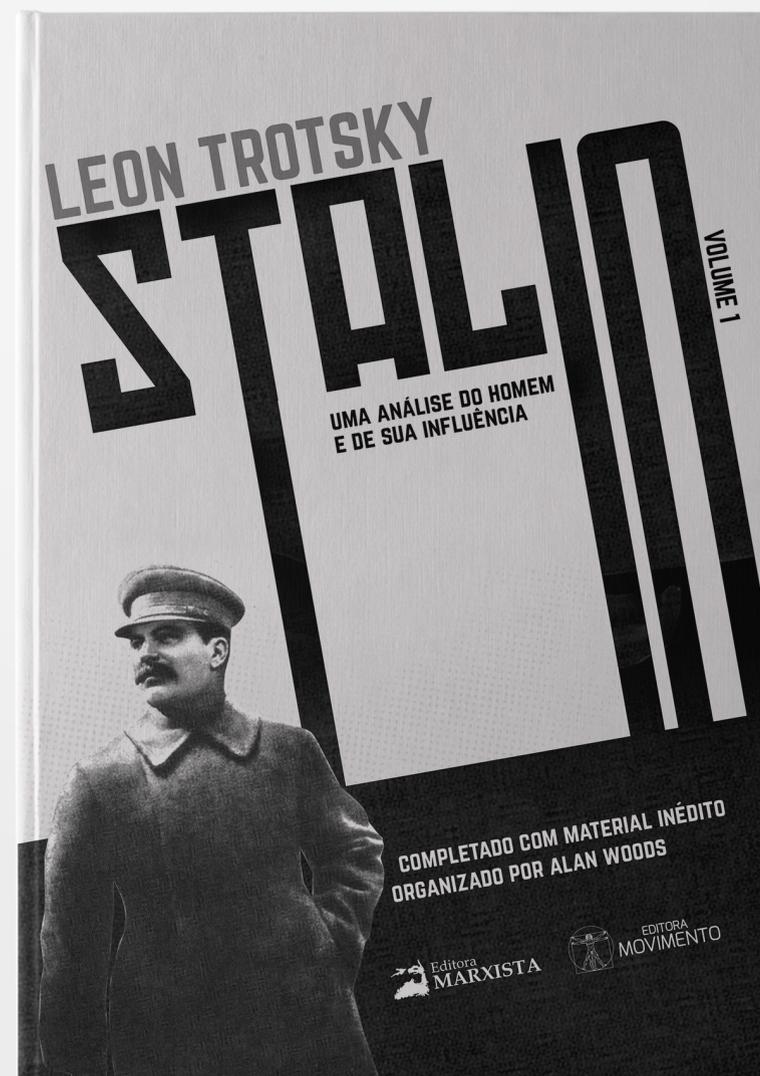
ANO 2. N.6. JUL./SET. 2017.

LANÇAMENTO DO LIVRO

# STALIN

ÚLTIMA OBRA INÉDITA DE

# TROTSKY

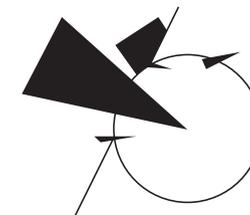


# MOVIMENTO

CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

---

ANO 2. N.6. JUL./SET. 2017.



EDITORA MOVIMENTO

## ÍNDICE

**Editores** Etevaldo Teixeira  
Roberto Robaina  
**Diretor** Thiago Aguiar  
**Responsável** Movimento Esquerda Socialista

**Projeto gráfico e diagramação** Adria Meira  
**Capa** Adria Meira  
*sobre gravura “Bata os Brancos com a  
Cunha Vermelha” (1919) de El Lissitzky*

**Revisão** Flavia Brancalion  
Giovanna Marcelino

**Periodicidade** Trimestral | 6ª edição. Ano 2017.

**Autores que contribuem nesta edição:** Alvaro Bianchi, Angela Davis, Charles Rosa, Daniela Mussi, Edgardo Lander, Kevin Murphy, Luciana Genro, Maycon Bezerra, Pedro Fuentes, Perry Anderson, Thiago Aguiar

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda  
Socialista. ano 2, v.1, n.6 (out/dez.2017) - Porto  
Alegre : Movimento, 2017.

Trimestral.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo – Brasil. 2. Marxismo– Mundo.  
3. Socialismo. 4. Política – Brasil. 5. Política –  
Internacional.

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva  
CRB10/1813

Editora Movimento  
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago  
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

Impresso no Brasil  
2017

### APRESENTAÇÃO

100 anos depois de Outubro, a luta pelo socialismo é ainda  
mais atual 9  
*Thiago Aguiar*

### 100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

As origens e os significados do stalinismo 15  
*Kevin Murphy (Tradução de Daniela Mussi)*

### NOVAS ACUSAÇÕES CONTRA TEMER E A REAÇÃO DA CASTA: É O FIM DA LAVA JATO?

Combater a corrupção e os ataques dos de cima com  
organização e mobilização dos de baixo 35  
*Luciana Genro*

### ANGELA DAVIS NO BRASIL

“A liderança feminista negra é fundamentalmente coletiva” 47  
*Intervenção de Angela Davis na UFBA*

### INTERNACIONAL

Povo catalão versus monarquia espanhola: Uma rebelião  
democrática comove o mundo 59  
*Pedro Fuentes e Charles Rosa*

O centro pode aguentar 71  
*Perry Anderson*

Venezuela: a experiência bolivariana na luta para  
transcender o capitalismo 101  
*Edgardo Lander*

### TEORIA

O léxico de Gramsci: filosofia da práxis, Estado e sociedade  
civil, sociedade regulada 159  
*Alvaro Bianchi*

O marxismo descolonial de Florestan Fernandes e a esquerda socialista do século XXI <i>Maycon Bezerra</i>	175
<b>DOCUMENTOS</b>	
Plataforma sindical anticapitalista <i>MES Sindical</i>	197
É hora de fazer do PSOL uma alternativa <i>MES, Mandato Carlos Giannazi e Somos Viamão</i>	227

## 100 anos depois de Outubro, a luta pelo socialismo é ainda mais atual

Thiago Aguiar<sup>1</sup>

Apresentamos a sexta edição de nossa Revista Movimento num momento especial. Por todo o mundo, a militância socialista, os ativistas dos movimentos sociais, a intelectualidade e até a imprensa burguesa e seus analistas realizam debates sobre os significados e o legado da grande Revolução de Outubro de 1917, quando as massas russas, organizadas em sovietes, reagiram à opressão do czarismo, ao desastre da guerra e à fome tomando em suas mãos o poder e realizando a ousadia histórica de construir uma nova forma de organizar o Estado, a economia e as relações sociais. A sua frente, uma organização, liderada por gigantes como Lênin e Trotsky, que combinaram sólidos alicerces teóricos marxistas, uma compreensão profunda do estágio da luta de classes, do capitalismo internacional e da realidade russa com a disposição de resistir à autocracia Romanov nas condições mais difíceis da clandestinidade, das prisões, do exílio e da guerra. Com os bolcheviques, após anos de lutas políticas entre partidos e tendências do movimento socialista, milhões de operários, camponeses e soldados ergueram a República dos Sovietes, imediatamente acossada pela oposição militar interna e por exércitos de potências estrangeiras.

A história que se seguiu, apesar de conhecida, segue sendo objeto de discussão e polêmica, demonstrando que a Revolução Russa segue sendo o maior acontecimento da história da humanidade e que as lutas do futuro ainda trarão uma nova compreensão dos feitos heroicos da classe trabalhadora russa, que mostraram às gerações futuras não haver nada em nenhuma escritura divina ou na natureza – parafraseando o revolucionário argentino Nahuel Moreno – que determine a impossibilidade

<sup>1</sup> Diretor da revista Movimento.

da vitória daqueles, em todo o mundo, que produzem a riqueza material e espiritual de nossa espécie.

Sem pretender nesses curtos parágrafos acrescentar algo a esta interessante reapropriação da história e das lições de Outubro que tem tido curso nos últimos meses, gostaria apenas de assinalar que, com nossa publicação, temos pretendido dar nossa modesta contribuição à elaboração e à difusão de ideias e da crítica a serviço das lutas das trabalhadoras e trabalhadores, da juventude, de negras e negros, e LGBTs. Com nosso novo sítio *movimentorevista.com.br*, lançado em conjunto com a última edição impressa, temos diariamente oferecido espaço a elaborações próprias de nossos colaboradores e traduzido o que de melhor tem circulado nas publicações socialistas internacionais.

Para marcar esta importante efeméride do centenário da Revolução Russa de Outubro de 2017, nossa Editora Movimento lançou, em conjunto com a Editora Marxista, o livro *Stalin*, de León Trotsky. Pode-se dizer sem qualquer exagero que se trata da última obra inédita de Trotsky em português, já que as edições anteriores estavam baseadas na tradução dos anos 40 realizada por Charles Malamuth, cheia de distorções e omissões. Nossa edição beneficiou-se do intenso trabalho coordenado por Alan Woods, que retornou aos originais de Trotsky depositados na Universidade Harvard para recuperar o material até então inédito. Realizamos bem-sucedidos eventos de lançamento de nosso livro em São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Florianópolis e Curitiba e, em breve, o livro estará disponível em todo o país.

Após a publicação, em nossa quarta edição, de um dossiê sobre a Revolução Russa, trazemos, neste número 6 da Revista Movimento, um artigo inédito de Kevin Murphy, professor de História Russa na Universidade de Massachusetts, traduzido por Daniela Mussi, sobre as origens do stalinismo, fruto de longa e rigorosa pesquisa do autor. O artigo oferecerá ao leitor um interessante e inovador ponto de vista sobre a ascensão do stalinismo, a coletivização forçada no campo e o papel dos

“kulaks” no debate político do período.

As novas denúncias contra Michel Temer e a cúpula corrupta do PMDB são objeto da atenção de Luciana Genro, que escreve sobre o tema, após semanas de especulações na imprensa sobre o “fim da Lava Jato”, por conta da intensa pressão da casta política contra as investigações de corrupção.

Para marcar as comemorações do mês da consciência negra, em novembro, reproduzimos a vibrante intervenção realizada por Angela Davis na Universidade Federal da Bahia no último mês de julho.

Na seção internacional, abordamos temas candentes da situação mundial. Charles Rosa e Pedro Fuentes assinam artigo de análise sobre a luta pela independência da Catalunha, luta democrática fundamental que deve ser estudada e apoiada pelos socialistas de todo o mundo, contra a qual se erguem a monarquia Bourbon espanhola, o capital europeu e a burocracia de Bruxelas, além dos inúmeros laçaios saudosos do colonialismo ibérico em nosso continente. Ainda sobre a Europa, traduzimos artigo de Perry Anderson, originalmente publicado na *New Left Review*, com uma análise sobre a vitória de Emmanuel Macron, a situação da luta política francesa em perspectiva histórica e a resiliência do “centro” neoliberal europeu. Na América Latina, mais uma vez nossa publicação abre espaço para a situação venezuelana, com um longo artigo do sociólogo Edgardo Lander com um balanço do processo bolivariano e da crise do país com a degeneração promovida pelo governo de Maduro.

Nossa seção teórica publica a primeira parte da introdução ao pensamento do comunista italiano Antonio Gramsci elaborada especialmente para a Revista Movimento por Alvaro Bianchi, após a realização dos cursos promovidos por nossa revista e pela Rede Emancipa sobre o pensamento gramsciano em São Paulo e Porto Alegre. Na edição seguinte, publicaremos a segunda parte deste instigante e inédito material. Além disso, na seção, também publicamos artigo cuidadoso de Maycon Bezerra sobre a vida e a

obra intelectual e política de Florestan Fernandes, a quem, em tempos como os que vivemos, sempre há inspiração a buscar em defesa da Revolução Brasileira.

Finalmente, publicamos dois documentos: a Plataforma Sindical Anticapitalista, escrita pela militância sindical do Movimento Esquerda Socialista, com nossa concepção sobre a luta dos trabalhadores e o atual estágio do movimento sindical de nosso país; e nossa tese ao VI Congresso do PSOL, com a qual apresentamos nossas posições para que o partido, diante da crise em que se encontra o Brasil, possa converter-se numa alternativa aos ataques da burguesia e à corrupção da casta.

Boa leitura!

100 ANOS DA  
**REVOLUÇÃO RUSSA**

## As origens e os significados do stalinismo

Kevin Murphy<sup>1</sup>

Tradução de Daniela Mussi<sup>2</sup>

Quando o Segundo Congresso dos Soviets foi convocado, em 25 de Outubro de 1917, 505 dos 670 delegados chegaram comprometidos a transferir “todo o poder aos soviets”<sup>3</sup>. Estes deputados representavam por volta de 402 soviets locais de operários e soldados o que, incluindo as famílias, significava dezenas de milhões de pessoas. Vinte anos depois, o regime stalinista já havia aprisionado alguns milhões de prisioneiros políticos, sendo Stálin pessoalmente responsável pela ordem de prisão de algumas centenas de milhares, baseado em cotas *a priori*. O regime executara, entre 1937 e 1938, por volta de 680 mil pessoas. Intelectuais anticomunistas, aliás, fizeram carreira acadêmica buscando conectar 1917 e 1937, ou seja, ligando a existência da revolução ao sistema repressivo stalinista como seu resultado inevitável. Socialistas sempre recusaram esta afirmação, mas é preciso explicar a tragédia da Revolução Russa e como foi possível a emergência do regime stalinista.

Com a abertura dos arquivos, não precisamos mais especular a respeito do alcance e da brutalidade do regime stalinista. Este guardou registros detalhados das prisões, da repressão e das iniciativas populares contra estas políticas. Gostaria de sumarizar alguns dos eventos cruciais e os pontos de virada no desenvolvimento do stalinismo à luz das pesquisas que se valeram destes documentos. Gostaria ainda, e com algum senso de proporção, de reexaminar criticamente as controvérsias teóricas sobre a natureza do regime stalinista.

---

<sup>1</sup> Professor de História Russa na Universidade de Massachusetts.

<sup>2</sup> Pós-doutoranda do Departamento de Ciência Política da USP.

<sup>3</sup> Alexander Rabinowitch, *The Bolsheviks Come to Power* (New York, 1976) 291, 304. Apenas dois delegados votaram contra e doze se abstiveram. Os mencheviques e socialistas revolucionários de direita já haviam abandonado o congresso.

Para começar, lembro que devido ao atraso econômico da Rússia, a estratégia bolchevique da revolução se apoiava em uma revolta europeia. No Soviet de Petrogrado, em 25 de outubro de 1917, Lenin argumentou: “Seremos ajudados pelo movimento mundial da classe trabalhadora que já começa a se desenvolver na Itália, Grã-Bretanha e Alemanha”<sup>4</sup>. Esta perspectiva era compartilhada por todo dirigente bolchevique e repetida centenas de vezes, mesmo por Stálin em seu *Fundamentos do Leninismo* (1924): “Podemos vencer e assegurar a vitória definitiva do socialismo em um único país sem os esforços combinados de proletários dos diversos países avançados? Certamente não.” Sete meses depois, este argumento seria revisado: “Formalmente, a vitória da revolução em um país foi considerada impossível. Agora este ponto de vista não mais se encaixa nos fatos”<sup>5</sup>.

O prognóstico da Revolução Russa como *elo* de uma cadeia de revoltas europeias não se realizou. Por um tempo, em 1918, conselhos operários emergiram por toda a chamada Europa Central. Não cabe discutir estas revoltas aqui, mas para uma abordagem internacional da tragédia da Revolução Russa é fundamental lembrar da revolução alemã de 1918, das ocupações de fábrica na Itália em 1920 e assim por diante.

Também é preciso lembrar que os bolcheviques herdaram uma catástrofe econômica de grandes proporções. A triste realidade foi que, ao invés dos trabalhadores europeus conseguirem auxiliar a Revolução Russa, foram as classes dominantes europeias que conseguiram auxiliar a contrarrevolução, tanto por meio de intervenção militar direta, como por meio da ajuda aos exércitos brancos. Ao invés de guerra civil, o correto seria chamar a devastação de 1918 e 1920 por guerra imperialista, já que sem a ajuda externa as mirradas forças brancas seriam incapazes de construir um exército. Quando as forças brancas antissoviéticas se aproximaram de Rostov, na primavera de 1918, estas eram

essencialmente um corpo militar profissional sem um exército: dois terços dos 3.685 homens eram oficiais, incluindo 36 generais e 200 coronéis<sup>6</sup>. Por volta do final do verão de 1918, mais de 150 mil soldados estrangeiros estavam na Rússia oferecendo um apoio crucial às posições brancas em todo o *front* norte, Ucrânia e no Cáucaso. Cargueiros de aliados aos brancos incluíam centenas de milhares de rifles, mil peças de artilharia com milhões de morteiros, sete mil metralhadoras, duzentos aviões e uma centena de tanques. Muito deste apoio inicial vinha da Grã-Bretanha e França, mas o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Robert Lansing, convencera Woodrow Wilson a injetar secretamente dezenas de milhões de dólares nos exércitos brancos em um esforço por estabelecer um “governo russo estável” por meio de uma “ditadura militar”<sup>7</sup>.

Na medida em que as condições e mantimentos deterioraram, operários em Moscou, Petrogrado e outros centros se deslocaram para o campo em busca de comida. Em minha pesquisa, documentei o impacto da Guerra Civil entre trabalhadores na fábrica *Hammer and Sickle* [Martelo e Foice], em Moscou. Dos mais de 3 mil operários em 1917, apenas 772 estavam empregados nos meados de junho de 1920 e, devido a falta de combustível, a fábrica produzia apenas 2% do metal que produzia antes da guerra. A produção industrial na União Soviética ao final da guerra civil era por volta de um quinto daquilo que havia sido antes da guerra<sup>8</sup>. A classe trabalhadora industrial estava tão devastada – tanto numérica como politicamente – que Lenin chegou a declarar que o proletariado “deixara de existir como tal”<sup>9</sup>. Para os marxistas da época, isso significava um enigma teórico profundo.

Como materialistas, os marxistas precisam reconhecer que esta catástrofe social, econômica e política que durou sete anos de guerra e guerra civil tornou as possibilidades de construção

4 Lenin, *Collected Works* (Moscow 1972) vol. 26: 240.

5 Donny Gluckstein, *The Tragedy of Bukharin* (London, 1993) 120.

6 Bruce Lincoln, *Red Victory*, (New York 1989) 89.

7 David Foglesong, *America's Secret War Against Bolshevism, 1917-1920* (Chapel Hill, 1995), 87, 104.

8 Murphy, *Revolution and Counterrevolution*, 63-67.

9 Tony Cliff, Lenin vol. 3, *The Revolution Besieged*, (London, 1975) 115.

do socialismo muito frágeis. Por volta de 3 milhões de soldados foram mortos, 13 milhões de civis morreram prematuramente, a maioria durante as crises de fome e gripe entre 1921 e 1923<sup>10</sup>. Politicamente, os imperativos da guerra civil e a ruptura por parte dos socialistas com o poder soviético significaram para os bolcheviques, ao contrário de um sistema soviético pluralista, a substituição da democracia soviética dos operários e soldados pelo poder do partido. Em janeiro de 1921, Lenin declarou: “Devemos ter a coragem de encarar a verdade amarga. O partido está doente” e chamou o Estado que sobrevivera à guerra civil “um Estado operário com distorções burocráticas”<sup>11</sup>.

A amplitude desta distorção burocrática era enorme. Ao final da guerra civil, o Estado empregou quase seis milhões de funcionários, cinco vezes o número de operários industriais na época<sup>12</sup>. Foi por meio desta burocracia que Stálin construiu sua ditadura pessoal. O Partido Comunista detinha por volta de 400 mil funcionários partidários e muitos historiadores concordam hoje que, a partir de 1922, como Secretário Geral do Comitê Central, Stálin passou a usar sua posição administrativa em benefício próprio. Com uma equipe pessoal de mais de 600 pessoas na Secretaria do partido, Stálin foi capaz de construir uma rede leal de controle no interior do aparato partidário, indicando funcionários leais em todos os níveis, removendo dissidentes e usando a polícia secreta (GPU) contra opositores políticos<sup>13</sup>.

Para entender o stalinismo é preciso algum entendimento teórico a respeito das aspirações que a burocracia representava. Ao olhar para os vários volumes que Trotsky escreveu a respeito do stalinismo e da burocracia, é possível perceber que mudou sua posição muitas vezes, em uma forma de análise dinâmica e por vezes contraditória. Alguns de seus argumentos são muito mais úteis do que outros e alguns estão baseados em erros factuais

10 R.W. Davies, *Soviet Economic Development from Lenin to Khrushchev* (Cambridge 1998) 22.

11 V.I. Lenin, *Collected Works*, (Moscow 1965) vol. 32: 43.

12 Tony Cliff, *Lenin: Revolution Besieged* (London 1973) 158.

13 Stephen Kotkin, *Stalin* (New York, 214) 422-424.

grosseiros.

Em 1930, Trotsky argumentou sobre o stalinismo e a burocracia algo muito útil: “Stálin não criou o aparato. O aparato o criou”<sup>14</sup>. Esta noção do stalinismo como representação das aspirações da burocracia é muito útil, pois permite mapear a base social deste fenômeno. A autonomia relativa do Estado também era percebida por Lenin em março de 1922:

O Estado está em nossas mãos; mas ele operou a Nova Política Econômica da maneira que gostaríamos no último ano? Não... a máquina recusou a obedecer a mão que a guiava. Foi como um carro que não se dirigia para o destino desejado pelo motorista, mas na direção desejada por outro alguém; como se estivesse sendo dirigido por uma mão invisível, desgovernada, sabe Deus por quem, talvez um aventureiro, ou um capitalista privado, ou ambos. Seja como for, o carro não está indo exatamente na direção que o homem sobre as rodas imagina, e às vezes chega a ir em uma direção completamente distinta<sup>15</sup>.

Em 1928, Trotsky começa a definir a burocracia soviética como um regime bonapartista. Em *Estado e Revolução*, Lenin havia sumarizado o papel do Estado como um instrumento de exploração da classe oprimida, apesar de também citar Engels a respeito da “exceção”, em “momentos em que as classes em luta se equilibram a tal ponto que o poder ostensivamente mediador do Estado adquire, por um momento, um certo grau de independência de ambos”. Este seria o caso do bonapartismo do Primeiro e Segundo Impérios na França, de Bismarck na Alemanha e, completava Lenin, de Kerenski em 1917. Em 1928, Trotsky começou a descrever o regime stalinista dentro deste quadro teórico, como “kerenkismo reverso”. Este modelo resume muito de seu pensamento sobre o stalinismo, visto que Trotsky se referiu ao bonapartismo soviético em mais ou menos uma centena de artigos e entrevistas ao longo dos doze anos seguintes. Trotsky argumentaria mais tarde que, por volta de fins de 1924, o Termidor havia triunfado, ou seja, que o domínio stalinista sobre o partido a partir daí se tornara definitivo<sup>16</sup>.

14 Leon Trotsky, *Notebooks*, 1930, cited in Kotkin, *Stalin*, 424.

15 V.I. Lenin, *Collected Works*, (Moscow 1965) vol. 33: 279.

16 Tom Twiss, *Trotsky and the Problem of Soviet Bureaucracy* (London 2104).

Como mostrou Moshe Lewin, mesmo enfermo Lenin poderia ter resistido às políticas e usos do aparato por Stálin<sup>17</sup>. Também se sabe que os delegados bolcheviques do 10o Congresso do Partido, em março de 1921, haviam sido democraticamente eleitos com base na adesão a uma das três plataformas adversárias cujos programas foram publicados no *Pravda*, e que duas frações menores apresentaram suas próprias plataformas e a expuseram extensamente. Mesmo assim, a indicação por Lenin de Stálin como Secretário Geral e a política aprovada no congresso de banir certas frações contribuíram para o fortalecimento das tendências burocráticas no aparelho.

Como marxistas devem olhar para os primórdios do regime soviético e para suas “distorções burocráticas”, para usar as palavras de Lenin? A caracterização de Lenin é descritivamente correta, mas parece insuficiente para discutir o sistema nos termos de suas contradições e desenvolvimento nos anos 1920. Neste sentido, o modelo bonapartista de Trotsky parece útil para analisar o advento do stalinismo, mas é preciso ser usado criticamente. O modelo bonapartista descreve a autonomia relativa do Estado que oscila entre classes em conflito agudo. Trotsky argumentou que o Estado oscilava entre os interesses da classe operária, o que é parcialmente verdadeiro, e a pressão dos camponeses ricos ou “kulaks”, o que é incorreto. Em seus escritos tardios, Trotsky abandonou as referências aos kulaks e passou a enfatizar o Estado *em si mesmo* como uma classe em luta<sup>18</sup>.

Ainda que esta declaração tenha sido feita tardiamente, ela oferece um modelo para olhar para diferentes pressões sociais e para a base de apoio à Stálin durante a NEP, entre 1921 e 1928. Para tal, um modelo bonapartista revisado oferece um quadro teórico para a compreensão do desenvolvimento do stalinismo e das tendências adversárias no interior do aparelho durante toda a década de 1920. Contudo, é importante destacar o erro de

Trotsky na análise dos conflitos de classe, o não reconhecimento da burocracia como uma das classes em conflito e a definição dos “kulaks” como uma classe específica.

O ditame stalinista de 1924, “socialismo em um só país” era um apelo à estabilidade no interior do aparato. É preciso lembrar que enquanto Stálin construía sua máquina leal no interior do aparato, ele também era apoiador da NEP e das políticas sindicais que Lenin havia introduzido. Políticas, aliás, que viriam a colidir posteriormente com os interesses estatais. Apesar da catástrofe econômica da Guerra Civil, o Estado soviético iniciara uma série de políticas durante a NEP que eram explicitamente favoráveis aos trabalhadores e muito distintas das relações industriais capitalistas. No 10o Congresso do Partido, em março de 1921, a posição sindical de Lenin enfatizava a persuasão diante da coerção.

Em novembro de 1922, o Código do Trabalho estipulou que os salários seriam negociados por meio de acordos coletivos entre as corporações e os sindicatos, nos quais os trabalhadores teriam voz e o direito de ratificar os contratos. As Comissões dos Conflitos de Taxas (RKK), compostas por administradores e operários se encarregariam dos conflitos não contratuais; a jornada de trabalho se limitaria a 8 horas (6 horas para jovens); a hora-extra seria compensada em 150% em relação à hora normal; as mulheres receberiam licença maternidade remunerada equivalente a 16 semanas<sup>19</sup>.

O historiador E.H Carr descreveu este período como o do “compromisso difícil”, o que parece uma ideia útil se associada ao modelo bonapartista para descrever um contexto de “trégua” temporária de classe. Central para este compromisso era a garantia pelo Estado do aumento regular dos salários dos operários para que em 1926 estes se tornassem salários reais, tomando como medida aqueles de 1914, antes da guerra, quando a jornada de trabalho era ainda de 8 horas, e não 10<sup>20</sup>. As greves

17 Moshe Lewin, *Lenin's Last Struggle* (London, 1975).

18 Twiss, *Trotsky and the Problem of The Soviet Bureaucracy*, 367-439.

19 Murphy, *Revolution and Counterrevolution*, 83.

20 R.W. Davies, *The Industrialization of the Soviet Union 3: The Soviet Economy in Turmoil, 1929* (London, 1980)

durante a NEP eram resolvidas pela persuasão e arbitragem e não pela repressão. Relatórios mensais e regulares escritos para Stálin entre 1922 e 1928 mostram que em apenas cinco situações trabalhadores haviam sido presos durante greves e que 45% de todas as greves haviam sido encerradas pela concessão aos trabalhadores de algumas de suas demandas<sup>21</sup>. Evidências destes relatórios refutam a tese muito repetida da historiografia soviética do trabalho a respeito da repressão.

Na fábrica *Hammer and Sickle*, o sindicato dos metalúrgicos e o *zhenotdel* – a organização de mulheres – eram ambos simpáticos às preocupações dos trabalhadores no início da NEP, e muito menos por volta de 1928. O sindicato dos metalúrgicos lutou sistematicamente contra a administração a respeito de contratações, horas-extra, categorias salariais e questões relativas às diversas seções, a tal ponto que, em 1925, a fábrica reclamou que os deputados sindicais – e não os administradores – é que detinham o controle real das seções<sup>22</sup>.

Os sindicatos também poderiam enviar disputas para “arbitragem”. A arbitragem só era útil se os operários acreditassem que haveria uma chance razoável de vitória. Em 1924, a Comissão de Conflito na *Hammer and Sickle* lidou com casos envolvendo mais de 13 mil operários (3 vezes o tamanho da força de trabalho na fábrica) e 65% das disputas foram resolvidas em favor dos trabalhadores<sup>23</sup>. Esta arbitragem das disputas do trabalho se dava da mesma maneira em toda a União Soviética. Nos últimos três anos da NEP mais de 8 mil casos envolvendo 7 milhões de trabalhadores foram resolvidos por meio da arbitragem<sup>24</sup>.

As reuniões quinzenais de mulheres propiciavam o espaço onde mulheres na *Hammer and Sickle* podiam levantar preocupações

sobre salários, cuidado com as crianças, benefícios de saúde, administradores abusivos. Elas podiam também solicitar apoio tanto para o partido, como para o sindicato dos metalúrgicos e esperar uma resposta positiva. A participação voluntária de mais da metade das operárias nestes encontros ilustra bem a maneira como valorizavam o espaço. Por volta de 1927, no entanto, quando o partido passou a enfatizar a produtividade acima de todas as outras questões, as mulheres perderam o interesse e simplesmente pararam de frequentar estas reuniões<sup>25</sup>.

O historiador tcheco Michel Reiman, em seu excelente estudo, *O Nascimento do Stalinismo*, argumenta de maneira crucial a respeito das origens do sistema stalinista. Enquanto Stálin detinha o controle do aparelho de Estado no início dos anos 1920, suas políticas sociais repressivas foram uma reação à profunda crise social que marcou a fase tardia da NEP. Muitos fatores relacionados contribuíram para esta crise. Primeiro, a colheita de 1927 foi tão ruim que, no início de 1928, foi introduzido o racionamento de comida. Este foi seguido por uma colheita ainda pior em 1928. A crise rural foi combinada, ainda, com uma crise na indústria. Se a economia soviética havia se recuperado aos níveis anteriores à guerra por volta de 1928, os equipamentos começaram a quebrar e não havia mais fundos para uma expansão industrial futura. Hiperinflação, falta de alimentos e desemprego crescente levaram a processos generalizados de agitação urbana. O stalinismo não era um “plano bem pensado”, demonstrou Reiman, mas uma resposta estatal “extrema” para esta crise. Esta envolveu a requisição forçada de grãos contra os camponeses, um prelúdio à coletivização forçada que se seguiria<sup>26</sup>.

A crise tardia da NEP é importante para compreensão das políticas sociais do stalinismo: enquanto está claro que desde o início Stálin aspirou ser um ditador, nada nos arquivos do Politburo ou das reuniões do Comitê Central revelam evidências

10-11.

21 Kevin Murphy, “Strikes During the Early Soviet Period, 1922 to 1932”, in *A Dream Deferred* edited by Donald Filtzer, Wendy Goldman, Gijs Kessler, Simon Pirani (Bern, 2008) 181.

22 Murphy, *Revolution and Counterrevolution*, 92-95.

23 Murphy, *Revolution and Counterrevolution*, 93.

24 E.H. Carr, *Foundations of the Planned Economy 1926-1929* (London, 1969) 1: 600-601.

25 Murphy, *Revolution and Counterrevolution*, 124-125.

26 Michal Reiman, *The Birth of Stalinism* (Indiana, 1986) 8, 41-43, 115-122.

de que o stalinismo – como sistema social – teria sido planejado ou concebido antes de 1928. As políticas draconianas do stalinismo foram uma resposta a uma crise social profunda.

A fábrica *Hammer and Sickle*, em 1928, ilustra a resposta a esta crise. Os operários eram muito mais críticos em relação à organização partidária, ao sindicato dos metalúrgicos, ao comitê de fábrica e à seção de mulheres. Uma antiga liderança feminina do comitê de fábrica perguntou “Seria o partido uma instituição correcional? Por que eles aceitam todo o tipo de lixo e mantém aqueles que só fazem coisas reprováveis?”. Outra declarou “Eu não vou entrar no partido porque os comunistas são estelionatários e ladrões”. Quando um membro do Comitê Central, Mikoyan, falou na fábrica, ele recebeu uma longa lista de questões hostis e declarações, incluindo uma que dizia “O rei é uma saqueador”, e outra que dizia “Camarada orador, em toda reunião nós todos ouvimos de você que esta cidade possui kulaks... se você examinar os habitantes e em seguida suas próprias posses, terá uma imagem que mostrará quem é o kulak baseado em propriedades”<sup>27</sup>.

O retrocesso do sindicato dos metalúrgicos significava que os trabalhadores estavam mais críticos a ele. “O comitê de fábrica perdeu sua autoridade” devido aos baixos salários. “O preço dos alimentos sobem e o pagamento não, viver ficou difícil para os operários”. Outro trabalhador argumentou “membros dos comitês de fábrica ao lado da administração estão com medo de defender os interesses dos trabalhadores de maneira firme”. Os trabalhadores também criticaram a comissão de conflito, pois a maioria dos conflitos era decidida em favor da administração. Em fevereiro, as mulheres da seção de parafusos organizaram uma greve e responsabilizaram o comitê de fábrica e a administração pela paralisação, acusando-os de ignorar suas demandas. No Dia Internacional das Mulheres, em 1928, um grupo de mulheres invadiu a celebração e “gritando como soldados” interrompeu o

<sup>27</sup> Murphy, *Revolution and Counterrevolution*, 140-152.

discurso dos oradores homens, sendo removido à força<sup>28</sup>.

Significativamente, a Oposição Unificada conectou-se com a raiva de muitos trabalhadores em 1928, mais ainda do que um ano antes, quando expulsa. Um relatório enviado a Trotsky em outubro de 1928 mostra que os trotskistas eram muito ativos em muitas cidades ucranianas, incluindo Kharkov, Kiev, Ekaterinoslav, Odessa e na região de minas de Donbas onde um ano antes não possuíam nenhum apoio. Em Krasnoïarsk eles possuíam membros nas três maiores fábricas. Em Ekaterinoslav a Oposição de Esquerda cresceu de 100 para 220 membros e 99% dos opositoristas aí eram operários. O trotskismo também alcançou o cinturão industrial do centro da Rússia, incluindo Moscou, Leningrado, Tula, Ivanovo e Saratov, e no Cáucaso em Tiflis e Baku<sup>29</sup>.

O Primeiro Plano Quinquenal iniciado retrospectivamente no último quarto de 1928 representou um ponto de virada fundamental na história soviética. Os complexos debates econômicos durante a NEP se centraram em acumular capital suficiente pelo aumento de impostos para camponeses supostamente ricos. A brutal coletivização e industrialização de Stálin foi nada menos que um ataque total tanto para a classe trabalhadora, como para o campesinato, para que *ambos* pagassem pela industrialização.

A coletivização levou milhões de antigos camponeses a se deslocarem para as cidades. O historiador econômico Alec Nove observa que a ofensiva stalinista contra a classe operária e camponesa levou ao “mais agudo declínio dos padrões de vida em tempos de paz da história”, uma regressão que envolveu “miséria e fome massivas”<sup>30</sup>. Nas fábricas, os sindicatos foram transformados em órgãos de produtividade do Estado, as horas de trabalhos foram estendidas para 60 por semana, o dissenso aberto foi silenciado. A polícia política, o OGPU, registrou os

<sup>28</sup> Murphy, *Revolution and Counterrevolution*, 107-108, 112, 134.

<sup>29</sup> Tony Cliff, *Trotsky: The darker the night* (London, 1993) 167.

<sup>30</sup> Alec Nove, *An Economic History of the U.S.S.R.* (New York, 1989) 199.

### sentimentos dos operários de Moscou:

Nossos políticos amadores levaram o país à pobreza extrema. 'A situação material dos operários está melhorando' [dizem]. Sim, melhor com pão seco e água e às vezes repolho. Vocês são todos parasitas, parasitas piores que os burocratas e arrivistas czaristas. Este é o Estado que vocês oferecem ao trabalhador. Estamos com fome e não podemos trabalhar até que nos seja dado pão, carne, casa e roupas.

Eu preferia a guerra, pois estou cansado deste regime. Não há carne; não há pão; não há nada. Fazemos filas para tudo. É uma pena que eu tenha ficado sem nada em minha vila, pois eu iria embora e voltaria para lá.

Gênios, fodam-se. Tudo o que sabem fazer é implorar e pedir dinheiro.

Fodam-se todos. Que tipo de poder soviético é este que minha esposa precisa ficar seis horas em uma fila para um pedaço de pão?.

Eu espero que o diabo os carregue. Tudo o que vocês dizem é mentira. Uma vez por mês vocês oferecem batatas podres, e nem sequer sopa para as famílias. Se fosse possível viver ao menos um dia como antes – tudo o que precisávamos estava disponível. Hoje a única coisa que sabem é roubar os camponeses, quebrar as igrejas e jogar pessoas nas prisões. Seus bastardos, bandidos<sup>31</sup>.

Estes poucos exemplos da *Hammer and Sickle* e de operários de fábricas próximas aparecem repetidos em milhares dos relatórios publicados da GPU para Stálin. Stálin estava ciente da miséria e descontentamento tanto no campo como nas fábricas<sup>32</sup>. Apesar disso, poucos casos de resistência organizada foram registrados nas fábricas.

A única exceção foi no centro da indústria têxtil na região de Ivanovo, como mostra o estudo de Jeffrey Rossman, *Resistência Operária ao Stalinismo*. Ivanovo foi palco de algumas das maiores greves durante o Primeiro Plano Quinquenal, e a revolta de Virchuga em abril de 1932 poderia ser considerada uma insurreição local. Cerca de 15 mil trabalhadores têxteis se levantaram contra a fome devido ao racionamento, organizaram um comitê de greve e confrontaram a política com pedras e bastões. Operários de Virchuga atacaram as instituições de autoridade, incluindo escritórios, tanto do partido como da polícia política, bateram

31 Murphy, *Revolution and Counterrevolution*, 197, 205, 207, 214-215.

32 "Sovershenno sekretno" in *Lubianka-Staliny o polozenii v strane* (1922-1934 gg.) (Moscow, 1992-2004).

e ameaçaram matar funcionários estatais. Os rebeldes tomaram o centro da cidade, com líderes grevistas declarando "nós não destruímos o soviet, mas a OGPI (polícia política), a polícia civil e o comitê distrital do partido"<sup>33</sup>.

Em um telegrama para Kalinin, um membro do Comitê Central, um líder local do partido relatou que "devido à redução das rações alimentares, a massa de 15 mil operários abandonou as fábricas e parou de trabalhar, já a 5 dias. A massa trabalhadora se enfrentou com a polícia e órgãos da OGPI de maneira sangrenta... Os trabalhadores insistem em que três representantes do Comitê Executivo dos Soviets venham imediatamente para o local para resolver o conflito". Existe ainda a evidência de que camponeses armados com machados e enxadas começaram uma revolta em solidariedade, atacando o soviet da vila para "ensinar a eles uma lição". O que é significativo é que o membro do Comitê Central, Kaganovich, respondeu não com repressão, mas com a concessão aos trabalhadores de aumento das rações de alimentos<sup>34</sup>.

Como então considerar a diferença entre operários que odiavam as políticas sociais stalinistas em toda a União Soviética e os operários de Ivanovo, que resolveram partir para ação militante? Rossman aponta que as precárias condições dos operários têxteis esmagavam estes trabalhadores muito mais do que em outras indústrias. Além disso, a proporção maior de mulheres no chão de fábrica levou a uma quantidade maior de greves – sobre as mulheres pesava muito mais o fardo da falta de alimentos e das longas jornadas de trabalho – e elas "possuíam maior liberdade que os homens para se engajar em atos de protesto" sem serem demitidas ou presas, o que também era verdadeiro para as revoltas camponesas<sup>35</sup>. Um terceiro fator pode explicar: os operários em Ivanovo eram os mais militantes durante a NEP. Esta tradição de militância, bem como as redes de opositores, persistia e teve um

33 Jeffrey Rossman, *Workers Resistance Under Stalin* (Cambridge 2005) 207-231.

34 Jeffrey Rossman, *Worker Resistance Under Stalin* (Cambridge 2005) 207-231.

35 Jeffrey Rossman, *Worker Resistance Under Stalin* (Cambridge 2005), 231-237.

importante papel nas ações de greve durante o Primeiro Plano Quinquenal.

A resistência ao stalinismo foi muito mais difundida nas zonas rurais, onde as mulheres camponesas lideraram a revolta contra a coletivização forçada. O trabalho de Lynne Viola, *Rebeldes Camponesas sob Stálin*, documenta o nível da rebelião camponesa. Relatórios da polícia política oficial registram 13.754 revoltas camponesas envolvendo dois milhões e meio de camponeses, muitas delas abarcando vilas inteiras – não se tratavam de revoltas de “kulaks”. Entre elas, 176 rebeliões tiveram caráter de massa, envolvendo milhares de camponeses em saques ao soviet local. Quase metade das rebeliões, 6.528, ocorreu em março de 1930 no auge da coletivização<sup>36</sup>.

A OGPU registrou que 3.700 dos distúrbios de massa envolviam quase exclusivamente mulheres, e nas demais as mulheres eram maioria ou parte significativa da rebelião. A polícia política reclamou que “a excessiva leniência dos órgãos punitivos com as mulheres ajudaram a difundir a opinião de que as mulheres não são punidas”. Em uma rebelião, a OGPU relatou que uma mulher teria dito “não temos medo de ninguém, já fomos à OGPU e não fizemos nada e não vão fazer”. Em outra rebelião, as mulheres baniram os homens de participar declarando “esta é nossa causa camponesa, vocês não tem que interferir”<sup>37</sup>.

O argumento de que a coletivização era uma batalha entre o Estado dos soviets e os camponeses ricos, “kulaks”, está hoje completamente refutado. O livro de Moshe Lewin sobre a coletivização mostrou que “kulak” era uma propaganda e não um termo econômico, usada com frequência para os camponeses médios e mesmo pobres, e que significava coletivização por meios violentos “contra setores inteiros das massas camponesas em geral”. Como argumenta o líder da Federação Socialista Russa,

36 Lynne Viola, *Peasant Rebels Under Stalin* (Oxford, 1996), 142, 238.

37 Lynne Viola, VP Danilov, N.A. Ivinskii, Denis Kozlov editors, *The War Against the Peasantry 1927-1930* (New Haven, 2005) 349-350.

“se não possuímos kulaks, precisaremos arranjar alguns por nomeação”<sup>38</sup>. Um estudo sobre os relatórios da polícia secreta para Stálin mostra que em 1924 esta ainda simpatizava com a situação dos camponeses, mas os relatórios cada vez mais hostis ilustram que a polícia secreta havia perdido fé em sua própria propaganda, que o termo “kulak” passou a ser intercambiável com “camponeses”<sup>39</sup>. Reuniões nas vilas frequentemente nomeavam viúvas, pessoas idosas e mesmo aleatoriamente para preencher a cota de 5% de “deskulakização” da polícia secreta<sup>40</sup>.

Mesmo as estatísticas soviéticas, que tentavam transformar a resistência à coletivização no bode expiatório dos “kulaks”, registram que a maioria dos camponeses envolvidos em rebeliões em 1930 era média ou pobre<sup>41</sup>. Apenas em 1931, quase dois milhões [1.800.392] de pessoas foram exiladas como “kulaks”<sup>42</sup>. Os dados são tão impressionantes que os textos-padrões da história da União Soviética se referem hoje à coletivização como a “guerra contra os camponeses” de Stálin. O número total de mortos nesta guerra, incluindo a coletivização, dekulakização, fome e camponeses que morreram a caminho ou no interior dos Gulags supera em muito os 6 milhões, incluindo ainda metade dos 700 mil presos políticos executados entre 1937 e 1938<sup>43</sup>.

É preciso ter em conta que a análise de Trotsky da coletivização e dos kulaks tinha sérios problemas. Em abril de 1929, Trotsky foi muito explícito a respeito do papel dos kulaks em sua análise: “O problema do Termidor e do bonapartismo está na base do problema do kulak”<sup>44</sup>. Trotsky usaria a terminologia do “kulak” centenas de vezes no início dos anos 1930. Também era problemática a aceitação por Trotsky da caracterização stalinista da coletivização

38 Moshe Lewin, *Russian Peasants and Soviet Power: A Study of Collectivization* (New York, 1975) 77, 491.

39 Hugh Hudson, *The Kulakization of the Peasantry: The OGPU and the End of Faith in Peasant Reconciliation, 1924-27* Jahrbücher für Geschichte Osteuropas, vol 1, 2012.

40 Orlando Figes, *The Whisperers, Private Life in Stalin's Russia*, (New York, 2007) 87.

41 Viola, *Peasant Rebels*, 143.

42 Oleg Khlevniuk, *The History of the Gulag* (New Haven 2004) 11.

43 Ronald Suny, *The Soviet Experiment* (Oxford, 2011) 235-250.

44 Leon Trotsky, *Writings, 1929* (New York 1975) 113.

voluntária. Em fevereiro de 1930, ele argumentou:

As portas do mercado estavam fechadas. Os camponeses se viram aterrorizados diante delas por um tempo, e então se apressaram pela única porta aberta, aquela da coletivização. A liderança ela mesma não ficou menos surpresa com a corrida repentina dos camponeses para os coletivos, com a liquidação da NEP.<sup>45</sup>

Além disso, Trotsky continuou a caracterizar as implacáveis políticas classistas antitrabalho como uma virada “à esquerda”: “O período entre 1928-1931 – se deixamos de lado as oscilações e recuos – representa uma tentativa da burocracia de adaptar-se ao proletariado”<sup>46</sup>. Como mostrou o historiador russo Alexey Gusev, os trotskistas na Rússia depois de sua expulsão viam a si mesmos como oposição leal a Stálin, apoiavam as greves econômicas, mas se opunham de maneira categórica às greve políticas que pudessem ameaçar o regime<sup>47</sup>. Apesar do amplo apoio da classe operária, a oposição trotskista amarrrou as próprias mãos devido às análises equivocadas que viam o stalinismo como uma posição centrista. E pior: acabaram por ficar ao lado do Estado durante a guerra brutal de Stálin contra os camponeses soviéticos.

Podemos avaliar a escala da repressão stalinista hoje por meio dos quadros que a polícia política registrou. Em 1926, o total de prisioneiros na Federação Socialista Russa era por volta de 110 mil, 11 mil destes eram presos políticos<sup>48</sup>. O número de condenados e enviados para a prisão por crimes políticos entre 1922 e 1926 esteve entre dois e oito mil por ano. Este número estava em torno de 13 mil em 1928, dobrou no ano seguinte e cresceu para 114 mil em 1930<sup>49</sup>. Entre 1934 e 1940, quase quatro milhões [3.750.000] de pessoas foram enviadas para campos prisionais. Nos anos mais repressivos de 1937-1938, 1,6 milhão de pessoas foram condenadas e praticamente a metade, 680 mil,

45 Leon Trotsky, *Writings*, 1930 (New York 1975) 111.

46 Leon Trotsky, *Writings*, 1931 (New York 1975) 215.

47 Alexei Gusev, “The Bolshevik Leninists Opposition and the Working Class” in Filtzer, *A Dream Deferred*, 162-163.

48 John Scherer and Michael Jakobson “Collectivization of Agriculture and the Soviet Prison Camp System” in *Europe-Asia Studies*, Vol. 45, No 3. 1993, 553.

49 Arch Getty and Oleg Naumov, *The Road to Terror* (New Haven, 1999).

executada<sup>50</sup>.

Estes números não contam toda a história do que significou o stalinismo. Eis o que aconteceu com Isaac Rubín, economista menchevique e autor de *Uma História do Pensamento Econômico*. Em janeiro de 1931, um prisioneiro foi exibido para Rubín e lhe foi dito que se não confessasse ser um membro de uma organização menchevique contrarrevolucionária este prisioneiro seria morto. Rubín se negou e o prisioneiro foi executado diante de seus olhos. O processo se repetiu na noite seguinte. Depois do segundo assassinato, Rubín negociou uma “confissão” com seus inquisidores, sendo que estes insistiram que ele implicasse seu mentor David Riazanov como membro de uma conspiração menchevique secreta. Rubín foi completamente destruído como pessoa e finalmente executado em 1937<sup>51</sup>. Ataques similares se deram contra todas as tendências de oposição existentes fora e no interior do Partido Comunista, incluindo a execução de todo opositor trotskista no Gulag de Vorkuta em 1937<sup>52</sup>.

A infame ordem 00447 do Politburo de agosto de 1937 tinha como alvo “antigos kulaks, criminosos e outros elementos antissoviéticos”. O que é impressionante a respeito desta ordem é que ela estabelecia cotas prévias para prisão de mais de 250 mil pessoas, das quais 73 mil deveriam ser executadas<sup>53</sup>. Para citar um exemplo, Stálin enviou Lazar Kaganovich para Ivanovo. Em três dias, no que ficou conhecido por “tornado negro”, Kaganovich acusou todos os membros da liderança local do partido de “inimigos do povo” e deu a ordem de execução a 1.500 pessoas<sup>54</sup>. Apenas no final de 1938 Stálin “desligou” a máquina de execução.

Qual era a lógica desta loucura? Por volta de 1930, Stálin estava dedicado a realizar uma rápida industrialização e aparentemente acreditava que os problemas estruturais eram causados por

50 Khlevniuk, *The History of the Gulag*, 304-305.

51 Roy Medvedev, *Let History Judge* (New York, 1989) 279-284.

52 Tariq Ali (editor), *The Stalinist Legacy* (London, 1984) 178.

53 Oleg Khlevniuk, *The History of the Gulag* (New Haven, 2004) 145-146.

54 Medvedev, *Let History Judge*, 347.

peças que não estavam comprometidas com o projeto e inibiam sua implementação. Ao final de 1938, estava claro que sua ampla abordagem em rede para reprimir se tornara contra-protutiva aos objetivos. Mas precisamos explicitar a natureza do terror de massa: não havia nenhum complô contrarrevolucionário, espões estrangeiros ou agentes – este foi um movimento centrado no Estado e orquestrado de cima, com consequências brutais.

Qual era, então, a motivação para a rápida industrialização, capaz de fazer tanto operários, como camponeses suas vítimas? O discurso de Stálin para Administradores Industriais, em fevereiro de 1931, oferece uma hipótese:

Às vezes me perguntam se não é possível desacelerar o tempo e, de alguma forma, controlar o movimento... Diminuir o tempo significaria ficar para trás. E os que ficam para trás são derrotados. Nós não queremos ser derrotados. Não, recusamos a derrota! Uma característica da história da velha Rússia eram as contínuas derrotas que esta sofreu devido seu atraso. Ela foi derrotada pelos khans mongóis. Ela foi derrotada pelos governadores turcos. Ela foi derrotada pelos lordes feudais suecos .... Todos a derrotaram devido o seu atraso, atraso militar, atraso cultural, atraso político, atraso industrial, atraso agrícola... Estamos cinquenta ou cem anos atrás dos países avançados. Devemos tomar uma boa distância nos próximos dez anos. Ou fazemos isso ou seremos destruídos<sup>55</sup>.

Stálin falava aqui não como socialista, mas como líder de uma classe dirigente que havia claramente rompido com os ideais da Revolução de 1917. O impacto das políticas estatais na vida das massas trabalhadoras não importava mais. Para convencer uma geração nova de ativistas sobre o socialismo, é preciso dizer que os ataques de Stálin aos operários e camponeses soviéticos não tinha nada a ver com socialismo e representaram uma completa cisão com as ideias igualitárias de 1917.

55 J. V. Stalin, *Problems of Leninism* (Moscow, 1953) 454-458.

NOVAS ACUSAÇÕES  
CONTRA TEMER E A  
REAÇÃO DA CASTA:  
**É O FIM DA LAVA JATO?**

## Combater a corrupção e os ataques dos de cima com organização e mobilização dos de baixo

Luciana Genro<sup>1</sup>

O governo Temer é a prova de que o que está ruim sempre pode piorar. Dilma iniciou seu segundo governo de forma desastrosa, nomeando Joaquim Levy para fazer o ajuste fiscal. Perdeu, com isso, legitimidade e apoio social. Foi com uma resistência limitada aos aparatos petistas que aconteceu o seu impeachment, não houve reação popular em defesa do governo. Temer aprofundou o ajuste que Dilma vinha tentando fazer, de uma forma que provocou uma crise econômica brutal, desemprego galopante, queda na renda dos trabalhadores e a continuidade ou talvez até ampliação dos esquemas de corrupção. Estamos, ainda, diante de um retrocesso brutal com a Reforma Trabalhista. E paira a ameaça da Reforma da Previdência, pelo menos a aprovação da idade mínima, muito embora o governo esteja bastante paralisado, organizando a sua própria defesa e tentativa de permanência.

Os percalços de Janot na delação dos irmãos Batista e sua saída da PGR são elementos a serem considerados neste cenário difícil. Ainda não está claro se a substituição de Janot por Raquel Dodge vai “estancar a sangria”, mas os fatos revelados não podem mais ser esquecidos.

“Desde meados de 2006 até os dias atuais, MICHEL TEMER, EDUARDO CUNHA, HENRIQUE ALVES, GEDDEL VIEIRA LIMA, RODRIGO LOURES, ELISEU PADILHA e MOREIRA FRANCO, na qualidade de membros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com vontade livre e consciente, de forma estável, profissionalizada, preordenada, com estrutura definida e com repartição de tarefas, agregaram-se ao núcleo político de organização criminosa para cometimento de uma miríade de delitos, em especial contra a Administração Pública, inclusive a Câmara dos Deputados (...)”.

“A organização criminosa objeto da investigação no âmbito da Operação Lava Jato foi constituída em 2002 para a eleição do ex-presidente Luis Inácio Lula Da Silva à presidência da República, quando integrantes do PT uniram-se a grupos econômicos com o objetivo de financiar a campanha de Lula em troca

---

<sup>1</sup> Advogada, dirigente do PSOL e do MES.

do compromisso assumido pelo então candidato e outros integrantes da organização criminosa do PT de atender interesses privados lícitos e ilícitos daqueles conglomerados.

Com isso, Lula foi eleito e a organização criminosa passou a ganhar corpo após a sua posse, quando então se estruturou um modos operandi que consistia em cobrar propina em diversos órgãos, empresas públicas, sociedades de economia mista controladas pela União e Casas do Congresso Nacional, a partir de negociações espúrias com as empresas que tinham interesse em firmar negócios no âmbito do governo federal e na aprovação de determinadas medidas legislativas.” (Trechos do início da segunda denúncia de Rodrigo Janot contra Michel Temer e sua quadrilha)

O que temos chamado de “Lava Jato” já não é apenas uma **operação** policial ou jurídica, mas um **fenômeno** composto por diversas investigações feitas pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e chanceladas, até o momento, pelo Poder Judiciário, desde a primeira instância até o Supremo Tribunal Federal.

Ela começou triturando o PT, dando seguimento ao que o chamado Mensalão tinha apenas começado a demonstrar. Naquele momento o “inimigo público nº1” do PT foi Joaquim Barbosa, alvo dos mais duros adjetivos desqualificatórios. O mensalão foi apontado como uma operação burguesa para destruir o PT. Se esse era o objetivo, não deu certo. Lula foi reeleito e depois dele, Dilma. Mas o processo seguiu.

O fortalecimento da Polícia Federal e do Ministério Público, fruto da Constituição de 1988, e sua maior autonomia, fruto dos governos petistas, propiciaram a realização de investigações que nunca antes na história do país havíamos visto. Aliás, é bom lembrar, o procurador-geral da República dos anos FHC, Geraldo Brindeiro<sup>2</sup>, foi apelidado pelos deputados de oposição como “engavetador-geral da República”. De 626 inquéritos criminais que recebeu, engavetou 242 e arquivou outros 217. Somente 60 denúncias foram aceitas. As acusações recaíam sobre 194 deputados, 33 senadores, 11 ministros e quatro contra o próprio presidente FHC. Entre as denúncias que engavetou está a de compra de votos para aprovação da emenda constitucional que aprovou

a reeleição para presidente, beneficiando o então presidente Fernando Henrique Cardoso. Estes números demonstram claramente que os esquemas, a corrupção e as quadrilhas políticas sempre existiram. Antes, entretanto, a maioria das investigações não dava em nada, principalmente quando atingiam a elite da casta política. Naquela época, os autores das denúncias ou seus propagadores sempre foram os deputados do PT.

Agora, este fenômeno que chamamos Lava Jato está desmascarando o sistema político brasileiro, mostrando as relações espúrias que existem entre partidos e empresas, como é o caso da JBS, da Odebrecht, da OAS e tantas outras. A última denúncia de Janot contra Temer, por exemplo, demonstra essa conexão entre os esquemas que existiam nos governos Lula/Dilma e os que existem agora no governo Temer, que são praticamente os mesmos, com personagens um pouco diferentes, mas com uma essência idêntica. O PMDB, que está no poder desde o fim da ditadura, tem sido o chefe dos esquemas. O PT, que estava fora, pois era oposição, aceitou fazer parte dos esquemas ao assumir o poder. Essa foi uma mudança brutal. Se Brindeiro não tivesse sido um “engavetador” certamente as semelhanças com o que ocorria durante o governo FHC estariam bem explícitas também.

Apoiar a Lava Jato não se trata, portanto, de chancelar tudo o que foi feito por Sérgio Moro, Janot ou Fachin. Injustiças, abusos e decisões arbitrárias são as marcas do processo penal brasileiro, e neste caso elas também ocorrem. Mas trata-se de valorizar um fato inegável: estamos vivendo um fenômeno político e jurídico que colocou a nu o funcionamento do sistema, um sistema que combatemos e cuja operação se dá através dos mais promíscuos esquemas de corrupção. E isto não é novidade para nós, da esquerda. Não se trata, também, de demonizar um partido, mas sim de desnudar um sistema político. Neste sentido a Lava Jato já cumpriu um papel fundamental e fugiu do controle de todos, inclusive de Janot, como ficou demonstrado no episódio da delação dos irmãos Batista.

2 <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Geraldo\\_Brindeiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Geraldo_Brindeiro)>

Se o objetivo inicial era mesmo destruir o PT, como muitos afirmam, há que se concluir que a “sangria” desatada foi muito maior. A quadrilha de Michel Temer está na berlinda. Empresários foram presos e estão sendo processados. Mesmo a proteção aos delatores está na berlinda. A pior parte da Lava Jato desmoronou: Joesley e Wesley estão presos. O caso de Aécio é emblemático, pois uma das críticas à Lava Jato era que ele – e outros líderes do PSDB – estava sendo poupado. Pois depois que o STF suspendeu seu mandato e lhe mandou ficar em casa à noite, vimos uma operação capitaneada pelo PT para tentar resgatar Aécio, mudando o discurso da seletividade para o da hipertrofia do Poder Judiciário

Mas é claro que a corrupção não acabou e há muitos envolvidos que estão livres e com muito poder. A persecução penal dos crimes de colarinho branco é extremamente complexa.

Saudar o fato de que políticos e empresários estejam presos não significa dizer que o processo penal seja justo. Como advogada, já senti na pele como há uma dificuldade gigantesca do acusado, principalmente quando ele é pobre, negro ou é suspeito de envolvimento com o tráfico, de ter um julgamento justo.

O processo penal brasileiro é extremamente punitivista. Os juízes, e Sérgio Moro é um exemplo claro disso, são muito mais acusadores do que julgadores imparciais. Em tese, no nosso sistema penal vigora o modelo acusatório, que se caracteriza pela separação entre acusação, defesa e julgamento, no qual cada função é exercida por pessoas e órgãos diversos entre si. Mas na vida real não é bem assim que funciona, pois o juiz muitas vezes cumpre o papel de acusador e o Ministério Público tem um peso desproporcional ao da defesa junto ao poder julgador. É isso que temos visto ao logo dos processos da Lava Jato. A diferença é que nestes processos os réus não são como a maioria dos réus brasileiros. Eles são ricos e têm bancas de advogados com os mais amplos recursos. Isso faz uma diferença enorme. Suas condenações não refletem a falta de liberdade de defesa ou de igualdade de posição entre a acusação e o réu, como ocorre nos

processos penais contra os “de baixo”. Refletem sim a enorme podridão do sistema político.

Há uma mudança fundamental a ser feita no processo penal brasileiro, porque, em geral, ele prejudica as pessoas mais pobres. Mas não é o caso dos acusados na Lava Jato. Infelizmente nos 13 anos de governo petista não se avançou um milímetro nesta questão.

É fundamental compreender que não serão o Poder Judiciário, a Polícia Federal ou o Ministério Público os construtores de um novo sistema. Estes podem cumprir um papel positivo ou negativo, podem contribuir mais ou menos para que o povo tenha conhecimento do que se passa nos bastidores do poder econômico e político. Podem ajudar a desconstruir, mas não irão construir nada. Será a própria sociedade, a partir da sua ação política de mudança, que pode fazer com que esse fenômeno chamado Lava Jato possa resultar em algo positivo, e não apenas em um grande desencanto das pessoas.

Não podemos permitir que o que fique de tudo o que está ocorrendo seja uma grande desesperança, um enorme vazio de alternativa. Por enquanto é isso que estamos vendo. Além da inércia das direções. É também por isso que não ocorrem grandes mobilizações pelo Fora Temer, apesar de 89% da população ser a favor do seu afastamento, segundo a última pesquisa do DataFolha.

Quem achava que a corrupção era obra do PT já está vendo que não é bem assim. À medida que a operação foi avançando e atingiu em cheio Temer e seus ministros, as pessoas perceberam que não adianta trocar o governo, porque o sistema está todo corrompido, e então questionam qual seria o sentido de ir para a rua derrubar Temer. Nem mesmo a ideia de novas eleições empolga o povo, pois está evidente que todos os grandes partidos estão no esquema. Lula acaba ainda recebendo muitas intenções de voto nas pesquisas, mas isso não reflete nenhuma esperança ou entusiasmo, e sim o medo de que Bolsonaro cresça.

Estamos em um momento de transição, em que o velho agoniza, mas o novo ainda não está plenamente desenvolvido. Como escreveu Gramsci, é nestes momentos que surgem os “fenômenos patológicos”, como é o caso de Bolsonaro.

É preciso avançar no processo de reorganização da esquerda consequente, debatendo amplamente um programa de unidade com os lutadores sociais, com ativistas socialistas e com ativistas democráticos que queiram construir uma alternativa popular. Esta alternativa deve ser uma afirmação do que nós do PSOL temos feito até aqui, e ao mesmo tempo uma ampliação, portanto algo novo.

Este programa precisa dialogar com a estratégia socialista e ao mesmo tempo com as demandas democráticas e sociais mais sentidas pelo povo. O ponto central, evidentemente, é a política econômica. Enquanto ela não mudar, tudo permanecerá como está. Não podemos mais subordiná-la aos interesses do mercado financeiro e sim orientá-la para as necessidades reais da classe trabalhadora e do povo.

No Brasil a política econômica sempre foi orientada ao grande capital. Uma política que se estabilizou com os governos do PSDB, foi preservada durante as gestões petistas e agora é intensificada sob o comando de Temer. Precisamos romper com esta lógica e propor um outro modelo econômico para o país, a começar por romper com a subordinação à lógica do superávit primário. Não é possível que o Brasil siga utilizando os recursos do esforço produtivo do país para pagar juros de uma dívida que sequer passou por auditoria. Uma dívida que quanto mais se paga, mais cresce. Que já ultrapassa os R\$ 3 trilhões. Dos R\$ 3,5 trilhões para o orçamento federal de 2017, R\$ 339 bilhões estão destinados ao pagamento de juros e encargos da dívida.

É preciso acabar com a transferência de recursos públicos para uma elite rentista especular no mercado financeiro. Isso possibilitaria investimento real em educação, saúde, segurança e moradia. Uma auditoria da dívida é o primeiro passo neste novo

caminho.

É fundamental também a anulação das reformas antipopulares e da lei das terceirizações. Isso inclui, evidentemente, o fim do teto de gastos – que existe apenas para pagar os juros de uma verdadeira caixa preta chamada de dívida pública.

Outro aspecto central é uma revolução no sistema tributário, que é uma das raízes da desigualdade social no país. É um sistema injusto que penaliza os trabalhadores e consumidores enquanto privilegia os milionários e aqueles que deixam de produzir para especular no capital financeiro.

A taxação das grandes fortunas, um imposto maior sobre a herança, tributação sobre lucros e dividendos são algumas das medidas indispensáveis, assim como o alívio do imposto sobre o consumo e a produção, corrigindo a tabela do Imposto de Renda e desonerando a cesta básica.

Estes pontos apresentados acima não são medidas diretamente socialistas, mas são políticas que apontam para uma transição entre a barbárie capitalista e uma agenda progressista que leve em conta as necessidades concretas da população – que demanda melhores serviços públicos, segurança e condições de trabalho. Nenhuma destas medidas chegou sequer a ser tentada nos 13 anos de governo da coalização encabeçada pelo PT e comandada por Lula. Evidente que não é fácil. É necessário enfrentar interesses poderosos. Mas a capitulação aos interesses do capital financeiro e das oligarquias não levou a bons resultados, como podemos ver claramente hoje.

Além das mudanças econômicas há outras questões fundamentais que também não entraram na agenda lulista. A democratização dos meios de comunicação é uma das mais fundamentais. Para exemplificar o desastre basta lembrar que Hélio Costa, nome de estreitas relações com a Rede Globo, comandou o Ministério das Comunicações por 5 dos 8 anos da gestão Lula, e que a Rede Globo seguiu com a maior fatia da verba publicitária do governo.

Outra questão fundamental é uma mudança no sistema penal brasileiro. O encarceramento em massa de jovens pobres e em sua maioria negros é uma política sem nenhuma efetividade no combate à violência e geradora de mais discriminação e exclusão. Uma nova política de drogas também é essencial para que haja um combate efetivo à violência no país. A guerra às drogas fracassou no mundo inteiro e transformou-se em uma verdadeira guerra aos pobres. Descriminalizar e regulamentar a produção, venda e o consumo da maconha é o primeiro passo para quebrar a espinha dorsal do tráfico e acabar com a chaga do encarceramento em massa de jovens negros e pobres. O nosso vizinho Uruguai está fazendo uma experiência fundamental neste sentido.

Os direitos civis devem ser uma prioridade para o avanço democrático e civilizacional no Brasil. Não é possível que o país siga sem uma lei de identidade de gênero para a população transexual. Que a LGBTfobia ainda não tenha sido criminalizada. Que as mulheres – especialmente as mulheres negras – ganhem menos que os homens e sangrem em clínicas clandestinas de aborto, quando este procedimento deveria ser 100% público, legal e seguro àquelas que optarem por ele.

Além de tudo isso, é preciso seguir um duro combate contra a corrupção. Independente da apreciação que cada um tenha do fenômeno Lava Jato, é fundamental garantir independência de atuação aos órgãos de controle, transparência e fiscalização total sobre o uso do dinheiro público. E trabalhar pela construção de uma democracia real, onde o povo tenha poder e não apenas o direito de votar a cada 4 anos. É preciso colocar abaixo este regime político apodrecido, com instituições totalmente distanciadas dos interesses do povo. É preciso reorganizar o país sob novas bases e pela base.

A organização popular é o melhor antídoto contra uma casta política que só pensa em seus privilégios e sobrevivência. Este programa só poderá ser aplicado em um contexto de organização do povo, pois o andar de cima não vai entregar seus privilégios facilmente.

Fortalecer a organização de base, os movimentos independentes e trabalhar por um novo tipo de junho de 2013, um junho com um programa claro de mudanças estruturais, é o caminho.

**ANGELA DAVIS**  
NO BRASIL

## “A liderança feminista negra é fundamentalmente coletiva”

Intervenção de Angela Davis na UFBA<sup>1</sup>

Eu não tenho nem condições de expressar a vocês o quanto estou emocionada por estar aqui, nesta noite. Para mim, é assim que deveria ser a aparência da universidade. Quero agradecer à Ângela Figueiredo, ao Odara. Quero agradecer também ao NEIM pelo convite para homenagear do dia 25 de julho. Essa é minha quarta visita a Bahia e sexta ao Brasil.

Neste momento, me sinto extremamente envergonhada por ainda não ter aprendido português. Esse é o meu próximo projeto. Estou muito feliz por estar aqui celebrando com vocês o Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha. Na Bahia, o Julho das Pretas. Estou muito entusiasmada por estar aqui no Brasil, especialmente porque tenho acompanhado os acontecimentos que vêm se desenvolvendo dentro do movimento das mulheres negras.

Parece-me que, neste momento, o movimento das mulheres negras brasileiras representa o futuro do planeta. As mulheres negras brasileiras têm uma história extensa de envolvimento em lutas pela liberdade. Como tem sido simbolizado, por exemplo, pela Irmandade da Boa Morte. O conceito de Boa Morte nos convida a visualizar a imagem de um futuro melhor. Isso me leva a reconhecer as amplas contribuições das mulheres negras no Brasil e na Bahia, no contexto da cultura religiosa.

Durante a minha visita, fui honrada com a possibilidade de participar de uma oficina oferecida na Irmandade e também de passar um tempo na Roda de Samba da Dona Dalva. Tive a oportunidade de aprender sobre o trabalho de Dona Dalva na preservação do samba de roda. Recentemente ela recebeu um

---

<sup>1</sup> Angela Davis é militante antirracista e socialista, filósofa e professora da Universidade da Califórnia, Santa Cruz. Transcrição feita por Naruna Costa de sua palestra na Universidade Federal da Bahia em 25/07/17. Reproduzida de: <<https://lucianagenro.com.br/2017/07/o-discurso-completo-de-angela-davis-na-ufba/>>.

título de doutora honoris causa pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

Também tive a oportunidade de encontrar e conhecer a Ebomi Nice. Quero também ressaltar que há alguns anos fui honrada com um convite para conhecer o terreiro de Mãe Stella de Oxóssi e me encontrar com ela, que me contou sobre seus esforços de preservar a cultura e a religiosidade dentro das tradições baianas e que as mulheres negras estão no centro dessas tradições.

Como foi dito por Dulce Pereira, já venho ao Brasil desde 1997. Nunca vou me esquecer do encontro que ocorreu em outubro daquele ano, em São Luís do Maranhão. Tive a oportunidade de encontrar Luiza Bairros pela primeira vez. O espírito de Luiza Bairros continua presente. Também encontrei pela primeira vez Vilma Reis e tantas outras mulheres negras maravilhosas, com as quais continuo a me reencontrar todas as vezes que venho ao Brasil.

A atual visita, organizada pela professora doutora Ângela Figueiredo, foi um encontro organizado em um contexto mais amplo, um curso em Cachoeira sobre o feminismo negro descolonial. Quero agradecer à Ângela – toda vez que alguém chama por ela, eu também olho – por me convidar para voltar à Bahia várias vezes. As pessoas me perguntam se eu já fui ao Rio de Janeiro, a São Paulo. Não, mas eu vou à Bahia de novo, de novo e de novo.

Menciono essa escola porque ela reuniu estudantes negras do Brasil, América do Sul, África do Sul, Canadá, Estados Unidos e Porto Rico. Ao fazê-lo, produziu concepções importantes que poderiam não ter sido disponibilizadas, caso esse encontro não tivesse ocorrido. Todas nós, que tivemos a oportunidade de estar aqui, vindas de outras partes do mundo, temos muita sorte de estar aqui neste momento, onde o ativismo de mulheres negras está em um nível elevado e pungente.

Como já foi dito e reiterado várias vezes, o movimento social liderado por mulheres negras é o movimento social mais

importante do Brasil. Após o golpe antidemocrático que resultou na deposição de Dilma Rousseff, as mulheres negras criaram a melhor esperança para este país. Muitas de nós, nos Estados Unidos, estamos entusiasmadas acompanhando a Marcha das Mulheres Negras no Brasil desde novembro de 2015. Nós continuamos a sentir as reverberações dessa Marcha. Agora estamos no Julho das Pretas.

Este é um momento difícil para o nosso planeta por vários motivos, sobretudo por termos uma guinada à direita na Europa, nos Estados Unidos, na América do Sul e especialmente no Brasil. Não tenho nem como começar a explicar para vocês qual é o sentimento de morar nos Estados Unidos, onde Donald Trump é presidente. Mas não devemos nos esquecer de que, um dia após a posse de Trump, o movimento de mulheres levou para Washington três vezes mais pessoas que o número que participou da cerimônia de posse. Estima-se que mais de cinco milhões de pessoas participaram da Marcha das Mulheres contra Trump no mundo, inclusive na Antártida.

A Marcha das Mulheres em Washington foi liderada por mulheres negras, latinas, asiáticas, indígenas, muçulmanas, e também mulheres brancas. Encontramo-nos em Washington, por todo o mundo e todos os países, para dizer que nós resistiremos. Em todos os dias da presidência de Trump nós resistiremos. Nós resistiremos ao racismo, à exploração capitalista, ao heteropatriarcado. Nós resistiremos ao preconceito contra o Islã, ao preconceito contra as pessoas com deficiência. Nós defenderemos o meio ambiente contra os insistentes ataques predatórios do capital. Aqui em Salvador, no dia 25 de julho, dedicado às mulheres negras na América Latina e no Caribe, afirmamos ainda de forma mais forte: com a força e o poder das mulheres negras dessa região, nós resistiremos.

Sabemos que as transformações históricas sempre começam com as pessoas. Essa é a mensagem do movimento Vidas Negras Importam (*Black Lives Matter*). Quando as vidas negras realmente

começarem a ter importância, isso significará que todas as vidas terão importância. E podemos também dizer especificamente que, quando as vidas das mulheres negras importam, então o mundo será transformado e teremos a certeza de que todas as vidas importam.

As lutas das mulheres negras estão conectadas com as lutas de pessoas oprimidas em todas as partes. Com aqueles que dizem “não” às políticas anti-imigratórias de Trump e à construção de seu muro. Com aqueles que dizem “não” ao apartheid e ao muro que separa Israel da ocupação Palestina. Com aqueles que dizem “não” ao racismo e à misoginia na Colômbia. Com aqueles que dizem não ao sistema de castas na Índia. Estamos em solidariedade com as mulheres Dalits em suas comunidades. Com aquelas que dizem “não” à violência cotidiana, doméstica e íntima, que incide sobre as mulheres negras e que, geralmente, são impostas a elas por homens negros.

Finalmente as mulheres negras têm sido reconhecidas pelo trabalho em manter as chamas da liberdade acesas. Não é o tipo de liderança que visa dar visibilidade ou poder a indivíduos, baseada em carisma, o individualismo masculino carismático. Mas é o tipo de liderança que enfatiza as intervenções coletivas e apoia as comunidades que estão em luta. A liderança feminista negra é fundamentalmente coletiva.

Tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos reconhecemos a importância de confrontar a violência de Estado. O racismo está saturando todas as instituições – nas questões da moradia, do emprego, da saúde e da educação – porém, pode ser mais dramaticamente reconhecido nos sistemas policiais e punitivos. As mulheres negras têm liderado ações contra a violência do estado, a violência policial e o racismo dentro do sistema carcerário, tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil.

Tenho falado sobre a liderança das mulheres negras, mas eu deveria me referir, na verdade, à liderança feminista negra. É necessário enfatizar a condição da mulher negra na perspectiva de

gênero e de raça, reconhecendo também a implicação entre classe, sexualidade e gênero, para além da convenção binária. Nosso foco está nas mulheres negras empobrecidas, inclusive nas que estão encarceradas, as queer, as trans, as com deficiência. Mas também estamos conscientes de que não nos focamos na mulher negra a partir de um arcabouço separatista, porque as mulheres negras também estão se engajando nas lutas de outros grupos; ao ponto de às vezes elas serem excluídas desses movimentos.

As mulheres negras estão entre os grupos mais ignorados, mais subjugados e também os mais atacados deste planeta. As mulheres negras estão entre os grupos mais sem liberdade do mundo. Entretanto, ao mesmo tempo, as mulheres negras têm uma trajetória histórica que atravessa fronteiras geográficas e nacionais, e sempre manteve viva a esperança da liberdade. As mulheres negras representam o que é não ter liberdade, ao passo que seguem consistentes na tradição da luta pela liberdade, jamais rompida desde os tempos da colonização e escravidão até o presente.

Lembre-mo-nos de Rosa Parks, que sempre enfatizou que queria ser lembrada como uma mulher livre, tal como todas poderiam ser – assim como todas as pessoas poderiam ser. Lembre-mo-nos de Lilian Ngoyi, líder do movimento anti-apartheid na África do Sul, que disse, em 1956, entre as suas irmãs: “Agora que atingiram as mulheres, vocês acionaram um trator e serão esmagados”.

Carolina Maria de Jesus nos lembrou de que a fome deveria nos levar a refletir sobre as crianças e sobre o futuro muito antes do conceito de interseccionalidade ser utilizado. Lélia Gonzales insistiu que não só deveríamos compreender a complexa inter-relação de raça, classe e gênero, mas que deveríamos ter em mente as conexões entre os povos indígenas e os povos negros. Essas são as lições que nós dos Estados Unidos precisamos aprender com a história do feminismo negro no Brasil.

O que me leva a levantar o próximo ponto. Existe, geralmente, a pressuposição de que a forma mais avançada de feminismo

negro é encontrada nos Estados Unidos. É verdade que há muitas figuras norte-americanas reconhecidas pelo desenvolvimento do feminismo negro. Isso não deveria se dar pelo entendimento de que nos Estados Unidos estamos mais avançados. Essa é uma visão colonialista e imperialista. Na verdade, isso ocorre porque as ideias, sejam elas conservadoras ou radicais, circulam com mais facilidade a partir dos Estados Unidos do que as ideias que emanam do Brasil. Não posso me levar tão a sério assim. A meu respeito, gosto sempre de ressaltar que ninguém jamais conheceria meu nome se pessoas de todo o mundo, inclusive do Brasil, não tivessem se organizado para exigir minha liberdade, no princípio dos anos 70.

É verdade que cada uma dessas viagens que fiz ao Brasil têm me trazido novas perspectivas. Desde a primeira conferência de Lélia Gonzales, em 1997, no Maranhão, até a escola do feminismo negro descolonial da qual participei agora. A partir disso, passo a questionar o meu papel em trazer o conhecimento feminista negro para o Brasil. Passei a perceber que nós, nos Estados Unidos, somos aquelas que precisamos aprender com os conhecimentos e as perspectivas que são produzidas pela longa história de luta feminista negra brasileira.

Precisamos aprender sobre o poder feminista negro preservado dentro da tradição do Candomblé. Precisamos aprender sobre os movimentos organizados por mulheres negras trabalhadoras domésticas na Bahia e no Brasil. Tive o privilégio de conhecer Marinalva Barbosa, que é a presidente do sindicato das trabalhadoras domésticas da Bahia. Temos muito a aprender com a atividade dessas mulheres.

Nós ainda não conseguimos nos organizar de uma maneira bem sucedida por meio de sindicatos dessa categoria nos Estados Unidos, apesar do fato de mulheres negras, trabalhadoras da limpeza, terem organizado uma greve em 1881, em Atlanta, na Geórgia. Mesmo em que pese os esforços que não tiveram sucesso, nos anos 1920 e 1950, de organizar sindicatos dessa

categoria. Não é uma coincidência que Alicia Garza seja uma das mulheres cofundadoras do movimento Vidas Negras Importam. Mesmo assim, ainda não temos um sindicato de trabalhadoras domésticas.

Deixem-me compartilhar com vocês algumas palavras sobre o complexo industrial carcerário. O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, estou correta? Sendo a primeira nos Estados Unidos, seguida pela Rússia e China. Os Estados Unidos estão aprisionando um quarto da população carcerária de todo o mundo. Se olharmos para a população carcerária feminina, um terço está nos Estados Unidos.

Se tivéssemos tempo esta noite, poderíamos falar mais aprofundadamente sobre como essa população carcerária reflete o capitalismo global e como esse sistema negligencia as necessidades humanas. Essas pessoas não têm acesso a moradia, educação, saúde ou qualquer outro serviço que seja necessário para a sobrevivência. A rede carcerária mundial constitui um vasto depósito onde pessoas consideradas desimportantes são descartadas como lixo. Aquelas tidas como as menos importantes são as pessoas negras, do Sul global, além de muçulmanos e muçulmanas, e indígenas.

Quando nós trabalhamos e lutamos contra a violência do Estado, impressa em práticas policiais e de encarceramento, afirmamos que as vidas negras importam, que as vidas indígenas importam. A professora Denise Carrascosa, aqui da UFBA, tem liderado um projeto de mulheres dentro do sistema carcerário chamado “Corpos indóceis e mentes livres”, um projeto entusiasmante que reúne mulheres encarceradas, no qual podem dramatizar as suas realidades, as suas vidas.

Esses são os tipos de projetos inovadores que produzem conhecimentos feministas sobre a relação entre a liberdade e a falta de liberdade. Acabei de ser informada que a professora Carrascosa tem sido impedida de entrar no complexo penitenciário feminino porque se juntou a outras encarceradas para protestar contra o

tratamento punitivo aplicado a uma mulher que foi trancafiada, sendo-lhe negado o uso de medicamentos pós-operatórios.

Por conta da professora Carrascosa ter levantado sua voz, seu projeto, que já dura sete anos, foi barrado. O que vocês farão em relação a essa situação? Quero sugerir que vocês peçam a cada uma das pessoas aqui presentes para assinar uma petição exigindo que esse projeto seja retomado. Sabemos que nos últimos dez anos houve um aumento de 500% na taxa de encarceramento de mulheres e que dois terços de todas as mulheres que estão encarceradas no Brasil são negras.

Isso me leva aos meus últimos dois pontos. Um deles é a questão da reprodução da violência. Nós não podemos excluir a violência doméstica e íntima das nossas teorias sobre a violência do Estado e institucional. Frequentemente agimos como se aquela não tivesse relação com esta e que, se as mulheres negras são vítimas dessa violência cotidiana praticada por seus maridos e namorados, isso significa que os homens e garotos negros são violentos. Como podemos refletir sobre isso?

Nós precisamos nos perguntar qual é a fonte dessa violência que prejudica e fere tantas mulheres negras. Qual é a relação dessa violência com a violência policial e do sistema carcerário? Se essa violência do indivíduo está conectada com a violência institucional e do Estado, isso significa que não conseguiremos erradicar a violência doméstica enviando aqueles que a praticam ao sistema carcerário. Se desejamos erradicar as formas mais endêmicas de violência do indivíduo da face da Terra, então devemos eliminar também as fontes institucionais de violência. Este é o chamado para a abolição do encarceramento como a forma dominante de punição, para pensarmos novas formas de abordagem para aqueles que são violentados. Este é o chamado do feminismo negro para formas de justiça descoloniais.

Meu último ponto diz respeito aos constantes esforços para conter nossa resistência. Quando nós resistimos, as instituições dominantes, sobretudo o Estado, tentam conter nossa

resistência. Querem transformar nossas lutas em estratégias de consolidação do Estado. O movimento pelos direitos civis é agora reivindicado pelo Estado como parte central em suas narrativas sobre a democracia. Mas o movimento Vidas Negras Importam, principalmente na Era Trump, é considerado um insulto.

No Brasil, agora que o mito da democracia racial foi totalmente exposto, a pergunta que se apresenta é se o movimento de resistência das mulheres negras pode ser apropriado. Afirmamos que, na medida em que nos levantamos contra o racismo, nós não reivindicamos ser inclusas numa sociedade racista. Se dizemos não ao heteropatriarcado, nós não desejamos ser incluídas em uma sociedade que é profundamente misógina e heteropatriarcal. Se dizemos não à pobreza, nós não queremos ser inseridas dentro de uma estrutura capitalista que valoriza mais o lucro que seres humanos.

Se reconhecemos que aqueles que queriam resolver a questão da escravidão buscavam formas mais humanas de escravização, então nós estaríamos utilizando a lógica do racismo. Reconhecemos que as reivindicações de reformas do sistema policial e do sistema carcerário apenas mantêm as estruturas racistas, ao passo que fingem se importar com as questões raciais.

É por isso que dizemos não ao feminismo carcerário e sim ao feminismo abolicionista. É por isso que nós convocamos essa solidariedade para além das fronteiras nacionais e ressaltamos que o feminismo radical negro descolonial reconhece as nossas profundas conexões, mesmo na medida em que reconhecemos também nossas contradições.

A luta pelo acesso à água no Quilombo Rio dos Macacos vem sendo rotulada como “terrorista”. Tenho aqui em minhas mãos um apelo que vêm do Quilombo Rio dos Macacos relacionado aos seus direitos humanos de acesso à terra e à água que lerei após o evento. Mas o que eu quero dizer é que as lutas que acontecem dentro dessa comunidade estão conectadas às reivindicações para a proteção da água por populações indígenas contra o veneno

trazido pelos dutos de petróleo.

Essas lutas estão conectadas também aos esforços que ocorrem em Flynn, Michigan, em expor o envenenamento das águas nas comunidades negras. Essas lutas também estão conectadas com as das comunidades palestinas, engajadas em defender as suas reservas de água, alvo constante das forças militares de Israel. Somente através da solidariedade e da luta, nós poderemos preservar o nosso acesso à água.

Quilombolas, presente!

Finalmente, quero salientar a minha alegria em estar aqui com vocês no Brasil, Bahia, Salvador, celebrando o Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha. Mulheres negras representam o futuro. Porque mulheres negras representam uma possibilidade real de esperança de liberdade.

# INTERNACIONAL

## Povo catalão versus monarquia espanhola: Uma rebelião democrática comove o mundo

Pedro Fuentes<sup>1</sup> e Charles Rosa<sup>2</sup>

Enquanto finalizávamos este texto, escrito em sua maior parte às vésperas do referendo de 1º de outubro, os catalães haviam comparecido às urnas e decidido massivamente (90% dos votantes) pelo SIM à Independência. O Estado espanhol desatou uma violência brutal no dia do escrutínio, deixando centenas de feridos, entre os quais muitas mulheres e pessoas de idade avançada. A forte memória coletiva do povo catalão, que há séculos rebela-se contra o assédio da monarquia castelhana e que durante a ditadura de Franco não esmoreceu, faz com que o movimento permaneça ativo e pressione suas lideranças a sustentarem o anseio pela autodeterminação nacional. Uma bem-sucedida greve geral em 4 de outubro teve lugar na Catalunha, para desespero do rei Felipe VI, o qual de modo ridículo compareceu em rede nacional para insultar o catalanismo e, principalmente, defender o Estado monárquico. Um monarca (em pleno século XXI!) a quem ninguém escolheu, acusando de antidemocrático o desejo de um povo de se autodeterminar! Um panelaço ensurdecedor pôde ser ouvido em toda a Catalunha em repúdio a Felipe VI. Não há negociação visível neste cenário e um novo momento foi inaugurado. Os desafios para a independência agora são ainda mais numerosos que antes: os bancos e os grandes capitalistas esboçam uma debandada para outras paragens do Estado Espanhol, exercendo pressão financeira contra o soberanismo catalão; os *mossos* se dividem entre contrários e favoráveis à independência; a Guarda Civil espanhola redobra sua imposição sobre a região.

Por outro lado, os contornos de uma revolução democrática na Catalunha estão cada vez mais presentes nos relatos dos

<sup>1</sup> Dirigente do PSOL e do MES.

<sup>2</sup> Membro da equipe editorial da Revista Movimento e do Portal de la Izquierda.

companheiros que por lá atuam politicamente. A mobilização permanente dos catalães pode tornar possível uma Assembleia Popular Constituinte que dê à Catalunha a oportunidade de ser uma República com um regime político caracterizado, em sua essência, por uma democracia real – não por acaso, a consigna principal da juventude indignada de 2011. A depender da capacidade de pressão do povo catalão sobre suas lideranças, os desdobramentos dos próximos dias, semanas e meses poderão confirmar o potencial explosivo e revolucionário do processo catalão, abrindo um mar de oportunidades para a esquerda mundial nesta fase de impasse crítico global. Do Brasil, nossa tarefa incontestável é seguir se solidarizando ativamente com a luta democrática dos catalães, além de extrair o máximo de lições deste processo.

---

Onde encontrar as cédulas para votar “SIM”? A resposta é simples: na padaria do seu bairro. Este é um dos exemplos que atestam a profundidade da revolta catalã. Setembro está forjando uma revolução democrática, como outras que o mundo assistiu desde a Revolução Francesa (Fevereiro de 1917 na Rússia, 1931 na Espanha, as primaveras árabes de 2011, etc). Numa ordem mundial atravessada por uma dinâmica de maior polarização, crises e caos, talvez não seja exagero afirmar que os acontecimentos da Catalunha são os mais importantes deste século XXI, do ponto de vista de uma perspectiva revolucionária.

Neste momento, a necessidade de apoio à causa democrática reivindicada pelos catalães unifica os progressistas, esquerdistas, reformistas e revolucionários em todo o mundo. Com bastante otimismo e unidade, nossa obrigação é fazer tudo que esteja ao nosso alcance para respaldar a rebeldia da Catalunha. Eis um ponto de unidade de ação, ao mesmo tempo bastante simples e profundo. Nenhum democrata razoável se calaria frente a tamanha agressão do Estado Espanhol contra a autonomia da Catalunha. O

“pão, paz e terra” de nossos irmãos catalães é assertivo: “o direito democrático de decidir”, o direito democrático de mandar em suas próprias vidas, sem dever reverência à monarquia espanhola, uma instituição ultrapassada desde a invenção da guilhotina. Entretanto, essa bandeira elementar de mobilização carrega um potencial ainda maior, pois abre espaço para outra bandeira. Direito de decidir... mas decidir o quê? A Independência Catalã, a República Catalã, uma Assembleia Constituinte Catalã! Uma Assembleia Popular Constituinte onde se exerça a democracia direta conquistada pelo povo nas ruas! Uma secessão com o Estado Espanhol, mas não uma ruptura com os outros povos da Espanha e da Europa. Um plano superior de unidade republicana e, sobretudo, democrática!

O fato incontornável para qualquer analista honesto é que a decisão do povo catalão em prol da independência está muito forte. Um movimento democrático-popular ganhou massa nos últimos meses, abarcando desde o governo de Puigdemont/Junqueras/Forcadell e setores burgueses descontentes com o atual encaixe espanhol até as organizações tradicionalmente independentistas, os estratos médios da população, amplos setores dos trabalhadores e a juventude indignada (‘sem emprego, sem futuro, sem medo’). A firme resolução de levar adiante o referendo vem sendo combatida de modo truculento pelo regime monárquico, herdeiro do franquismo e cujo porta-voz é Mariano Rajoy.

E mesmo assim, a rebelião pacífica permanece em ascensão. Não há Guarda Civil, o instrumento mais forte da opressão espanhola, que possa esvaziar as ruas catalãs. Não há ingerência golpista, armada ou togada, que possa abaixar a cabeça dos insubmissos catalães. Prova maior disso é que a embarcação que transportava os 5 mil guardas enviados pelo governo conservador não recebeu o abastecimento dos portuários, por livre decisão destes trabalhadores. Cada nova aposta do ‘dublê de Franco’ para quebrar a espinha dorsal do movimento catalã é contrariada por

uma demonstração de teimosia cidadã.

Enquanto Rajoy, o Judiciário e a grande mídia tentam desmoralizar as forças independentistas, universidades são ocupadas pela Catalunha e Puigdemont discursa incentivando a desobediência civil. Quando o Supremo Tribunal determinou que os *mossos* de esquadra fechassem as escolas para impedir o escrutínio no domingo, a ordem foi ignorada solenemente pela polícia catalã. No fatídico 20 de setembro, quando a Guarda Civil espanhola invadiu a sede do Departamento de Economia da Generalitat, para prender os organizadores do referendo, uma multidão cercou o prédio em rechaço à medida de força, destruindo três veículos do corpo armado e impedindo o trânsito dos invasores por quase 24 horas. O tumulto chegou a um ponto que o titular do Juizado de Instrução 13 de Barcelona, Juan Antonio Ramirez Sunyer, viu-se obrigado a pedir que o chefe dos *mossos*, Josep Lluís Trapero, habilitasse um corredor de segurança a fim de que os Guarda Civis pudessem abandonar a região.

### **As direções que permitiram o avanço do processo e as vacilações da esquerda**

Pode-se aqui fazer uma observação bastante útil sobre o processo catalão. O independentismo se encontra mais vivo do que nunca por muitos motivos, que envolvem a crise do regime político espanhol aberta pelo 15-M de 2011, o recente desarmamento unilateral do ETA que pôs fim às ameaças de terrorismo e as possibilidades de uma separação parecer mais lucrativa para uma ala da burguesia da Catalunha.

O independentismo catalão se apoia em bases sólidas, populares e operárias, bem como numa longa tradição linguística e de enfrentamento histórico com a monarquia bourbônica. Justamente da ideia da independência do povo catalão, junto à sua longa tradição de luta, a mobilização popular democrática

emergiu com força. E a resposta autoritária de Rajoy desatou a revolução democrática agora em curso.

Todavia, existe um elemento subjetivo em específico que não pode ser negligenciado. Sem direção, um processo “espontâneo” avança em auto-organização, mas não realiza seu potencial transformador. As circunstâncias permitiram que uma direção conduzisse o processo ao ponto crítico com o qual nos deparamos hoje. Uma combinação de Diadas cada vez mais transbordantes com a realocização da base da velha Convergência no campo separatista, assim como o fortalecimento da Esquerda Republicana e a correta política da CUP pavimentaram a subida de Puigdemont ao poder local.

Ante a negativa de Madri à negociação, Puigdemont, Junqueras e Forcadell foram conseqüentes para levar a Catalunha à desobediência, seja qual fosse a ameaça vinda de Madri. Isso os credenciou como líderes do processo independentista. Embora não saibamos o que vai se passar depois do 1-O, até aqui Puigdemont agarrou a direção do processo de ruptura e foi conseqüente com a linha da autodeterminação catalã.

A CUP desempenhou o papel de vanguarda entre os anticapitalistas. Salvo honrosas exceções, como Aurora e Revolta Global, o conjunto da esquerda socialista espanhola e catalã infelizmente não teve essa tenacidade. Enquanto a CUP desempenhava seu papel importante na defesa de uma república catalã, outras organizações combativas escorregaram em posições pouco corajosas e/ou abstratamente legalistas. No caso de metade de “Catalunya Sí que es Pot” foi abertamente uma traição. O próprio Podemos, a principal ferramenta de mudança forjada pelos espanhóis nos últimos anos, foi lento para aproveitar as brechas abertas pelo independentismo catalão: enquanto Rajoy organizava a repressão, com a vergonhosa cumplicidade do PSOE, o Podemos emitia alertas contra o “unilateralismo” de Puigdemont.

O absurdo que representou a truculência do 20-S certamente modificou a situação e o Podemos encampou uma campanha pelo

‘direito de decidir’ dos catalães. A vacilação anterior teve a ver com seu intento de unificar a luta contra o ajuste econômico, e procurar ser uma alternativa de poder eleitoral para toda Espanha. Seguindo esta política, o Podemos ignorou que uma ruptura da Catalunha poderia fornecer o caldo de agitação em todo o país, elemento que afinal será determinante para a vitória ou fracasso de um movimento contra o ajuste.

Pablo Iglesias apostou numa saída eleitoral na totalidade da Espanha para desbloquear o impasse que vive o regime de Moncloa, quando uma rebelião na Catalunha estava fermentando as condições de enfraquecimento de seus adversários.

### **O significado da rebelião catalã para a Europa e o mundo**

A história da luta contra a dominação capitalista sugere que sempre há elos débeis na ordem mundial, nos quais que os revolucionários podem intervir e golpear com maior agilidade. São as quedas-de-braço entre os movimentos de massas e as forças da reação. E é isso o que faz do processo catalão uma oportunidade preciosa para as organizações de esquerda. O ataque às liberdades democráticas invariavelmente atende a uma necessidade da burguesia imperialista, em sua estratégia de empreender uma contrarrevolução econômica contra os direitos historicamente conquistados pelos oprimidos, a fim de maximizar seus ganhos em todas as esferas da vida material. Assim, o corte de direitos sociais e o atropelamento das conquistas democráticas são as duas pernas do projeto imperialista que vem levando a humanidade e o planeta ao colapso civilizatório.

Daí o cabo-de-guerra entre Catalunha e monarquia castelhana ser fundamental para as próximas tendências a emergirem do impasse crítico global que vivemos. Daí também o grande passo que já se deu no Curdistão iraquiano com o voto massivo pelo “Sim” no plebiscito convocado por Barzania. Quem pode ter dúvidas de que esta não é também uma ajuda fundamental para

Rojava, e todos os movimentos curdos independentistas de Irã, Turquia e Síria? Um elo débil começa a se abrir também no Oriente Médio contra o sanguinário Bashar al Assad e o totalitário Erdogan. Podemos perguntar ao fanfarrão da Casa Branca: para onde manda agora sua superbomba?

A decadência estadunidense (simbolizada ao máximo pela decrepitude de seu presidente rude, bufão e racista) salta aos olhos, enquanto a China e a Rússia buscam projetar seus neoimperialismos pelo vácuo geopolítico legado pela crise capitalista de 2008, ainda não superada pelos países centrais. No interior das realidades nacionais, os povos e os trabalhadores organizam-se com valentia para responder a esta delicada situação de ataques permanentes a seus direitos adquiridos. E a insurgente Catalunha não poderia se omitir destes tempos críticos, protagonizando a vanguarda da resistência mundial, como já o fez em outras épocas.

Aqui vale a menção às ruas de Barcelona, que respiram uma memória de resistência tecida desde a virada do século XIX para o XX, quando rebeliões pipocavam incessantemente. Como registram Orwell e Hemingway, é nesta mesma Catalunha que se configurará o grande bastião da resistência final da guerra civil nos anos 30, onde os revolucionários alcançaram um peso de massas, por meio de uma esquerda antistalinista, como o POUM e a FAI-CNT, e por meio de centrais sindicais muito democráticas e armadas o suficiente para combater até o fim. Nem a longa noite do franquismo foi capaz de cortar esse fio de consciência histórica.

Hoje em dia, Barcelona pulsa cosmopolitismo, sendo a cidade mais aberta a refugiados e imigrantes no mundo. Nem o atentado do ISIS em agosto alterou isso: grupelhos xenofóbicos foram impedidos pela própria população de tentarem manifestar sua imbecilidade. Este perfil solidário e autêntico dessa nacionalidade sintetiza-se no clube de futebol do Barça, o mais amado do planeta, especialmente na América do Sul, África e Ásia.

Tal identidade cosmopolita torna o possível triunfo catalão

um enorme revés político para a burguesia imperialista da UE. A cúpula de Bruxelas vem sofrendo desgastes sucessivos com sua estabilidade. Não faz um ano que o Reino Unido decidiu abandonar o bloco. Não faz alguns meses que os franceses castigaram os dois principais partidos da V República. Não faz alguns dias que Merkel viu seu estoque de votos ser consideravelmente diminuído em favor de uma força de extrema-direita, hoje a terceira bancada do Bundestag. Acrescentando instabilidade a esse panorama de esgotamento da UE, mas no sentido inverso, o independentismo catalão tangencia uma revolução democrática.

Se os catalães impõem sua vontade de secessão contra a secular dominação monárquica, os trabalhadores franceses se sentirão mais autorizados a resistir contra o pacote neoliberal de Macron. E assim será em todos os cantos em que planos de austeridades estiverem sendo gestados ou executados, a ponto de evidenciar uma vez mais o quanto a União Europeia representa os interesses das grandes empresas e bancos, e não dos trabalhadores.

Os fenômenos intermediários à esquerda, como Corbyn, Sanders e Melénchon, terão um ambiente muito mais favorável para se fazerem ainda mais críveis frente às massas: quando o povo quer algo e se coloca em movimento, não há regime opressor que possa esmagar essa determinação. Em suma, se a Catalunha ganha, as lutas democráticas em todo o mundo terão um vendaval a seu favor. Por outro lado, se a Catalunha fica pelo caminho, as tendências autoritárias e centralizadoras ganharão um novo impulso.

### **As consignas democráticas e o anticapitalismo**

Mas o caso catalão engloba outra questão de fundo: as consignas democráticas e o compromisso que os anticapitalistas devem ter com elas, sem nenhum receio. Expliquemos melhor. Em Barcelona, em Damasco, em Luanda, em Caracas, etc, os processos de ruptura ensaiados no século XXI e o acúmulo de experiências

fracassadas no século XX exigem que os revolucionários tomem a defesa das bandeiras democráticas como uma questão de vida ou morte.

Não é possível mais tropeçar no quesito da distribuição de poder. Num tempo em que uma dúzia de corporações e megainvestidores se apropriam dos destinos da humanidade, sermos os campeões da democratização dos meios decisórios é uma condição essencial para a disputa de poder pela esquerda de nosso tempo. Será do choque entre oligopólios e democracia que saíra a faísca de um processo revolucionário que poderá avançar para as estruturas sociais mais profundas. E não se podem abandonar estas consignas para a burguesia.

Neste sentido, cabe-nos apontar a contradição de quem condena corretamente o autoritarismo da direita espanhola e, ao mesmo tempo, fecha os olhos para o que Maduro e a burocracia do PSUV vem fazendo contra a essência democrática do bolivarianismo. A exemplar Constituição de Chávez está sendo solapada a golpes de mentiras por essa Constituinte artificial. Maduro está varrendo as liberdades democráticas e isso não é algo menor. Felicitamos os maduristas que se preocupam em atacar o autoritarismo monárquico-franquista. No entanto, essa postura é completamente oposta à sua completa passividade frente a degeneração do processo bolivariano. “Um governo independente, de enfrentamento ao imperialismo”, como caracterizam os maduristas, não esmaga a liberdade do povo e entrega parcelas dos recursos naturais do país para dezenas de corporações imperialistas. A mobilização das massas contra o imperialismo catalão não tem nada a ver com a ativação de Tribunais Militares para manifestantes civis. A desobediência civil dos catalães não tem nada a ver com um acordo de castas com a maldita oposição da MUD, a ser confeccionado em Santo Domingo por estes dias.

Este campismo tardio dos companheiros é, na realidade, um falso campismo que poderá ter um preço muito elevado na consciência das massas, ao vestir a retórica com um figurino

‘socialista’ enquanto executam com métodos bonapartistas medidas contra o interesse nacional e popular. Chegamos a uma encruzilhada na Catalunha e na Venezuela em que, ou se está pelas liberdades democráticas, ou se está contra elas!

Evidentemente, se as conquistas democráticas não avançam para a igualdade econômica, quase tudo estará para ser feito. A liberdade e a igualdade material das massas trabalhadoras são indissociáveis em nosso horizonte estratégico. E o direito das nações oprimidas de se independentizarem do jugo dos diferentes imperialismos parasitários deste século é parte fundamental da luta democrática.

Como todo movimento de libertação nacional, o independentismo catalão é mais amplo que um movimento anticapitalista. Ou seja, outras classes, além do proletariado, estão atuando em favor do referendo. Isso demandará dos anticapitalistas da Catalunha uma audácia para levar até as últimas consequências as demandas democráticas, em caso de independência e do nascimento da república catalã.

Se a mobilização popular levar até o final o processo de ruptura, o que estará colocado é a convocatória da assembleia constituinte republicana. Neste ponto, pode-se repetir ou superar as assembleias constituintes que ocorreram na Venezuela e no Equador. A questão é quem serão os legítimos representantes do povo nessa nova assembleia constituinte, e nesse ponto surgirá um fato objetivo no qual pode se concretizar a consigna de democracia real, democracia direta do povo, se nestes dias decisivos se avançar a auto-organização do movimento, dos comitês para assegurar a votação do domingo, dos estudantes e das organizações independentistas e de muitas formas que seguramente estarão surgindo. O furacão independentistas varrerá os partidos espanholistas do PSC, Ciudadanos e do PP. O povo legitimamente quererá ter sua voz na Assembleia Constituinte (os professores, estudantes, trabalhadores, vizinhos mobilizados) e podem conseguir neste processo de luta uma genuína e legítima

representação direta.

Os que estão à frente da mobilização poderão ter uma voz firme para plantar na Catalunha este segundo passo fundamental, e assim avançar na permanência da mobilização e disputar contra a burguesia qual república social quer o povo catalão.

Aqui a teoria da Revolução Permanente nos auxilia como nenhuma outra. Mas não se pode abstrair e aplicar mecanicamente os escritos de Leon Trotsky, como o fazem alguns maus leitores de sua obra. É preciso esmiuçar, à luz da fase histórica em que vivemos, todas as dimensões e estágios dos processos que irrompem da realidade concreta. A dinâmica da revolução permanente precisa ser encarada de forma dialética, como são as complexas combinações entre objetivos democráticos e objetivos socialistas, entre democracia direta e igualdade social. Neste sentido, a mensagem de Karl Marx à Liga Comunista de 1850, contribui mais com os catalães de 2017 do que qualquer outro texto marxista. Vejamos:

Vimos como os democratas vão chegar à dominação com o próximo movimento e como vão ser forçados a propor medidas mais ou menos socialistas.

Perguntam-se que medidas devem os operários colocar em oposição aos democratas. Os operários não podem, naturalmente, propor quaisquer medidas diretamente comunistas no começo do movimento. Mas podem:

1. Obrigar os democratas a intervir em tantos lados quanto possível da organização social até hoje existente, a perturbar o curso regular desta, a comprometerem-se a concentrar nas mãos do Estado o máximo possível de forças produtivas, de meios de transporte, de fábricas, de ferrovias, etc.
2. Têm de levar ao extremo as propostas dos democratas, os quais não se comportarão em todo o caso como revolucionários, mas como simples reformistas, e transformá-las em ataques diretos contra a propriedade privada; por exemplo, se os pequeno-burgueses propuserem comprar as ferrovias e as fábricas, têm os operários de exigir que essas ferrovias e fábricas, enquanto propriedade dos reacionários, sejam confiscados simplesmente e sem indenização pelo Estado. Se os democratas propuserem o imposto proporcional, os operários exigirão o progressivo; se os próprios democratas avançarem com a proposta de um [imposto] progressivo moderado, os operários insistirão num imposto cujas taxas subam tão depressa que o grande capital seja com isso arruinado; se os democratas exigirem a regularização da dívida pública, os operários exigirão a bancarrota do Estado. As reivindicações dos operários terão, pois, de se orientar por toda a parte segundo as concessões e medidas dos democratas. (...) **O seu grito de batalha tem de ser: a revolução permanente.**

**Não basta fazer uma “homenagem à Catalunha”: temos que aprender com a Catalunha!**

O Brasil pode retirar boas lições do 1-O. No marco de um regime político apodrecido e de uma crise social aguda, crescem-

se as alternativas de extrema-direita (Bolsonaro ou mesmo os rumores de uma intervenção militar vindos de generais saudosos da ditadura) em amplos setores despolitizados da população. A inércia da vanguarda, a qual boa parte não rompeu seus cordões umbilicais com o PT, flagrante na falta de política principalmente para a pauta democrática da corrupção está fazendo a esquerda perder por WO no crepúsculo da Nova República.

A péssima localização da esquerda não petista em relação à Lava Jato, apagando seus inegáveis componentes democráticos e anticapitalistas (apesar dos vícios próprios da Justiça burguesa), deixou órfã a luta contra as relações espúrias dos políticos profissionais com a burguesia brasileira, que poderia perfeitamente ser hegemônica por uma coalizão radical de organizações populares.

A recusa em se disputar as contradições de um movimento de massas fez, até o momento, com que um novo ciclo da esquerda brasileira ficasse travado. Assim como o Podemos demorou em se posicionar contra a monarquia na questão catalã, a esquerda daqui não lidera uma luta massiva contra o regime porque desprezou o combate à corrupção como uma pauta estranha aos movimentos sociais. Livrar-se das castas políticas demandará do povo brasileiro um processo de ruptura, uma verdadeira revolução democrática.

Estarão a nossa esquerda brasileira e mundial preparada para isso? Acreditamos que sim. Parafrazeando o título do livro de George Orwell, não basta fazer uma “homagem à Catalunha”, temos que aprender com a Catalunha!

## O centro pode aguentar<sup>1</sup>

Perry Anderson<sup>2</sup>

### *A primavera francesa*

A França, geográfica e politicamente a dobradiça da União Europeia, onde o norte e o sul do continente se juntam, tem experimentado uma mudança mais drástica de posição dentro do bloco que qualquer outro Estado-membro. A Alemanha, já com a maior economia e população antes da unificação, tornou-se – novamente – o poder dominante do continente e, conforme seus espíritos mais francos que não guardam segredo, hegemônica na Comunidade. A Espanha, bastante marginalizada pela pobreza e pela ditadura, vivenciou seu ingresso na Comunidade como uma promoção de status rumo à prosperidade e respeitabilidade europeias. Esses países têm razão para sentir satisfação com a UE. A Itália tem uma satisfação menor; sua derrapagem econômica sob a moeda única, todavia, não alterou substancialmente o que sempre foi um papel mais de apoio do que de liderança dentro da Comunidade. A França, por outro lado, esteve na primeira fileira entre os seis membros fundadores – capaz, sob De Gaulle, de fazer os outros cinco se curvarem ante sua vontade, língua e burocracia – ocupando o primeiro escalão de influência dentro da Comissão. Até a virada da década de 1980 ainda era o principal parceiro diplomático da Alemanha, mas viu uma queda inexorável de suas antigas alturas. Em parte, isso foi uma inevitável consequência da reunificação alemã, que automaticamente deu à República Federal uma maior vantagem econômica e demográfica. Mas, em maior medida, as causas de seu enfraquecimento foram endógenas.

<sup>1</sup> Originalmente publicado em <<http://newleftreview.org/II/105/perry-anderson-the-centre-can-hold/>>. Tradução: Charles Rosa.

<sup>2</sup> Historiador marxista britânico, professor na Universidade da Califórnia, Los Angeles e membro do conselho editorial da revista *New Left Review*.

Os índices de perda de posição do país, a maioria deles divulgada nos debates nativos, são inúmeros. Muitos remetem à década de 1990, mas ganharam maior proeminência a partir da crise de 2008. Economicamente, o crescimento arrastou-se, perfazendo uma média menor que 1% por ano; o desemprego aumentou para 10% (25% entre os jovens<sup>3</sup>); o orçamento, que nunca esteve no vermelho nos últimos 40 anos, vê agora a dívida pública crescer para 96% do PIB; a renda per capita mal se moveu. Diplomáticamente, Paris tem cada vez mais acatado as opiniões de Berlim na Europa e de Washington no restante do mundo; suas elites carecem de significativa independência em qualquer arena. Culturalmente, o inglês tornou-se a língua franca da União, tanto do ponto de vista oficial quanto popular. Socialmente, nenhum outro grande país na Zona do Euro viu semelhantes níveis de distúrbios sociais e raciais, ou expressões consistentes de insatisfação popular com a situação nacional. Há anos, com os mais breves intervalos, a *morosité* [“morosidade”] tornou-se o espírito estabelecido.

## 1

Politicamente a V República criada por e para De Gaulle, com uma concentração única do Poder Executivo na Presidência e um Legislativo manipulado para excluir os desordeiros, funcionou mais ou menos suavemente por trinta anos após sua morte, até o fim da época de Mitterrand no Élysée. Até então, a era do crescimento acelerado e de rápida elevação dos padrões de vida que sustentavam seu sucesso original tinha acabado desde quando os efeitos do declínio global da metade dos anos 70 começaram a contar. A guinada brusca de Mitterrand em 1983, abandonando o gasto público para impulsionar a

economia pela via da austeridade e da estabilização da moeda, trocando o discurso socialista pela retórica de disciplina fiscal, foi amplamente saudado como a colocação do sistema político sobre uma base mais sólida. Ao neutralizar o comunismo francês como um cúmplice menor e impotente frente esta mudança, e ao desacreditar a tensão revolucionária pernicioso na cultura do país, Mitterrand lançou as fundações de uma estável República de centro: não mais dependente do carisma individual de um herói nacional que desconfiava dos partidos, mas agora solidamente ancorada no consenso ideológico entre os principais partidos de que o capitalismo era a única forma sensível de organizar a vida moderna. Com o PCF finalmente eliminado enquanto presença séria da cena política, a França poderia aguardar o tipo de alternância entre a centro-esquerda e a centro-direita, que difeririam nos detalhes, mas concordariam no essencial. Tal era o certificado de uma democracia liberal.

De fato, na superfície, isso aconteceu. No Élysée, Mitterrand primeiro foi sucedido por Chirac e este pelo seu infiel ministro Sarkozy, ao qual, por sua vez, se seguiria Hollande: 19 anos de presidência para a centro-esquerda, 19 anos para a centro-direita. Até 2002, quando o mandato presidencial foi abreviado de sete para cinco anos, coincidindo as eleições para o Executivo com o Legislativo, havia ainda a alternância dentro da alternância – “coabitação” –, quando algum lado capturava o posto de Primeiro-ministro com uma maioria na Assembleia Nacional, enquanto o outro continuava a ocupar a Presidência. Assim foi com Chirac e Balladur sob Mitterrand e com Jospin sob Chirac. Mas abaixo da superfície, por razões culturais profundas, o equilíbrio era sempre menos estável do que parecia. A partir dos anos 80, como em outros lugares do Ocidente, o imperativo contínuo do tempo era a radicalização neoliberal das operações do capitalismo: desregulamentação, privatização, flexibilização. Na França, essa era uma agenda calculada para provocar tensões no interior tanto do eleitorado de centro-direita e quanto do eleitorado de

<sup>3</sup> Dois quintos dos desempregados são desempregados de longa duração; 86% dos novos empregos em 2016 eram temporários, quatro quintos deles em contratos de menos de um mês: “The economy that France’s next president will inherit”, *Financial Times*, 8 de maio de 2017.

centro-esquerda<sup>4</sup>.

O Gaullismo, do qual a centro-direita apresentou-se como herdeira – embora cada mais fictícia – nunca tentou desmontar a versão local do Estado de Bem-Estar do Pós-Guerra, caso houvesse aumento de receitas fiscais, além de sempre assegurar ao menos um terço dos votos da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que os bastiões tradicionais do conservadorismo nas zonas rurais e nas pequenas cidades resistiam às modernas elites tecnocráticas e empresariais nos movimentos do capitalismo francês. O liberalismo nunca foi muito mais do que uma palavra de ordem na França do Pós-Guerra, onde foi tipicamente associado a um *laissez-faire* desenfreado. A chegada do neoliberalismo – o prefixo “neo” nem sequer era necessário para arrepiar os cabelos – abriu de modo previsível uma falha tectônica no bloco de centro-direita: de um lado, seus componentes empresariais, burocráticos e profissionais, cada vez mais ansiosos para se beneficiar do fim dos grilhões antiquados na busca do lucro; de outro, seus notáveis provincianos, escrivães ou artesãos pequeno-burgueses, para não falar dos trabalhadores, que sofreram ou foram marginalizados por aqueles. Tensões similares cresceram quando numa fase subsequente se acrescentaram aos problemas econômicos as polêmicas morais. Deveria haver um mercado de direitos reprodutivos? Deveria o casamento ser neutro em relação ao gênero?

Inevitavelmente, o advento do neoliberalismo também dividiu o eleitorado de centro-esquerda. Aquelas habilidades de Mitterrand tinham levado o Partido Socialista ao quase completo comando da situação, com o remanescente Partido Comunista obrigado a segui-lo no segundo turno do sistema eleitoral. A maioria dos eleitores de centro-esquerda vinha da extremidade baixa da pirâmide de rendimentos: trabalhadores, professores de nível básico, assalariados e funcionários públicos mal remunerados.

<sup>4</sup> Para uma análise mais aguçada, ver Bruno Amable e Stefano Palombarini, *L'illusion du bloc bourgeois. Alliances sociales et avenir du modèle français*, Paris, 2017.

Acima deles, os profissionais em melhores situações, tais como administradores e semidiretores estatais, respaldados pelo grande e bem-dotado *establishment* midiático-intelectual do PS. A doutrina de Hayek tinha pouco a oferecer aos primeiros, mas exercia uma crescente atração para estes últimos, persuadidos cada vez mais de que os condutores básicos de uma necessária modernização da sociedade francesa somente poderiam ser a empresa e o mercado. A fissura na centro-direita foi, portanto, reproduzida na centro-esquerda. De cada lado, a camada dominante do bloco se comprometeu a avançar no giro neoliberal que Mitterrand havia colocado em movimento no começo dos anos 80. Mas, como ambos precisavam vencer eleições para conquistar o poder, nenhum poderia se arriscar a perder os eleitores essenciais (encampando tão abertamente uma agenda neoliberal) e a provocar reações sociais violentas (perseguido tão radicalmente os movimentos de contestação). O resultado foi uma sequência insatisfatória de meias medidas, que foram alvo de críticas de todos os órgãos da opinião liberal de mentalidade direitista no estrangeiro – o *Financial Times*, o *Economist*, o *Frankfurter Allgemeine*. O gasto público permanecia alto; o Estado de Bem-Estar Social não era rebaixado a um tamanho decente; negócios não se estabeleciam adequadamente livres; os orçamentos não alcançavam superávits; sindicatos não foram destruídos; os correios, as prisões e tudo o mais permaneciam nas mãos do Estado. Em sua timidez, a centro-direita e a centro-esquerda compartilhavam a responsabilidade pelo fracasso da França em abraçar a modernidade.

## 2

De fato, a simetria era incompleta. Havia uma diferença significativa nos problemas que o neoliberalismo colocava para cada coalizão e nas maneiras com que cada lado os enfrentava<sup>5</sup>. Para a centro-esquerda, o segmento de sua base eleitoral que

<sup>5</sup> O excelente relato de Amable e Palombarini presta suficiente atenção nisso.

poderiam colocar mais a perder, caso implementassem uma versão francesa das proezas de Thatcher ou Blair, era mais amplo e socialmente mais vulnerável que o segmento correspondente na base de apoio da centro-direita. Para enfrentar essa dificuldade, o PS necessitou de uma blindagem ideológica de seu curso mais afirmativa, capaz de embelezar e distrair seus objetivos. Este foi o legado de Mitterrand: o ideal inspirador da Europa. Era a seu serviço que os franceses foram chamados a se liberalizar e a se modernizar. Em particular, Mitterrand – mais sincero que seus sucessores – sabia o que isso significava, visto que confidenciou a seu parente Jacques Attali logo no início: “Estou dividido entre duas ambições: a construção da Europa ou a justiça social. O Sistema Monetário Europeu é uma condição para o sucesso da primeira, porém limita minha liberdade no que diz respeito à segunda”<sup>6</sup>. Uma vez que a UE estava em vigor, toda iniciativa pró-mercado poderia ser exaltada ou justificada como necessária para a solidariedade com Bruxelas. Frequentemente, a centro-direita também encontrou nisso uma oportunidade conveniente, mas ela nunca poderia recorrer à Europa como um trunfo ideológico universal sem renunciar suas reivindicações a alguma memória do Gaullismo. E nem precisava disso. As metas neoliberais caíram mais naturalmente para a maioria do seu eleitorado, exigindo menos adornos.

Entretanto, dos dois blocos, a centro-esquerda era melhor equipada para introduzir as reformas neoliberais. A resistência a estas sempre foi mais provável de vir das classes populares, nas quais estava a maior parte de sua própria base social, em particular – embora não exclusivamente – os sindicatos. De todos estes, somente o colaboracionista CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho) era suficientemente confiável para engolir qualquer coisa. Para a centro-direita, provocar um conflito frontal com os trabalhadores ou movimentos estudantis, sem falar das camadas populares simpáticas a segmentos, era um convite

<sup>6</sup> Attali, *Verbatim I*, Paris 1993, p. 399.

à derrota, como descobriram Juppé em 1995 e De Villepin em 2006. De modo contrário, alegando ainda representar os pobres e oprimidos e interpretar seus melhores interesses, o PS estava numa posição mais favorável para neutralizar tal oposição, como mostrou o sucesso de Valls ao fazer tramitar uma lei trabalhista que agradou aos empresários em 2016. Tampouco foi casualidade que ao longo dos anos a centro-esquerda privatizou muito mais empresas públicas que a centro-direita.

### 3

Inevitavelmente, as dificuldades de longa data, que remontam aos anos 80, no caminho de uma reforma neoliberal do capitalismo francês se intensificaram quando a crise financeira de 2008-09 atingiu o país. A condição deteriorante da economia, à medida que o crescimento caía e o desemprego aumentava, tornou os duros remédios do mercado ainda menos toleráveis aos que sofrem na base da sociedade, porém ainda mais urgentes – para que a França voltasse a ser competitiva de novo, a única rota para a prosperidade geral – aos olhos dos que estão no topo. A crise atingiu a França sob Sarkozy, que se equilibrou o melhor que pôde entre a necessidade de reformas e a necessidade de reeleição, ficando no final sem nenhuma das opções. Com a centro-direita travada, a alternância funcionou uma vez mais, colocando a centro-esquerda no gabinete. Mas se a presidência de Sarkozy foi uma decepção para a centro-direita, Hollande provou-se um desastre para a centro-esquerda, alongando até o ponto de ruptura sua já esgarçada corda bamba entre a promessa eleitoral e a performance política. Depois de fazer campanha com uma retórica mais radical que seus predecessores, anunciando que “meu inimigo é o setor financeiro” e prometendo a revisão do Pacto de Estabilidade escrito por Berlim e Bruxelas, além da taxação dos ricos e ajuda aos pobres, Hollande logo presidia um governo mais conspicuamente atado aos negócios e ligado a

Berlim do que Sarkozy, além de confiar ainda mais nas aventuras militares na África e no Oriente Médio como injeções temporárias de adrenalina na nação. O crescimento não conseguiu acelerar, nem o orçamento conseguiu se equilibrar; a renda per capita continuou estagnada; o número de desempregados, ao invés de cair, aumentou.

Um ano depois de sua eleição Hollande já era o presidente mais impopular da história da V República. Sarkozy foi rejeitado por sua arrogância e desapontou as expectativas de seu governo. Mas quando ele concorreu para a reeleição, ele ainda pôde reunir 48,4% dos votos. Hollande, ao contrário, foi desprezado por suas indecências, indignando e perdendo ruidosamente o apoio da vasta maioria dos que votaram nele. Com menos de 12 meses de mandato, os seus índices nas pesquisas caíram para o patamar de apenas um dígito. Um colapso assim na popularidade não tinha precedentes. Parecia certo que a corda bamba estava prestes a romper, precipitando sua queda. No entanto, o senso de autoestima de Hollande era tal que a seis meses do início da disputa eleitoral de 2017, ele ainda cogitava concorrer à reeleição, calculando que poderia usar a autoridade do governo para conservar o apoio do PS e com isso ter uma boa chance de manter a centro-esquerda no poder. Ao menos ele tinha uma razão para estar confiante: era improvável que o partido impedisse um presidente em exercício de ser candidato. Todos esses cálculos foram destroçados pela publicação em outono de um livro de 650 páginas no qual dois jornalistas do *Le Monde* relataram suas conversas com ele ao longo de cinco anos, de 2011 a 2016. Uma coleção suicida de rancores e vaidades fúteis – incrivelmente não ocultada, mas autopromovida<sup>7</sup> –, cujo efeito foi uma versão francesa das gravações de Nixon. O que permanecia de sua reputação foi destruído. Finalmente,

<sup>7</sup> Em outubro de 2015, ele ainda considerava um segundo mandato como garantido. Foram especialmente prejudiciais seus ataques ao judiciário (“covardes”), a seus ministros (“inaudíveis”, “diáfanos”, “não-indentificáveis”), ao mundo da cultura (“difícil e ingrato”), para não falar da lamentável imagem que ficou quando a conversa tratou de suas duas amantes: [ver o livro de] Gérard Davet e Fabrice Lhomme, “*Un Président ne devrait pas dire ça...*”, Paris: Stock, 2016, pp. 155, 388–9, 81–95, 125, 129 ff.

percebendo que sua candidatura não tinha mais esperanças, ele se retirou em seguida da disputa presidencial.

#### 4

Com as pesquisas lhe indicando uma ampla vantagem, a centro-direita parecia caminhar para uma vitória fácil e a França se preparava para a costumeira alternância. Na esteira da autodestruição de Hollande, o partido de Sarkozy, renomeado *Os Republicanos*, promoveu uma primária de dois turnos para escolher o candidato à presidência. Para surpresa geral, nem Sarkozy nem Juppé, o favorito, emergiram vitoriosos. Ao invés disso, o ex-primeiro ministro de Sarkozy, François Fillon, foi quem alterou o quadro, aplicando uma mistura heterodoxa de Gaullismo e Thachterismo – um programa socioeconômico mais radicalmente neoliberal do que já fora apresentado antes na França, em ruptura com os compromissos consensuais do *Welfare State*, combinado com uma política externa mais independente que qualquer um dos campos já se atreveu a imaginar desde De Gaulle, em ruptura com os tabus dos EUA e da UE em relação à Rússia e ao Oriente Médio. Com uma folgada liderança nas pesquisas nacionais – no começo de dezembro, alcançava 30% das preferências eleitorais do primeiro turno – parecia quase certo que ele seria o próximo presidente, dado o impulso automático dos partidos em apoiar qualquer um que enfrentasse sua desafiante mais próxima, Marine Le Pen, 7 pontos percentuais atrás dele, mas virtualmente garantida no segundo turno, no qual mais de 60% do eleitorado expressava a intenção de votar no adversário dela, seja lá quem fosse.

Seis semanas depois, um raio dificultou tal perspectiva. Em 24 de janeiro, *Le Canard Enchaîné* revelou que Fillon por anos usava as verbas de seu gabinete parlamentar na Assembleia Nacional para pagar sua esposa, e mais tarde também seus filhos, em troca de serviços imaginários. Imediatamente colocado sob investigação

judicial – situação que durante as primárias Fillon havia dito coincidentemente que desqualificava qualquer postulante à presidência, num ataque escassamente velado a Sarkozy, bastante ameaçado por investigações – sua posição nas pesquisas entrou em colapso. Uma semana mais tarde ele despençou para o terceiro lugar e nunca mais se recuperou. A centro-direita, incapaz de forçá-lo a desistir, estava de repente fora do jogo.

Ao eliminar Fillon, *Le Canard Enchaîné* tornou-se o ‘Grande Eleitor’ do país; sua intervenção efetivamente decidiu a corrida presidencial, cujo resultado era previsível desde o início. A natureza espetacular de seu furo jornalístico praticamente não despertou nenhuma curiosidade quanto a sua origem. No entanto, aí certamente repousa a chave para o desenlace. As malversações de Fillon não estavam de nenhum modo fora do que é comum na classe política francesa. Uma estimativa indica que por volta de cem deputados da Assembleia Nacional usaram suas verbas de gabinete de forma semelhante – talvez, haja mais amantes do que esposas na lista de pagamento. As somas de dinheiro envolvido, consideráveis para os padrões das pessoas comuns, eram pequenas quantias no alto escalão da corrupção política na França – pouco mais do que um ‘furto’, como disse um crítico mordaz.

Evidências, entretanto, que requerem acesso a contas bancárias, declarações fiscais e similares, eram mais difíceis de encontrar. Como o *Canard* adquiriu tudo isso, em um momento tão estratégico? O semanário, reputado como a publicação dos maiores escândalos da França, pode ser comparado ao *Private Eye* na Grã-Bretanha, com ambos oferecendo uma mistura de sátira e relato. Se o humor elefantino da versão francesa faz sua contraparte britânica parecer sagaz, a principal diferença reside na maior intimidade do *Canard* com o tenebroso mundo das manobras de bastidores da classe política e as operações manipulatórias dos serviços de inteligência franceses, aos quais serviu mais de uma vez como um solícito instrumento<sup>8</sup>. O momento de sua exposição

8 Para abundante documentação sobre a interpenetração de pessoal e a convivência da revista com o PS

sobre Fillon foi uma indicação inequívoca de que aquilo não era fruto de meses de investigação paciente e independente, mas simplesmente um pacote - consoante com a orientação política da publicação - entregue a ela por grupos interessados no aparato estatal. Esses poderiam ter sido funcionários indicados pelo PS no Ministério das Finanças, agindo para prejudicar o provável vencedor do campo da oposição; homens de confiança de Sarkozy, dos quais ainda há muitos na polícia, exercendo uma vingança contra Fillon por este ter feito o seu melhor para levantar suspeitas sobre seu rival no caso Jouyet<sup>9</sup>; ou o complexo de segurança diplomático-militar, movendo-se para destruir uma ameaça à unidade franco-germânica na Crimeia e às sanções ocidentais sobre a Rússia, da mesma maneira que seus homólogos americanos puseram em xeque a inclinação de Trump para aproximar-se de Moscou. Seja qual for a fonte do dossiê, seu efeito na eleição foi maior que a combinação de todos os discursos de campanha dos diferentes candidatos.

## 5

O *Canard* publicou sua história dois dias depois do primeiro turno da primária no Partido Socialista ter revelado toda a extensão da desordem na centro-esquerda. Logo que Hollande desistiu, seu primeiro-ministro Manuel Valls, que há muito estava de olho na oportunidade, anunciou que concorreria à presidência. Admirador mais conhecido de Blair na França, Valls nunca foi popular dentro partido, sendo tão musculoso quanto direitista, a ponto de clamar abertamente para que se abandonasse qualquer

sob Mitterrand, pelo qual seus editores eram apaixonados, e seu papel particularmente odioso como uma engrenagem para os esforços de seu governo em ocultar sua responsabilidade pelo afundamento de Rainbow Warrior e o assassinato de um ativista de Greenpeace na Nova Zelândia, nos quais *Le Canard* trabalhou zelosamente para atribuir aos britânicos mais do que aos serviços secretos franceses, ver o registro pouco apetitoso em Karl Laske e Laurent Valdiguié, *Le vrai Canard. Les dessous du Canard enchaîné*, Paris 2008, pp. 245–347.

9 Ver Davet e Lhomme, ‘*Un Président . . .*’, pp. 445–56.

pretensão de socialismo. Ele esperava, entretanto, capitalizar sua posição à frente do governo com a imagem de um inimigo atroz do terrorismo. A aguda inclinação neoliberal e autoritária de seu último ano no cargo, no entanto, provocou bastante revolta na base do partido a ponto de desmontá-lo. Bem à frente no primeiro turno e um vencedor acachapante no segundo turno das primárias foi outro ministro de Hollande, Benoît Hamon, que se demitiu do governo no final de 2014 para concorrer como um candidato da esquerda do partido. Uma figura pálida, desfrutando de pouco ou nenhum apoio do *establishment* do PS e com escasso apelo para fora do reduzido perímetro de sua base, sua vitória simplesmente anunciou a condição a qual o PS tinha se reduzido: esvaziado e dividido. Valls ainda se recusou a votar nele. Sua investidura como candidato, selada somente depois que Fillon estava efetivamente nocauteado no ringue, levou a centro-esquerda tão claramente para fora do jogo como havia ocorrido com a centro-direita cinco dias antes. Em abril, Hamon conseguiria alcançar apenas 6% do eleitorado.

## 6

Na segunda semana de fevereiro, com a remoção de ambos os polos de alternância, estava claro quem seria o próximo presidente. Em outubro, Emmanuel Macron, ministro da Economia de Hollande, demitiu-se de seu posto para concorrer contra seu patrão. Em abril de 2016, ele criou um movimento batizado com seu próprio monograma, *En Marche!* (EM), com a óbvia intenção de testar suas possibilidades de capturar o Élysée. Em novembro, ele anunciou devidamente que estava no páreo. Um produto típico das camadas superiores da classe política, uma cria da *École Nationale d'Administration* (ENA) – um *énarque*, portanto – movendo-se sem muito esforço entre o serviço público e o enriquecimento privado, de Inspetor das Finanças a milionário repentino em parceria com Rothschild, ele se juntou ao PS em

2006, retirando-se dele em 2009, para depois fazer as conexões que o alçariam à entourage pessoal de Hollande em 2012, do qual se tornou vice-chefe de gabinete e rapidamente, aos 36 anos, uma liderança ministerial no governo. Seduzido por esse *enfant choyé* [“rapaz mimado”], Hollande viu nele uma versão mais jovem dele próprio, adornando seu regime com um toque de glamour juvenil. *Macron, c'est moi*, ele disse a seus jornalistas<sup>10</sup>. No que diz respeito à política, ele não estava errado: pouco ou nada os dividia – como assegurava o histórico de Macron, ele seria um ícone amigável ao mercado para encampar a política de desregulamentação da forma como queria Hollande. Dificilmente importava que ele não fosse mais formalmente um membro do PS, já que privadamente Hollande admitia que o partido era algo do passado. Mas Hollande se enganou ao pensar que Macron seria um príncipe leal, uma vez que este lhe devia sua própria ascensão. De perto, Macron podia ver o provável destino de seu governo e no momento exato não hesitou em afundá-lo em benefício de suas próprias ambições. No momento em que anunciou sua candidatura, ele já tinha reunido em abundância apoiadores nos círculos empresariais, burocráticos, profissionais e intelectuais. Juntamente com um adequado orçamento de guerra e uma ampla cobertura midiática, ele pôde progredir como a encarnação de tudo o que era dinâmico e avançado na França.

Ideologicamente, desde o início, Macron lançou o *En Marche!* como um movimento que transcendia a ultrapassada oposição entre direita e esquerda na França rumo à criação de uma nova e refrescada política de centro, liberal na economia e social na sensibilidade. Esse era, com certeza, por si só um apelo desgastado, oferecido repetidamente por diversos políticos e correspondente a uma demanda real no meio do espectro da opinião pública, mas que nunca conseguiu acabar de modo bem-sucedido com a dicotomia de esquerda e direita. Em parte por causa da lógica

<sup>10</sup> Davet e Lhomme, *Un Président . . .*, p. 357: “mais tarde, essa pérola: ‘Emmanuel Macron é um ser que não é dual’”, p. 366.

polarizante do sistema eleitoral e, em parte, por causa do fato de que a oposição dominante se dava entre dois blocos em que cada qual poderia legitimamente reivindicar o mesmo prefixo: centro-esquerda e centro-direita. Entretanto, no momento em que ambos estavam desativados, um centro autodeclarado ‘puro’ poderia pela primeira vez comandar o palco. Ao projetar sua construção, Macron teve que lidar com o último pretendente ao papel, o político católico François Bayrou, que concorreu à presidência em todas as eleições desde 2002 (conquistando uma alta pontuação de 18,57% em 2007), e que poderia subtrair eleitores de Macron caso concorresse novamente. O partido político do qual ele provinha, a UDF, foi uma criação de Giscard nos anos 70, e em suas subseqüentes metamorfoses (agora se chama UDI), serviu como um tradicional, quando não invariável, aliado do maior partido de extração originalmente gaullista liderado por Chirac – de quem Bayrou tinha sido ministro – e Sarkozy<sup>11</sup>. A UDI sempre foi um componente mais significante do bloco da centro-direita do que qualquer elemento homólogo na centro-esquerda. Como Macron teria dificuldades em esconder sua passagem pelo PS, era ainda mais importante assegurar o apoio de Bayrou, para certificar que sua candidatura tivesse visível endosso no campo oposto, onde a bandeira do centro sempre crescia de modo consistente. Em 22 de fevereiro, Bayrou embarcou sem desnecessária tergiversação. Macron ganhou imediatamente 5 pontos nas pesquisas. O centro agora era verdadeiramente sua propriedade. Bem à frente de Fillon, com um abatido Hamon muito atrás, Macron bloqueou a Presidência.

## 7

Tal não foi, entretanto, a narrativa em francês, e muito menos na mídia internacional. Lá, a eleição apresentou-se como

<sup>11</sup> Depois de sua performance na eleição de 2007, Bayrou saiu da UDF para criar seu próprio partido, MoDem, com o objetivo de oferecer uma marca menos conservadora de centrismo.

um drama, até mesmo uma disputa nervosa, dominada pela ameaça da Frente Nacional – fascismo levemente dissimulado ou populismo raivosamente tóxico, de acordo com o gosto – chegar ao poder num pesadelo “versão gálica” da vitória de Trump nos EUA. Em parte, a lógica típica da imprensa e da televisão ditou isso. Notícia não é notícia se for algo previsível: excitar *frissons* de medo vende melhor do que garantias chatas de conforto. Mas também, muito mais importante para os propósitos do segundo turno, era a lógica padrão da ordem estabelecida: quanto mais sensacionalista o perigo da extrema-direita, mais esmagadora a necessidade de todos os cidadãos decentes seguirem atrás do campeão da democracia, cuja identidade poderia com tato ser deixada em branco num primeiro momento, antes de se tornar, para alívio geral, um jovem e encantador banqueiro.

A presente realidade da FN pouco tem a ver com tudo isso. Formada no início dos anos de 1970 pelo ex-paraquedista Jean-Marie Le Pen, foi originalmente um pequeno partido de extrema-direita, de perspectiva antissemita e anticomunista clássica, que uma década mais tarde conquistou seu primeiro, ainda que modesto, avanço eleitoral (9,65%), arrebatando votos da classe trabalhadora desiludidos com o giro de Mitterrand à austeridade. Ideologicamente, a FN permaneceu – e isso não foi tão comum para os partidos de extrema-direita do período – militantemente pró-Europeu e antiestatista, a favor do livre-mercado<sup>12</sup>. Depois de Maastricht, arrefeceu seu entusiasmo pela Europa e gradualmente aumentou sua audiência popular, como o único partido que não estava implicado na visível corrosão do sistema político e na deterioração das condições de vida da população sob tal regime. Em 2002, foi um choque para o *establishment* quando Le Pen conseguiu passar para o segundo turno da eleição presidencial, antes de ser esmagado pelos incontestáveis 82% de

<sup>12</sup> Jornalistas estrangeiros, encantados que Macron conseguisse tocar a ‘Ode to Joy’ de Beethoven, adotado pela UE como seu hino oficial, poderiam ter se surpreendido ao aprender que no final dos anos 80 o mesmo kitsch musical ressoou através dos amplificadores dos comícios de Jean-Marie Le Pen para a FN.

Chirac<sup>13</sup>, e cinco anos depois reduziu-se para um décimo do eleitorado. Na sequência desse revés, Le Pen retirou-se, e sua filha Marine assumiu a liderança do partido. Posteriormente, a combinação da Grande Recessão com as habilidades políticas muito maiores de Marine e a queda livre do governo de Hollande, jogou vento em suas velas. Crucial para seu sucesso vindouro foi o reposicionamento de Marine como não apenas um martelo contra a UE, mas também – outra transformação de 180 graus – uma campeã da proteção do Estado de Bem-Estar e da intervenção estatal, contra as devastações do neoliberalismo. Em 2014, a FN chegou ao primeiro lugar nas eleições europeias realizadas na França, com um quarto dos votos.

Sociologicamente, esse crescimento deveu-se à conquista de votos da FN entre a classe trabalhadora, onde o partido veio a ocupar o espaço vago deixado pelo comunismo francês. Não se tratava do proletariado das fábricas sindicalizado de antigamente, largamente destruído pela desindustrialização, mas de seus sucessores atomizados, que trabalham duro em uma sobrevivência precária com contratos de curto prazo em pequenas firmas, geracionalmente separados de seus predecessores na experiência diária e cultura circundante. A FN não conta com professores e funcionários públicos, como o PCF, mas com pequenos empresários, profissionais autônomos ou artesãos. Unidas pela hostilidade aos políticos e tecnocratas da parte de cima e aos imigrantes e vagabundos na parte de baixo, as contradições desse bloco não foram objetivamente menores que as dos dois campos competidores do establishment. Mas eles não foram submetidos ao mesmo teste subjetivo: uma vez que a Frente Nacional foi excluída do sistema político, ela não poderia ser culpada por seus crimes – entre todas as forças organizadas, era a única claramente inocente e também frequentemente a única que parecia falar a

13 Para os bastidores da eleição, manipulação constitucional de Jospin, seu fiasco nas urnas, e a degradação inútil da esquerda no segundo turno de 2002, ver *The New Old World*, London and New York 2009, pp. 174–7.

verdade.

Com Marine, a FN se tornou o primeiro partido da classe trabalhadora francesa. No primeiro turno das eleições desse ano, o número de trabalhadores (37%) que votaram nela esteve muito à frente de qualquer outro partido. No segundo turno, uma maioria de 56%. À medida que a desigualdade de renda e a insegurança empregatícia aumentaram constantemente sob o sistema de alternância em conluio, assim também ocorreu com os que estavam dispostos a votar na FN: 4,8 milhões de votos na eleição presidencial de 2002, 6,8 milhões de votos nas eleições regionais de 2015, 7,7 milhões de votos no primeiro turno em 2017, 10,6 milhões de votos no segundo turno – a última cifra aparece, entretanto, como um produto das distorções impostas pela corrida de duas voltas. Seu real nível de apoio é por volta de um quinto do eleitorado, menos do que aqueles – principalmente trabalhadores também – que se abstêm, votam em branco ou anulam suas cédulas<sup>14</sup>. Nunca houve a mínima chance de Marine vencer a disputa pela presidência. Longe de ser uma mortal ameaça para o sistema em curso, a FN é uma parte eminentemente funcional ao mesmo, juntando toda a opinião respeitável, que de outra forma poderia hesitar ou questioná-la, em uma ansiosa ou autojustificada defesa do status quo: o espantalho ideal de uma república neoliberal.

## 8

Por fora do sistema, no flanco oposto, estava a recente criação de *La France Insoumise*, liderada por Jean-Luc Mélenchon. Mais jovem por uma geração que [Tony] Benn e uma dezena de anos

14 Antes de 2017, estimou-se que menos de um em cada sete trabalhadores na realidade votam pela FN, tão extensa era a abstenção proletária: Patrick Lehingue, “L’électorat” du Front National. *Retour sur deux ou trois “idées reçues”*, in Gérard Mauger e Willy Pelletier, eds, *Les classes populaires et le FN*, Paris 2016, pp. 33–7, que reconhece, entretanto, que mais da metade do eleitorado da FN é a classe trabalhadora de um tipo ou outro, e que mais trabalhadores estão representados em listas eleitorais do que em qualquer partido. Esta camada de apoio concentra-se no Norte e Nordeste; no extremo-Sul, há mais conservadores, vindos de uma pequena burguesia bastante influenciada pelo catolicismo.

mais novo que [Oskar] Lafontaine, Mélenchon foi a última figura principal dos partidos europeus da Internacional Socialista a se virar – tardiamente, em sua carreira – bruscamente para a esquerda, apesar de descartar o rótulo como demasiado limitante. De um família *pied-noir* [“pé-negro”, franceses que viviam nas ex-colônias francesas] que se mudou do Marrocos para a França em 1962, depois de uma formação inicial no ramo lambertista do trotskismo francês que produziu muitos quadros do PS, ele se tornou um ardente admirador de Mitterrand. Crescendo rapidamente no interior do Partido Socialista, aos 35 anos, tornou-se o senador mais jovem da V República. Ativo nos argumentos internos e nas disputas do partido à esquerda dele, por mais de três décadas permaneceu leal a sua liderança, defendendo a conversão de Mitterrand à austeridade, votando por Maastricht, tornando-se um ministro de Jospin e aprovando sua ruinosa mudança para a Constituição.

Em 2005, entretanto, ele se virou contra a proposta da Constituição Europeia, esmagadoramente apoiada pelo PS e rejeitada por uma longa maioria no referendo subsequente. Três anos depois, ele abandonou o partido para criar à esquerda deste uma pequena formação, com a qual negociou uma aliança junto ao PCF para disputar as eleições de 2012, em uma frente de esquerda, a *Front de Gauche*, concorrendo ele próprio como seu candidato presidencial. A experiência não foi um sucesso: Mélenchon obteve 11% dos votos, uma pontuação um pouco maior do que a combinação de várias pequenas organizações de esquerda em 2002 e a FG atingiu somente 7% nas eleições legislativas. Mélenchon esperava que a Front unisse socialistas desiludidos e comunistas residuais em uma versão francesa do *Die Linke* na Alemanha (Lafontaine esteve presente em sua fundação); mas o PCF, agarrado em seus acordos locais de longa data com o PS, não tinha a intenção de se unir dessa forma, e nada disso aconteceu.

Alterando a tática, quatro anos mais tarde, Mélenchon criou um movimento inteiramente novo, *La France Insoumise*, para concorrer à presidência novamente, desta vez independente de qualquer outra força. A mudança foi mais do que meramente organizacional. Fascinado por algum tempo pelo sucesso dos governos heterodoxos na América Latina, Mélenchon extraiu uma inspiração particular do exemplo de Rafael Correa no Equador, assim como ele um ex-ministro de um partido social-democrata, pioneiro na ideia de uma “revolução cidadã”, que reescreveu a Constituição, redistribuiu riqueza e protegeu o meio ambiente. Esse era o caminho a seguir para abandonar os esquemas exaustos da tradicional esquerda europeia rumo a um populismo radicalmente progressista, convocando o povo a lutar contra as elites no controle de um sistema econômico e político falido. Impressionado com a visão estratégica de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, com quem se encontrou na Argentina em 2013, Mélenchon começou a aplicar suas lições em casa<sup>15</sup>. Com uma plataforma não muito diferente de Correa – a primeira de suas demandas foi o chamado pela VI República, a ser fundada por uma Assembleia Constituinte que acabe com a “monarquia presidencial” e o sistema eleitoral manipulado, criando uma democracia parlamentar equitativa com direito de *recall* e referendos<sup>16</sup> – *La France Insoumise* substituiu as bandeiras vermelhas e o hino da Internationale pela bandeira tricolor e a *Marseillaise* em seus comícios, apelando a todos os patriotas, independente de classe ou idade, a se levantar contra a ordem decadente da V República. Tomando emprestado o grito que

15 Veja seu próprio relato em Jean-Luc Mélenchon, *Le choix de l'insoumission*, Paris 2016, pp. 310-6. “Em suma, Chávez, Correa, Mujica, Laclau e Mouffe libertaram minha linguagem e minha imaginação política. O capítulo latino-americano de sua experiência foi o que me permitiu, antes de outros, substituir a velha fixação nos assalariados organizados. Na Espanha, Podemos fez a mesma tentativa. Todos os seus líderes aprenderam da América Latina revolucionária. Tanto na França quanto na Europa, quantos participaram nessa agitação em conjunto de ideias? Pouquíssimos! A maioria ainda está presa nos velhos esquemas da tradicional esquerda europeia, apesar do evidente fracasso de métodos”: pp. 315-6. Chantal Mouffe seria uma presença proeminente nas plataformas de Mélenchon.

16 Detalhado em Mélenchon, *L'Avenir en commun. Le programme de la France insoumise et son candidat*, Paris 2016, pp. 23-7.

derrubou Ben Ali na Tunísia, *Dégagez!* – “Saia!” – tornou-se o *leitmotiv* da campanha. Amplamente reconhecido como vitorioso nos debates televisivos, com uma verve retórica incomparável em comícios massivos, projetado de cidade a cidade por hologramas, Mélenchon conquistou o maior crescimento – cerca de 7% – entre os candidatos nas semanas finais da campanha.

## 9

Foi um feito impressionante. A votação final para o primeiro turno viu os quatro candidatos à frente proximamente agrupados: Macron com uma clara liderança de 24%; os outros três separados por uma margem um pouco maior que um ponto percentual, Le Pen 21,3%, Fillon 20,01%, Mélenchon 19,58%<sup>17</sup>. A virada populista da *France Insoumise* foi recompensada. Mélenchon ultrapassou Le Pen em sua posição de longa data de política mais popular entre os jovens da nação, conquistando 30% do grupo de idade 18-24 anos, e entre os desempregados, obtendo 31%, com um forte grau de apoio também entre os jovens imigrantes nas *banlieues* suburbanas. Em quatro das dez maiores cidades da França – Marseille, Toulouse, Montpellier, Lille – ele ficou em primeiro. Com uma porcentagem um pouco abaixo do que conquistou Podemos na Espanha no verão anterior (21%), fazendo campanha com um programa muito mais radical, reduziu Hamon para um patamar um pouco acima dos 6%. *La France Insoumise* conquistou aquilo que o movimento espanhol buscava e não conseguiu fazer, derrotar o Partido Socialista nas urnas<sup>18</sup>. Mas não conseguiu ultrapassar a FN, uma vez que Marine manteve uma grande vantagem entre os trabalhadores manuais e não-manuais, e nos dois estratos de menor renda. Somando as duas formações,

17 No último mês da campanha, Fillon subiu nas pesquisas, sem no entanto se aproximar de Macron, ao mobilizar o neo-conservadorismo católico que nos anos recentes tem mostrado surpreendente crescimento entre os jovens educados, fornecendo boa parte da energia para seu triunfo nas primárias da centro-direita.

18 Sua tarefa foi, certamente, mais fácil: na Espanha, o PSOE era mais oposição ao governo de centro-direita do que comparativamente desacreditado por uma debacle da centro-esquerda.

a FN e a LFI conquistaram 40% dos que escolheram um nome na cédula em abril de 2017. Outros 24% se abstiveram ou votaram em branco<sup>19</sup>. Nenhum outro país da Europa Ocidental tinha assistido à tamanha rejeição radical da ordem estabelecida. Dois de cada cinco eleitores, para estremecimento dos comentaristas *mainstream*, estavam aparentemente prontos para embarcar em qualquer aventura “insensata”<sup>20</sup>. Onde isso pode terminar?

Na realidade, as duas forças antissistêmicas, ao invés de se agregarem em uma insurgência populista comum, se anulam mutuamente. Por mais semelhantes que sejam as críticas ao sistema social e econômico, as diferenças morais e ideológicas insuperáveis sobre a imigração os separam em extremos opostos do espectro político, onde cada um demoniza livremente o outro<sup>21</sup>. Enquanto a FN tem a vantagem na competição entre os dois, ela fornece o fantasma necessário para a unidade ritual em torno da Quinta República, realizando na segunda rodada da eleição presidencial o mesmo serviço que quinze anos antes. Desta vez, no entanto, o apelo por uma união sagrada foi menor. Mélenchon recusou-se a incentivar seus eleitores a seguir um vitorioso tão desagradável para eles, que não necessitava de seu apoio. E dois quintos não o fizeram, engrossando o maior nível de abstenções em quase cinquenta anos. Macron cruzou a linha de chegada com uma enorme margem, praticamente o dobro da votação de Le Pen – se nacionalmente não atingiu o nível de Chirac, alcançou-o em Paris, com um pontuação usbeque de 90%, gratificante o suficiente. Para um eleitorado total de 47,5 milhões, Macron

19 Para os dados completos, ver o Ipsos Report, *Premier tour. Sociologie des électeurs et profils des abstentionnistes*, 23 April 2017.

20 Para uma típica reação de explosão, ver a versão francesa da antiga Elizabeth Drew, ou do atual Philip Stephens: Alain Duhamel, “La tentation de l’aventure”, *Libération*, 20 April 2017.

21 Não é em igual medida: onde o incêndio da FN foi dirigido de maneira esmagadora para a porta giratória dos partidos principais, ridicularizados por Marine como uma indistinguível UMPS, Mélenchon freqüentemente tomou a FN como seu principal alvo. Houve também uma assimetria na questão central que os dividia: onde a FN propôs soluções claramente xenofóbicas para a imigração, a FI – como a maioria da esquerda europeia em geral – desprovida de respostas comparativamente específicas – tenta evitar o assunto completamente. *L’Avenir en Commun*, seu programa para as eleições de 2017, contém 83 tópicos: a imigração mundial não é encontrada em qualquer um deles.

ganhou 20,7 milhões, 16,2 milhões se abstiveram ou votaram em branco e 10,6 milhões optaram por Le Pen.

O que os números deixaram claro foi a origem política e o contexto social do apoio a Macron. No primeiro turno, ele levou 47% dos que votaram em Hollande em 2012 e 43% dos votos de quem votou em Bayrou, em cada caso praticamente o dobro de qualquer outro candidato, contra apenas modestos 17% dos que votaram em Sarkozy. No segundo turno, de longe o seu maior resultado, 71% estavam entre os que votaram em Hamon. Socialmente, ele liderou nas duas categorias de renda mais altas no primeiro turno<sup>22</sup>. Em outras palavras, o grosso de seu apoio foi uma versão reciclada do bloco de centro-esquerda que colocou Hollande no poder. Não exatamente o mesmo, porque, desta vez, parte desertou para Mélenchon e um pequena parcela permaneceu fiel a Hamon. Tais perdas foram compensadas por eleitores de Bayrou que tinham migrado em números similares para Sarkozy em 2012 e por cerca de um terço da UDF, que depois de abandonada por Bayrou, permaneceu com a centro-direita. O peso relativo dos dois componentes no campo vitorioso, portanto, mudou: a coalizão de Macron fica mais ao centro. Mas, dentro dela, não há dúvida quanto ao partido que ofereceu a maior parte de pessoal-chave e de software político – organizacional ao novo governante. O pequeno círculo político em torno dele derivou da equipe reunida por Strauss-Kahn, antes de sua desgraça na corrida presidencial de 2012, e de ex-assessores do Ministério da Economia de um governo do PS. Paradoxalmente, as contingências de vaidade e o jornalismo escandalizante – *Le Monde* e *Le Canard* entre eles – produziram o mais irônico de todos os resultados: o presidente menos popular na memória vivente, dirigindo a administração mais desacreditada, resultou em uma sucessão encabeçada por um figura vinda da mesma estrebaria, que ele criou e imaginou como seu *Doppelgänger* [Lenda germânica de um

22 Para esses dados, ver Ipsos Report, *Deuxième tour. Sociologie des électeurs et profil des abstentionnistes*, 7 May, 2017.

monstro que tem a capacidade de representar uma cópia idêntica de uma pessoa que ele escolhe ou que passa a acompanhar] . Ele iria se arrepender de sua confiança em *Macron, c'est moi*, mas o grau de continuidade política entre os dois está lá para todos verem.

## 10

Com luzes de neon hype de uma jubilante imprensa internacional e uma sicofanta imprensa doméstica, Macron é apresentado como a versão francesa de Trudeau, Obama e (ou para os que têm memórias seletivas) Blair. As similaridades de ideologia e imagem são reais. Mas há diferenças significativas. Pessoalmente, embora muito tenha sido feito de seu charme, metade do país tem se provado imune a ele: na véspera do primeiro turno, 46% da população expressava sua aversão por ele, já que sua campanha deixara entre muitos uma impressão de arrogância, pretensão e estridência. Arrogância: um *énarque* dos *énarques*, exalando dinheiro e desdém pelos peixes menores, cercado por gente de seu tipo - cinco de cada sete membros de seu círculo também se formaram na ENA. Pretensão: seu manifesto banal de campanha autointitulou-se nada menos que *Révolution* — um confete sobre si mesmo, inconsciente da ridicularização de suas alegações de intimidade com a mais fina flor da literatura e filosofia nacionais (“Eu sou muito Camusiano”), misturadas com torturantes pronunciamentos de grandiloquência *patriotard*<sup>23</sup>.

23 Os voos da mostra: “Eu aprendi de Colette o que era uma flor, de Giono um vento frio em Provença e a verdade dos personagens. Gide e Cocteau eram meus companheiros insubstituíveis”; “Tomei o caminho de caracteres em Flaubert, Hugo. Estava consumido pela ambição dos jovens sangues de Balzac”; “Andre Breton, que amava Paris tão bem, chegou um dia por casualidade no sertão do Lot e gritou: deixei de querer estar em outro lugar. Nunca me cansarei de contemplar a imóvel e fugitiva alma da França”; “no espírito da França há uma aspiração ao universal que é ao mesmo tempo uma indignação incessante ante a injustiça e a opressão, e uma determinação para dizer aos demais que nós pensamos no mundo, aqui, agora e em nome de todos. O espírito dos enciclopedistas dirigidos por Diderot oferece a quintessência desta louca ambição, embora a ambição seja nossa” Emmanuel Macron, *Révolution*, Paris 2016, pp. 14, 19, 45, 51–2. Em todos os lugares, numa publicação gerida por um verterano do *Le Monde*, Balibar, Ricoeur, Deleuze, Bourdieu são colocados a serviço de maneira similar, como naturalmente Camus, Chateaubriand, Char, etc. *Macron par Macron*, Paris 2017, pp. 18–22, 31, 41, 46, 84–5, 91. Depois de tudo, “Política é um estilo, uma magia”, explica a seu interlocutor.

Estridência: a vibração de um tele-evangelista, braços levantados elevando a sua voz ao volume máximo durante os comícios. Uma vez investidas na dignidade da presidência, estas deficiências estarão certamente sob um controle maior.

Atrás dele, conforme atestam as evidências disponíveis, há uma implacável vontade e uma inteligência política que superam seus análogos atlânticos. Nenhum deles chegou ao poder com tanta velocidade, com tantas bravatas e com tão pouco lastro. E nem é a única vantagem de Macron sobre eles. Tanto o escritório que ele capturou, quanto o campo em que ele confronta lhe oferecem uma maior liberdade de manobra. Os poderes da presidência francesa, sem os constrangimentos de eleições de meio-termo ao Congresso ou uma Suprema Corte refratária, ultrapassam os poderes dos presidentes americanos e são imunes à rebelião da oposição parlamentar britânica: a designação dos franceses como presidentes “reais” não é pura metáfora. Além dessas prerrogativas familiares, há uma clareira excepcional aberta antes dele. Por mais de três décadas, as reformas neoliberais da França foram uma sequência de passos difíceis na direção desejada (que nunca poderia ganhar um impulso conclusivo por causa da alternância entre centro-direita e centro-esquerda, cada lado se esforçando o máximo possível para avançar, cada um impedido por parte significativa de sua base constituinte) e bloqueada pelo sistema eleitoral caracterizado pela competição bipolar. Em 2017, com o derretimento do PS e a extenuação de seu rival, há repentinamente toda a chance para esse impasse ser quebrado.

Historicamente, nenhum presidente recém-eleito da V República conseguiu ganhar uma maioria na Assembleia Nacional, e pouco deles venceram de modo tão esmagador. Mas a maioria sempre foi uma construção partidária, composta por deputados representando um partido pré-existente ou uma coalizão de partidos, e desde os anos 80, sujeita a pressões contraditórias ou demandas de seu eleitorado. Macron, alcançando dois terços dos votos no segundo turno, poderia estar confiante quanto a

sua governabilidade – deliberadamente reforçada pela mudança constitucional de 2001 – visto que na esteira da vitória um ingressante no Executivo pode confiar na varredura do Legislativo também. Mas, ao contrário de seus antecessores, ele só pode produzir uma Assembleia a seu gosto praticamente do nada, guarnecida com novatos e trânsfugas de sua máquina recém-nascida, *La République en Marche*, tão dependente de seu criador como uma vez foram os membros da *Forza Italia* de Berlusconi. Se o núcleo inicial dessa construção vem do PS, reforçado com contribuições do MoDem de Bayrou e algumas lantejoulas da ‘sociedade civil’, o objetivo estratégico é se ampliar com a cooptação de lideranças da direita. Encorajados pela escolha antecipada de um companheiro seu como primeiro-ministro (Édouard Philippe, outro *énarque*), e outro, Bruno Le Maire, como ministro das Finanças, um bom número de deputados já está ansioso para saltar dentro de seu barco e, certamente, mais deverão fazê-lo. Logicamente, o resultado deveria ser um centro hegemônico com uma super-maioria, capaz afinal de realizar a modernização da França de acordo com suas melhores prescrições.

## 11

Com este sistema eleitoral excludente ainda em vigência, no plano institucional há pouco o que se possa fazer para detê-lo. Em 1958, com 20,4% dos votos, De Gaulle assegurou 198 deputados, enquanto o PCF com 19,2% obteve apenas 10 deputados. Na primeira semana de junho, o resultado na Assembleia tornou-se tão previsível que no primeiro turno das eleições legislativas, mais da metade do eleitorado sequer se preocupou em votar – 51,29% se abstiveram com outros 2,23% votando em branco ou rasurando suas cédulas: um número sem precedente não somente na França, mas em qualquer país da Europa Ocidental desde a II Guerra Mundial. Com o apoio de apenas 15,39% do eleitorado *La République en Marche* terá certamente o domínio

sobre 80% do legislativo, a maior avalanche partidária da história da V República<sup>24</sup>. Os Republicanos, desmoralizados pela desgraça de Fillon e enfraquecidos pelas deserções, estão sem ânimo ou posição para causar maiores problemas. Nas ruas, os sindicatos – à exceção da CFDT – tentarão resistir, mas, tendo provado incapacidade para bloquear a legislação trabalhista El Khomri sob Hollande, é improvável que eles façam algo melhor com Macron, ao menos no início, no período de lua de mel de um novo governo. Domesticamente, Macron colherá os benefícios do atual crescimento do ciclo econômico, e não há dúvidas de que seja capaz de impulsionar a maior parte de seu programa, uma versão francesa da agenda de Schröder em 2010 – desregulamentação do mercado de trabalho, corte nos gastos públicos, prioridade para as *start-ups*, redução dos impostos corporativos, simplificação do sistema de bem-estar social – sem excessiva dificuldade. Ele será cuidadoso em fazer isso, procurando ser mais uma variante compensatória do que disciplinadora do neoliberalismo, com alguns pagamentos paralelos aos menos favorecidos. Com uma dívida doméstica ainda bastante baixa – 57% do PIB, contra 53% da Alemanha e 88% da Grã-Bretanha – há muito espaço para uma bolha de crédito. Animado por um governante que é um dos seus, o espírito animal do capital poderá ser reavivado, elevando os investimentos.

Se os resultados corresponderão às expectativas é outro assunto. O boom exportador da Alemanha, que fez o país retornar a um crescimento moderado e diminuiu o desemprego, foi viabilizado pela repressão salarial, não pela Agenda 2010, cuja contribuição para a recuperação foi mínima. Além disso, houve aumento da desigualdade e da precarização – em comparação com a França, mais que o dobro da porcentagem de trabalhadores ganha menos que dois terços do salário médio. Uma cultura política

24 Dos votos emitidos, LREM-MoDem levou cerca de 32%, Les Républicains 16%, FN 13%, La France Insoumise 11 %, PS 7%. Com 3% a mais de votos que a FN, Les Républicains poderia ter dez vezes mais deputados. Pouco menos que uma farsa são essas figuras que reclamam que a FN é antidemocrática.

*Biedermeier* e a comparação com os vizinhos menos afortunados deixaram o país socialmente sedado. Não há condições que possam prontamente ser replicadas na França. Um competitivo superávit nas exportações aos moldes germânicos está fora de cogitação, um falácia de composição. A cultura política francesa, por mais que os últimos trinta anos ingloriosos a tenham diluído ou dopado, ainda é terreno potencialmente mais explosivo que as tranquilas paisagens do outro lado do Reno. Se o crescimento e o emprego aumentassem mais rapidamente, uma atmosfera de Segundo Império poderia se instalar no país uma vez mais. Mas isso está longe de ser garantido.

## 12

Crucial para o sucesso de tal perspectiva é o mais importante lado da agenda de Macron, para a qual a reforma doméstica é concebida como um adiantamento. A maior aposta em vista é o futuro da Eurozona. Há muito tempo o consenso em Paris é que a união monetária em sua presente forma não só causou problemas para as economias mais fracas do cinturão mediterrâneo, como também dificuldades para o crescimento francês: a imposição de um limite máximo de 3% para qualquer déficit só é tolerável porque é contornável com a cumplicidade de Bruxelas<sup>25</sup>. Na disputa à presidência, a proposta mais marcante, citando uma opinião respeitável, para lidar com essa dor de cabeça de longo prazo veio do campo de Hamon, onde Thomas Piketty e outros espíritos esboçaram um projeto de “Tratado para a Democratização da Zona do Euro” – 22 artigos, com uma buliçosa apresentação. O T-Dem, como eles o batizaram, criaria um Parlamento da Zona do Euro composto por deputados de cada parlamento nacional,

25 Para o imperturbável cinismo mútuo da Comissão e de Hollande em demandar e aceitar o teto, ambos sabendo perfeitamente bem que a França não respeitaria isso, meramente com o objetivo de desencorajar outros Estados-membro de descumpri-lo, ver o intercâmbio de Hollande com seus entrevistadores chateados: Davet e Lhomme, *‘Un Président . . .’*, pp. 516–7. A única regra do império da lei ritualmente sustentada pela União é a de que leis pode ser ignoradas quando for necessário.

escolhidos por cada partido na proporção de seu respectivo peso nele (preenchido com uma pequena parcela, similar a Estrasburgo), que votaria impostos para um orçamento comum na Zona do Euro a fim de servir ao “crescimento duradouro, coesão social e convergência econômica”, mutualizar todas as dívidas públicas acima de 60% do PIB e eleger um ministro das Finanças da Eurozona, que administraria o orçamento resultante. Para afiançar aos eleitores do residual PS de que esse pacote seria de seu agrado, Piketty e seus co-autores explicaram, números na mão, que em tal parlamento da Zona do Euro, a esquerda poderia contar com uma sólida maioria<sup>26</sup>. A ingenuidade política do esquema – como se, além de todas as outras disposições, cada uma menos aceitável que a outra para a opinião alemã, esse cálculo se tornasse mais palatável para os social-cristãos bávaros ou os liberais holandeses – não precisa de muita ênfase.

A versão de Macron era prudentemente mais vaga, pedindo por um parlamento da Zona do Euro – ainda menos realista, composto apenas por todos os “membros de cada parlamento nacional”, um corpo que se desdobraria em milhares, reunindo uma vez por mês – e um ministro das Finanças da Zona do Euro que lançasse um atrevido plano de investimentos, sem especificar de onde viriam os recursos para algo assim<sup>27</sup>. Para o Ministro das Finanças em Berlim, essa visão poderia provavelmente ser esquecida como uma promessa de campanha que não devesse ser levada muito a sério. A classe política alemã está bem consciente de que Macron é seu interlocutor ideal, que provavelmente será aperfeiçoado, e fará todo o possível para fortalecê-lo – Schäuble mesmo declarou durante as eleições que “faria de tudo para ajudar”. Assim, alguma concessão sobre a Zona do Euro está praticamente assegurada. Mas é provável que essa concessão seja bastante cosmética, muito aquém de outra assembleia impotente, ou ministro manda-chuva,

26 Stéphanie Henneke, Thomas Piketty, Guillaume Sacriste e Antoine Vauchez, *Pour un traité de démocratisation de l'Europe*, Paris 2017, pp. 61–2, 74–5, 31–8.

27 *Révolution*, pp. 235–6.

duplicando as estruturas existentes na União. Como as coisas estão, qualquer coisa mais séria enfrentaria firme oposição não somente da República Federal, mas dos parlamentos holandeses, filandeses, etc. O equilíbrio de forças em um sistema de poder neoliberal, mas ainda não neofederal, milita contra mudanças dramáticas.

Às margens do sistema, podem ser encontradas respostas mais radicais ao que a União se tornou. Na França, a moeda única não é apreciada pelo populismo, de esquerda ou de direita, embora a direita tenha levado algum tempo para mostrar uma posição contrária mais clara que a esquerda. Na campanha eleitoral, Mélenchon chegou a se aproximar do passado para enfrentar uma saída, mas tanto ele como Le Pen – cientes de que a perspectiva assusta muitos eleitores, especialmente os mais velhos – negaram qualquer intenção de rompimento unilateral. O que então? Apenas Mélenchon colocou a questão em seu quadro apropriado. O problema da reformulação da união monetária não é uma questão técnica, como tipicamente foi retratada, mas uma questão geopolítica. A França teria peso demográfico e econômico, se tivesse vontade política, para provocar um inexplicável Banco Central Europeu – a verdadeira ferida, não o euro – a agendar e compelir a Alemanha, uma sociedade envelhecida que não tem tanta força como parece, a aceitar a democratização social e política da União, sob pena de rompê-la<sup>28</sup>. Era a relação de forças que deveria em última instância importar. A França, junto com a Europa, pode permanecer à mercê das elites burocráticas e financeiras até que recupere seus nervos. Nenhuma linguagem poderia ser mais estranha ao novo governante do país. Por que lutar com a Alemanha, quando é tudo o que a França e a Europa deveriam ser?

28 *Le choix de l'insoumission*, pp. 381–3.

## Venezuela: a experiência bolivariana na luta para transcender o capitalismo<sup>1</sup>

Edgardo Lander<sup>2</sup>

### I. As lutas pela superação do capitalismo nas primeiras décadas do século XXI

A Revolução Bolivariana foi a primeira tentativa de lavar a cabo uma transformação socialista no século XXI em todo o mundo. Como consequência, os debates sobre a experiência venezuelana referem-se não só às dinâmicas próprias do processo de transformação no país desde que Chávez chegou à presidência em 1999, mas também, em termos mais amplos, sobre as possibilidades, potencialidades e limites do socialismo neste século. O foco deste texto está na análise da experiência venezuelana, mas isso se realiza dentro do contexto dos debates latino-americanos sobre o deslocamento à esquerda com a emergência dos governos progressistas na maior parte da América do Sul e dos debates globais sobre alternativas viáveis para transcender o capitalismo.

Os desafios que se confrontam hoje na busca pela superação do capitalismo são maiores e bastante mais complexos que os imaginados nos séculos XIX e XX. Hoje confrontamos não só a crise do capitalismo, mas igualmente a crise terminal do padrão civilizatório que foi impondo a modernidade ao longo dos últimos cinco séculos até estender-se na totalidade do planeta. Este padrão civilizatório está ameaçando a própria sobrevivência humana. Para pensar/atuar/criar alternativas a este padrão civilizatório em crise, é indispensável abordá-lo em sua extraordinária

---

<sup>1</sup> Quero começar agradecendo as valiosas observações e sugestões formuladas por Miriam Lang, Ivonne Yáñez e Ada-Charlotte Regelmann às versões preliminares deste texto, que foi apresentado na oficina do Grupo de Trabalho Global “Más allá del Desarrollo”, organizado pela Fundación Rosa Luxemburg, realizado em Quito nos dias 10 ao 18 de maio de 2017. Será publicado num livro que recolherá as contribuições e debates de tal evento.

<sup>2</sup> Sociólogo venezuelano e professor na Universidad Central de Venezuela.

complexidade. Enfrentamos não só uma sociedade de exploração/ dominação de classes, mas igualmente, uma sociedade colonial, antropocêntrica, racista, patriarcal e homofóbica, uma sociedade que, apesar dos discursos liberais sobre a multiculturalidade, só concebe como possível, como “moderno”, um modo de vida, e impõe a hegemonia de padrões de conhecimento eurocêntricos. Uma sociedade de profundas e crescentes desigualdades na qual tende a naturalizar-se um estado de guerra permanente.

As ferramentas teóricas e os instrumentos políticos que nos dois séculos anteriores pareciam adequados para superar o capitalismo, hoje resultam extraordinariamente parciais, embotados e reducionistas. Os assuntos e eixos de confrontação que foram privilegiados pelas lutas anticapitalistas dos séculos e décadas anteriores, já não apenas são insuficientes para abordar os desafios que hoje confrontamos, senão continuam contribuindo para invisibilizar outras dimensões básicas da vida coletiva, ou colocando-as num segundo plano.

A experiência do socialismo do século XX, para além de suas conquistas sociais, suas confrontações com o imperialismo e seu papel central na derrota da Alemanha nazista, fracassou como alternativa ao capitalismo e à modernidade colonial. Em termos muito esquemáticos, as dimensões principais deste fracasso podem ser sintetizadas no seguinte:

- As visões antropocêntricas e eurocêntricas da modernidade, encarnadas pelo capitalismo, não foram questionadas. Pelo contrário, prevaleceu o economicismo e se radicalizou a noção do progresso. A superação das sociedades capitalistas em termos materiais e produtivos se converteu numa referência básica do avanço para o comunismo. (Toneladas de cimento, toneladas de aço). Isso conduziu a um aprofundamento do assalto e depredação da natureza, dando continuidade ao ataque moderno antropocêntrico e patriarcal à Mãe Terra<sup>3</sup> que

<sup>3</sup> Mãe Terra é um conceito amplamente compartilhado por povos indígenas nas Américas. No entanto, para

ameaça as condições das quais depende a reprodução da vida.

- Preservou-se uma fé acrítica na ciência e na tecnologia capitalistas, nas chamadas forças produtivas do capitalismo, como terreno material para a construção de uma sociedade socialista<sup>4</sup>.
- A crítica à democracia liberal como democracia de classe burguesa levou à anulação de toda forma de democracia, conduzindo à criação de Estados autoritários nos quais os dissidentes eram considerados como inimigos do povo.
- Seu caráter altamente centrado no Estado/partido conduziu a uma completa falta de autonomia dos múltiplos âmbitos da sociedade, empobrecendo radicalmente o tecido multiforme desta, reprimindo memórias, bloqueando, assim, os processos de experimentação social sem os quais não é possível construir outro mundo.
- Não houve reconhecimento do extraordinário valor da pluralidade de culturas existente no planeta, radicalizando a monocultura colonial da modernidade, agora em nome de uma cultura proletária universal. A diversidade foi reduzida ao âmbito do folclore.
- Falta de incorporação efetiva de múltiplas dimensões da vida social para além da economia (pluralidade cultural, patriarcado, racismo, sexualidades, subjetividades, relações com a chamada “natureza” e outros padrões de conhecimento)

---

algumas perspectivas feministas, esta é uma caracterização patriarcal da natureza como o lugar no qual a vida e a cultura são criadas e reproduzidas, visto como um protetor maternal, virginal e imaculado, similar à forma na qual o patriarcado entende as mulheres.

<sup>4</sup> A exceção mais importante foi o radical questionamento que se levou a cabo durante a Revolução Cultural Chinesa.

como essenciais para a possibilidade de uma transformação social radical.

As sociedades socialistas do século XX terminaram em transições abruptas ou graduais ao capitalismo, com frequência um capitalismo selvagem com um peso preponderante das máfias.

Depois da queda do Muro de Berlim e do colapso do bloco soviético, a ideia do socialismo como alternativa ao capitalismo perdeu grande parte de seu atrativo não só na Europa mas em grande parte do resto do mundo. Ainda que a ideia do socialismo não tenha desaparecido do léxico político, tornou-se muito marginalizada. Isso não significou de modo algum o fim das lutas anticapitalistas, mas a maioria destas tomaram outros cursos, outros sujeitos, outras gramáticas políticas, outros imaginários, outras utopias e outras dinâmicas organizativas. A expressão mais vigorosa desta nova fase pós-socialista das lutas anticapitalistas foram processos como o Fórum Social Mundial com seus múltiplos e heterogêneos temas e expressões de luta pela construção de outro mundo possível. Em contraste com as lutas anticapitalistas anteriores, os partidos políticos foram basicamente marginalizados e a captura do Estado não fez parte destacada da agenda.

Com os governos progressistas na América Latina, especialmente com a Revolução Bolivariana, a noção do socialismo recuperou uma vida nova. Estes processos políticos pareciam levar em conta e propor alternativas à maioria das limitações e críticas que haviam sido debatidas em relação ao socialismo do século XX, isso na forma do chamado *Socialismo do Século XXI*. Especialmente importante foi o seguinte:

- A dinâmica política que conduziu a estes novos governos não foi liderada por partidos políticos, mas por uma ampla e heterogênea diversidade de movimentos sociais, povos e comunidades.

- Abriu-se um debate crítico sobre o desenvolvimento, e sobre outras maneiras de relacionar os seres humanos com a natureza ou a Mãe Terra. No Equador e Bolívia os direitos da natureza foram reconhecidos pela primeira vez constitucional ou legalmente.

- Plurinacionalidade e pluriculturalidade, o reconhecimento e a celebração da rica diversidade de povos, comunidades, tradições e memórias presentes nestas sociedades, apesar de cinco séculos de Estados coloniais autoritariamente monoculturais.

- Na Venezuela, Equador e Bolívia incorporaram-se constitucionalmente as noções de democracias participativas e/ou comunitárias. É significativo que estas modalidades de democracia não são concebidas como alternativas à (ou substitutos da) democracia representativa, mas como formas de aprofundar, radicalizar, a democracia.

Para se aproximar de um balanço da experiência destes governos progressistas desde uma perspectiva de suas potencialidades transformadoras anticapitalistas e no caminho para a construção de alternativas à civilização em crise, é indispensável ir além do eixo único a partir do qual boa parte da tradição da esquerda focalizou a análise, isto é, nas relações de classe (em que medida alteraram-se as correlações de força a favor dos setores populares, houve uma redistribuição do poder e da riqueza?) e na geopolítica (principalmente as posturas com relação ao imperialismo). Governos com uma linguagem que apela ao popular e têm um discurso anti-imperialista foram considerados como “progressistas” ou de “esquerda” quase independentemente de suas políticas em outros âmbitos da dominação. As relações de poder, exclusão e dominação da sociedade contemporânea são

mais complexas e multidimensionais. Dificilmente pode se dar conta dela a partir de concepções reducionistas que antes se considerava que podiam dar conta das principais posturas no campo do político. Hoje não existe um eixo principal (contradição principal?) que seja capaz de dar conta da complexidade dos desafios que coloca a atual crise civilizatória.

Estas questões servirão de orientação para a análise da experiência venezuelana destes anos. Isso será feito na seguinte sequência. Em primeiro lugar, o texto aborda os antecedentes históricos que tornaram possível o processo bolivariano. Em segundo lugar, serão discutidas as concepções principais do projeto bolivariano inicial, seguido pelos marcos mais importantes e pelas principais conquistas deste processo. Tudo isso servirá de base para uma análise crítica/analítica do processo bolivariano (“Tensões, contradições e limitações do processo bolivariano como experiência transformadora”). O texto conclui com uma reflexão sobre o que podemos aprender desta rica experiência histórica e com algumas conclusões políticas.

## II. Antecedentes do processo bolivariano: a crise terminal do regime petroleiro rentista

O sistema político que substituiu a ditadura militar de Pérez Jiménez em 1958 caracterizou-se por um sustentado crescimento econômico, uma melhoria relativa das condições de vida dos setores populares e um importante nível de legitimidade durante as primeiras duas décadas<sup>5</sup>. No entanto, desde finais da década de setenta inicia-se na Venezuela uma prolongada crise econômica, política e cultural. Isso marca o começo da crise terminal da sociedade e Estado rentistas que haviam prevalecido no país durante a maior parte do século. Em termos imediatos isso se expressou numa aguda redução da renda petroleira *per capita* que

<sup>5</sup> Isso, apesar da luta guerrilheira que se levou a cabo durante a década dos sessenta, inspirada na Revolução Cubana.

limitou a capacidade do Estado para responder às demandas da população. Os dois grandes partidos, Ação Democrática e COPEI, vão se transformando em máquinas eleitorais crescentemente clientelistas e corruptas que se distanciam cada vez mais de suas anteriores bases de apoio. Começam igualmente uma mudança aguda do que haviam sido até o momento os imaginários políticos socialdemocrata hegemônicos, com uma forte ofensiva ideológica do liberalismo antiestatista e da antipolítica, que de forma crescente exclui os setores populares, inclusive do discurso político<sup>6</sup>. Estas tendências têm um ponto de inflexão com o início do segundo governo de Carlos Andrés Pérez (1989), quando se anuncia a aplicação do pacote de políticas de ajuste estrutural do Consenso de Washington, medidas exigidas pelo FMI para que o país pudesse obter novos empréstimos, em condições de severos problemas orçamentários e dificuldades para o pagamento da dívida externa. Estes ajustes já haviam se dado na maior parte da América Latina, mas na Venezuela, graças ao cofre da renda petroleira, foram postergados. Em 27 de fevereiro de 1989, estando em Washington a delegação que assinaria a Carta de Intenção entre o governo venezuelano e o FMI para a aplicação de tal receituário, inicia-se o Caracazo: saques e protestos populares massivos de vários dias nos principais centros urbanos, com dimensões desconhecidas na história anterior do país. Depois de um desconcerto inicial, o governo responde com uma brutal repressão que produz centenas de mortos.

O impacto destas políticas de ajuste foi devastador para os trabalhadores e o mundo popular em geral. Houve um forte rebaixamento nos salários reais e na participação da remuneração do trabalho na renda nacional. Reduziram-se substancialmente os custos laborais na indústria. Com base na metodologia que mede a linha de pobreza com base na renda monetária, constatou-se um aumento significativo nos níveis de pobreza e de pobreza extrema.

<sup>6</sup> Edgardo Lander, “Movimientos sociales urbanos, sociedad civil y nuevas formas de ciudadanía”, *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Universidad Central de Venezuela, Caracas, 2-3, 1995.

Deu-se um salto qualitativo nos níveis de desigualdade. Tudo isso se traduz na deterioração das condições de vida, de alimentação e de saúde de grandes proporções da população venezuelana<sup>7</sup>. O resultado foi a quebra definitiva de toda ilusão de legitimidade do sistema político.

O mal-estar e o distanciamento com relação ao sistema político generalizaram-se particularmente entre os setores subalternos da sociedade, mas não havia uma alternativa política visível no horizonte. Em seu conjunto, a esquerda era débil, tendo sido derrotada na luta armada da década de sessenta e sem capacidade de representar um desafio eleitoral crível aos partidos que embora debilitados seguiam sendo dominantes.

Poucos anos mais tarde, expressão do fato de que o descontentamento havia se estendido às forças armadas, em 4 de fevereiro de 1992, produz-se a tentativa de golpe de Estado encabeçada por Hugo Chávez e uma segunda tentativa em novembro do mesmo ano. Chávez, um militar de carreira havia criado o movimento clandestino Movimento Bolivariano Revolucionário 200 no começo dos anos oitenta. Este movimento militar foi influenciado e radicalizado através de relações com algumas pequenas organizações de esquerda, principalmente RUPTURA e a Causa R.

A forma como reage a população, permanecendo na expectativa, sem que se produzissem reações populares contra estas tentativas de golpe por parte de militares desconhecidos para a maioria da população, confirma a profundidade da crise de legitimidade. Quase de imediato, Chávez se converteu numa referência simbólica de alcance nacional.

Esta crise ainda se prolonga por mais alguns anos. Carlos Andrés Pérez é destituído da presidência sob a acusações de corrupção, e nas eleições de 1993, pela primeira vez desde 1958,

<sup>7</sup> Ver: Edgardo Lander, "El impacto del ajuste neoliberal 1989-1993", en Edgardo Lander, *Neoliberalismo, sociedad civil y democracia. Ensayos sobre América Latina y Venezuela*, Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico, Universidad Central de Venezuela, Caracas, 1995.

não ganha um candidato postulado pela *Acción Democrática* ou pela COPEI. Rafael Caldera, que havia sido o fundador e principal dirigente deste último partido, cria um novo partido e, em aliança com algumas pequenas organizações de esquerda, ganha as eleições com um programa antineoliberal. Caldera, depois de sobreviver à crise financeira mais profunda da história do país durante seus primeiros anos de governo, e depois de um longo período de indecisão, negocia um acordo com o FMI e impulsiona, sob o nome da *Agenda Venezuela*, as orientações básicas da agenda neoliberal que tanto havia questionado. Foram particularmente severas as consequências da reforma da Lei do Trabalho que reduziu drasticamente o montante das prestações sociais dos trabalhadores e as políticas de abertura e internacionalização da indústria petroleira. Desta maneira, contribui-se para aprofundar a desconfiança da maioria da população com o sistema político. No final dos anos noventa, a sociedade venezuelana está profundamente dividida econômica, social e politicamente, atravessa uma crise econômica aguda que se expressa numa severa e prolongada deterioração das condições de vida da maioria da população. Seu sistema político estava profundamente deslegitimado.

Quando Chávez vence as eleições em dezembro de 1998, faz isso dando voz, sentido de direção e esperança a esse enorme descontentamento.

### III. O projeto inicial do chavismo

Quando Chávez foi eleito presidente em 1998, tornou-se presidente num contexto internacional particularmente pouco favorável. Profundas derrotas políticas, teóricas e ideológicas de movimentos transformadores acontecem em todo o mundo. Colapsara poucos anos antes o bloco soviético, fato que posiciona os EUA como potência unipolar. Há uma ampla hegemonia do neoliberalismo e da ideologia do *fim da História*. Quase

todos os países da América Latina têm governos de direita que implementam as políticas de ajuste estrutural do Consenso de Washington. Avança firmemente a agenda global e continental do livre comércio. Com exceção de Cuba, o socialismo praticamente desapareceu do debate político. China, o principal país “socialista”, dá passos cada vez mais claros numa direção neoliberal e vai se convertendo no eixo mais dinâmico do processo de acumulação do capital em escala mundial. No entanto, não apontam as primeiras expressões de uma nova fase de luta dos povos do continente: o levante indígena do Equador de 1990 e o levante Zapatista de 1994. Na Venezuela, a esquerda é fraca, assim como as organizações e movimentos sociais populares.

As transformações que Chávez imaginou estavam imprecisamente prefiguradas quando ele chegou à presidência. À parte da limitada experiência política de Chávez, restrita fundamentalmente ao mundo militar, tratava-se de um momento histórico muito complexo em que estava pouco claro se uma alternativa viável à ordem neoliberal poderia ser considerada socialista, ou em termos menos radicais como transformações nas linhas do Estado de bem-estar social formulado pela socialdemocracia europeia. Chávez afirma nessa época que os dois grandes sistemas políticos do século XX, a democracia liberal capitalista e o socialismo, fracassaram<sup>8</sup>. Considera necessária outra via de construção de uma sociedade alternativa que fosse profundamente enraizada nas culturas e nas tradições de luta dos povos latino-americanos. Mais que um modelo ou um programa para a nova sociedade, aparecem enunciadas as orientações normativas que devem guiar a construção de tal sociedade: a prioridade do popular, a soberania nacional, a igualdade, a inclusão, a solidariedade, a superação das limitações próprias da

8 O livro de entrevistas com Chávez realizadas pelo historiador Agustín Blanco Muñoz nos anos prévios a sua eleição constituem a apresentação mais completa do pensamento do futuro presidente. Ver: Agustín Blanco Muñoz, *Habla el comandante Hugo Chávez Frías*, Caracas, Cátedra Pío Tamayo, Universidad Central de Venezuela, Caracas, 1998.

democracia representativa, a união dos povos do continente, e a luta por um mundo multipolar, oposto ao mundo da hegemonia imperial dos Estados Unidos. Propõe-se a retomar as batalhas pela independência das primeiras décadas do século XIX e identifica-se estreitamente com a figura de Simón Bolívar. *Povo*, categoria que sintetiza o nacional e o popular, é a palavra-chave deste discurso.

#### IV. Os marcos principais do processo bolivariano

A eleição de uma Assembleia Constitucional foi a proposta de curto prazo mais importante apresentada por Chávez durante sua campanha eleitoral. Foi assumida como a primeira prioridade do novo governo. No dia da posse, Chávez anunciou a convocatória, mediante um referendo nacional, a uma Assembleia Nacional Constituinte para refundar a República. Este texto constitucional, aprovado por 72% dos participantes num segundo referendo é concebido como o instrumento jurídico-político básico do programa para a mudança a ser iniciada pelo novo governo. Propõe-se, de acordo com seu Preâmbulo:

[...] o fim supremo de refundar a República para estabelecer uma sociedade democrática, participativa e protagonista, multiétnica e pluricultural num Estado de justiça, federal e descentralizado, que consolide os valores da liberdade, da independência, da paz, da solidariedade, do bem comum, da integridade territorial, da convivência e do império da lei para esta e as futuras gerações; assegure o direito à vida, ao trabalho, à cultura, à educação, à justiça social e à igualdade sem discriminação nem subordinação alguma; promova a cooperação pacífica entre as nações, impulsione e consolide a integração latino-americana de acordo com o princípio de não-intervenção e autodeterminação dos povos, a garantia universal e indivisível dos direitos humanos, a democratização da sociedade internacional, o desarmamento nuclear, o equilíbrio ecológico e os bens jurídicos ambientais como patrimônio comum e irrenunciável da humanidade.

O modelo econômico se define sobre a base de um forte papel do Estado, que ao mesmo tempo assegura a propriedade e a iniciativa privada e reserva para si a atividade petroleira e de outras indústrias, explorações, serviços e bens de interesse público considerados como de caráter estratégico. Do ponto

de vista político, as mudanças mais significativas consistem na introdução de uma multiplicidade de mecanismos e modalidades de participação. Estas estão concebidas como instrumentos para aprofundar e radicalizar a democracia nos âmbitos tanto políticos como econômicos, sem substituir por isso as instâncias clássicas da democracia representativa<sup>9</sup>. Preserva-se a divisão político-territorial existente em estados, municípios e paróquias, assim como a separação de poderes característica da tradição liberal.

Na contramão do que estava ocorrendo no resto do continente, os direitos econômicos, sociais e culturais não só se ratificaram, mas se expandiram significativamente. Estabelece-se como responsabilidade do Estado o acesso universal e gratuito à educação, à saúde e à seguridade social. Incorpora-se igualmente – pela primeira vez na história do país – um amplo reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, incluindo seus direitos territoriais. Como expressão do papel decisório de Hugo Chávez Frías neste processo, modifica-se o nome do país para República Bolivariana da Venezuela, alarga-se o período presidencial para seis anos e se introduz a reeleição presidencial imediata.

Um importante momento de ruptura levado a cabo pelo governo de Chávez dá-se dois anos depois de aprovada a Constituição, quando, sobre a base de poderes especiais que lhe haviam sido outorgados pela Assembleia Nacional mediante uma Lei Habilitante, o Presidente decretou 49 novas leis em 2001<sup>10</sup>. Este conjunto de leis teve, entre outros, o objetivo de democratização da propriedade e da produção; o financiamento ou a promoção de modalidades econômicas alternativas às organizações de caráter empresarial; a reorientação dos instrumentos de

<sup>9</sup> De acordo com o artigo 70 da Constituição: são meios de participação e protagonismo do povo em exercício de sua soberania, no político: eleição de cargos públicos, referendo, consulta popular, revogação do mandato, iniciativa legislativa e constitucional e constituinte, o conselho aberto e a assembleia de cidadãos e cidadãos cujas decisões serão vinculativas, entre outros; e no social e econômico, os casos de atenção cívica, autogestão, cogestão, cooperativas em todas as suas formas, incluindo formas financeiras, de poupança, de comunidade e outras formas associativas guiadas por valores de mútua cooperação e solidariedade.

<sup>10</sup> Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD) (2001b), *Ley Habilitante*, disponível em: <[http://www.mpd.gob.ve/decretos\\_leyes/decre\\_leyes.htm](http://www.mpd.gob.ve/decretos_leyes/decre_leyes.htm)>.

financiamento do setor público para o apoio a estas mediante o fomento da pequena e média indústria; a criação de um sistema de microcréditos e o fomento de modalidades alternativas de propriedade e de organização da produção como as cooperativas. Foram particularmente polêmicas às leis referidas à superação do latifúndio, contra a pesca de arrasto e o maior controle estatal da indústria petroleira.

Este conjunto de leis foi catalogado pelo empresariado e pela oposição política como um atentado à propriedade privada, muitos argumentando que com isso se confirmava o caráter estatista ou comunista do projeto político do governo. Com uma paralisação empresarial nacional de rechaço a estas leis, em dezembro de 2001, começa uma fase de imensa confrontação entre o governo e uma oposição disposta a utilizar todos os meios possíveis para sua derrubada. Em abril de 2002, produz-se um golpe de Estado respaldado pelo governo dos Estados Unidos que derruba o governo por dois dias. Finalmente, o golpe fracassou graças a uma extraordinária mobilização popular e pela divisão das forças armadas. Participaram neste golpe os partidos de oposição, os principais grêmios empresariais, a hierarquia da Igreja Católica e um setor das forças armadas. Os meios de comunicação privados jogaram um papel primordial.

Entre os meses finais de 2002 e começo de 2003, produz-se uma paralisação/sabotagem petroleira e um *lockout* empresarial com o propósito de derrubar o governo. Sem gasolina, sem gás para consumo doméstico, com escassos meios de transporte de pessoas e mercadorias, o país ficou semiparalisado por mais de dois meses. O produto interno bruto teve um colapso de 17% esse ano. E, no entanto, foi o período de maior mobilização popular, o governo só conseguiu sobreviver a estas tentativas da oposição de desalojá-lo do poder como resultado dos muito elevados níveis de participação ativa dos setores populares. No referendo revogatório de 2004, Chávez saiu muito fortalecido, ao ser ratificado no cargo com o respaldo de 59,1% dos eleitores.

Um marco de extraordinárias consequências ocorreu em janeiro de 2005 quando, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, Chávez declarou que o processo bolivariano era socialista<sup>11</sup>.

A partir de 2013, o país entra numa profunda crise política, econômica e cultural. Deixam de estar presentes quase de forma simultânea dois pilares fundamentais dos quais o processo bolivariano se fizera dependente: a liderança carismática de Chávez e os elevados preços do petróleo. Nas eleições presidenciais realizadas pouco tempo depois do falecimento de Chávez, Nicolás Maduro é eleito com uma diferença de apenas 1,5% sobre Henrique Capriles, o candidato do conjunto da oposição. Em dezembro de 2015, a oposição ganha as eleições parlamentares por uma ampla maioria, obtendo uma maioria qualificada de dois terços que lhe permitiria tomar decisões fundamentais sem necessidade de dialogar com a bancada do governo.

Entre 2014 e 2016, produz-se uma baixa aguda do produto interno bruto, acelera-se a inflação até passar a ser a mais elevada do planeta. A escassez de produtos básicos, a diminuição do salário, uma crescente insegurança, assim como a deterioração dos serviços públicos, conduzem a um acelerado retrocesso na melhoria das condições de vida da população obtida nos anos anteriores. Os massivos níveis de corrupção se fazem mais visíveis. Como consequência de tudo isso, gera-se um crescente rechaço ao governo de Maduro. Ante um apoio popular decrescente, o governo deparou-se com duas opções básicas. A primeira consistia em assumir a necessidade de uma profunda reflexão autocrítica das políticas do governo a fim de decretar as causas de sua crescente falta de respaldo e inclusive rejeição da população. Isso teria levado à necessidade de confrontar assuntos-chave, como a corrupção descontrolada e a ineficiência, a impossibilidade de continuar com uma paridade cambial subsidiada insustentável que estava criando tanto distorções no conjunto da economia, como um reencontro com o mundo

<sup>11</sup> Este assunto crucial será abordado mais adiante neste texto.

popular para confrontar a crise. No entanto, o governo de Maduro claramente decidiu outra opção. Parece ter assumido que, para se preservar no poder, não podia depender do respaldo eleitoral nem dos limites estabelecidos pela Constituição. Ao invés de assumir as causas que estavam produzindo este rechaço ao governo, toma uma rota crescentemente autoritária. Para se preservar no poder, recorre a violações sistemáticas da Constituição e a uma crescente repressão tanto policial como por parte da Guarda Nacional. Declara-se a Assembleia Nacional em desacato e suas funções são basicamente assumidas pelo Tribunal Supremo de Justiça e pelo Executivo. O governo cancela ou adia processos eleitorais quando avalia que os resultados não lhe seriam favoráveis. É o caso do Referendo Revogatório do Presidente da República que estava previsto para o final de 2016, e as eleições para governadores que, de acordo com a Constituição, deveriam ser realizadas em dezembro desse mesmo ano. Desde fevereiro de 2016, o presidente Maduro governou mediante sucessivos decretos de *Estado de Emergência Econômica* em termos que claramente violam a Constituição de 1999. Neste estado de exceção, muitos direitos constitucionais podem ser suspensos.

Estas tendências que tendem a associar a esquerda ou os projetos transformadores com dinâmicas autoritárias podem ter severas consequências de longo prazo para muito além da Venezuela, na medida em que podem contribuir para prejudicar o atrativo de projetos anticapitalistas pelo planeta. Isso é uma consequência das expectativas amplamente extensas que haviam gerado a Revolução Bolivariana.

## V. Principais conquistas do processo bolivariano

Não é objetivo deste trabalho fazer um balanço das conquistas do processo bolivariano. Entretanto, uma revisão, ainda que seja superficial do que foram algumas das conquistas deste processo, é indispensável para aproximar-se às contradições que o tinham

caracterizado.

Nos anos de governo bolivariano se produziram elevados graus de politização, significativas transformações na cultura política popular, no tecido social e organizativo, assim como nas condições materiais de vida dos setores populares anteriormente excluídos. Geraram-se amplamente sentidos de dignidade e inclusão, capacidade de incidir tanto sobre a vida própria como sobre o destino do país.

Mediante múltiplas políticas sociais (*las misiones*) dirigidas a diferentes setores da população, foram reduzidas muito significativamente os níveis de pobreza e de pobreza crítica. De acordo com a CEPAL, o país chegou a ser, junto com o Uruguai, um dos países menos desiguais de toda a América Latina<sup>12</sup>. A população ficou melhor alimentada<sup>13</sup>. Realizaram-se efetivos programas de alfabetização. Com o apoio cubano, a missão Barrio Adentro levou assistência médica primária aos setores populares rurais e urbanos em todo o país. Produziu-se uma ampliação massiva do regime de pensões públicas, incorporando milhões de pessoas da terceira idade. Levou-se a cabo igualmente uma extraordinária expansão da matrícula universitária. Impulsionou-se um ambicioso programa de moradias populares. Diminuíram os níveis de desemprego e se reduziu o emprego informal de 51% no primeiro semestre de 1999 para 41% no primeiro semestre de 2014<sup>14</sup>. Estimou-se que o montante dedicado ao investimento social entre 1999 e 2013 foi de um total de 650 bilhões de dólares<sup>15</sup>. De acordo com o PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano elevou-se de 0.662 em 2000 para 0.748 em 2012, passando de

12 CEPAL. *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe*, Santiago, 2013, p. 79.

13 Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Oficina Regional da FAO para América Latina e o Caribe, “Reconocimiento de la FAO a Venezuela”, 26 de julho, 2013. <http://www.rlc.fao.org/es/paises/venezuela/noticias/reconocimiento-de-la-fao-a-venezuela/>

14 Instituto Nacional de Estadísticas. Fuerza de Trabajo, “Población de 15 años y más ocupada, según sector formal e informal, categoría ocupacional del sector informal y sexo”. Disponível em: <[http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com\\_content&view=category&id=103&Itemid=40#](http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=category&id=103&Itemid=40#)>.

15 Jorge A. Giordani, “Testimonio y responsabilidad ante la historia”, *Correo del Orinoco*, Caracas, 18 de junio 2014.

um desenvolvimento humano “médio”, a um desenvolvimento humano “alto”<sup>16</sup>.

Foi igualmente importante o peso da experiência venezuelana – em particular seu processo constituinte – no chamado deslocamento progressista ou de esquerda que ocorreu na América Latina nestes anos, assim como na criação de diversos mecanismos de integração que contribuíram para o fortalecimento da autonomia regional, limitando assim a dependência histórica que a região teve com os Estados Unidos: UNASUR, CELAC, Petrocaribe, ALBA. A Venezuela desempenhou um papel decisivo na derrota da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que teria imposto, de fato, uma ordem constitucional neoliberal em todo o continente. Quando o governo venezuelano começou a confrontar este projeto, todos os governos da região, apesar de muitas diferenças em aspectos particulares, estavam de acordo com a convivência de negociar tal tratado.

Como consequência destas políticas, o governo venezuelano, desde o começo do governo Chávez, confrontou-se com ataques por parte do governo dos Estados Unidos. As tentativas de desgastar ou derrubar o governo bolivariano tomaram muitas formas, como as tentativas de isolamento financeiro dos setores mais extremos da direita opositora. Mais recentemente, antes de deixar o governo, o presidente Obama renovou uma Ordem Executiva que havia emitido anteriormente, declarando que a Venezuela representava uma “inusual e extraordinária ameaça à segurança nacional e à política exterior dos Estados Unidos”<sup>17</sup>.

Numa apresentação ante o Comitê das Forças Armadas do Senado dos Estados Unidos em abril de 2017, o Almirante Kurt W. Tidd, chefe do Comando Sul dos Estados Unidos afirmou que:

16 Instituto Nacional de Estadísticas, Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <[http://www.ine.gov.ve/documentos/Social/IndicedeDesarrolloHumano/pdf/Desarrollo\\_Humano.pdf](http://www.ine.gov.ve/documentos/Social/IndicedeDesarrolloHumano/pdf/Desarrollo_Humano.pdf)>.

17 A Casa Branca, Gabinete do Secretário de Imprensa, Avisa Continuação do Respeito Nacional de Emergência à Venezuela, Washington, Washington, Janeiro 13, 2017. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2017/01/13/notice-continuation-national-emergency-respect-venezuela>>.

[...] Venezuela enfrenta uma instabilidade significativa no próximo ano, devido à escassez generalizada de comida e medicamentos; uma continuada incerteza política; e uma situação econômica que se deteriora. A crescente crise humanitária na Venezuela poderia exigir uma resposta regional<sup>18</sup>.

Em agosto de 2017, Donald Trump ameaçou a Venezuela com uma intervenção militar.

Temos muitas opções na Venezuela, e... não vou descartar uma opção militar. Temos muitas opções para Venezuela, este é nosso vizinho... Estamos em todo o mundo, e temos tropas em todo o mundo em lugares que estão muito distantes. Venezuela não está muito distante e o povo está sofrendo e morrendo. Temos muitas opções para Venezuela incluindo uma possível opção militar se necessário<sup>19</sup>.

## VI. Tensões, contradições e limitações do processo bolivariano como experiência transformadora

A profunda crise política, econômica e cultural que se inicia em 2013, como se afirmou anteriormente, foi precipitada pelo falecimento de Chávez e pelo colapso dos preços do petróleo. No entanto, para se aproximar de uma avaliação mais integral do que foi a experiência bolivariana de 1998 até o presente, e para tirar aprendizagens de uma rica experiência histórica que gerou tantas expectativas dentro e fora da Venezuela, e que terminou sendo, fundamentalmente, um fracasso como alternativa ao capitalismo enquanto civilização em crise, é indispensável indagar sobre outros assuntos menos conjunturais. Alguns destes são de caráter histórico-estrutural, como a realidade de uma economia, sistema político e padrões culturais hegemônicos que foram sustentados, durante um século, sobre uma expansiva renda petroleira controlada pelo Estado. Outros, mais de índole político e ideológico, referem-se aos conteúdos e orientações básicas (mutantes) do projeto bolivariano. Trata-se de condicionantes

18 Declaração do Almirante Comandante Kurt W. Tidd, Comando do Sul dos Estados Unidos antes do 114º Congresso do Comitê de Serviços Armados do Senado, 10 de março, 2016. Disponível em: <[https://www.armed-services.senate.gov/imo/media/doc/Tidd\\_04-06-17.pdf](https://www.armed-services.senate.gov/imo/media/doc/Tidd_04-06-17.pdf)>.

19 Ben Jacobs, "Trump threatens 'military option' in Venezuela as crisis escalates", *The Guardian*, Londres, 12 de agosto, 2017.

que incidiram de forma medular na conformação deste processo.

### 1. O aprofundamento do modelo petroleiro rentista: o continuado assalto à natureza

Tal como foi o caso na experiência de todos os países com governos denominados progressistas na América do Sul, durante o processo bolivariano não só não se questionou e buscou alternativas para iniciar uma transição de saída do modelo extrativista depredador baseado no petróleo, mas também este foi sendo aprofundado. Desde o auge da demanda e do preço das *commodities* na primeira década do século XXI, para o governo venezuelano, como para outros governos da região, a expansão do modelo colonial de inserção na divisão internacional do trabalho e da natureza representou uma opção mais fácil e imediata para obter os recursos requeridos para levar a cabo políticas sociais redistributivas e para preservar o apoio eleitoral que permitisse dar continuidade a sua gestão de governo. Ao priorizar as vantagens políticas de curto prazo, consolidou-se o modelo primário exportador herdado.

A extraordinária expansão do gasto social deu-se pela via de uma reorientação do uso de tal renda, sem começar sequer a alterar a estrutura produtiva do país. Múltiplas iniciativas e modalidades de solidariedade latino-americana, como Petrocaribe, foram possíveis graças à abundância da renda.

Ao longo dos anos do governo bolivariano a dependência de petróleo foi aumentando. O petróleo, no valor total das exportações, passou representar de cerca de 68,7% em 1998 para 96% no momento inicial da atual crise em 2013<sup>20</sup>. Em termos absolutos, houve uma redução do valor das exportações não-petroleiras e das exportações privadas durante esses anos<sup>21</sup>. A

20 Banco Central da Venezuela, Informação Estatística, Exportações e importações de bens e serviços segundo setores. Disponível em: <<http://www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp>>. Parte, mas somente parte deste incremento é consequência da alta dos preços do petróleo nestes anos.

21 Idem.

contribuição do setor industrial do PIB baixou de 17% em 2000 para 13% em 2013<sup>22</sup>.

Com o fim declarado de limitar a fuga de capitais e conter a inflação, manteve-se durante esses anos uma extraordinária sobrevalorização da moeda, o que acentuou a denominada *doença holandesa* que caracterizara a economia venezuelana há muitas décadas. Para uma ampla gama de setores da economia é mais barato importar que produzir nacionalmente. Afora o petróleo, pouquíssimos bens podem ser produzidos a preços suficientemente competitivos para ser exportados. As políticas sociais e sucessivas altas salariais aumentaram notavelmente a capacidade aquisitiva da população, sem que este aumento sustentado da demanda estivesse acompanhado por aumentos proporcionais da produção nacional, gerando ascendentes brechas que tinham que ser satisfeitas mediante crescentes importações. Estas só poderiam ser financiadas pela via da renda proveniente das exportações petrolíferas.

Na década de setenta, em outro ciclo de abundância durante o primeiro governo de Carlos Andrés Pérez, consolidou-se no senso comum da sociedade venezuelana a noção de que era um país rico, o que no discurso oficial se denominou Grande Venezuela. Este imaginário de abundância se repete durante o governo de Hugo Chávez, desta vez com a denominação da *Venezuela Grande Potência Petrolífera*.

Com relação à mudança climática e às responsabilidades dos países produtores e consumidores de petróleo, a distância entre o discurso e as políticas efetivamente levadas a cabo não poderia ter sido maior. Nas negociações da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática, os representantes da Venezuela apresentaram discursos radicais responsabilizando o capitalismo e os países industrializados pelas ameaças que seus níveis de consumo de combustíveis fósseis representavam para a vida do

22 Banco Central de Venezuela, Informação Estatística. Produto Interno Bruto por classe de atividade econômica. Disponível em: <<http://www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp>>.

planeta. No entanto, internamente houve durante todos estes anos um esforço, muito pouco exitoso, por aumentar ao máximo a produção petrolífera. O exemplo mais claro desta profunda contradição encontra-se no chamado *Plano da Pátria*, o último programa de governo apresentado por Chávez para as eleições presidenciais de 2012. Este programa, posteriormente aprovado pela Assembleia Nacional como plano de desenvolvimento do país, está organizado em torno de cinco grandes objetivos. O número cinco se propõe a *Preservar a Vida no Planeta e Salvar a Espécie Humana*. Contudo, no objetivo número três estabelece-se como meta *Consolidar o papel da Venezuela como Potência Energética Mundial*. Com esse fim, o plano se propõe a duplicar a produção petrolífera de 3 milhões para 6 milhões de barris diários entre 2013 e 2019<sup>23</sup>. Felizmente para o clima do planeta, devido principalmente à ineficiência, falta de investimentos e corrupção, estes esforços não tiveram sucesso. A produção em abril de 2017 superava por muito pouco os dois milhões de barris diários.

A venda de gasolina e demais combustíveis fósseis a preços extremamente subsidiados – é um dos poucos bens cujo preço não foi impactado pela inflação – não só incentiva o aumento esbanjador do consumo, mas também bloqueia toda a possibilidade do desenvolvimento de energias alternativas.

Ante o colapso dos preços do petróleo, a resposta do governo não foi a de abrir um debate nacional sobre alternativas ao rentismo extrativista e o desenvolvimento de políticas para, por exemplo, cumprir com o mandato constitucional em relação à segurança alimentar<sup>24</sup>. Pelo contrário, enquanto se produz um

23 Assembleia Nacional, Lei do Plano da Pátria, Segundo Plano Socialista de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2013-2019, Caracas, dezembro de 2013. Disponível em: <<http://gobiernoenlinea.gob.ve/home/archivos/PLAN-DE-LA-PATRIA-2013-2019.pdf>>.

24 Artigo 305. O Estado promoverá a agricultura sustentável como base estratégica do desenvolvimento rural integral, e em consequência assegura a segurança alimentar da população; entendida como a disponibilidade suficiente e estável de alimentos no âmbito nacional e o acesso oportuno e permanente a estes por parte do público consumidor. A segurança alimentar deve ser alcançada através do desenvolvimento e privilegiando a produção agrícola doméstica, o que significa como tal a agropecuária, a pesca e a aquicultura. A produção de alimentos é de interesse nacional e fundamental para o desenvolvimento econômico e social da Nação. Para o efeito, o Estado ditará medidas de transferência financeira, comercial, tecnológica, posse de terras,

severo déficit nutricional na população, não há moedas suficientes para satisfazer a demanda mediante mais importações, opta-se por aprofundar ainda mais o modelo extrativo depredador, agora pela via da mineração. Em 24 de fevereiro de 2016, o presidente Nicolás Maduro ditou o *Decreto de Criação da Zona de Desenvolvimento Estratégico Nacional “Arco Minero do Orinoco”*, mediante o qual se dedicam 112 mil quilômetros quadrados, cerca de 12% do território nacional para a mineração, e simultaneamente convidam-se corporações mineiras transnacionais de todo o mundo para que participem de sua exploração<sup>25</sup>. Às forças armadas lhes atribui um papel central neste projeto, tanto em seu papel de impedir qualquer forma de resistência ou oposição a este, como pela via da criação de empresas mineradoras que operariam diretamente sob sua responsabilidade. Trata-se de um território habitado por povos indígenas, um território que faz parte do bosque amazônico que joga um papel vital na regulação dos regimes climáticos do planeta, uma zona de extraordinária biodiversidade, as principais fontes hídricas da Venezuela e onde estão localizadas as represas que fornecem 70% da eletricidade que se consome no país. Tudo isso está ameaçado pela exploração mineradora a céu aberto em grande escala que está contemplado nos planos governamentais para o Arco Minero. Esta decisão, na qual está em jogo em boa medida o futuro do país, foi tomada pelo Presidente da República, em ausência total de um debate público, sem consultar a Assembleia Nacional e em violação tanto de numerosas normas constitucionais como as leis referidas aos direitos dos povos indígenas, de proteção ao meio ambiente e ao trabalho.

Nesta zona, vinha se dando um processo de devastação socioambiental, produto da mineração ilegal de ouro que havia se

---

infraestrutura, treinamento trabalhista e outras medidas necessárias para alcançar níveis estratégicos de autossuficiência. Além disso, promoverá ações dentro da economia nacional e internacional para compensar as desvantagens da atividade agrícola.

25 O Arco Minero operará como uma Zona Econômica Especial, que como foi o caso na China e no Vietnã, busca atrair investimentos estrangeiros mediante incentivos fiscais e de outro tipo, além da não-aplicação de parte das normas ambientais e trabalhistas nacionais.

expandido notavelmente durante as últimas duas décadas, com a incorporação de dezenas de milhares de mineiros, com territórios controlados por máfias armadas onde imperam a violência, o tráfico de drogas, a prostituição e miseráveis condições de trabalho. Tudo isso, não só com a cumplicidade, mas com a participação direta no negócio por parte das autoridades regionais e de corpos de segurança do Estado que seriam supostamente os encarregados de impedir a realização destas atividades. Com o início da megamineração a céu aberto, esta catástrofe não pode senão aprofundar-se.

Trata-se, em síntese, de um aprofundamento estrutural da lógica de mercantilização/comodificação da natureza que foi hegemônica na sociedade venezuelana durante um século.

## 2. A centralidade do Estado

E nos principais debates políticos destes anos houve uma severa carência de um debate teórico sobre o que poderia ser uma sociedade pós-capitalista neste século e como poderiam ou deveriam ser as relações entre Estado, mercado e sociedade organizada, que incorporassem uma avaliação crítica das experiências do socialismo do século passado. Igualmente ausente foi uma leitura informada e reflexiva sobre as potencialidades e limitações pós-capitalistas das atuais transformações em marcha na China, Vietnã e Cuba. Isso, evidentemente, não é problema particular da Venezuela, é uma expressão mais da situação da esquerda que em todas as partes do mundo demonstrou sua impotência e falta de respostas críveis diante a atual crise global do capitalismo e a forma como esta foi aproveitada para avançar na restrição da democracia e uma ainda maior concentração de poder e de riqueza.

Na ausência de reflexões e buscas mais sistemáticas ou estratégicas sobre as alternativas pós-capitalistas, nestes anos, desde o governo venezuelano predominaram dois tipos de

propostas. A primeira consiste no autoritarismo que identifica socialismo com estatismo (propriedade estatal e/ou controle estatal)<sup>26</sup>. No momento em que alguma empresa é estatizada, passa imediatamente a ser denominada “empresa socialista”. A segunda é a que identifica ao pós-capitalismo com o *Estado Comunal*, assunto que será abordado mais adiante neste texto.

No projeto político bolivariano, o Estado foi concebido como o principal agente ou sujeito da transformação social. Uma lógica Estado-cêntrica caracterizou a maior parte da América Latina em toda a sua história. No caso venezuelano, o petróleo acentuou esta lógica até extremos excepcionais. O conjunto da sociedade organizou-se em torno do Estado. O sistema político e os partidos giraram em torno da intermediação na batalha pela apropriação de partes da renda por diferentes setores da sociedade. A acumulação privada de capital e a emergência dos setores empresariais foram diretamente alimentadas por políticas de empréstimos, subsídios, proteções alfandegárias e privatização corrupta do público. Nos anos do processo bolivariano esta lógica Estado-cêntrica se acentuou.

A Constituição de 1999 amplia a esfera de ação do Estado, especialmente do Executivo, tanto no terreno produtivo como na definição de suas atribuições como fiador dos direitos sociais e econômicos da população, especialmente dos mais necessitados. Esta ampliação dos âmbitos de competência do Estado inclui, entre outras coisas, o controle sobre processos eleitorais sindicais<sup>27</sup>, gremiais, estudantis e os referidos às eleições de autoridades das universidades autônomas, e o poder para decidir quais partidos políticos podem ser reconhecidos. Igualmente, do ponto de vista do projeto político bolivariano, o Estado foi assumido como o

26 Entre o primeiro semestre de 1999 e o primeiro semestre de 2014, a participação do setor público no total de ocupados passou de 15,5% a 20,7%. Instituto Nacional de Estatísticas, Força de Trabalho, População de 15 anos e mais ocupada, segundo setor empregador, categoria ocupacional e sexo. Disponível em: <[http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com\\_content&view=category&id=103&Itemid=40#](http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=category&id=103&Itemid=40#)>.

27 As eleições de um dos maiores sindicatos do país, o da planta siderúrgica SIDOR, foram suspensas indefinidamente porque o governo estava consciente de que seus partidários iriam perder caso elas fossem realizadas.

principal agente e/ou sujeito da transformação social. Na medida em que a renda petroleira foi assumida como a ferramenta para impulsionar as mudanças desejadas, o controle cada vez mais centralizado desta por parte do Poder Executivo foi reforçado.

Além dos três ramos de governo correspondentes à tradição liberal (executivo, legislativo e judiciário), a Constituição de 1999 criou dois poderes autônomos adicionais, o Poder Eleitoral e o Poder Cidadão. Este, no entanto, não alterou a plena preponderância que teve historicamente o ramo executivo do governo no país. Durante o processo bolivariano, os outros ramos do poder público estiveram fundamentalmente submetidos às diretrizes do executivo. Quando a oposição ganhou uma maioria na Assembleia Nacional, a assembleia foi declarada em desacato e despojada da maior parte de suas atribuições. Em várias ocasiões em que partidos de oposição ganharam eleições municipais ou de governadores, o executivo criou estruturas ad-hoc paralelas para limitar a ação destes governos<sup>28</sup>. A identificação do socialismo com controle estatal teve consequências devastadoras para o aparato produtivo do país, ao criar condições que impedem a operação efetiva tanto do setor público como do privado. O Estado careceu da capacidade para gerir a ampla gama de empresas que estatizou. Boa parte das empresas industriais e agrícolas estatizadas passam a ser geridas com menor eficiência e menores níveis de produção. Isso foi o resultado do burocratismo, contínuos conflitos laborais, preços de venda de seus produtos que não correspondem aos custos de produção, assim como a falta de investimento, não só para a manutenção, mas igualmente para a atualização tecnológica de plantas. Em alguns casos, como na produção de aço e alumínio, estas apresentam extraordinários

28 Quando o candidato da oposição Antonio Ledezma foi eleito como Prefeito Metropolitano de Caracas em 2008, a Assembleia Nacional aprovou uma lei criando o Distrito Capital, diretamente dependente do Executivo. Muitas das atribuições e fontes de financiamento foram transferidas da Prefeitura Metropolitana para esta nova estrutura controlada pelo Executivo. Quando um dos principais dirigentes da oposição, Henrique Capriles, foi reeleito como governador do estado Miranda em 2002, a Assembleia Nacional criou CorpoMiranda, uma instituição paralela controlada pelo governo central que chegou a ter um orçamento maior que a do governo.

níveis de deterioração e obsolescência<sup>29</sup>. A tudo isso se agrega a corrupção<sup>30</sup>. Em consequência, uma elevada proporção destas empresas está produzindo perdas e só sobrevivem graças à injeção de recursos provenientes da renda petroleira.

Esta lógica Estado-cêntrica esteve acompanhada desde o princípio do reconhecimento da necessidade de transformar profundamente o Estado “herdado”, o Estado capitalista, como condição para impulsionar o processo de transformação. A noção de transição foi formulada em termos do velho Estado que se resiste a morrer e o novo estado que não acaba de nascer. A forma em que este desafio foi abordado variou ao longo do processo bolivariano. Quando os primeiros programas sociais em grande escala, as *misiones* foram impulsionadas (a missão Barrio Adentro apoiada por Cuba, as primeiras missões educativas...), houve o reconhecimento da necessidade de ultrapassar os obstáculos burocráticos que dificultavam o contato direto com a população. Assim, estruturas informais, paralelas, foram criadas para implementar estes programas. Isso foi em parte uma resposta ao fato de que estes programas encontraram freios e às vezes até sabotagens por parte dos funcionários que não compartilhavam as orientações políticas do governo. Estas foram pensadas como estruturas de emergência ou de transição, não como o modelo do novo Estado. Uma consequência negativa foi que isso conduziu a um aumento do aparato burocrático e do emprego público, e a fazer que o Estado tivesse uma estrutura mais onerosa, menos

29 De acordo com as últimas cifras do Índice de Produção Física dadas a conhecer pelo Banco Central da Venezuela, em 2011 a cifra de produção física de aço primário no país representou 74,92% do montante correspondente para 1997. No caso do alumínio, o descenso foi ainda maior, sendo a cifra de 2011 somente 52,31% da produção correspondente a 1997. Banco Central de Venezuela, Información Estadística, Índice de producción física para algunas actividades económicas. Disponível em: <<http://www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp>>.

30 Ao anunciar a decisão de intervir na direção da PDVSA encarregada da distribuição de combustível, o presidente Nicolás Maduro afirmou que: “Há indícios muito sérios da vinculação de grupos mafiosos com algumas instâncias de empresas do Estado, vamos perseguir-los e vamos castigar com o dobro da severidade com que se castiga normalmente”, “Presidente Maduro ordena intervir dirección de Pdvsa encargada de distribución de combustible”, *Aporrea*, 11 de setembro de 2014. Disponível em <<http://www.aporrea.org/contraloria/n257519.html>>.

transparente.

Com o tempo, a concepção estratégica do Estado foi concebida como o Estado Comunal. Este foi enunciado como um Estado descentralizado controlado diretamente pela população no âmbito comunitário, isto é, como parte da transição para a forma de autogoverno democrático a partir de baixo. No entanto, isso foi uma fonte permanente de tensões e contradições já que estas modalidades de autogoverno democrático comunal são dificilmente compatíveis com o controle vertical e com o vanguardismo que tanto como concepção quanto prática prevaleceram no processo bolivariano.

### 3. As tensões das organizações populares impulsionadas a partir do Estado

A Venezuela antes do processo bolivariano caracterizava-se por ser uma sociedade com um débil tecido social, consequência fundamentalmente da forte presença do Estado e do peso dos partidos políticos como principais vias de canalização das aspirações e demandas da sociedade. Esta extensa presença ou controle partidário se dava não só nas organizações sindicais e gremiais, mas igualmente nas organizações estudantis, de bairro e culturais. Era limitada a existência de organizações sociais autônomas fora desta rede Estado/partido.

Desde o início do governo Chávez, deram-se amplas e vigorosas dinâmicas organizativas e participativas no mundo popular que envolveram milhões de pessoas: Mesas Técnicas e Conselhos Comunitários de Água, Comitês de Saúde, Comitês de Terras Urbanas, Conselhos Comunais, Comunas... Esta dinâmica organizativa foi o resultado tanto dos deslocamentos políticos e ideológicos que ocorriam no país, como de políticas públicas expressamente orientadas a promover estes processos. Algumas das políticas sociais foram conceitualizadas de tal maneira que, para serem levadas a cabo, era necessária a organização popular

de base. Há nisso um claro contraste com as experiências do Equador e Bolívia, onde as políticas públicas conduziram à divisão e ao enfraquecimento das organizações populares preexistentes.

As políticas públicas de fomento e financiamento de diversas modalidades de organizações de base, em especial dos Conselhos Comunais e das Comunas, produziram consequências contraditórias. Por um lado, impulsionaram níveis de organização popular desconhecidos na história do país e transferiram enormes quantidades de recursos a comunidades para abordar a solução de seus problemas: transporte, moradia, algumas atividades produtivas, etc., contribuindo igualmente para o fortalecimento do tecido social das comunidades. No entanto, a tendência dominante foi que, como resultado da reafirmação da histórica lógica estadista centralizadora da economia petroleira rentista, na medida em que as organizações populares tendem a depender diretamente de transferências de recursos do Estado, foram bloqueadas as possibilidades de consolidação e autonomias destas modalidades comunitárias de base como alternativa à estrutura do Estado, como espaços de experimentação de outras formas de fazer e gerir as coisas. As múltiplas formas de organização da sociedade não podem exercer controle e influência sobre a orientação das políticas públicas, a menos que tenham com um grau significativo de autonomia. O aprofundamento da cultura rentista e do padrão produtivo extrativista operou contra a autossuficiência e alimentou uma concepção consumista da qualidade de vida. Adicionalmente, a corrupção associada às disputas pela repartição de renda chegou por esta via também na base da sociedade.

As contradições entre autonomia e controle vertical desde o Estado se acentuam a partir dos anos 2005-2007 com a definição da revolução bolivariana como socialista. A partir dessa época, aprofunda-se não só o controle vertical a partir do Estado, mas se busca reduzir a rica pluralidade das formas organizativas que havia para transformá-las em modalidades organizativas

padronizadas. Aprova-se um conjunto de novas leis e criam-se novas instituições destinadas a promover o que se denominou Poder Popular. Finalmente, em 2009, é criado o Ministério do Poder Popular para as Comunas. Estas leis e instituições, longe de promover o poder popular em termos de autonomia e capacidade de autogestão, parecem ter sido expressamente desenhadas para aumentar o controle estatal sobre estas organizações. No lugar de elevar a transparência, todos os níveis da administração pública ficaram mais opacos.

As leis dos Conselhos Comunais e das Comunas especificam com grande detalhe o propósito destas organizações, como devem estar estruturadas e as atribuições específicas de cada parte da organização. Estas normas detalhadas sugerem que estas organizações devem ser concebidas como parte da estrutura do Estado. Esta ambiguidade está refletida no *v* que se refere ao poder popular tanto como se fosse um ramo do Estado que precisa se relacionar com outros ramos do Estado, e como algo externo ao Estado, que precisa preservar uma relação de equilíbrio com o Estado.

Como consequência deste novo andaime institucional e das concepções políticas que o orientam, produz-se uma redução da rica diversidade das formas organizativas que haviam sido criadas nos anos anteriores, na medida em que foram pressionadas para se adaptar às novas modalidades organizativas padronizadas igualmente para todos. Com isso termina de consolidar a primazia do olhar normalizador a partir do Estado sobre a multiplicidade da experimentação social.

Dada a plena primazia da lógica redistributiva sobre a lógica produtiva, predominaram as relações clientelistas entre Estado e organizações populares. Na transferência de recursos do Estado às comunidades, a ênfase foi majoritariamente na solução de problemas imediatos da população, não na produção nem em mudanças estruturais. Isso tem como implicação o fato de que, sobretudo no âmbito urbano, não fossem incorporadas, na maior

parte das experiências, as questões relativas a outras modalidades de produção e consumo. Em consequência disso, não se questiona o modelo de desenvolvimento petrolífero dependente nem a lógica rentista, já que é precisamente esse modelo o que torna possível que esse tipo de relação entre Estado e organização popular possa se manter. O peso da chamada economia social segue sendo insignificante.

Apesar das milhões de pessoas envolvidas nestes processos organizativos, o tecido solidário da sociedade, dada sua dependência dos recursos do Estado, em seu conjunto, terminou tendo muita fragilidade. Num processo político que reivindicou durante anos os valores da solidariedade e da promoção de múltiplas formas de organização popular de base estendidas por todo o país, poderia ter sido esperado que a resposta à crise fosse uma de solidariedade, de criação coletiva ante a nova situação. Esse não foi o caso. As respostas que dominaram foram de caráter pragmático individualista e competitivo. As significativas transformações na cultura política popular de anos anteriores, os sentidos de dignidade, as subjetividades caracterizadas pela autoconfiança e pelo entusiasmo com relação a sentir-se parte da construção de um mundo melhor, com a crise, entram em dinâmicas regressivas, expressão do severo processo de erosão que sofreram o tecido social solidário e os valores éticos nesta sociedade nos anos de crise. Boa parte das organizações sociais de base criadas durante estes anos foram debilitadas, tanto pela carência dos recursos estatais sobre os quais se tornaram dependentes, como pela crescente deterioração da confiança do governo e no futuro do país. Como caso extremo, alguns dos chamados coletivos em Caracas que haviam surgido como grupos em defesa do processo bolivariano converteram-se diretamente em grupos armados delinquentes que controlam territórios e estão envolvidos no tráfico de drogas e alimentos. Outras organizações populares debatem sobre como continuar operando neste novo contexto. Apesar das dificuldades e obstáculos, existem, nestes

tempos de profunda crise, muitas experiências de base, que embora sejam minoritárias, nutriram-se da politização e ativismo que atravessou a sociedade venezuelana nestes anos, para levar a cabo processos comunitários de uma extraordinária riqueza e autonomia. São, neste sentido, exemplos vivos do possível hoje no campo popular.

Depois de quase vinte anos do processo bolivariano, a organização social popular autônoma mais importante do país segue sendo a rede de cooperativas, Organismo de Integração Cooperativa CECOSOLA, que tem como centro de operações a cidade de Barquisimeto. Trata-se de uma rede de cooperativas muito ampla de poupança, produção agrícola, serviços de saúde e funerários, e que muito especialmente, realiza atividades de distribuição de alimentos que articulam produtores e consumidores. Envolve dezenas de milhares de pessoas como sócias ou beneficiárias. Ao longo de suas décadas de vida e com continuados processos de reflexão, debate e experimentação, conseguiram modalidades de organização e gestão genuinamente horizontais e democráticas com uma divisão do trabalho muito limitada; os filiados participam da mais ampla gama de responsabilidades. Todas as decisões são tomadas em assembleia. Esta experiência contou com um amplo reconhecimento internacional<sup>31</sup>. Há um contraste fundamental entre esta forma horizontal de organização, construída ao longo de cinco décadas de debates e experimentação, e múltiplas organizações verticais criadas por decreto pelo governo bolivariano.

Apesar de permanentes referências genéricas “aos trabalhadores” no discurso bolivariano como sujeito ativo, nem os trabalhadores, nem os sindicatos desempenharam um papel central nos processos de organização popular destes anos. Isso tem a ver, como se destacou acima, com o fato de que o processo

31 Coletivo de autoras e autores de Cecosesola, “Venezuela: La red cooperativa Cecosesola Una experiencia de transformación cultural”, ¿Cómo transformar? Instituciones y cambio social en América Latina y Europa, Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo, Fundación Rosa Luxemburg, Quito, 2015.

bolivariano se caracterizou mais por suas políticas distributivas que por transformações produtivas. As organizações de base territorial foram, de longe, muito mais importantes que as organizações baseadas nos centros de trabalho. O papel dos sindicatos tem sido bastante marginal, inclusive foram limitadas as negociações dos trabalhadores públicos com o Estado. Os aumentos salariais foram outorgados na maior parte dos casos pela via de decisão governamental unilateral. Em seu conjunto, os sindicatos não só se encontram severamente debilitados, mas em muitos casos passaram a operar mais como máfias armadas, que como organizações em defesa dos interesses dos trabalhadores. Este foi o caso em alguns sindicatos da construção e da mineração.

#### **4. O apagamento das fronteiras entre o público/estatal e o político/partidário**

Estreitamente associado com o papel central do Estado no processo bolivariano, tanto em termos econômicos como políticos, está o que tem sido o apagamento sistemático das fronteiras entre o público-estatal e o político-partidário, dinâmica que tem trazido severas implicações. O uso de recursos públicos para fins políticos partidários do governo de turno não é uma novidade na história política venezuelana, mas este assunto adquire novas características quando está sustentado pela justificação ideológica, expressa ou implícita, de que, como está se fazendo *a Revolução*, é preciso utilizar todos os meios para derrotar o inimigo, portanto, eticamente, vale tudo. Isso teve sérias implicações a propósito de dois temas estreitamente inter-relacionados: a democracia e a corrupção.

A extensa fusão entre o público/estatal e o político/partidário, constituiu-se num sério obstáculo para a possibilidade de construção de uma democracia plural, tal como estabelecida pela Constituição de 1999. Desde a sua criação, o Partido Socialista Unido da Venezuela apoiou-se na institucionalidade pública,

e – apesar de uma expressa proibição constitucional – utilizou recursos do Estado para propaganda, mobilizações, encontros. Altos funcionários declararam que aqueles que não se inscrevessem no partido ou apoiassem com sua assinatura uma iniciativa da oposição, perderiam seu emprego público. Expressão destas tensões são as controvérsias existentes no movimento sindical identificado com o processo de mudança, entre os que defendem a autonomia dos sindicatos tanto em relação aos governos como aos partidos, e os que, ao contrário, argumentam que ter um governo popular como o atual, a autonomia não é necessária, porque os interesses dos trabalhadores estão assegurados, ou inclusive caracterizam como contrarrevolucionárias as demandas por autonomia.

Ao longo da última década, as organizações de base mais importantes que foram impulsionadas pelo governo foram os Conselhos Comunais, concebidos como as organizações básicas da democracia participativa, que com o tempo, conjuntamente com as Comunas, substituiriam as estruturas existentes do Estado (estados, municípios, paróquias). Debates e confrontos conceituais e práticas deram-se nestes anos a respeito de como são concebidos os Conselhos Comunais, como âmbitos privilegiados da participação. Trata-se de espaços plurais, abertos ao conjunto da sociedade, no interior dos quais podem se dar discussões entre projetos ou visões sociais e políticas diversas, ou, ao contrário, pensados como espaços políticos do chavismo, dos “revolucionários”, dos “socialistas”? Enquanto, por um lado, conformaram-se Conselhos Comunais como ambientes residenciais nos quais predominam as forças políticas da oposição, muitos dos integrantes das instâncias governamentais responsáveis pelo impulso dos Conselhos Comunais argumentam que estes devem ser espaços políticos exclusivos da “revolução”. É este um assunto fundamental para o futuro da democracia no país. Se este âmbito político, definido como núcleo básico a partir do qual deve estruturar-se o novo modelo socialista de Estado,

define-se de forma sectária e excludente como restrito aos que compartilham o projeto político do atual governo, deixando de fora uma proporção significativa da população venezuelana que não se identificou nem com o governo nem com o socialismo. Nega-se assim de entrada a possibilidade de que os Conselhos Comunitários possam ser parte de um processo de construção de uma sociedade democrática, onde participe o conjunto de seus cidadãos.

Um exemplo claro desta fusão entre o âmbito político/partidário (que representa uma parte da sociedade) e o público/estatal (que se supõe representar ao conjunto da sociedade) é a organização dos Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP), criados como mecanismo para a distribuição de bens básicos (especialmente de alimentos) em condições de uma profunda crise de abastecimento. Apesar de se tratar de um programa público, financiado com os recursos do Estado, está constituído fundamentalmente por estruturas do PSUV, como as Unidades de Batalha Bolívar-Chávez (UBCH) e a Frente Francisco de Miranda<sup>32</sup>. Nestas condições, não são de se estranhar as reiteradas denúncias de discriminação política neste programa de distribuição de alimentos.

São igualmente severas as consequências desta fusão Estado/partido do ponto de vista da corrupção. Quando no uso dos bens públicos se apaga a barreira entre o público-estatal e o político-partidário, termina por apagar igualmente a fronteira entre o público e o privado. Vai se tornando cada vez maior a ausência de transparência da gestão pública e cada vez menor o acesso à informação, estabelecendo-se as bases institucionais para alguns níveis extraordinariamente elevados de corrupção<sup>33</sup>.

32 Ministério do Poder Popular para a Mulher e a Igualdade de Gênero, Todo o Poder para os CLAP. Edición 1, Caracas, 6 de outubro 2016. Disponível em: <<http://www.minmujer.gob.ve/?q=descargas/publicaciones/todo-el-poder-para-los-clap-edici%C3%B3n-01>>.

33 A corrupção em grande escala foi um dos problemas mais graves do processo bolivariano. Houve uma séria falta de transparência nos gastos do governo. Os procedimentos prévios de prestação de contas públicas foram pelo menos parcialmente desmantelados, ou foram utilizados quase exclusivamente para castigar a oposição. A principal fonte de corrupção se associou com a criação de departamentos para o controle do câmbio com o

## 5. Um padrão de liderança carismática unipessoal

A extraordinária capacidade de liderança de Chávez foi, em termos contraditórios, tanto uma das forças do processo bolivariano, como fonte de algumas de suas principais limitações. Sem o carisma, a capacidade de liderança e notáveis dons comunicativos e de pedagogia popular com os quais contou Chávez, dificilmente teria sido possível dar uma quebra na jaula de ferro, na letargia de uma sociedade que, como se destacou acima, caracterizava-se por crescentes desigualdades e exclusões e por um sistema político extraordinariamente deslegitimado e um mundo popular sem perspectivas. Ao ter dado voz e direção ao enorme descontentamento existente nas maiorias populares, e ter impulsionado processos de organização e participação popular que se estenderam por todo o país, Chávez operou como um potente catalisador da mudança.

No entanto, o grau de dependência de todo este processo numa só pessoa, o culto à personalidade, e os elevados níveis de concentração do poder constituíram um sério limite à dinâmica do aprofundamento da democracia. Este tipo de liderança bloqueia a emergência de lideranças alternativas, o que constitui uma extraordinária fonte de fragilidade para todo o processo de mudança. A ausência de um líder indispensável, como ficou demonstrado com o falecimento de Chávez, podia gerar uma profunda crise.

fim de limitar a fuga de capitais do país. Dado que a demanda sempre foi maior que a oferta proporcionada pelo governo, surgiram mercados de câmbio paralelos (ilegais) especulativos. Isso produziu uma extraordinária variedade de paridades do bolívar em relação ao dólar estadunidense. Em agosto de 2017, enquanto que o tipo de câmbio oficial fixo para importações de alimentos básicos e remédios era de dez bolívares por dólar estadunidense, o tipo de câmbio paralelo flutuava entre dez mil e dezoito mil bolívares por dólar. Os escritórios responsáveis de decidir quais solicitações de moeda estrangeira subsidiada seriam satisfeitas possuem um tremendo poder discricionário. Como resultado, foram criados novos milionários. Segundo o ex-presidente do Banco Central da Venezuela, Aimeé Betancourt, somente em 2013, cerca de 20 bilhões de dólares subsidiados foram fornecidos pelo governo às chamadas “empresas de valisa” para as importações que nunca ocorreram, uma demanda artificial não relacionada com atividades produtivas. [“Presidenta del BCV: Parte de los \$ 59.000 millones entregados en 2012 fue una ‘empresas de maletín’”, *Aporrea* / AVN - [www.aporrea.org](http://www.aporrea.org), Caracas, 25 de mayo de 2013]. Isso representa enormes níveis de corrupção/público que, de acordo com algumas estimações, ascende a 300 bilhões de dólares nos últimos dez anos.

A consolidação no tempo de uma liderança inquestionável de uma só pessoa impede a criação de uma cultura de debates entre perspectivas diferentes e de aprofundamento democrático. Pessoas que estiveram próximas ao Presidente Chávez descreveram como tendia a instalar-se em seu entorno uma cultura de incondicionalidade – de ausência de debates e confrontações entre opções diversas – e de proteção do líder diante dos aspectos menos favoráveis da realidade que o rodeava. Nestas condições, o acesso ao poder se identifica facilmente com o acesso a ele e com a confiança do presidente. O oportunista se disfarça facilmente de “revolucionário”. A reeleição indefinida do Presidente aprovada mediante uma emenda constitucional em 2009, dada a idade de Chávez nesse momento, fez possível que o tema da criação de lideranças desaparecesse do horizonte.

Mas ainda mais problemática foi a tensão entre, por um lado, o discurso e a prática da participação popular, como condição das novas formas de democracia nas quais o poder devia residir no povo, e por outro, o fato de que uma e outra vez, a propósito de aspectos fundamentais para o futuro do país (criação de um partido único de governo, necessidade de uma reforma constitucional, financiamento de grandes projetos, acordos internacionais, a criação de novas modalidades de organização popular ou de novos programas sociais), as decisões foram anunciadas pela televisão à população, uma vez que estas tinham sido tomadas pelo Presidente. As decisões que se tomaram nos âmbitos da “democracia participativa e protagonista” do mundo popular limitaram-se a âmbitos fundamentalmente locais, enquanto que as principais decisões sobre o rumo do processo eram tomadas unilateralmente, desde acima: “decidi”, “ordenei”. A partir de certo momento dos processos de mudança, a tensão entre essas duas lógicas divergentes necessariamente se faz evidente, desgastando nos fatos e nos imaginários as expectativas da construção de uma nova cultura democrática.

Na prática, em reiteradas ocasiões, a modalidade de exercício

unipessoal do poder por parte do Presidente Chávez converteu-se numa expressa negação do exercício da democracia. Os candidatos do chavismo à Assembleia Nacional ou a governadores de Estado em muitos casos eram selecionados pessoalmente por Chávez, às vezes apesar do exposto rechaço do povo chavista, ou por ser notória a responsabilidade do selecionado em casos de corrupção.

Outra consequência significativa desta modalidade de liderança foi a falta de continuidade na implementação de muitas políticas públicas. Na medida em que foram surgindo novas situações, tanto Chávez como Maduro anunciaram, várias vezes, novas iniciativas e programas, comissões e comitês que se sobrepujavam ou substituíam programas existentes. Isso esteve acompanhado de frequentes mudanças e rotação de ministros e responsáveis das principais empresas e instituições do Estado. Alguns desses funcionários recém nomeados atuaram como se tratasse de um novo governo, foi escassa a avaliação dos programas e políticas que vinham sendo implementadas, prevalecendo a improvisação.

## **6. A preponderância do militar no processo bolivariano. A crescente militarização do bolivarianismo.**

Durante todo o processo bolivariano, a presença dos militares e de uma cultura militar foi muito marcada, tanto no Estado como no terreno político partidário. Por sua formação, Chávez tinha relações de maior confiança e lealdade com o mundo militar que com o mundo civil. Durante todos esses anos, militares ativos ou aposentados ocuparam altos cargos públicos como Ministros, membros da Assembleia Nacional, governadores e responsáveis de muitas das principais empresas públicas.

Há uma inevitável tensão entre a busca da democracia em todos os âmbitos da sociedade, tal como está contemplado na Constituição, e a ampla presença de imaginários bélicos e de militares ativos e aposentados no processo bolivariano. A cultura da instituição armada é, por sua própria natureza, de obediência

vertical e de caráter não-deliberativa. A extensa presença militar em todas as instituições do Estado nestes anos não é compatível com uma gestão pública transparente e democrática. O que ocorre no interior das instituições militares, seu espírito de corpo, e as redes informais de lealdades que nestas se conformam, são pouco transparentes para o restante da sociedade. Entra as múltiplas denúncias dos massivos níveis de corrupção que foram formuladas durante estes anos, uma elevada proporção era referente a militares que exerceram cargos de responsabilidade nas instituições de registro de divisas subsidiadas, portos, distribuições de alimentos, vigilância de fronteiras e controle de mineração ilegal de ouro, precisamente os âmbitos nos quais se deram os maiores volumes de corrupção.

Igualmente problemática foi a expansão dos imaginários do militar ao conjunto da vida política, impregnando-a de reiteradas referências a guerras e batalhas. Na guerra se busca a derrota, o extermínio do outro, entendido como inimigo. É este um modelo pouco propício para uma cultura política democrática de diálogo e construção coletiva. A concepção da política como confrontação entre amigo e inimigo que informou tanto os imaginários políticos do chavismo como muitas das modalidades político-organizativas que se criaram nestes anos têm claras raízes militares. As campanhas eleitorais pela ratificação de Chávez no referendo revogatório de 2004, e pela reeleição no ano seguinte foram denominadas como “Batalha de Santa Inês I e II”, dando-se o nome de “batalhões” a unidades constitutivas do Partido Socialista Unido da Venezuela. Denominam-se como “estados-maiores” diversas instâncias de direção de processos de ativação do poder popular. A partir de 2007, decide-se um novo lema da Força Armada Nacional: “Pátria, socialismo ou morte”.

No governo de Nicolás Maduro, acelerou-se o processo de militarização do país, dando continuidade à outorga de poderes e privilégios adicionais às forças armadas. Entre outras coisas, aumentou-se a presença militar em todos os níveis da gestão

pública. Em fevereiro de 2017, 34% dos integrantes do Gabinete do Presidente Maduro eram militares, ativos ou da reserva. Incluem-se aqui ministérios tão importantes como o da Presidência da República; Ministério do Interior, Justiça e Paz; Ministério da Defesa; Ministério da Agricultura e Terras; Ministério da Alimentação; Ministério de Obras Públicas e o Ministério do Ecosocialismo e Águas<sup>34</sup>. Outorgou-se plena autonomia administrativa e empresarial ao Ministério da Defesa e todos os seus organismos adscritos, ao retirar da Controladoria-Geral da República sua função constitucional de controladoria externa sobre as atividades das forças armadas<sup>35</sup>. Deu-se continuidade à política de criação de empresas militares<sup>36</sup>.

## 7. Superação do patriarcado?

Como em outras dimensões da vida coletiva durante o processo bolivariano, os assuntos referentes ao enfrentamento ao patriarcado estiveram atravessados por importantes tensões e contradições, tendo sido logradas algumas significativas conquistas parciais. São importantes os avanços no terreno jurídico, especialmente no terreno constitucional. A Constituição de 1999, não só estabelece a plena igualdade entre homens e mulheres em todos âmbitos da vida pública e privada, mas igualmente estabelece-se que a “A lei garantirá as condições jurídicas e administrativas para que a igualdade entre a lei seja real e efetiva; adotará medidas positivas a favor de pessoas ou grupos que possam ser discriminados, marginalizados ou vulneráveis...” (Artigo 21). Assegura-se a igualdade e equidade entre homens e mulheres no trabalho e reconhece-se o valor de trabalho no lar. “O Estado reconhecerá o trabalho do lar como atividade econômica que cria valor agregado e produz riqueza e bem-estar social. As donas de casa têm direito à seguridade social em conformidade com a lei” (Artigo 88). Sobre a maternidade e os direitos sexuais e reprodutivos, estabelece-se que:

A maternidade e a paternidade são protegidas integralmente, seja qual for o estado civil da mãe ou do pai. Os casais têm direito a decidir livre e responsabilmente o número de filhos e filhas que desejam conceber e a

34 Controle cidadão, “Participación militar en el gabinete ministerial”. Caracas 2017, Disponível em: <<http://www.controlciudadano.org/infografias>>.

35 “El negocio de los militares: Se elimina el control sobre las empresas de las Fuerzas Armadas”, *La Izquierda Diario - Aporrea*, Caracas 1 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/civico-militar/n303582.html>>.

36 “FANB monta emporio industrial con 17 empresas propias y mixtas”, *El Nacional*, Caracas, 9 de dezembro 2016. Disponível em: <[http://www.el-nacional.com/noticias/politica/fanb-monta-emporio-industrial-con-empresas-propias-mixtas\\_24717](http://www.el-nacional.com/noticias/politica/fanb-monta-emporio-industrial-con-empresas-propias-mixtas_24717)>.

dispor da informação e dos meios que assegurem o exercício desse direito. O Estado garantirá assistência e proteção integral à maternidade em geral a partir do momento da concepção, durante a gravidez, o parto e o puerpério, e assegurará serviços de planificação familiar integral baseados em valores éticos e científicos (Artigo 76).

Protege-se o matrimônio entre um homem e uma mulher, o qual se funda no livre consentimento e na igualdade absoluta dos direitos e deveres dos cônjuges. As uniões estáveis de fato entre um homem e uma mulher que cumpram os requisitos estabelecidos na lei produzirão os mesmos efeitos que o matrimônio (Artigo 77).

Em todo o texto utiliza-se uma linguagem expressamente não sexista: “cidadãos e cidadãs”, “presidente ou presidenta”, “juízes ou juízas”.

Em 2007, entra em vigência a *Lei Orgânica sobre o Direito das Mulheres a uma Vida Livre de Violência*, instrumento legal de ampla cobertura na defesa dos direitos das mulheres, especialmente, mas não só, no que se refere à violência.

Em relação à paridade de gênero, em 2000, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) decidiu não aplicar a lei eleitoral de 1998 em relação à postulação de pelo menos 30% de mulheres aos cargos públicos por parte dos partidos, por considerá-la contrária ao princípio de igualdade consagrado na Constituição. Posteriormente, nos anos entre 2005 e 2008, o CNE emitiu duas resoluções vinculantes relacionadas a cotas de participação feminina. No entanto, seja porque essa mesma instituição aceitou os pedidos apresentados pelos partidos que não cumpriam estas normas e não se estabeleceu nenhuma sanção por seu descumprimento, seja porque em muitos casos as mulheres figuravam nas listas como candidatas suplentes, foi limitada a incidência destas resoluções. Não as cumpriram nem os partidos de governo nem os de oposição<sup>37</sup>. Estas normas não foram exigidas nos processos eleitorais posteriores. Na *Lei Orgânica de Leis*

37 Néliida Archenti e María Inés Tula, “¿Las mujeres al poder? Cuotas y paridad de género en América Latina”, Universidad de Salamanca, 22 de fevereiro de 2013. Disponível em: <[http://americo.usal.es/iberoame/sites/default/files/tula\\_PAPERseminario9\\_2012-2013.pdf](http://americo.usal.es/iberoame/sites/default/files/tula_PAPERseminario9_2012-2013.pdf)>; e Evangelina García Prince, “La participación política de las mujeres en Venezuela: Situación actual y estrategias para su ampliación”, *Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales*, ILDIS, Caracas, 2012.

*eleitorais* de 2009, atualmente vigente, não há referência alguma ao tema da paridade de gênero. Entretanto, nestes anos produziu-se um aumento significativo na participação das mulheres, tanto nos órgãos legislativos (nacional e estadual) como nos Conselhos Municipais<sup>38</sup>.

Nas múltiplas modalidades de organização popular de base que se desenvolveram durante os anos do governo bolivariano, foi muito destacada, em muitos casos preponderante, a participação das mulheres. No entanto, “nestas iniciativas é muito frágil – em geral – a incorporação de um componente crítico de gênero”<sup>39</sup>.

Na gestão pública houve um significativo aumento da participação das mulheres, inclusive chegando num momento a encabeçar quatro dos cinco poderes públicos existentes no país, sendo a exceção a Presidência da República. Contudo, “a participação das mulheres está desproporcionalmente concentrada na gestão pública vinculada às áreas sociais; e em contrapartida sub-representada nas áreas políticas consideradas tradicionalmente de maior importância”<sup>40</sup>.

É nesse âmbito educativo em que foram mais notórias as mudanças no papel da mulher nos últimos anos, tendo sido produzido uma marcada diferença a favor das mulheres na expansão da matrícula educativa. Entre 1999 e 2015, a porcentagem de estudantes entre a população de 15 anos ou mais foi de 10% para 12%. Entre as mulheres, passou-se de 11,2% para 19% entre esses mesmos anos. Em 1999, 30% da população entre os 15 e os 24 anos estava estudando; enquanto que no primeiro semestre de 2015, a cifra subiu 45,3% (homens, 41,1%; mulheres, 49,7%). Para o conjunto dos níveis educativos, há mais mulheres do que homens estudando. A participação das mulheres no mercado de trabalho permaneceu praticamente inalterada: 49,7% em 1999 e

38 Carmen Teresa García e Magdalena Valdivieso, “Las mujeres venezolanas y el proceso bolivariano. Avances y contradicciones”, *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 15 no.1, Caracas, abril 2009.

39 Idem.

40 Jhannett M. Madriz Sotillo, “Visibilización de la mujer en la República Bolivariana de Venezuela”. *Revista Derecho Electoral*, n°13, Tribunal Supremo de Elecciones, República de Costa Rica, janeiro-junho, 2012.

50,3% em 2015<sup>41</sup>.

As políticas sociais do governo bolivariano relacionadas às mulheres caracterizaram-se como o resto das políticas sociais destes anos, por seu caráter predominantemente distribucionista e paternalista. Estas políticas orientadas às necessidades mais imediatas das mulheres dos setores populares, e focalizadas em atividades em sua localidade, podem reforçar a divisão sexual do trabalho existente, e não questioná-la. Uma indicação disso é o fato de que os “afazeres do lar” segue sendo uma atividade quase exclusivamente feminina, a proporção de mulheres dedicadas a esta atividade diminuiu de 35,1% em 1999 para 28,5% em 2015, mas cerca 98% das pessoas que afirmam dedicar-se a ofícios do lar são mulheres. (Ibid.).

Como assinala Anaís López:

Os esforços do Estado venezuelano para redistribuir a renda petroleira em função de programas sociais colocaram as mulheres em posição de ser destinatárias de políticas de gênero e políticas sociais, ao mesmo tempo, o que traz como consequência que, em termos de indicadores de inclusão, possa se ver muito favorecida sua situação, enquanto que em termos reais de transformação de relações de gênero é feito pouco progresso<sup>42</sup>.

Na Venezuela, durante as décadas anteriores à eleição de Chávez, via-se conformando uma rica experiência de construção de uma agenda ou plataforma de luta comum de mulheres, apesar de seu pertencimento a diferentes partidos políticos (Movimento Ampliado de Mulheres)<sup>43</sup>. Durante os anos do processo bolivariano, tem sido tão intensa a polarização política que esta possibilidade de trabalho conjunto tornou-se mais difícil, mas para algumas iniciativas e temas específicos foi possível conservar um certo grau de unidade. Não se superou, no entanto, a subordinação das

41 Instituto Nacional de Estadísticas, “Indicadores globales de la fuerza de trabajo, según sexo, 1er semestre 1999-1er semestre 2015”, Caracas 2016.

42 Anaís López, “Movimiento de Mujeres, Estado, Política y Poder: Lecturas Feministas de la Política Pública de Género en la Venezuela Bolivariana”, *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)*, Buenos Aires, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20150730112502/INFORMEFINAL-CORREGIDO.pdf>>.

43 Carmen Teresa García e Magdalena Valdivieso, op.cit.

agendas das mulheres às agendas dos partidos. O exemplo mais claro disso é o fato de que, apesar do aumento notório das mulheres no âmbito público, as posições patriarcais da direção política do chavismo impediram a possibilidade de que se produzisse algum avanço na reivindicação da soberania das mulheres sobre seu próprio corpo, em particular no tema do aborto, que embora não seja ativamente criminalizado, continua sendo realizado em condições precárias produzindo muitas mortes entre mulheres do campo popular. As taxas de gravidez entre adolescentes são muito elevadas. “A taxa de nascimento para as idades de 15 e 19 anos é de 101 por mil mulheres, enquanto que a média em toda a América Latina e o Caribe é de 75”<sup>44</sup>.

Por outro lado, é difícil imaginar como se pode transitar na direção de uma cultura não-patriarcal num contexto que celebra a existência de lideranças masculinas fortes e onde são preponderantes as lógicas militares patriarcais.

## 8. A plurinacionalidade e os povos indígenas

Como se destacou acima, a Constituição define a Venezuela como um país multiétnico e pluricultural. No que seja talvez a ruptura mais radical com toda a história anterior do país, a Constituição contém um capítulo completo dedicado a uma ampla garantia dos direitos dos povos indígenas<sup>45</sup>. Estes direitos estão sintetizados no Artigo 119 nos seguintes termos:

O Estado reconhecerá a existência dos povos e comunidades indígenas, sua organização social, política e econômica, suas culturas, usos e costumes, idiomas e religiões, assim como seu habitat e direitos originários sobre as terras que ancestral e tradicionalmente ocupam e que são necessárias para desenvolver e assegurar suas formas de vida. Corresponderá ao Executivo

44 Fundo de População das Nações Unidas, documento do projeto de país para a República Bolivariana da Venezuela, Geneva, 2014.

45 Mais que alguns direitos conquistados mediante a capacidade de mobilização e luta dos povos indígenas venezuelanos no momento do debate constituinte, a ampla gama de direitos contemplados na Constituição incorpora boa parte da agenda de luta que vinham articulando as organizações indígenas em todo o continente. Isso é parte da explicação do por que foi tão limitada a capacidade do mundo indígena nestes anos para fazer realidade o cumprimento destes direitos.

Nacional, com a participação dos povos indígenas, demarcar e garantir o direito à propriedade coletiva de suas terras, as quais serão inalienáveis, imprescritíveis, não embargáveis e intransferíveis de acordo com o estabelecido nesta Constituição e na lei.

Cria-se, pela primeira vez no país, um Ministério dos Povos Indígenas e seus principais funcionários têm sido indígenas. Atribuiu a este Ministério um importante orçamento que tornou possível que o Estado chegasse a zonas do país ocupadas por povos indígenas que estiveram historicamente à margem das políticas públicas. Construíram-se moradias, centros de saúde e escolas, apoiando-se algumas atividades produtivas.

No entanto, vistas em conjunto, estas políticas, longe de fortalecer o mundo indígena, suas culturas e organizações, debilitaram-nas. Tratou-se de uma política que, como foi notório no caso do Equador, independentemente dos discursos políticos, viu os indígenas como pobres, como carentes, como necessitados da assistência estatal. Constroem-se a partir disso práticas que não podem ser qualificadas a não ser de colonizadoras, como é o caso dos Conselhos Comunais Indígenas. Passando às formas organizativas próprias existentes, plenamente asseguradas pela Constituição, os povos foram levados a mesma modalidade organizativa padronizada que foi promovida do Estado até o restante do país. Para ter acesso a recursos públicos, é preciso estar organizado em Conselhos Comunais Indígenas. Isso não só desgasta as formas de organização e autoridade próprias, mas gera também conflitos no interior das comunidades indígenas.

Os direitos dos povos indígenas estão construídos na Constituição a partir do pressuposto do reconhecimento dos territórios dos povos indígenas (denominados timidamente *hábitats* para não ferir sensibilidades nacionalistas, sobretudo entre os militares). São direitos que se referem fundamentalmente aos povos indígenas em seu *hábitat*. Para isso, nas disposições transitórias do texto constitucional, fixa-se um prazo de dois anos para a realização da demarcação de tais *hábitats* indígenas.

Todavia, depois de 17 anos que foi entrada em vigor a Constituição, algumas fazendas foram entregues a algumas comunidades indígenas, mas não se demarcou nem reconheceu o território de nenhum dos povos indígenas. Consequentemente, na prática todos os direitos assegurados pela Constituição permaneceram como letra morta. O direito de preservar “sua organização social, política e econômica, suas culturas, usos e costumes, idiomas e religiões, assim como seu *hábitat* e direitos originários sobre as terras que ancestral e tradicionalmente ocupam e que são necessárias para desenvolver e assegurar suas formas de vida”, depende do reconhecimento de um território no qual possam levar a cabo essas atividades. O mesmo com o “direito de manter e desenvolver sua identidade étnica e cultural, cosmovisão, valores, espiritualidade e seus lugares sagrados e de culto” (Artigo 121); o “direito a manter e promover suas próprias práticas econômicas baseadas nas reciprocidades, na solidariedade e no intercâmbio, suas atividades produtivas tradicionais” (Artigo 123); e o direito à consulta prévia em relação ao “aproveitamento dos recursos naturais nos *hábitats* indígenas por parte do Estado” (Artigo 120). Se não executado o reconhecimento do território, o Estado pode ignorar tudo o que se refere à consulta prévia. O mesmo com relação ao direito à aplicação de normas de justiça própria. “As autoridades legítimas dos povos indígenas poderão aplicar em seu *hábitat* instâncias de justiça com base em suas tradicionais ancestrais e que só afetem a seus integrantes...” (Artigo 260). Se não há território reconhecidos como próprios dos povos indígenas, não há lugar algum no qual possa ser exercido o direito a suas próprias normas de justiça. Sem demarcação territorial, os direitos dos povos indígenas assegurados na Constituição ficaram esvaziados de todo o conteúdo.

Existem razões de muito peso para entender porque o governo bolivariano durante todos estes anos demonstrou carecer da vontade política para tornar realidade uma das conquistas mais importantes da Constituição de 1999. Por um lado, houve pouca

disposição de enfrentar os interesses dos criadores de gado, e das empresas mineradoras e madeireiras que seguiram avançando na ocupação dos territórios dos povos indígenas durante estes anos. Mas muito mais importante foi a visão neoextrativista e neodesenvolvimentista que caracterizou o processo bolivariano. Demarcar os habitats indígenas teria implicado sérios obstáculos no futuro para explorar comercialmente as abundantes reservas de minérios, como o ouro e o coltan, que se encontram precisamente nos territórios ancestralmente habitados pelos povos indígenas. Isso ficou claro com o decreto de criação do Arco Minero do Orinoco. Os territórios que oferecem para a mineração em grande escala a céu aberto por parte de corporações transnacionais se sobrepõem com parte dos habitats tradicionais dos povos E'ñepá, Hiwi, Mapoyo, Piaroa, Ye'kuana e Kari'ña. Nenhum destes povos foi consultado sobre este megaprojeto.

## 9. O socialismo bolivariano

O ponto de inflexão política mais importante que ocorreu durante os anos do governo de Chávez foi a declaração da revolução bolivariana como Revolução Socialista. Significou claramente um antes e um depois, que alterou profundamente o rumo do processo político que vinha se dando no país. Passou-se de uma dinâmica política inclusiva, relativamente flexível e de futuro aberto, a um processo excludente, com crescentes tendências verticais e autoritárias, com matizes claramente stalinistas.

Como se observou acima, o projeto inicial do chavismo esteve orientado mais por princípios e valores gerais do que por caracterizações precisas do tipo de sociedade que se propunha a construir. Este projeto esteve concebido como enraizado na especificidade da realidade histórico-cultural dos povos da América Latina, como uma alternativa claramente diferenciada tanto do capitalismo como do socialismo soviético.

Este imaginário aberto foi passando por sucessivos

deslocamentos e radicalizações, produto, entre outras coisas, das intensas confrontações com a oposição venezuelana, as sérias ameaças e ações desestabilizantes do governo dos Estados Unidos, uma crescente influência cubana e as leituras e reflexões políticas mutantes do próprio Chávez. Em janeiro de 2005, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, declara que não há outra forma de ir mais além do capitalismo que o socialismo:

Não tenho a menor dúvida. É necessário, dizemos e dizem muitos intelectuais do mundo, transcender o capitalismo, mas agrego eu, o capitalismo não vai ser transcendido por dentro do mesmo capitalismo, não. É preciso transcender o capitalismo pela via do socialismo. Por essa via é que é necessário transcender o modelo capitalista, o verdadeiro socialismo, a igualdade!<sup>46</sup>

Nas eleições presidenciais de 2006, Chávez apresenta sua candidatura como uma opção pelo socialismo e ganha com 62,8% dos votos. No entanto, quando busca constitucionalizar o socialismo como modelo de sociedade, algo que não está presente na Constituição de 1999, mediante o Referendo da Reforma Constitucional realizado em dezembro do ano seguinte, a proposta é rechaçada por uma diferença um pouco maior do que 1%, apesar de que Chávez tivesse apresentado tal referendo como uma opção entre George Bush e ele. De acordo com as pesquisas de opinião, Chávez seguia contando com amplo respaldo da população. No entanto, o apoio à reforma constitucional proposta por Chávez obteve quase três milhões de votos a menos que ele próprio havia obtido nas presidenciais do ano anterior. Foram dadas diversas explicações para esta enorme diferença nas votações, entre elas o fato de que se estavam submetendo a votação em dois blocos cerca de 70 reformas à Constituição que não tinham sido suficientemente debatidas. Mas o fato é que neste referendo a maioria da população venezuelana não votou a favor do socialismo<sup>47</sup>.

46 Hugo Chávez Frías, *Discursos y Alocuciones*. Gimnasio Gigantinho, Porto Alegre, 30 de janeiro de 2005. Disponível em: <<http://www.todochavez.gob.ve/todochavez/3661-v-foro-social-mundial-el-sur-norte-de-nuestros-pueblos>>.

47 Edgardo Lander, "El proceso político en Venezuela entra en una encrucijada crítica", *Aporrea*, Caracas, 22

Entre finais da década de 60 e a década de 70 na Venezuela, deu-se um rico debate crítico sobre as experiências do socialismo realmente existente sobre as diferentes modalidades de luta pela superação do capitalismo e sobre outras formas de organização política. Estes debates deram-se no contexto de luta armada no país, a Revolução Cultural Chinesa, o Maio Francês e a emergência do Eurocomunismo nos partidos comunistas da Itália, França e Espanha, assim como o vigoroso movimento pela Renovação Universitária que se deu em várias universidades do país. Eixos centrais destes debates foram o antiautoritarismo e a busca de novas formas de organização política diferentes das estruturas verticais altamente centralizadas, pouco democráticas, que haviam caracterizado historicamente os partidos comunistas. Exploraram-se modalidades organizativas de partido de movimentos que buscavam superar as barreiras que existiam entre as estruturas fechadas dos partidos políticos e a diversidade de organizações, coletivos e movimentos existentes para além destes<sup>48</sup>.

Quando o processo bolivariano é declarado como Socialismo do Século XXI, este se faz fundamentalmente sem memória histórica. Os grandes temas que haviam conduzido ao fracasso do socialismo do século XX não são debatidos como alternativa ao capitalismo e ao padrão civilizatório hegemônico que foram destacados no início deste trabalho: antropocentrismo, eurocentrismo, seu caráter universalista monocultural, patriarcado, fé cega no progresso e nas chamadas forças produtivas do capitalismo. Os debates realizados na Venezuela em décadas anteriores haviam sido esquecidos porque desaparecera a ideia de socialismo do horizonte político ou porque seus protagonistas morreram, afastaram-se da política ou adotaram posturas neoliberais. As publicações que recolhiam

de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/actualidad/a47861.html>>.

48 Entre as múltiplas contribuições a este debate destacam os textos de Teodoro Petkoff (*Checoslovaquia: el socialismo como problema*, Monte Avila Editores, Caracas, 1990); os textos de Alfredo Maneiro (*Escritos de filosofía y política*, Colección Doga y Episteme, N° 1, Los Teques 1997) e *Ideas Políticas para el Debate Actual*, seleção realizada por Marta Harnecker, Editorial El Perro y la Rana Caracas, 2007); e os trabalhos do Congresso Cultural de Cabimas em 1970, que reuniu políticos, ativistas, artistas, intelectuais numa reflexão crítica sobre o país.

estes debates não se reeditaram e/ou deixaram de circular.

Ao adjetivar-se como “do Século XXI”, parecia se afirmar que este novo projeto não seria similar à experiência do socialismo do século XX, em particular à experiência soviética. Mas, podia a ideia de socialismo desvencilhar-se de sua carga histórica, de sua perspectiva eurocêntrica, progressista, de identificação radical com o projeto universalista monocultural da modernidade ocidental e sua guerra permanente pelo controle/manipulação/destruição das condições que fizeram possível a vida? Na ausência da vontade e/ou capacidade para abordar estas questões vitais, não era possível pensar que o Socialismo do Século XXI podia se diferenciar significativamente do Socialismo do Século XX. Aos jovens que se incorporaram com entusiasmo a este projeto político na primeira década do século XXI, a ideia do socialismo lhes chegou descontaminada, só com a promessa de futuro, sem carga histórica alguma. No caso dos jovens da Frente Francisco de Miranda, formados sob influência ideológica cubana, o socialismo foi assumido como uma verdade a ser aplicada sem necessidade de reflexão crítica.

O primeiro sinal preocupante de que a proposta de Socialismo do Século XXI não poderia ter aprendido muito da experiência do socialismo soviético se deu no momento em que Chávez chamou à conformação de um partido único.

Anuncia Chávez que para avançar neste processo de construção do socialismo, era indispensável superar o fracionamento político organizativo existente entre as forças que fizeram parte do governo. Com este fim, anunciou que era necessário conformar um partido único das forças que apoiam o processo. Sugeriu como nome o Partido Socialista Unido da Venezuela.

Declaro hoje que vou criar um partido novo. Convido a quem quiser me acompanhar a vir comigo (...). Os partidos que queiram, mantenham-se, mas sairão do governo. Comigo quero que governe um partido. Os votos não são de nenhum partido, esses votos são de Chávez e do povo, não caíam em mentiras<sup>49</sup>.

49 Hugo Chávez Frías, “Lineamientos para la construcción del Socialismo del Siglo XXI”. Acto de

De modo consistente com a forma na qual se chegou à formulação do Socialismo do Século XXI, a criação do partido tampouco incorporou uma reflexão crítica sobre a experiência histórica dos partidos únicos dos regimes socialistas. Como se observou nesse momento:

Entre os debates vitais sobre a experiência do que foi o socialismo que realmente existiu no século XX, estão os assuntos do papel do Estado e do partido e de suas relações com a possibilidade de construção de uma sociedade democrática. Um Estado-partido que dominou cada um dos âmbitos da vida coletiva, terminou por asfixiar toda possibilidade de debate e dissidência, e com eles a própria possibilidade da pluralidade e da democracia. É por isso que entre os debates medulares para uma ordem socialista democrática que não repita os conteúdos autoritários da experiência do século passado estão os relacionados com o papel do Estado, o caráter do Estado, as relações entre o Estado e a pluralidade de organização e sociabilidade que se agrupam sob a ideia de sociedade. Igualmente medulares são os debates relacionados à busca das formas político-organizativas que sejam mais propícias para a construção de uma sociedade cada vez mais democrática. A experiência histórica sugere com contundência que a identidade Estado-partido não é a via que conduz para a democracia<sup>50</sup>.

Sem um diagnóstico cru das razões pelas quais o modelo de Estado/partido soviético conduziu ao estabelecimento da ordem autoritária que teve sua máxima expressão no stalinismo, carece-se de ferramentas para prevenir-se contra a ameaça de sua repetição.

Outro sinal do que viria, em termos de verticalidade da estrutura partidária e da exigência da lealdade incondicional a Chávez, foi o fato de um partido político em processo de criação, partido que ainda não tinha militantes, documentos doutrinários, estatutos, nem estruturas orgânicas, já tivesse um Tribunal Disciplinar em funcionamento<sup>51</sup>. Num ato realizado em agosto de 2007, o presidente Chávez, fazendo referência ao alto nível de disciplina que deve ter todo candidato a militante do futuro

reconocimiento al Comando Miranda. Teatro Teresa Carreño, Caracas, 15 de dezembro de 2006.

50 Edgardo Lander, "Creación del partido único, zóborro del debate sobre el Socialismo del Siglo XXI, *Aporrea*, Caracas 25 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/ideologia/a28743.html>>.

51 Edgardo Lander, "El Tribunal Disciplinario del PSUV y la construcción de la democracia", *Aporrea*, Caracas, 11 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/ideologia/a41010.html>>.

partido revolucionário, informou que havia criado um Comitê Disciplinar Provisório do Partido Socialista Unido da Venezuela. Como resultado de seu desacordo com algumas declarações públicas de quem era nesse momento coordenador do Bloco Socialista Unido da Assembleia Nacional, Chávez informou:

Passei para o Conselho Disciplinar um dirigente nacional que aspira a ser do partido por andar falando pistoladas. Vou estar muito atento (...). O pensamento crítico é fundamental para uma revolução, mas isso é uma coisa muito distinta de andar falando mal do partido que não nasceu, recolhendo assinaturas para apresentá-las não sei onde. Se ele quiser ser um anarquista, que vá embora, não o queremos, aqui se requer uma militância criativa, porém disciplinada<sup>52</sup>.

Posteriormente, vozes dissidentes, altos funcionários do governo e do partido que formularam denúncias sobre a crescente corrupção existente no governo foram catalogados como traidores e sumariamente postos de lado ou expulsos do partido.

Apesar de Chávez afirmar que o PSUV não seria marxista-leninista porque 'é uma tese dogmática em desacordo com a realidade de hoje'<sup>53</sup>, os estatutos do PSUV estabelecem como princípio organizativo o centralismo democrático "entendido este como a subordinação do conjunto da organização à direção; a subordinação de todos os militantes a seus organismos; a subordinação dos organismos inferiores aos superiores; a subordinação da minoria à maioria (...)"<sup>54</sup>.

Estas tendências propriamente stalinistas com as quais o Socialismo do Século XXI dá seus primeiros passos se imbricam estreitamente com processos e tendências políticas, históricas e estruturais que lhe precedem no país. São estas, a existência de abundância de recursos petrolíferos, um século de um modelo

52 Sara Carolina Díaz e María Daniela Espinoza "Ameliach fuera de Presidencia de la Comisión de Defensa de la AN. El legislador presentó descargos ante el tribunal disciplinario del PSUV", *El Universal*, Caracas, 30 de agosto, 2007.

53 "PSUV no será marxista-leninista porque 'es una tesis dogmática no acorde con la realidad de hoy', afirma Chávez", Agencia Bolivariana de Noticias (ABN)-*Aporrea*, Caracas, 22 de julho 2007. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/ideologia/n98401.html>>.

54 Estatutos del Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), Caracas, Caracas, 2009. Disponível em: <<http://www.psuv.org.ve/psuv/estatutos/>>.

político e econômico Estadocêntrico clientelar, e uma longa história de lideranças e governos militares. Tudo isso se reorganizou em torno da lógica messiânica da liderança de Chávez para cristalizar no socialismo rentista bolivariano.

## VII. Podemos aprender com a experiência?

Com as limitações ou inclusive o fracasso das experiências dos governos progressistas na América Latina como alternativas capazes de ir para além do capitalismo, parece terminar um ciclo histórico. Mas não se trata somente do curto ciclo histórico das commodities ou dos governos progressistas, mas de um ciclo histórico de mais longa duração cujo início poderia ser identificado com a publicação do *Manifesto do Partido Comunista* em 1848. É o ciclo histórico da luta anticapitalista que tem como eixo central a ideia de que, mediante a captura ou o acesso ao Estado, seria possível conduzir um processo de transformação profunda do conjunto da sociedade. Isso foi um pressuposto compartilhado independentemente dos meios postulados para se chegar ao controle do Estado: mediante um levante revolucionário como o assalto ao Palácio de Inverno; mediante eleições ao modo socialdemocrata europeu; mediante a luta guerrilheira; ou, novamente, pela via eleitoral nos recentes processos progressistas sul-americanos. Ao mesmo tempo, estamos no final de uma época histórica que, desde as mais diversas posturas políticas e ideológicas, identificou o bem-estar e a felicidade humana com uma abundância material sempre crescente, com o progresso e com o crescimento econômico *ad-infinitum*. Os limites do planeta nos obrigam a reconhecer que entramos numa nova era.

No mundo globalizado atual, não é indiferente o que faz o Estado. Pela via de políticas públicas é possível frear algumas das tendências mais destrutivas do neoliberalismo. É possível incidir na melhoria das condições de vida da população, ampliar os direitos para as maiorias, ou ampliar/reduzir em alguma medida

as desigualdades. Por outro lado, o Estado não é um ente unitário nem homogêneo. Existem múltiplas experiências em todo o mundo de dinâmicas de democratização baseadas em estruturas do Estado, sobretudo no âmbito local ou municipal. No entanto, para que se levem a cabo políticas democráticas, é necessária a existência de fortes organizações sociais e políticas, redes e movimentos com capacidade para exercer pressão e conseguir algum grau de impacto no impulso ou no freio de determinadas políticas públicas. Apesar do fato de que os Estados reproduzem dentro de muitas das contradições e tensões da sociedade, no mundo pós-democrático contemporâneo, a maior parte das políticas públicas ou estão desenhadas para operar como um contra-poder para a regulação e controle do mercado, ou como fiadores das condições requeridas para a operação dos mercados.

Há, por outro lado, muitas experiências através do mundo de dinâmicas democratizadoras baseadas na interface entre organizações sociais e instituições, especialmente nos níveis locais e municipais. Contudo, a experiência histórica parece ter demonstrado que o Estado nacional não é, não pode ser, o lugar ou o sujeito privilegiado para um processo de superação do capitalismo, nem do impulso de uma profunda transformação do padrão civilizatório que hoje ameaça vida, sobretudo na medida em que a centralidade do Estado conduza a limitar as potencialidades autônomas do resto da sociedade.

O neoextrativismo, instaurado como regime de acumulação hegemônico em todos os países de governos progressistas, é uma consequência inevitável das concepções Estado-cêntricas da transformação societal. Estadocentrismo e extrativismo se retroalimentam. Deu-se prioridade ao aumento das rendas do Estado, identificando este como o lugar de síntese dos interesses gerais da nação e do processo de transformação. Ante esse interesse geral, todo outro interesse, toda outra opção político/cultural, ainda que seja a preservação da Amazônia ou impedir o extermínio de um povo indígena é denominada como um interesse

“setorial ou corporativo”. As consequências são especialmente severas para os povos e comunidades indígenas e camponesas cujos territórios são abertos para ser explorados por corporações públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, orientais ou ocidentais.

Os projetos políticos do progressismo, ao invés de tomar passos iniciais no confronto com os desafios e exigências apresentadas pela profunda crise civilizatória que enfrenta a humanidade, terminaram por assumir e aprofundar a lógica da prevalência do consumo material e da mercantilização, tanto em suas relações internacionais como no interior de cada país. Ao aprofundar as formas coloniais de inserção na divisão internacional do trabalho e da natureza, contribuíram ativamente para acelerar a dinâmica de acumulação predatória do capitalismo global e a mudança climática. Para o interior de cada um dos países, em certa medida, ao sustentar sua legitimação e seu respaldo eleitoral em sua capacidade para satisfazer as expectativas sociais de aumento massivo do consumo, contribuíram ativamente para consolidar a cultura do individualismo possessivo que, com o tempo, contribuiu para erodir o apoio político da esquerda e para suas derrotas eleitorais. Como afirmou Boaventura de Sousa Santos, os governos do PT tiveram mais êxito ao criar consumidores do que na criação de cidadãos.

Hoje, teríamos que nos fazer uma pergunta nada trivial e cuja resposta não é óbvia. Depois dos anos de governos progressistas na América do Sul, estaremos mais perto de superar o capitalismo e com maior capacidade de responder aos desafios que nos coloca a crise civilizatória, ou pelo contrário aprofundamos nossa inserção nas engrenagens da reprodução do capital global e naturalizaram-se os valores hegemônicos desta civilização em crise?

À parte sua dimensão militar, a vitória principal da contrarrevolução do neoliberalismo das últimas décadas foi a profunda transformação nos imaginários que universalizou a lógica cultural do individualismo possessivo, como padrão cultural

hegemônico na maior parte do planeta. Projetos de mudança que para se legitimar tenham que se apoiar no reforço desta lógica cultural, como ocorreu em todos os governos progressistas, não podem ser considerados hoje como alternativas válidas ante os desafios que confrontamos.

Teria que ser repensado o que se entende hoje por esquerda, se caracterizada como de “esquerda” ou desenvolvimentismo estatista extrativista dos governos chamados “progressistas”<sup>55</sup>. São de “esquerda” ainda que isso implique a devastação da natureza? O ataque sistemático à pluralidade de culturas indígenas e afrodescendentes destas sociedades? Mesmo se opera mediante padrões culturais patriarcais, que desconhecem, entre outras coisas, a soberania das mulheres sobre seu próprio corpo? Se longe de aprofundar as práticas democráticas, tendem a limitá-las e controlá-las? Se pode caracterizar como anticapitalista o aprofundamento da lógica primário-exportadora de bens agrícolas, minerais e energéticos que está contribuindo ativamente para alimentar a insaciável e devastadora maquinaria de acumulação do capital global? As categorias históricas de esquerda e de direita deixaram de ser relevantes para a caracterização destes assuntos?

Por outro lado, no terreno geopolítico vem se operando significativas transformações. As categorias reducionistas e binárias “Norte/Sul” e/ou “Imperialista/Anti-imperialista” sustentadas em identificar os Estados Unidos como o império e em considerar como amigos ou aliados anti-imperialistas a todos os governos e movimentos que tenham contradições com este, ainda que estes sejam países tampouco democráticos, tampouco expressão de outro mundo possível, como o são Rússia, China, Irã, Bielorrússia ou Síria, não podem de modo algum dar conta da cambiante realidade do sistema mundo contemporâneo. Desde uma perspectiva socioambiental, são as corporações chinesas e

<sup>55</sup> Em termos rigorosos estes governos são propriamente progressistas, mas num sentido diferente ao uso que é dado usualmente a esta categoria. São progressistas no sentido de que não abandonaram uma dogmática fé cega no crescimento econômico sem limite, no desenvolvimento e no progresso.

russas, públicas ou privadas, melhores que as corporações que têm sede nos Estados Unidos ou na União Europeia?

Para aprender com a experiência, é absolutamente necessário refletir criticamente sobre o que acontece e por que acontece. Conhecemos a história da cumplicidade dos partidos comunistas do mundo com os horrores do stalinismo. Não foi por falta de informação. Não foi que se inteiraram depois dos crimes de Stalin. Houve cumplicidade, produto de uma concepção maniqueísta de acordo com a qual o mundo se dividia entre imperialistas (maus) e anti-imperialistas (bons). Na medida em que a União Soviética se enfrentava com o imperialismo estadunidense, considerou-se conveniente ser solidários, deixando de lado outros assuntos como o caráter totalitário desse regime e dos Gulags, assuntos medulares para as milhões de pessoas que o viveram. Passaram décadas e a esquerda mundial, ainda que tivesse posturas muito diversas com relação ao mundo soviético, não conseguiu se livrar de sua associação com tal experiência histórica.

Esta história se repete outras vezes. Hoje, o analista espanhol Santiago Alba Rico nos adverte sobre o que denomina tumba da esquerda em Aleppo, Síria. Na geopolítica do Oriente Médio, o governo de Bashar Al-Assad na Síria (“assassino de centenas de milhares de sírios, bombardeados, torturados e desaparecidos”) foi visto por amplos setores da esquerda como aliado anti-imperialista ou como um ‘mal menor’ ante o projeto imperialista na região.

Para permitir que Assad matasse em grande escala foi necessário mentir muito: foi necessário negar que o regime sírio fosse ditatorial e afirmar, ainda mais, que é anti-imperialista, socialista e humanista... ‘Uma boa parte da esquerda mundial se situou, com efeito, à margem da ética e ao lado dos ditadores e dos muitos imperialismos que dividem a região (...) este novo erro, somado a tantos outros, nos pode custar muito caro’<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> Santiago Alba Rico, “Alepo, la tumba de la izquierda”, *Aporrea*, Caracas, 23 de dezembro 2016. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/ddhh/a238979.html>>.

## TEORIA

## O léxico de Gramsci: filosofia da práxis, Estado e sociedade civil, sociedade regulada

Alvaro Bianchi<sup>1</sup>

As notas que seguem devem ser lidas como verbetes de um dicionário. Elas têm um caráter fortemente didático. Nasceram em um conjunto de cursos e conferências que tiveram lugar ao longo do primeiro semestre de 2017 na Rede Emancipa, primeiro em São Paulo e, depois, em Porto Alegre. São uma introdução à trama conceitual dos *Quaderni del carcere* de Antonio Gramsci. Obviamente, elas carregam consigo uma certa maneira de ler o texto gramsciano. Metodologicamente estas notas valorizam o ritmo do pensamento, a história interna do texto e sua conexão com o ambiente político cultural de sua época. Politicamente elas destacam o caráter revolucionário do pensamento que tomam como objeto. O objetivo destas notas é, portanto, bastante modesto. Introduzir as ideias de Gramsci para um público formado por militantes políticos e apresentar uma maneira de ler seu texto.

Um dos problemas que a leitura dos *Quaderni* carrega consigo é o modo particular como eles foram produzidos. Escritos na prisão como um conjunto de anotações organizadas a partir de um programa de pesquisa “*für ewig*” (para sempre) tais cadernos foram produzidos em diferentes fases. A partir de 1929, Gramsci redigiu notas esparsas sobre diversos e heterogêneos temas – a economia italiana, a história dos intelectuais e da cultura, a filosofia da época, o americanismo, etc. Os cadernos nos quais essas notas estão inscritas são conhecidas como cadernos miscelâneos. Mais tarde, depois de maio de 1932, começou a redigir cadernos chamados de especiais, nos quais as notas precedentes eram agrupadas tematicamente, depois de revistas e reescritas, algumas vezes com importantes modificações.

---

<sup>1</sup> Professor no Departamento de Ciência Política e diretor do IFCH-Unicamp.

As notas de primeira redação são conhecidas pelos pesquisadores como textos A, a segunda redação dessas notas leva o nome de textos C e as notas que só tiveram uma versão, ou seja, que não foram reescritas, são os textos B.

Gramsci trabalhava com vários cadernos ao mesmo tempo e nos cadernos especiais às vezes pulava as primeiras páginas, deixando-as em branco para preenchê-las mais tarde. O processo de escrita era, portanto, muito complexo, mas ele não era arbitrário, obedecia a um plano. Por isso é tão importante reconstruir a história interna dos cadernos. Ela nos revela as intenções e os motivos de Antonio Gramsci, ou seja, permite uma compreensão mais rigorosa daquilo que ele estava querendo fazer com seu texto.

### Filosofia da práxis

É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são ‘filósofos’, definindo os limites e as características dessa ‘filosofia espontânea’, peculiar a ‘todo o mundo’, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular, e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por ‘folclore’<sup>2</sup>.

De acordo com Gianni Francioni e Giuseppe Cospito este é o parágrafo que abre o Caderno 11, o mais sistemático e acabado daqueles que Gramsci escreveu na prisão<sup>3</sup>. Esse caderno leva o título de *Introdução ao estudo da filosofia*, e é nele que se encontra a crítica ao manual de materialismo histórico de Nicolai Bukharin. O ponto de partida dessa *Introdução* está, portanto, em uma concepção ampliada de filosofia: “todos os homens são ‘filósofos’”, são portadores de uma filosofia espontânea. A utilização das

2 Q 11, § 12, p. 93. Ao longo deste texto os *Quaderni* do cárcere serão citados do seguinte modo: Q xx, § yy, p. zz, onde xx é o número do caderno, yy do parágrafo e zz das páginas. GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*: edizione critica a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1977.

3 FRANCONI, Gianni; FROSINI, Fabio. Nota introduttiva al quaderno 11. In: *Quaderni del carcere*: edizione anastatica dei manoscritti. Cagliari: Biblioteca Treccani; L'Unione Sarda, 2009, p. 3

aspas não é acidental. Ele revela o uso particular que Gramsci faz da noção de *filosofia*. A filosofia, em seu sentido estrito, é uma “concepção de mundo criticamente coerente”, uma “ordem intelectual”, “a crítica e a superação do senso comum”. Em seu sentido mais amplo a filosofia é toda concepção de mundo que se expressa; 1) na linguagem; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular.

A noção de filosofia elaborada por Gramsci tem um caráter fortemente político. Uma concepção de mundo criticamente coerente só poderia ser obtida por meio de uma “luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real”<sup>4</sup>. Naquele sentido estrito, ou seja, “como concepção de mundo criticamente coerente”, a filosofia é “uma ordem intelectual, o que nem a religião, nem o senso comum podem ser. (...) A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, nesse sentido, coincide com o ‘bom senso’, que se contrapõe ao senso comum”<sup>5</sup>.

A religião popular e o senso comum caracterizam-se pela ausência de unidade e coerência: “seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente inconsequente, conforme a posição social e cultural das multidões das quais é a filosofia”<sup>6</sup>. Esse caráter fragmentado e contraditório impede o senso comum de se tornar a base para uma vida autônoma e emancipada. O senso comum é o fundamento ideológico de uma vida subalterna na qual o grupo social encontra dificuldades para conseguir sua unidade e forjar uma concepção de mundo coerente e integral e uma norma de conduta adequada a ela (uma “religião” no sentido que Benedetto Croce atribuía ao termo, laicizando-o). Ancorada no senso comum a consciência apresenta-se “ocasional e

4 Q 11, § 12, p. 103.

5 Q 11, § 12, p. 1378.

6 Q 11, § 13, p. 1396.

desagregada” e a própria personalidade individual é “compósita”, existindo nela elementos de várias concepções de mundo, de sistemas filosóficos antagônicos, ou mesmo de diferentes épocas<sup>7</sup>.

A elaboração de um “grupo social homogêneo” tem, assim, como pressuposto a crítica do senso comum e a formação de uma “filosofia homogênea, isto é, coerente e sistemática”<sup>8</sup>. Enquanto essa crítica não conseguir se realizar e essa filosofia não surgir, predominarão sempre no novo grupo social, ou seja, nas classes trabalhadoras, concepções de mundo que amarram o novo ao velho. Os efeitos dessa consciência incoerente e amarrada ao velho mundo podem se manifestar na vida prática, na ação desses grupos subalternos ou dos seus indivíduos mais ativos (de sua vanguarda, ou mesmo no partido que organiza essas pessoas). A consciência que se manifesta na ação desses grupos ou indivíduos e une todos os seus membros com o objetivo de superar uma condição subalterna pode estar em contradição (e frequentemente está) com a consciência que se expressa no senso comum e vincula estes àquela condição subalterna. Esta consciência próxima ao senso comum:

[...] liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode até mesmo atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política<sup>9</sup>.

A crítica ao senso comum adquire, assim, um valor político. Trata-se de afirmar uma concepção de mundo própria, sistemática e coerente com uma atividade que vise transformar a realidade. Gramsci dá a essa concepção de mundo o nome de filosofia da práxis. Na reforma criptográfica que realiza nos *Quaderni* com o objetivo de fugir da censura, as expressões marxismo e materialismo histórico foram substituídas por filosofia da práxis. Não é, entretanto, uma simples troca de equivalentes. Gramsci

7 Q 11, § 12, p. 1376.

8 Q 11, § 13, p. 1396.

9 Q 11, § 12, p. 1385.

se apropria da ideia de filosofia da práxis da obra de Antonio Labriola, *Discorrendo di socialismo e di filosofia*, e lhe atribui um sentido novo<sup>10</sup>. Com essa operação terminológica marcou seu afastamento do materialismo vulgar e do marxismo oficial e põe ênfase na autoatividade humana. A filosofia da práxis afirmava-se polemicamente como uma filosofia de combate:

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação dos modos de pensar precedentes e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto, antes de tudo. Como crítica do ‘senso comum’ (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que ‘todos’ são filósofos e que não se trata de introduzir ex novo uma ciência na vida intelectual de ‘todos’ mas de inovar e tornar ‘crítica’ uma atividade já existente) e, posteriormente, como crítica da filosofia dos intelectuais, que deu origem à história da filosofia e que enquanto individual (e de fato ela se desenvolve essencialmente na atividade de indivíduos singulares particularmente dotados), pode ser considerada como ‘culminância’ do progresso do senso comum, pelo menos do senso comum dos estratos mais cultos da sociedade e, através desses, também do senso comum popular<sup>11</sup>.

A afirmação de uma concepção de mundo unitária e superior é o resultado para Gramsci de uma “luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real”<sup>12</sup>. Aqui a unidade entre teoria e prática finalmente se apresenta com toda sua força. Tal unidade deve ser concebida como um dever ser que se realiza por meio do choque entre práticas e concepções intelectuais contrastantes. A primazia da prática sobre a teoria seria um indício de que no âmbito da filosofia da práxis permanecem resíduos de concepções mecanicistas, revelando que esta ainda se encontra em um estado inicial de elaboração, ou seja, que não foi ainda capaz de realizar a crítica do senso comum e das filosofias precedentes e que por isso só consegue pensar a teoria como subordinada a uma prática

10 “E assim estamos mais uma vez na *filosofia da práxis*, que é o miolo do materialismo histórico. Esta é a filosofia imanente às coisas sobre as quais se filosofa. Da vida ao pensamento e não do pensamento à vida; aqui está o processo realista”. LABRIOLA, Antonio. *Saggi sul materialism storico*. Roma: Riuniti, 2000, p. 238.

11 Q 11, § 12, p. 1383.

12 Q 11, § 12, p. 1385.

social irrefletida. De acordo com Gramsci:

A insistência sobre o elemento ‘prático’ da ligação teoria prática (...) significa que se está atravessando uma fase histórica relativamente primitiva, uma fase ainda econômico-corporativa, na qual se transforma quantitativamente o quadro geral da ‘estrutura’ e a qualidade superestrutura adequada está em vias de surgir, mas não está ainda organicamente formada<sup>13</sup>.

Como visto, a filosofia da práxis tem como ponto de partida a crítica ao senso comum, mas Gramsci insiste que ela não se detém nesse ponto. Não é possível separar organicamente a filosofia dos intelectuais daquela contida no senso comum. Por um lado, o senso comum recolhe e reelabora as filosofias pretéritas dos intelectuais. No senso comum elementos de religiosidade e cultura popular entrelaçam-se com fragmentos filosóficos reelaborados e apropriados de modo espontâneo. Por outro, contemporaneamente, a filosofia dos intelectuais não deixa de ser a expressão de um senso comum dos filósofos.

Enquanto para as classes dirigentes a filosofia dos intelectuais é um elemento de coesão interna, para as classes subalternas, que desconhecem esses sistemas, ela é sempre uma força externa, “um elemento de subordinação a uma hegemonia exterior”<sup>14</sup>. Sem realizar a crítica dessa filosofia dos intelectuais a filosofia da práxis não poderá afirmar sua própria hegemonia e, conseqüentemente, romper com esses elementos de subordinação: “a filosofia da práxis só pode ser concebida em forma polêmica, de luta perpétua. Todavia, o ponto de partida deve ser sempre o senso comum, que é, espontaneamente, a filosofias das multidões, as quais se trata de tornar ideologicamente homogêneas”<sup>15</sup>. É, pois, como parte integrante de sua teoria da hegemonia que Gramsci pensa a filosofia da práxis:

A filosofia da práxis, ao contrário, não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos

13 Q 11, § 12, p. 1386-1387.

14 Q 11, § 13, 1396.

15 Q 11, § 13, p. 1398.

dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte do governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas<sup>16</sup>.

A afirmação dessa filosofia da práxis, entretanto, é um processo árduo e difícil. Como concepção de mundo de um grupo social, ou seja, como filosofia de massas ela é um “movimento cultural”, “uma ‘religião’”, “uma fé”, “uma ‘ideologia’”, ou seja, a premissa “teórica” implícita em uma atividade prática individual e coletiva. Aparece aqui a “questão política dos intelectuais”<sup>17</sup>. A elaboração de uma concepção de mundo coerente, que se apresente como ponto de culminância da cultura de sua época só pode ser levada a cabo por uma elite de intelectuais muito próxima da vida dos “simples”, de modo que seja conservada a unidade ideológica de todo o “bloco social”:

[...] a organicidade do pensamento a solidez cultural só poderia ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, construindo assim um bloco cultural e social<sup>18</sup>.

É no interior do partido que esse contato entre os intelectuais e os simples pode ocorrer de forma mais efetiva. Segundo Gramsci,

Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções de mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam, como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções. (...) Por isso, pode-se dizer que os partidos são os elaborados das novas intelectualidades integrais e totalitárias, isto é, o crisol da unificação da teoria e prática entendida como o processo histórico social<sup>19</sup>.

16 Q 10/II, § 41, p. 1320.

17 Q 11, § 12, p. 1386.

18 Q 11, § 12, p. 1382.

19 Q 11, § 12, p. 1387. Totalitárias aqui é sinônimo de totais. Embora alguns escritores italianos utilizassem a expressão totalitarismo para definir o fascismo, Gramsci não usa a expressão com esse sentido nos *Quaderni del carcere*.

A exposição da filosofia da práxis por Gramsci assumia um viés fortemente crítico perante o marxismo oficial e, em particular, perante as concepções fatalistas e deterministas que lhe são próprias. Para Gramsci, tais concepções eram “a religião de subalternos”<sup>20</sup>. Segundo o sardo:

Pode-se observar como o elemento determinista, fatalista, mecânico, tenha sido um ‘aroma’ ideológico imediato da filosofia da práxis, uma forma de religião e de excitante (mas ao modo dos narcóticos), tornada necessária e justificada historicamente pelo caráter ‘subalterno’ de determinados estratos sociais. Quando não se tem a iniciativa na luta e a própria luta termina assim por identificar-se com uma série de derrotas, o determinismo mecânico se transforma em uma formidável força de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada<sup>21</sup>.

O fatalismo e o mecanicismo poderiam ter cumprido um papel positivo quando os grupos subalternos davam seus primeiros passos organizativos e expressavam-se ainda em um nível econômico-corporativo<sup>22</sup>. Essa função positiva se esgotaria quando os subalternos se tornassem classe dirigente e assumissem funções estatais: “quando o ‘subalterno’ se torna dirigente e responsável pela atividade econômica de massa, o mecanicismo revela-se num certo ponto como um perigo iminente”<sup>23</sup>.

A crítica gramsciana se estendia ao economicismo. Analogamente ao fatalismo, o economicismo é expressão de uma fase primitiva do desenvolvimento político e social dos grupos subalternos e da própria filosofia da práxis:

Economia e ideologia. A pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infraestrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, ou deve ser combatida, praticamente, com o testemunho autêntico de Max, escritor de obras políticas e econômicas concretas<sup>24</sup>.

20 Q 11, § 12, p. 1389.

21 Q 11, § 12, p. 1388.

22 Walter Benjamin faz afirmações similares em suas Teses sobre a história.

23 Q 11, § 12, p. 1388.

24 Q 7, § 24, p. 871.

A filosofia da práxis não separa estrutura e superestrutura. No processo histórico real afirma-se a unidade destas duas dimensões, as quais interrelacionam-se reciprocamente constituindo um bloco histórico: “A estrutura e as superestruturas firmam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”<sup>25</sup>.

### Estado e sociedade civil

Em uma carta dirigida a sua cunhada Tatiana Schucht, em 7 de setembro de 1931, Antonio Gramsci resumiu o estado de sua pesquisa revelando o nexos profundo que existia entre sua investigação sobre a história dos intelectuais italianos e a teoria do Estado. Escreveu ele:

Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais.

No *Primo quaderno* o Estado foi definido de maneira bastante convencional como “a forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção”<sup>26</sup>. A fórmula, entretanto, foi matizada e tornou-se mais sutil na segunda versão:

Se bem que seja certo que para as classes produtivas fundamentais (burguesia capitalista e proletariado moderno) o Estado não seja concebível mais que como uma forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção, não é dito que a relação entre meios e fins seja facilmente determinada e assumo o aspecto de um esquema simples e óbvio à primeira vista<sup>27</sup>.

25 Q 8, § 182, p. 1051

26 Q 1, § 150, p. 132.

27 Q 10/II, § 61, p. 1360.

Entre a primeira e a segunda versão está aquela carta a Tania, na qual era apresentado um abrangente programa de pesquisa que entrelaçava a questão política dos intelectuais com uma teoria que concebia o Estado como um equilíbrio da sociedade política, o aparelho coercitivo ou governativo, com a sociedade civil, “o conjunto das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.”. Essa investigação inseria-se no *quaderno 6*, escrito entre 1930 e 1932, o qual reúne em sua maioria textos B (que não receberam uma segunda redação).

Foi neste *quaderno* que Gramsci expôs a noção de Estado integral. A fórmula aparecia pela primeira vez em uma análise do processo de constituição de uma nova ordem política após a Revolução Francesa de 1789. Segundo Gramsci, nessa ocasião a burguesia “pode se apresentar como ‘Estado’ integral, com todas as forças intelectuais e morais necessárias e suficientes para organizar uma sociedade completa perfeita”<sup>28</sup>. A questão foi retomada e desenvolvida mais adiante, quando a iniciativa jacobina, após 1793, era descrita como a tentativa de

[...] unificar ditatorialmente os elementos constitutivos do Estado em senso orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil) em uma busca desesperada de apertar no punho toda a vida popular e nacional, mas aparece também como a primeira raiz do Estado laico moderno, independente da Igreja, que procura e encontra em si próprio, em sua vida complexa, todos os elementos de sua personalidade histórica<sup>29</sup>.

No parágrafo seguinte, Gramsci colocou a noção de maneira sintética mas extremamente eficaz em sua crítica à ideia de Estado-policial a qual identificava Estado e governo:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e governo, identificação que é, precisamente, uma representação da forma corporativa econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que, na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)<sup>30</sup>.

28 Q 6, § 10, p. 691.

29 Q 6, § 87, p. 763.

30 Q 6, § 88, p. 763-764.

A questão foi posta de modo similar no § 137 – “por ‘Estado’ deve se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”<sup>31</sup> – e no § 155 – “Estado (no sentido integral: ditadura + hegemonia)”<sup>32</sup>.

Uma vez que no debate político atual a noção de sociedade civil indica frequentemente uma esfera associativa não-estatal, sede dos potenciais emancipatórios e progressistas presentes na sociedade, é importante desfazer a confusão e retornar ao conceito gramsciano de sociedade civil. O ponto de partida pode ser a “doutrina de Hegel sobre os partidos, e as associações como trama ‘privada’ do Estado”, exposta por Gramsci no *Primo quaderno*<sup>33</sup>. Vale lembrar que para Hegel, a sociedade civil abarcava as corporações profissionais e a atividade econômica, constituindo desse modo uma esfera de mediação entre o privado e o público, a esfera da família e o Estado, “o racional em si e para si”<sup>34</sup>. Quando Marx citou o conceito de sociedade civil no Prefácio de 1859 à *Contribuição à crítica da economia política*, escreveu que este expressaria a “totalidade” das “relações materiais da vida” sem, no entanto, referir-se às corporações ou à esfera associativa presente naquele conceito original<sup>35</sup>. Sobre esse conceito hegeliano, Gramsci escreveu:

Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: o Estado tem

31 Q 6, § 137, p. 801

32 Q 5, § 155, p. 810-811.

33 Q 1, § 47, p. 56.

34 De acordo com Hegel, a sociedade civil abrange: “A. A mediação da *carência* e a satisfação do *singular* pelo seu trabalho e pelo trabalho e pela satisfação de *todos os demais* – o sistema das *carências*. B. A realidade efetiva do universal da *liberdade* aí contido, a proteção da propriedade pela *administração do direito*. C. A prevenção contra a contingência que resta nesses sistemas e o cuidado do interesse particular como algo de *comum* pela *polícia* e pela *corporação*” (HEGEL, G.W.F. *A sociedade civil: tradução, introdução e notas* Marcos Lutz Müller. *Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução*, Campinas, n. 6, 2003, p. 21). De acordo com Lefebvre e Macherey: “É por intermédio de seu pertencimento à corporação que o indivíduo particular, sujeito econômico da sociedade civil, torna-se cidadão do Estado, sujeito político no sentido estrito. A corporação desempenha, portanto, um papel essencial de *mediação* que é fundamental para o desenvolvimento da sociedade: não estando ainda dentro do Estado, ela *já não está* mais inteiramente na sociedade civil” (LEFEBVRE, Jean-Pierre; MACHEREY, Pierre. *Hegel e a sociedade*. São Paulo: Discurso, 1999, p. 60).

35 MARX, Karl. Preface. A contribution to the critique of political economy. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Collected works*. New York: International Publisher, 1975, v. 29, p. 262.

e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, portem, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente. Assim, em certo sentido, Hegel já supera o puro constitucionalismo e teoriza o Estado parlamentar com seu regime de partidos<sup>36</sup>.

Essa raiz hegeliana da noção de sociedade civil exposta por Gramsci aparecerá ainda no *quaderno 6*:

A sociedade civil. É preciso distinguir a sociedade civil tal como é entendida por Hegel e no sentido em que é muitas vezes usada nestas notas (isto é, no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado) do sentido que lhe dão os católicos, para os quais a sociedade civil, ao contrário, é a sociedade política ou o Estado, em oposição à sociedade familiar e à Igreja<sup>37</sup>.

A ideia hegeliana de Estado ético, apropriada e reformada pelo neoidealismo italiano em chave liberal (Benedetto Croce) ou fascista (Giovanni Gentile) era vista por Gramsci como expressão de um período histórico, inaugurado pela Revolução Francesa, no qual o desenvolvimento da burguesia parecia ilimitado, ou seja, de um período histórico no qual a universalidade burguesa parecia se afirmar e na qual todo o gênero humano parecia identificar-se com a burguesia. Nesse contexto,

[...] todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa repressiva e negativa é a atividade estatal mais importante nesse sentido, mas na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho de hegemonia política e cultural das classes dominantes<sup>38</sup>.

Sociedade política e sociedade civil mantém no pensamento gramsciano uma relação de unidade-distinção. Mas unidade

36 Q 1, § 47, p. 56.

37 Q 6, § 24, p. 703.

38 Q 8, § 179, p. 1049. Gramsci acrescenta aqui uma ressalva importante. A hegemonia da burguesia na fase atual seria sempre restrita, na medida em que ela não seria capaz de “criar um organismo social unitário técnico-moral”. Apenas “o grupo social que propõe o fim do Estado e de si mesmo como objetivo a ser alcançado pode criar um Estado ético, tendente a eliminar as divisões internas de dominados etc.”. Q 8, § 179, p. 1050.

e distinção se manifestam de maneiras diferentes. No texto de Gramsci a unidade é sempre orgânica e se expressa no Estado integral, enquanto a distinção é de ordem metodológica, é um recurso analítico. Retomando uma fórmula política renascentista, o autor dos *Quaderni* escreveu:

Afirma Guicciardini que, para a vida de um Estado duas coisas são absolutamente necessárias: as armas e a religião. A fórmula de Guicciardini pode se traduzir em várias outras fórmulas menos drásticas: força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil, política e moral (história ético-política de Croce), direito e liberdade, ordem e disciplina, ou, com um juízo libertário, violência e fraude<sup>39</sup>.

Esta concepção unitária do Estado é o que Gramsci denominou de “dupla perspectiva”:

Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da ‘dupla perspectiva’ na ação política e na vida estatal. Vários são os graus através dos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos. Mas eles podem se reduzir teoricamente a dois graus fundamentais correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiaveliano, fêérica e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da ‘Igreja’ e do ‘Estado’), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia<sup>40</sup>.

## Sociedade regulada

A noção de sociedade regulada presente nos *Quaderni del carcere* oferece uma solução elegante para o problema do fim do Estado na teoria marx-engelsiana. Em seu enunciado mais forte essa tese aparece na terceira seção do *Anti-Dühring* de Friedrich Engels no seguinte trecho:

O primeiro ato no qual o Estado realmente atua como representante de toda a sociedade – a tomada dos meios de produção em nome de toda a sociedade – é, ao mesmo tempo, seu último ato [autônomo] enquanto Estado. [De esfera em esfera, a intervenção do poder estatal nas relações sociais cai se tornando supérflua e acaba por desativar-se.] O governo sobre pessoas é substituído pela administração de coisas e pela condução de processos de produção. A sociedade livre não pode utilizar ou tolerar nenhum ‘Estado’ entre ela e seus

39 Q 6, § 87, p. 762-763.

40 Q 8, § 86, p. 991.

membros. [O Estado não é ‘abolido’, mas definha e morre]<sup>41</sup>.

Gramsci tratou do fim do Estado em uma nota do *quaderno 5* intitulada “Machiavelli” na qual discute a arte a ciência da política, uma reflexão que culminava na noção de “príncipe”<sup>42</sup>. Era a respeito da fundação de um “novo tipo de Estado” que Gramsci escrevia, um Estado no qual a sociedade civil se encontraria de tal modo entrelaçada com a sociedade política que cada cidadão se sentiria parte do governo:

Sobre esta realidade que está em contínuo movimento não se pode criar um direito constitucional de tipo tradicional, mas apenas um sistema de princípios que afirmam como fim do Estado o seu próprio fim, o seu próprio desaparecimento, isto é a reabsorção da sociedade política na sociedade civil<sup>43</sup>.

O “fim” do Estado se resolveria, assim, na relação entre a sociedade política e a sociedade civil. Neste processo, a sociedade civil dissolveria em seu interior as funções que antes se encontravam alocadas no interior da sociedade política.

No *quaderno 6*, aquele dedicado ao conceito de Estado, Gramsci apresentou a noção de sociedade regulada em um conjunto de notas. Trata-se de textos que, como a maioria das notas desse caderno, não tiveram uma segunda redação. Essa noção era afirmada em contraposição aos teóricos do Estado fascista e, também, àqueles do Estado liberal. Em sua primeira aparição, Gramsci enfatizou que a noção de sociedade regulada não poderia ser confundida com o Estado-classe, ou seja, nem com o Estado burguês, nem com o Estado proletário. Enquanto persistisse a desigualdade econômica entre os indivíduos, a igualdade política não teria lugar. Este seria um elemento de realismo presente nas teorias dos utopistas, segundo Gramsci, os quais sempre insistiram que a igualdade econômica era o fundamento da

41 ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*: a revolução da ciência Segundo o senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 316

42 Segundo Gramsci, “neste sentido ‘príncipe’ pode traduzir-se na língua moderna por ‘partido político’”. Q 5, § 127, p. 662.

43 Q 5, § 127, p. 662.

sociedade projetada. Era nessa medida que os utopistas poderiam ser também considerados “cientistas da política”<sup>44</sup>.

A noção de sociedade regulada era um desenvolvimento da teoria gramsciana do Estado, como se pode ver nos §§ 65 e 82 do *quaderno 6*. Esse desenvolvimento foi apresentado de modo mais acabado no § 88, justamente aquele no qual aparece a fórmula “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia encorajada de coerção”. A continuação do texto já definia a direção do argumento: “Em uma doutrina do Estado que o conceba como tendencialmente passível de exaurimento e de resolução na sociedade regulada, o argumento [aquela concepção de Estado] é fundamental”<sup>45</sup>.

A questão do fim do Estado encontrava nessa “doutrina” uma solução possível. Se no comunismo o poder público perde seu caráter político, como escreveram Marx e Engels no *Manifesto comunista*, onde residiria o poder público?<sup>46</sup> E de onde viria sua força? De acordo com Gramsci: “Pode-se imaginar que o elemento Estado-coerção exaure-se à medida em que se afirmam elementos sempre mais conspícuos da sociedade regulada (ou Estado ético, ou sociedade civil)”<sup>47</sup>. A sociedade regulada é, assim, um “Estado sem Estado”, baseado no pressuposto de que “todos os homens são realmente iguais e portanto igualmente razoáveis e morais, isto é, capazes de aceitar a lei espontaneamente, livremente e não por coerção, como imposta por outra classe, como coisa externa à consciência”<sup>48</sup>. Na sociedade regulada, a sociedade civil absorve e dissolve a sociedade política e suas funções.

Para Gramsci, a transição para uma sociedade regulada implica em uma fase de Estado-guardião noturno, uma fórmula que toma emprestada do pensamento político liberal, “isto é, de

44 Q 6, § 12, p. 693.

45 Q 6, § 88, p. 764.

46 “Quando no curso do desenvolvimento, desaparecerem os antagonismos de classes e toda a produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político”. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 59.

47 Q 6, § 88, p. 764.

48 Q 6, § 88, p. 764.

uma organização coercitiva que tutelar o desenvolvimento dos elementos de sociedade regulada em contínuo incremento e, portanto, reduzirá gradativamente suas intervenções autoritárias e coercitivas”<sup>49</sup>. Teria início, assim, uma “era de liberdade orgânica”.

A distinção entre partido e governo seria, nesse processo, essencial. Em uma sociedade de transição, “o partido dominante não se confunde organicamente com o governo”. O § 65, no qual é feita essa distinção discute, obviamente a União Soviética sob Stalin, embora o pretexto seja Napoleão III. Gramsci faz referência às “estruturas governativas iliberais (isto é, aquelas nas quais a sociedade civil se confunde com a sociedade política)” e distingue as estruturas despóticas, nas quais uma oligarquia pretende ser toda a sociedade, das estruturas democráticas, nas quais “o povo indistinto pretende e acredita ser verdadeiramente o Estado”<sup>50</sup>. Gramsci alertava para o uso, por parte de Napoleão III, de “argumento democrático que se transforma em justificativa de atividade oligárquica”. A sequência do argumento, entretanto, torna evidente que o objeto da reflexão era Stalin. Segundo Gramsci o Estado “pode ser ‘democrático’ apenas na sociedade na qual a unidade histórica entre sociedade civil e sociedade política é entendida dialeticamente (na dialética real e não apenas conceitual) e o Estado é concebido como superável pela ‘sociedade regulada’”<sup>51</sup>. Nesse processo de superação do Estado, o partido, presente na sociedade civil, “é instrumento para a passagem da sociedade civil-política para a ‘sociedade regulada’”<sup>52</sup>.

49 Q 6, § 88, p. 764.

50 Q 6, § 65, p. 734.

51 Q 6, § 65, p. 735.

52 Q 6, § 65, p. 734.

## O marxismo descolonial de Florestan Fernandes e a esquerda socialista do século XXI

Maycon Bezerra<sup>1</sup>

### 1 – Florestan e aspectos biográficos

Retomar Florestan Fernandes, um dos nossos mais importantes intelectuais, reivindicando sua sociologia crítica e militante, articulando-a de modo vivo na teoria e prática revolucionária socialista no Brasil deste início de século XXI, não é algo como prestar uma simples homenagem, é se apropriar de um referencial intelectual e político que não temos o direito de permitir que se perca. A retomada do marxismo descolonial de Florestan não apenas possibilita que se fortaleçam nossos laços concretos com a experiência histórica passada da esquerda e do movimento dos trabalhadores brasileiros, mas também disponibiliza um amplo patrimônio de reflexões e elaborações sobre problemas e questões com as quais estamos novamente – e estivemos sempre – confrontados e que nos dispensa de nisso ter de começar do zero. Florestan é um gigante em cujos ombros podemos e devemos nos erguer para visualizar melhor a situação e nossas tarefas como marxistas revolucionários.

Florestan nasceu muito pobre. Filho de mãe solteira, portuguesa e empregada doméstica em São Paulo, começou a trabalhar ainda na infância como engraxate. Viveu a vida dos meninos de sua classe, frequente nas ruas, distante da escola. Experimentou, como elo fraco da cadeia, toda a rotineira crueldade dos setores mais privilegiados da nossa sociedade nas suas relações com o povo pobre. Como exemplo, a patroa de sua mãe negava-lhe o direito ao nome Florestan em sua casa, por ser um nome pomposo demais para um garoto qualquer, filho de empregada doméstica: chamava-o Vicente. Florestan dizia que teve que conquistar o

1 Professor de Sociologia e militante do MES.

direito de tornar-se Florestan. Até isso negam aos nossos quando podem.

Escolarizou-se já adulto e ingressou em um novo universo de oportunidades ao ser aprovado no curso de ciências sociais da USP. Ao mesmo tempo, através do jornalista e dirigente socialista Herminio Sachetta, entrava em contato com o Partido Socialista Revolucionário (PSR), uma organização trotskista que lutava na clandestinidade contra a ditadura do Estado Novo de Vargas. Foi militante e depois ainda se manteve em contato com o partido por cerca de 10 anos, até o início dos anos 50. Ainda que tenha desengajado da militância clandestina para seguir a trajetória universitária, a experiência no PSR – tal como relatada por ele mesmo – foi decisiva para a definição dos rumos que tomaria sua rota biográfica, intelectual e política.

Depois de formado, seguiu na USP como professor e ajudou a constituir e institucionalizar a sociologia no Brasil. Lecionou para nomes como Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, dentre toda uma geração renomada. Com ousadia se lançou a construir uma matriz sociológica que não reproduzisse mecanicamente as formulações importadas da Europa ou dos Estados Unidos. A sociologia florestaniana não deve nada em complexidade, riqueza e criticidade ao que se considera vanguarda nessa área em nível internacional. Nossa sociologia acadêmica contemporânea, no entanto, marginaliza seu pensamento e contribuição inestimáveis. Soa demasiadamente como luta de classes, o que é inequívoco, para a elegância estéril dos corredores acadêmicos. Tendo sua carreira na USP interrompida pelo AI-5 e pela consequente aposentadoria compulsória que lhe impuseram em 1969, Florestan se desvencilha das limitações impostas pelo “cânone” e pela ritualística do pensamento universitário e aprofunda o caráter crítico, marxista e descolonial de sua produção intelectual, em alguma medida reconectando-se com o jovem Florestan militante do PSR, enriquecido por toda a trajetória posterior como professor e cientista social.

Ao longo dos anos 70, Florestan seguiu produzindo e intervindo como “intelectual público”, inclusive com presença na grande imprensa. Acompanhou a retomada do movimento de massa e no início dos anos 80 se incorporou ao PT. Além de intelectual militante e propagandista ligado à ala esquerda do partido, Florestan foi eleito duas vezes deputado federal, tendo sido deputado constituinte. Foi central na articulação dos setores sociais que se organizaram para defender o princípio da educação pública na Constituinte. Também foi autor de uma proposta de emenda à Constituição dedicada ao tema da problemática racial, que terminou suprimida pela maioria parlamentar, chamada “Dos Negros”. Foi ativo política e intelectualmente até que em 1995 nos deixou, vítima de um erro médico durante um procedimento hospitalar.

## 2 – O Marxismo descolonial de Florestan

É possível dizer que Florestan construiu sua obra intelectual e sua trajetória prática sobre a rocha do materialismo dialético. Ainda quando esteve à frente do projeto de construção de uma sociologia original, na USP, uma sociologia teórica, interpretativa e aplicada, mas “canônica” e academicamente “enquadrada”, os fundamentos teóricos do materialismo e da dialética se encontravam presentes, mesmo que nos “bastidores” da elaboração. O marxismo está no ponto de partida mesmo do processo de formação intelectual de Florestan, através da militância trotskista no PSR. A perspectiva e a tradição crítica incorporadas no trotskismo impulsionaram Florestan a ir bem além dos limites do dogmatismo stalinista dirigido de Moscou ao PCB de seu tempo. Teoricamente, nunca aceitou o marxismo deformado pela ótica positivista da burocracia stalinista, nunca dissociou materialismo de dialética em sua compreensão do marxismo. Politicamente, nunca teve acordo com a estratégia de colocar os trabalhadores passivamente a reboque do desenvolvimentismo da “burguesia nacional”.

Ainda quando julgou que a modernização burguesa da sociedade brasileira tivesse o potencial de levar o processo histórico além dos interesses restritos dos capitalistas, Florestan foi muito mais avançado e crítico em suas formulações que a direção do PCB em sua aliança subordinada e desarmada com a “burguesia nacional”.

A luta de sua vida inteira foi em nome da superação do subdesenvolvimento, da construção de uma sociedade nacional soberana e democrática por aqui, nos marcos da qual a classe trabalhadora tivesse os meios para lutar politicamente pela construção do socialismo. O golpe empresarial militar de 1964 fez com que Florestan revisse sua expectativa de que a modernização capitalista no Brasil pudesse abrir espaço, “por dentro da ordem”, para uma dinâmica de radicalização nacional e democrática, impulsionada pelos setores populares organizados, que levasse o processo de desenvolvimento além dos interesses estritos da burguesia. A “resistência sociopática à mudança” da classe dominante, expressa com toda sua violência e rigidez na instauração do regime ditatorial voltado a silenciar exatamente as demandas nacionais e democráticas das maiorias populares, se revela como muito mais do que um simples fenômeno de “demora cultural”, trata-se de uma característica essencial do modelo de desenvolvimento capitalista reservado aos países da periferia dependente global. A nação e a democracia não poderiam ser construídas aqui, no Brasil e na América Latina, a partir do impulso fornecido pela “revolução burguesa”, pela transformação capitalista de nossas sociedades, mas apenas contra ela, através de uma revolução do povo trabalhador contra a dominação burguesa.

As inconsistências das burguesias latino-americanas procedem do fato de que elas resistem à plebeização e instigam a proletarianização sem querer aceitar a democratização correspondente da ordem social competitiva. Proscrevendo o destituído da ordem civil e limitando (ou anulando) a participação econômica, cultural e política das classes trabalhadoras, aquelas burguesias enfraqueceram a si próprias, reduzindo suas alternativas, empobrecendo sua visão de mundo e liquidando-se como agente histórico revolucionário. Restringindo a competição e o conflito a privilégios quase estamentais, elas despojaram o capitalismo de suas potencialidades criadoras (Fernandes, 1973. p.58).

Inserida em uma relação de associação dependente com o grande capital transnacional imperialista, que dirige de fora o sentido e o ritmo da dinâmica econômica a ser absorvida internamente, a burguesia da periferia global, sobretudo latino-americana, calibra os tempos do processo de incorporação das sociedades que governam o capitalismo mundial de modo a maximizar seu privilegiamento econômico, social e político interno, transferindo o ônus da dependência estrutural às massas trabalhadoras, na forma da superexploração do trabalho e precarização geral de suas condições de vida. O desenvolvimento capitalista dependente avança na forma de uma “modernização máxima com descolonização mínima”. Ou seja, as estruturas de poder, de ideias e de valores herdadas do período colonial são reproduzidas e reatualizadas pela burguesia naquilo em que possibilitam preservar a extrema concentração da riqueza, do poder político e do prestígio social no topo, acelerando as transformações exigidas pela acumulação capitalista.

A articulação subordinada da burguesia interna com o capital transnacional estabelece aquele que é o núcleo essencial do capitalismo dependente enquanto padrão específico de desenvolvimento capitalista na periferia: “a sobreapropriação repartida do excedente econômico”. Em linhas gerais, o conceito faz referência à sistemática e permanente transferência de massas imensas de valor produzidas internamente que seguem em direção aos centros hegemônicos da acumulação capitalista global. Nessas circunstâncias, a burguesia local organiza a economia e o sistema de poder de modo a intensificar os níveis de exploração do trabalho, como forma de participar da espoliação capitalista, dirigida pelo capital transnacional, contra a classe trabalhadora. Dessa maneira, a burguesia local perde todo ímpeto que poderia movê-la, em outras circunstâncias históricas, no sentido da afirmação de um projeto nacional autônomo de desenvolvimento e de uma ordem democrática capaz de incorporar a massa da população ao plano das garantias e direitos efetivos da cidadania.

No capitalismo dependente, a burguesia - fundamentalmente a grande burguesia - torna-se uma classe essencialmente antinacional, antidemocrática e antipopular.

Como forma de garantir a superexploração dos trabalhadores no capitalismo dependente periférico, a classe dominante desacelera e, em determinados aspectos, congela o processo histórico de superação da ordem colonial a partir da qual se desenvolvem as relações sociais capitalistas propriamente ditas. No plano econômico, social, político e cultural, o capitalismo dependente se apresenta muito mais como uma etapa superior de desenvolvimento do processo histórico colonial, aqui estabelecido desde o século XVI, do que como uma ruptura em relação a ele. Uma burguesia que atrela seu destino econômico e político à associação com o capital transnacional imperialista e com os privilégios arcaicos das velhas oligarquias do latifúndio monocultor de exportação, precisa evitar de todo modo a emergência do povo na história, com suas demandas nacionais (anti-imperialistas) e democráticas elementares.

Essa forma de dominação burguesa não pode se dar mediante o consentimento organizado das maiorias - em um ordenamento democrático burguês "clássico" - porque não é capaz de incorporar suas mínimas exigências. Sendo assim, a paisagem do capitalismo dependente é composta pela articulação de relações propriamente capitalistas de produção com formas de trabalho subcapitalistas ou semicapitalistas, que se reatualizam constantemente pela sobrevivência e reprodução de padrões de dominação social gerados no interior do regime colonial de castas (racialmente determinadas) que se combinam com a estrutura classista moderna, o que se expressa na exclusão de amplos setores da população trabalhadora da ordem dos direitos e garantias cidadãs. Ou seja, setores majoritários das classes populares são excluídos - integral ou parcialmente - do acesso à esfera do trabalho moderno, social e legalmente regulado, ficando sob o arbítrio econômico dos de cima, assim como também do acesso à esfera das garantias

legais da cidadania, ficando sob o arbítrio político e social da classe dominante e seus aparatos legais e ilegais de violência. Florestan se refere a esse regime de dominação burguesa, constitutivo e requisito do capitalismo dependente, como "autocracia burguesa" em oposição à democracia burguesa vigente na maioria dos países do capitalismo central de então.

Seguindo pela mesma trilha que Ruy Mauro Marini, fazendo o capitalismo dependente - enquanto fenômeno concreto - emergir na análise e na consciência a partir da correta aplicação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, Florestan constrói uma interpretação da trajetória histórica da sociedade brasileira, e das tarefas exigidas para a afirmação do Brasil como uma nação soberana e democrática, que colide com a narrativa estabelecida então pelo PCB, a maior força política do movimento popular e da intelectualidade crítica. Enquanto o PCB e seu entorno político, que incluía várias tonalidades do nacionalismo burguês, afirmavam que o imperialismo e o latifúndio bloqueavam a necessária transformação capitalista no Brasil, cujo sentido seria progressista e democrático, Florestan apresenta a reprodução de nosso subdesenvolvimento como obra de uma autêntica transformação capitalista, mas dependente, inevitavelmente articulada, nessas condições, ao imperialismo e ao latifúndio, em um desenvolvimento que se origina no final do século XIX. Uma "revolução burguesa" que funciona como contrarrevolução para as demais classes da sociedade.

De modo análogo, enquanto o PCB afirmava que a superação de nosso subdesenvolvimento passava por uma revolução democrática, dirigida pela "burguesia nacional" e apoiada pela classe operária, contra o latifúndio, o imperialismo e os "elementos feudais" em nossa sociedade e economia, Florestan entende então que a necessidade da revolução democrática, vinculada transicionalmente ao objetivo socialista, dirigida pela classe trabalhadora com todos os setores populares contra a burguesia, o latifúndio e o imperialismo, sempre articulados

entre si, deveria levar até o fim o processo de descolonização de nossa economia, sociedade, poder e cultura; processo este congelado historicamente pela classe dominante no limite de seus interesses. Não é o feudalismo que aparece como pressuposto histórico do desenvolvimento capitalista brasileiro, na análise de Florestan, mas o colonialismo. Esse que precisa ser desmantelado e superado por completo.

Levar a descolonização às últimas consequências é uma bandeira de luta análoga à revolução nacional e à revolução democrática – e essa reivindicação teria que ser feita em termos socialistas, ainda que com vistas à “aceleração da revolução burguesa”. Parece patente que a descolonização não pode ser contida nesses limites e que, na ação prática, em vez de acelerar a revolução burguesa ela fomenta a “desestabilização” e a evolução de situações revolucionárias até pontos críticos. Contudo, na periferia o socialismo possui essa função de calibrar os dinamismos revolucionários da ordem existente pelos problemas e dilemas sociais que as burguesias não tentaram enfrentar e resolver, por não ser do seu interesse de classe, nas formas de desenvolvimento capitalista inerentes ao semicolonialismo e à dependência (Fernandes, 1981, p. 81).

### 3 – Revolução e Descolonização

A reflexão marxista e leninista de Florestan sempre o levou a buscar a “análise concreta da situação concreta”. Isso se manifesta mesmo em sua produção intelectual acadêmica. Por esse caminho, Florestan sempre recusou e criticou todo dogmatismo esquemático esgrimido em nome do marxismo. A sua trajetória de desenvolvimento intelectual e político é uma expressão cristalina desse apego à realidade e sua dialética inerente. Combateu em si mesmo a tendência à cristalização de conceitos e teses superadas pelo movimento do real. É na maturidade mais revolucionário e radical que em qualquer outro momento da vida, tendo testemunhado ou vivido, em seus 50 anos de atividade produtiva, a maior parte das ondas revolucionárias e retaliações contrarrevolucionárias que rasgaram nosso continente e o mundo no século XX.

Nas suas formulações sobre a Revolução Brasileira, não se alinha com nenhuma das concepções das maiores correntes

do marxismo brasileiro. Não está com o PCB, e sua concepção etapista de uma revolução democrática dirigida pela “burguesia nacional”, com um programa nacional desenvolvimentista burguês. Mas também não está com aqueles, como a POLOP de então, que concebem a Revolução Brasileira como uma revolução imediatamente socialista, voltada à expropriação imediata da burguesia e ao estabelecimento do Estado proletário. A formulação de Florestan possui mais mediações. Mantém uma referência muito firme em Lênin, especialmente no que escreve em 1905, o Lênin autor de “As duas táticas da social democracia na revolução democrática”. Entende que essas reflexões leninistas são de extrema relevância para pensar a tarefa dos revolucionários socialistas na América Latina capitalista dependente.

O complexo de contradições e impasses estruturantes da velha Rússia czarista é problematizado crítica e revolucionariamente por Lênin em sua teoria da revolução democrática dirigida pela aliança operário camponesa, uma revolução permanente que avança de modo ininterrupto até a realização das tarefas socialistas, em um processo mais ou menos largo e tortuoso: a tarefa imediata da revolução é criar as condições democráticas para que a classe trabalhadora possa lutar pelo poder e pelo socialismo.

Florestan julga que o capitalismo dependente brasileiro e latino-americano do século XX guarda profundas afinidades estruturais com a Rússia do início do século, com seu desenvolvimento capitalista fortemente atrelado ao capital imperialista estrangeiro e sua burguesia incapaz de romper com a grande propriedade fundiária. Nesse sentido, a partir de Lênin, Florestan compreende que o caminho do Brasil e da América Latina para o socialismo passa pela revolução democrática. Uma revolução democrática dirigida pela classe trabalhadora contra a aliança entre burguesia, latifúndio e imperialismo. Capaz de realizar as tarefas democráticas históricas que a burguesia local, nas condições do capitalismo dependente, não tem interesse em levar adiante: reforma agrária; construção de um mercado

interno de massas; universalização dos direitos civis, políticos e sociais; e etc. Uma revolução democrática transicional ao socialismo, ininterrupta, e não a parteira de uma longa “etapa” de desenvolvimento capitalista: como queriam, tanto o PCB dos anos 50, 60 e 70, quanto os mencheviques de 1905. Uma revolução democrática que, ao afirmar a soberania popular no país, possa afirmar a soberania nacional contra as manipulações e interesses do imperialismo. Portanto, uma revolução que por ser democrática seja também revolução nacional anti-imperialista que supere a dependência estrutural: a incorporação subordinada ao capitalismo internacional.

Apesar das instituições e dos valores sociais vigentes, a ordem legal criada pela República não abrange, equitativamente, todas as camadas sociais de todas as regiões do país. Tudo se passa como se os direitos e as garantias sociais, assegurados por essa ordem legal, fossem privilégios inconfundíveis das minorias que possuem condições econômicas, sociais e políticas para desfrutá-los e como se fosse indiferente, para a existência e o futuro de uma sociedade nacional, que três quartos de sua população estivessem parcial ou totalmente banidos de suas estruturas de poder. Ora, nenhuma sociedade nacional pode existir, sobreviver e ao mesmo tempo construir um destino nacional, em tais bases. A destruição de estamentos e de grupos sociais privilegiados constitui o primeiro requisito estrutural e dinâmico da constituição de uma sociedade nacional. (...) a democratização da renda, do prestígio social e do poder aparece como uma necessidade nacional. É que ela – e somente ela – pode dar origem e lastro a um “querer coletivo” fundado em um consenso democrático, isto é, capaz de alimentar imagens do “destino nacional” que possam ser aceitas e defendidas por todos, por possuírem o mesmo significado e a mesma importância para todos (Fernandes, 1975, p. 163).

Opostamente à teoria e à política do nacional desenvolvimentismo burguês, que pensa a afirmação nacional a partir do ângulo estreito do economicismo inscrito no binômio indústria-estrutura, ou seja, a partir da acumulação acelerada do poder pela “burguesia nacional”, Florestan identifica o centro da questão nacional brasileira (e latinoamericana) na democracia. A construção de uma sociedade nacional a partir do que foi um empreendimento colonial, de natureza escravocrata, que originou uma sociedade capitalista de mercado construída a partir da precedente ordem social de castas raciais (que a ela se combinou

para se reproduzir e reatualizar), exige um processo social intenso, profundo e complexo: revolucionário. A modernização e crescimento da economia capitalista dependente, por si só, aprofunda a própria dependência, não conduz à emancipação e a uma efetiva soberania nacional. Aprofunda a integração do tecido econômico do país aos dinamismos transnacionais do capitalismo, dirigidos de fora e para fora. As relações sociais e instituições mais modernas e liberais se combinam e articulam com as mais arcaicas e despóticas, não as superam, as absorvem. O Estado, elemento central de sustentação de todo o arranjo, valioso demais para ser público, incorpora o que há de mais avançado na técnica e na administração capitalista, permanecendo essencialmente oligárquico, no entanto, e com uma cidadania oficial mantida zelosa e violentamente fora do alcance da maioria do povo trabalhador.

O processo de construção, integração e afirmação de uma sociedade nacional moderna, três aspectos de uma mesma totalidade, é um processo fundamentalmente político, baseado na incorporação do povo à condição cidadã efetiva. A sociedade nacional não é apenas uma “comunidade imaginada”: ou é uma teia integrada de deveres e direitos mútuos compartilhados e minimamente assegurados de modo equânime, ou não é. Não há nação sem que o povo caiba nela de modo efetivo. O avanço da industrialização e da urbanização, assim como uma maior interação econômica das regiões do país entre si, são elementos do programa desenvolvimentista que, sob as condições da extrema concentração da riqueza, do poder e do prestígio social, típicas do capitalismo dependente, não são capazes de garantir lastro a uma aceleração da integração da sociedade nacional enquanto tal. Tendo por base a superexploração do trabalho, a relação assimétrica e subordinada com o capital transnacional, a articulação precária e contraditória da indústria com o latifúndio e os latifundiários, e a rígida concentração do poder político na cúpula estatal, o desenvolvimento capitalista dependente e tecnocrático dos

desenvolvimentistas reproduz, de modo ampliado, os impasses e obstáculos herdados da condição colonial à afirmação nacional no Brasil e na América Latina.

Nessas circunstâncias, Florestan põe que o caminho da afirmação e emancipação nacional é o caminho da revolução democrática. A incorporação da massa do povo à nação terá de ser resultado de uma construção nacional de baixo para cima, revolucionária, contra o monopólio oligárquico do poder e seus privilégios. Porque a classe dominante transnacional e associada não pode prescindir da exclusão da massa trabalhadora do processo de tomada de decisões e do acesso aos direitos e garantias individuais e coletivas essenciais, terá que ser por ela derrotada e subjugada. Apenas as necessidades e interesses do povo trabalhador podem garantir impulso e sustentação à descolonização profunda e radical da economia, da sociedade e da cultura, congelada pela burguesia nos limites de seus interesses de classe ao longo da história de nosso país e de nosso continente. Essa descolonização, como processo necessariamente revolucionário, sintetiza e expressa o significado e o alcance histórico e político da revolução democrática e da revolução nacional no Brasil e na América Latina. Trata-se de superar as estruturas econômicas internas atreladas aos dinamismos induzidos e ditados de fora e para fora, a imensa desigualdade social que incorpora, reproduz e atualiza a divisão racial do trabalho e da cidadania, bem como o regime oligárquico de dominação burguesa estabelecido no Estado. No âmbito cultural, a descolonização pressupõe a superação crítica e revolucionária do eurocentrismo racista, que deforma e amesquinha as formas dominantes de pensar, julgar e sentir nas sociedades capitalistas dependentes e periféricas da América Latina, sobretudo no Brasil.

Muito atento às reflexões originais do marxista peruano José Carlos Mariátegui, Florestan se distancia das formulações hegemônicas do marxismo brasileiro de então e reafirma a questão racial como uma questão chave, tanto para a caracterização correta

da história e do presente das sociedades do continente, como para o desenvolvimento da estratégia revolucionária do povo trabalhador no Brasil e América Latina. Desde o início do século XX, Mariátegui apontava como a dominação racial branca e o padrão rigidamente antidemocrático e antipopular de dominação burguesa estão entrelaçados no capitalismo dependente da região, no qual as classes sociais têm cores distintas e a distância entre elas é muito mais profunda e radical por causa dessa distinção. Florestan, nessa mesma linha, considera que a descolonização revolucionária da sociedade implica uma subversão da ordem racial estabelecida por baixo e por dentro da divisão de classes propriamente dita. No Brasil, isso coloca o povo negro no eixo que articula a Nação, a Democracia e a Classe Trabalhadora na dinâmica revolucionária. O proletariado negro, unido ao conjunto das massas trabalhadoras, é o sujeito social que precisa hegemonizar a Revolução Brasileira para que ela leve a descolonização até o fim.

É, portanto, entre os de baixo, onde a luta de classes crepita com oscilações, mas com vigor crescente, que a raça se converte em forte fator de atrito social. Há problemas que poderiam ser resolvidos “dentro da ordem”, que alcançam a classe mas estão fora do âmbito da raça. A raça se configura como pólvora do paiol, o fator que em um contexto de confrontação poderá levar muito mais longe o radicalismo inerente à classe. Como escrevi antes, é a raça que definirá o padrão de democracia, em extensão e profundidade, que corresponderá às exigências da situação brasileira (Fernandes, 1989, p. 41).

Na verdade, o chamado problema do negro vem a ser o problema da viabilidade do Brasil como Nação. Não haverá Nação enquanto as seqüelas do escravismo, que afetaram os antigos agentes do trabalho escravo e seus descendentes ou os ditos “brancos pobres livres”, não forem definitivamente superadas e absorvidas. Esse é o patamar brasileiro do que deve ser uma democracia social e racial e, por isso, somente o negro compreende a natureza do problema e tem condições psicológicas para enfrentá-lo sem mistificações e de lutar por sua solução integral (Fernandes, 1989, p.43).

A supremacia branca, exercida e imposta a partir do Estado brasileiro e a partir do poder social dominante, priva a classe trabalhadora majoritariamente negra dos pudores e escrúpulos de uma dominação de classe regulada pela lei e pelo direito. O arbítrio

econômico e político da burguesia é a regra, tão mais rígida quanto mais se vai aos estratos mais explorados da classe trabalhadora, e mais majoritariamente negros. A privação permanente de direitos imposta contra os territórios sociais onde está esse setor mais oprimido da classe (os territórios sociais predominantemente negros, como a favela, a periferia urbana, o trabalho informal, o trabalho doméstico, o cárcere); assim como a intransigência repressiva diante da mobilização popular e do protesto social; a perseguição política implacável e sistemática contra lideranças e movimentos populares de natureza contestatória e combativa; a superexploração do trabalho e o padrão espoliativo de acumulação; todos esses elementos necessários ao desenvolvimento capitalista dependente não são compreensíveis sem que se leve em conta o racismo estrutural e institucional que desumaniza a negritude e, por consequência, a classe trabalhadora na qual é predominante. O que Florestan identifica como sendo a “resistência sociopática à mudança social” da burguesia e dos setores médios mais privilegiados, diante das demandas populares pela superação do subdesenvolvimento e pelo avanço da descolonização, expressa profundamente essa repulsa racista em relação às massas. É o ethos colonial e escravocrata racista que segue vivo por trás da fachada do empresariado capitalista moderno. Sem a destruição revolucionária da supremacia branca, através da derrota de seu Estado e do desmantelamento do poder social que lhe dá sustentação, não é possível a nação nem a democracia no Brasil.

#### **4 – O legado de Florestan para esquerda socialista brasileira do século XXI**

Vivemos no país aquela que pode ser considerada uma das mais graves crises de nossa história. Uma recessão profunda que se arrasta por três anos seguidos, promovida por uma política econômica sabotadora da atividade produtiva e voltada exclusivamente aos ganhos do parasitismo rentista; uma

crise social catastrófica que combina desemprego em massa e desmonte dos serviços públicos e garantias sociais e trabalhistas do povo; um apodrecimento a céu aberto do regime político e suas instituições, mergulhadas na mais explícita e indecente corrupção e arbitrariedade, cuja perda de legitimidade é compensada pelo endurecimento repressivo galopante. A aliança pragmática entre uma casta política mafiosa, em busca de escapar dos braços do Ministério Público e da Polícia Federal, e a alta burguesia nacional e transnacional, interessada em reorganizar o país em função de seus interesses restritos e exclusivos, levam a sociedade brasileira a viver um processo desconstituente imposto por um governo e um parlamento destituídos de qualquer apoio popular. O resultado é a aceleração da degeneração rentista do capitalismo brasileiro, o aprofundamento da degeneração oligárquica do regime político e o avanço da regressão neocolonial do país em relação ao capitalismo transnacional. Não há futuro com dignidade para o povo brasileiro sob a tutela dessa classe e desse projeto.

A crise vivida no país está imbricada com a crise global do capitalismo. Nos últimos 10 anos, a economia mundial vive sob o espectro da estagnação, resultado do obstáculo que o rentismo financeiro impõe ao desenvolvimento da atividade produtiva. A tirania dos interesses rentistas submeteu os regimes políticos burgueses ao enrijecimento e à esclerose, tornando-os impermeáveis às mais elementares demandas democráticas do povo trabalhador. O revezamento no poder entre os partidos não significa mais alternância de projetos, mas apenas a troca entre administradores do mesmo projeto, conduzidos pelos mesmos interesses elitistas. Dessa forma, os interesses e necessidades populares apenas podem se expressar por fora e contra a lógica do regime. No Brasil, essa crise de legitimidade do regime político burguês eclode com as Jornadas de Junho de 2013 e segue se aprofundando desde então.

Esse regime da “Nova República” expressa uma transição incompleta que tirou o país da ditadura militar, mas não o levou

à democracia. Pleno de inconsistências desde sua origem – com a supressão da exigência popular por eleições diretas esmagada sob o Colégio Eleitoral imposto de cima, em 1985; com a Constituição de 1988 elaborada pelo Congresso Nacional e não por uma Assembleia Constituinte exclusiva; com a continuidade da tutela militar sobre o poder civil; ou seja, com a revolução democrática sufocada pela “transição transada” com os agentes e beneficiários da ditadura – o novo regime que foi entusiasticamente saudado por amplos setores da esquerda e do PT como a emergência da democracia entre nós, é recebido por Florestan com firmeza crítica, ressaltando – com uma análise classista – muito mais as continuidades que as rupturas nessa transição. “Decompota a ditadura, trata-se de conseguir os mesmos fins por outros meios. A burguesia não trava uma luta pela democracia e pouco se importa com a democratização do país” (Fernandes, 1986, p. 37). A “democracia de cooptação” surgida como forma reciclada do regime “autocrático burguês” de dominação de classe, não deveria estabelecer os limites no interior dos quais ficaria restrita a luta política do povo e, sobretudo, do PT como partido proletário e popular. A revolução democrática não seria possível nesses marcos restritos e o partido assim tenderia a ser absorvido pela lógica e pelos mecanismos da dominação burguesa.

Essa posição de Florestan, coincidente com a do conjunto do campo da esquerda socialista e revolucionária do PT de então (no interior do qual atuava), revela-se ainda mais acertada a partir do distanciamento histórico no qual nos encontramos hoje. No entanto enfrentou duras resistências de personalidades e setores majoritários no partido que consideravam a “Nova República” como o arcabouço institucional democrático que abria passo a uma estratégia socialista centrada na disputa eleitoral e nos limites da legalidade estabelecida na “Constituição Cidadã”, apesar de suas ambiguidades. Abaixo, uma consideração feita a respeito dessa questão por Carlos Nelson Coutinho já no ano 2000, quando o entusiasmo da esquerda do PT com o novo regime já havia

esfriado significativamente.

Florestan também supõe, como vimos, que o período iniciado em 1985 é apenas o “último refúgio da ditadura”. Ao fazer essas observações críticas, não pretendo de modo algum negar o fato indiscutível de que, com seu salutar radicalismo, Florestan desmistificou muitas das ilusões que dominavam setores importantes da esquerda em sua avaliação da situação aberta com a chamada “Nova República”, uma expressão que, lucidamente, ele sempre fazia acompanhar ou de aspas ou de um ponto de interrogação. Quando hoje — à luz do que agora sabemos sobre os Governos Sarney, Collor e Cardoso — reexaminamos a denúncia florestaniana das tendências regressivas e conservadoras contidas na nova fase histórica que então se iniciava, somos forçados a constatar que muito daquilo que a alguns de nós parecia na época manifestação do “sectarismo” do velho Florestan era, ao contrário, uma confirmação da sua lucidez analítica e da sua capacidade de previsão (Coutinho, 2000).

O legado político e teórico de Florestan não interessa à esquerda socialista de nossos dias apenas em função de seu necessário e lúcido balanço crítico da “Nova República” e dos riscos envolvidos na absorção do PT pela “democracia de cooptação”, funcional à reprodução do capitalismo dependente. Florestan segue importantíssimo no que diz respeito à correta caracterização da natureza democrática, nacional e descolonial da Revolução Brasileira (e latino-americana) como antessala da construção socialista, ou seja, como criação das condições políticas e sociais necessárias para a luta da classe trabalhadora pelo socialismo, em uma perspectiva necessariamente transicional e ininterrupta. O processo político bolivariano na Venezuela, sob a liderança de Hugo Chávez, se deu como um processo revolucionário democrático e nacional, sustentado na mobilização das massas do povo trabalhador contra o capitalismo dependente e o mando antidemocrático da burguesia. Assim como Florestan indica, a referência ideológica dessa mobilização precisou ir além do democratismo burguês e apontou diretamente para uma transição de natureza socialista. No entanto, ao não ter ido além do arcabouço econômico herdado do capitalismo rentista petrolífero, o processo revolucionário estancou e degenerou, como se pode ver agora com a burocracia corrupta de Maduro no poder

e sua recomposição com a espoliação imperialista dos recursos naturais e financeiros do país.

De modo similar, é preciso que saibamos nos apropriar do legado de Florestan no que diz respeito ao seu modo ousado de recusar o dogmatismo das correntes marxistas dominantes do seu tempo e de apontar no sentido de continuar a obra dos mestres do socialismo e não se contentar em repetir suas fórmulas e esquemas. O marxismo descolonial de Florestan, leninista e latino americano, representa não apenas uma adaptação do materialismo dialético às condições da luta de classes na periferia dependente do capitalismo global como, por essa via, também enriquece o patrimônio da teoria e política marxista como um todo. O lugar que confere à questão racial e ao protagonismo da negritude na sua formulação relativa à Revolução Brasileira mostra-se, mesmo hoje, como um posicionamento de vanguarda, muito à frente do que a maior parte da esquerda socialista tem sido capaz de sistematizar como prática política e elaboração teórica. A compreensão da Revolução Brasileira como sendo também uma revolução racial, capaz de levar o processo histórico de descolonização até o fim, no atual contexto de acirramento da política burguesa e racista de extermínio da população negra – sobretudo da juventude – dota a luta socialista da classe trabalhadora de um componente explosivo de radicalidade que não pode deixar pedra sobre pedra da velha ordem sempre reatualizada no país.

### Referências bibliográficas

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes*. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=90>>.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro. Zahar. 1973

\_\_\_\_\_. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio

de Janeiro. Zahar. 1975.

\_\_\_\_\_. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro. Zahar. 1981.

\_\_\_\_\_. xx. São Paulo. Autores Associados. 1989.

**DOCUMENTOS**

## Plataforma sindical anticapitalista

MES Sindical

### **1 - Os ataques de Temer e a necessidade de mobilizar, organizar e unir a classe**

Estamos passando hoje no Brasil por aquela que pode ser considerada uma das maiores crises de nossa história. É uma crise combinada e muito profunda, uma crise econômica, social, política e moral que já aponta para um esgarçamento do tecido social, uma decomposição radical das condições de vida e das perspectivas de futuro das famílias trabalhadoras e da juventude. A desmoralização das instituições políticas e judiciais é cada vez mais abrangente, enquanto chafurdam na corrupção explícita e generalizada e destroem os serviços públicos e os direitos sociais e trabalhistas do povo brasileiro. O governo Temer, nascido da manobra golpista que depôs Dilma da presidência, expressa uma articulação nefasta entre a casta política corrupta do PMDB, PSDB e quase todos os demais partidos do regime, por um lado, com o grande capital nacional e transnacional associados, sob a liderança do rentismo financeiro, por outro. Tudo sob a chancela da maioria do STF, da cúpula das Forças Armadas e da mídia empresarial monopolista, tal como vazado na tristemente célebre conversa gravada entre Sérgio Machado, Renan Calheiros, Sarney e Romero Jucá, e cada vez mais verificado na prática. Esse pacto oligárquico busca equilibrar os interesses da corja governamental e parlamentar, com intenção de abafar as investigações da corrupção reinante entre as cúpulas do poder político e econômico e os interesses da elite bilionária, no sentido da subordinação absoluta e exclusiva do Estado brasileiro à valorização de seus capitais.

Com a economia mundial estagnada desde o colapso financeiro de 2007/2008, a rentabilidade dos investimentos em quadro similar, e com o comércio e o fluxo de capitais internacionais

patinando, os grandes capitalistas se lançam a uma ofensiva que podemos caracterizar como uma “contrarrevolução econômica permanente”. De modo a criar uma saída à superacumulação de capitais, a financeirização ainda mais acelerada da economia leva a uma aguda degeneração rentista do capitalismo, complementada pelo aprofundamento da superexploração do trabalho (com salários abaixo do custo de reprodução do trabalhador), especialmente na periferia global, para onde tem se deslocado a maior parte da produção industrial, e da classe operária mundial. Nesses marcos, a oligarquia financeira global investe pesado em uma fuga para a frente, em um movimento que David Harvey classificou como “acumulação por espoliação”: os recursos naturais e o fundo público dos países são apropriados por essa elite econômica enquanto as garantias e direitos populares são desmantelados, o objetivo é forçar a abertura de novos campos à exploração capitalista, sob uma lógica que se assemelha à clássica “acumulação primitiva de capital”, apontada por Marx.

Dessa maneira, o programa antinacional e antipopular extremista do governo Temer – com seu congelamento por vinte anos no investimento em áreas sociais, o desmonte da legislação trabalhista e a promessa de desmonte da previdência social, dentre outros ataques sem precedentes – expressa os imperativos ditados pela “junta financeira” que comanda as ações do governo golpista. Os compromissos sociais fixados na Constituição de 1988, bem como a legislação trabalhista erguida ainda na década de 1930, são considerados obstáculos à acumulação capitalista nesse momento de decadência e crise aguda. Sem cerimônias e num prazo muito curto, esse governo avança o desmantelamento do patrimônio de direitos conquistados pelo povo brasileiro ao longo de várias décadas. Não se pretende deixar pedra sobre pedra. O retrocesso imposto é gigantesco. Tendo removido a fragilidade política e as ambiguidades do PT do caminho, em um golpe palaciano em que uma parte do governo destituiu a outra, Temer e as cúpulas do PMDB e PSDB convertem o governo federal em uma “troika”, a

impor pacotes aos governos estaduais e municipais endividados e falidos pelo mecanismo da dívida pública, pelas desonerações que beneficiam os grandes oligopólios empresariais, pela corrupção generalizada e pela recessão profunda induzida de cima.

Diante desses enormes ataques, os setores populares e a classe trabalhadora se inquietaram e se lançaram à mobilização, ainda que de modo muito desigual e fragmentado. O movimento estudantil secundarista e universitário vem protagonizando lutas abrangentes e muito radicalizadas. Da mesma maneira, o movimento de mulheres seguiu confrontando o conservadorismo patriarcal expresso na retórica e nas políticas do governo, do parlamento e do judiciário. Servidores públicos civis e militares partiram para a luta e para a insubordinação diante do absurdo do desmonte dos direitos sociais e do congelamento e confisco salarial impostos pelos governos que aplicam o ajuste a serviço do parasitismo rentista.

Após o auge das mobilizações da classe trabalhadora, na poderosa greve geral do dia 28 de abril e da gigantesca marcha a Brasília no dia 24 de maio, as cúpulas das maiores centrais sindicais do país revelaram seu caráter de agentes dos interesses burgueses, e desmobilizaram ativamente o processo de lutas, sabotando a nova greve geral convocada para o dia 30 de junho. Enquanto as direções da Força Sindical e da UGT pactuavam com Temer a desarticulação da mobilização em troca de tentar preservar o repasse do imposto sindical, a direção lulista da CUT e do PT buscou evitar o colapso do governo Temer, buscando se credenciar junto a setores da oligarquia e apostando todas suas fichas no projeto Lula 2018. Desde então a mobilização e a resistência se enfraqueceram e fragmentaram, abrindo espaço para o avanço dos ataques de Temer, do Congresso, dos governos locais e da patronal. A conjuntura é, no entanto, dinâmica e a desmoralização do governo e do conjunto das instituições do regime político da classe dominante, somada ao aprofundamento da crise social, pode tirar as coisas de seu lugar. Nada está definido.

A agressividade da burguesia, acossada pelos efeitos da crise mundial, combinada com a dependência do governo Temer em relação aos ditames da “junta financeira” que o dirige, levam o Palácio do Planalto a impor um ataque aos trabalhadores e as trabalhadoras por muitas frentes simultaneamente. Essa tática busca ganhar tempo e aproveitar a confusão no campo proletário e popular. Diante da hesitação dos de baixo, avança a classe dominante, impondo uma forte compressão sobre as condições de vida do povo trabalhador. O retrocesso acelerado imposto pelos de cima, combinado com a ilegitimidade crescente das instituições, abaladas pelas denúncias de uma corrupção estrutural e gigantesca, não apontam – no entanto – para uma estabilização do quadro social e político, apesar de todas as manobras nesse sentido realizadas entre as cúpulas do poder estabelecido. A possibilidade de emergência de novas crises está no horizonte. É justamente nesse desdobramento que devemos apostar. Seguir impulsionando a mobilização e a organização da classe trabalhadora, superando a confusão e apontando para a tomada da iniciativa em uma resistência frontal e combativa aos ataques dos de cima. O movimento da classe trabalhadora precisa assumir o protagonismo nessa etapa de lutas que temos diante de nós. É preciso superar a hesitação covarde e traidora da burocracia do movimento sindical e popular a serviço da estabilidade da ordem burguesa, é preciso ir às bases. É absolutamente necessário construir nesse processo de luta e organização uma alternativa democrática, popular e revolucionária de poder e de governo para o povo brasileiro, sob uma clara orientação anticapitalista, ou os setores da extrema direita proto fascista podem ocupar cada vez mais esse espaço vazio em um sentido ultrarreacionário. Essa é a essência da tarefa que temos imediatamente posta à nossa frente. Para tanto, é preciso afirmar na prática uma concepção de sindicalismo capaz de superar os limites estreitos do corporativismo burocrático dominante no quadro atual.

## 2 – Das origens do sindicalismo brasileiro aos nossos dias

As origens do movimento da classe trabalhadora no Brasil remontam a uma situação histórica complexa e multifacetada, própria a um país que manteve o estatuto da escravidão vivo até a última década do século XIX. A convivência no tempo e no espaço, inclusive nos mesmos locais de trabalho, de diferentes regimes de emprego de mão de obra constitui o elemento central dessa complexidade: trabalhadores escravizados, imigrantes submetidos ao “engajamento” (servidão por dívidas de caráter temporário), assim como assalariados propriamente ditos, trabalharam lado a lado nas mesmas oficinas, portos e estabelecimentos industriais – sem mencionar o campo. Além do mais, entre os próprios trabalhadores escravizados havia uma pluralidade de regimes de trabalho. O aluguel de força de trabalho escrava, entre um senhor e outro ou no regime de “ganho” (no qual o escravo oferecia, por sua própria conta, sua força de trabalho em troca de uma remuneração a ser dividida com seu proprietário) coexistiu com a escravidão privada tradicional e com a propriedade estatal de uma massa de mão de obra escravizada, empregada nas indústrias estatais (principalmente bélicas) mas também alugada a escravocratas privados. Como se pode constatar, as origens das atuais desigualdades no mundo do trabalho brasileiro deitam raízes em um período bem anterior de nossa história.

A manutenção de diferentes formas de trabalho servil e semi-servil em um contexto em que avançava a modernização, complexificação e industrialização da economia brasileira, sobretudo nos principais centros urbanos, distorceu e atrofiou o processo de constituição de um mercado de trabalho propriamente dito, deprimindo os patamares de remuneração da força de trabalho. Por outro lado, e principalmente, promoveu também uma realidade concreta na qual a história da escravidão, em sua etapa derradeira, e a história do surgimento da classe operária no país não podem ser entendidas separadamente, em especial

no que se refere às lutas e iniciativas de organização emergentes nesse complexo mundo do trabalho de então. É a partir daí que se pode compreender que as primeiras greves no país, consagradas como método operário de luta por excelência, tenham sido deflagradas por trabalhadores escravizados, ainda nas décadas de 1850-60. Da mesma maneira, é por aí que entendemos que uma plataforma central das nascentes associações operárias do século XIX, tenha sido o envolvimento direto na luta abolicionista. Trabalhadores imigrantes europeus, brasileiros livres e semi-livres ou escravizados, ao lado de um percentual decrescente mas efetivo de africanos, trocaram experiências de luta e resistência em uma intensidade muito maior do que a historiografia dominante nos apresenta.

A abolição da escravatura e a proclamação da república estabelecem um novo marco na história do país como um todo, e na do movimento dos trabalhadores, em particular. O aumento da industrialização fortaleceu a presença de uma classe operária bastante significativa, não apenas no Rio de Janeiro e São Paulo, como em outros importantes núcleos urbanos do Sul, Nordeste e Norte do país. A importação massiva de mão de obra imigrante européia, nos marcos de um projeto racista de “branqueamento” desenhado pela classe dominante serviu ao aprofundamento da marginalização imposta aos trabalhadores negros brasileiros (desfavorecidos na concorrência com os imigrantes aos olhos de uma patronal fanaticamente racista), mas, por outro lado, contribuiu para o aumento do intercâmbio de experiências de luta e organização entre os trabalhadores estabelecidos e os recém-chegados por aqui. Ao lado das iniciativas de organização partidária socialistas, de inspiração reformista, gradualista e social-democrata, constituídas no país desde o final do século XIX, passaram a figurar no plano do movimento operário as influências anarquistas, trazidas principalmente por imigrantes europeus. Foi sob a hegemonia anarquista, nas duas primeiras décadas do século XX, que se deram os passos iniciais para a constituição de

um movimento operário de alcance e caráter nacional no Brasil.

Os Congressos Operários Brasileiros de 1906 e 1913 revelaram a disposição organizativa da vanguarda da classe nesse momento, como também a expansão por quase todo o país dessa teia de organizações sindicais operárias. A greve geral de 1917, um feito incrível para o período de então e que, ainda assim, contou com uma adesão significativa da classe operária, pode ser considerada o ápice desse momento da trajetória do movimento sindical brasileiro sob inspiração anarquista. A repressão que se seguiu à greve foi brutal, com deportação massiva de imigrantes e encarceramento – em navios prisões e campos de concentração – de muitos dos mais importantes dirigentes operários daquela geração. Sob o regime de exceção estabelecido, a criminalização direta dos anarquistas pelo Estado, o aumento da competição política com os comunistas e as próprias conquistas expressas nas primeiras iniciativas de proteção trabalhista legal, o anarquismo foi perdendo a capacidade política de seguir dirigindo o movimento operário no país, reduzindo cada vez mais sua influência. A necessidade de reivindicar e exigir proteção legal aos trabalhadores frente ao Estado, assim como de organizar de modo mais centralizado a luta operária, crescentemente entrava em contradição com o maximalismo autonomista dos anarquistas, bem como com seu programa organizativo inflexivelmente federalista e descentralista. A partir de então, com o suporte do prestígio conferido pela vitória da Revolução Russa e o estabelecimento do governo bolchevique, assim como de uma intervenção política centralizada e uma formulação tática estratégica mais adequada à complexificação da luta operária no novo contexto histórico – nacional e internacional – a militância do PCB foi paulatinamente sobrepujando a influência anarquista no meio sindical.

A década de 1920 foi extremamente turbulenta no Brasil. Acompanhando o acirramento das lutas sociais e políticas no plano internacional, o cenário brasileiro foi marcado pela atividade do movimento operário (ainda que sob duríssimas condições

repressivas), pelos levantes tenentistas, pelo desencadeamento da guerra de guerrilhas da Coluna Prestes e pelo aumento das tensões internas ao arranjo oligárquico estabelecido. O desenlace dessa década foi a crise final do regime da chamada “Primeira República”, com a eclosão do movimento revolucionário liderado por Getúlio Vargas e sua chegada ao poder em 1930. Contra o exclusivismo dos interesses do café, a monopolização do poder político pela oligarquia de São Paulo, o autoritarismo, as fraudes eleitorais e a corrupção sistêmica do regime, uniram-se setores dissidentes da oligarquia agrária (especialmente do Rio Grande do Sul, Minas e Nordeste), a jovem oficialidade “tenentista”, os setores industriais mais avançados, a crescente classe média urbana e parcelas do movimento operário, em torno da bandeira de um programa difuso, mas de orientação geral de crítica aos desmandos oligárquicos, nacionalista e desenvolvimentista. Equilibrando-se entre as pressões exercidas por esses diferentes atores, Vargas vai se afirmando como árbitro último da política nacional, ao lado dos militares de sua confiança. Depois do esmagamento do levante separatista de São Paulo, o líder gaúcho se utiliza da histeria anticomunista para concentrar poder em suas mãos e ampliar a perseguição política a toda oposição, até chegar ao estabelecimento da ditadura do “Estado Novo”.

Nesse processo, ao longo da década de 1930, muitas e importantes reivindicações históricas do movimento operário, pelas quais se travou uma luta encarniçada nas décadas anteriores, foram incorporadas na forma de leis de proteção trabalhista: salário mínimo, férias remuneradas, licença-maternidade e etc. A Consolidação das Leis Trabalhistas, firmada na década seguinte, em geral apenas agrupou essa legislação, nascida diretamente da pressão da classe trabalhadora e da participação no governo Vargas de importantes personalidades identificadas com essas reivindicações. Ainda que, em contrapartida, o Ministério do Trabalho de Vargas tenha submetido o movimento sindical a um controle burocrático e corporativo, reprimindo as

manifestações independentes de organização e luta da classe operária, a identificação da conquista da legislação trabalhista pelos trabalhadores com uma concessão pelo alto de inspiração fascista não reflete a dinâmica real desse processo. Depois, sob o “Estado Novo”, se deu um impulso poderoso à industrialização, o que se desdobrou em um crescimento bastante significativo da classe operária nas maiores cidades do país. Esse crescimento se alimentou de uma significativa transferência de populações oriundas do campo para o meio urbano. Destituída assim de uma forte tradição organizativa, submetida ao controle corporativo da ditadura e impedida de contar com o apoio do mais avançado da militância comunista (perseguida e aprisionada pelo regime), no entanto, essa classe operária ampliada teria de esperar uma nova oportunidade para entrar em cena.

O fim da Segunda Guerra Mundial, com a derrota do fascismo, erodiu as bases de legitimidade do “Estado Novo”, que ruiu. O período histórico de 20 anos que se abre então, e vai até o golpe de 1964, é profundamente complexo e turbulento, no que diz respeito à luta de classes e à disputa política de modo geral. Com a deposição do ditador Getúlio Vargas por seu próprio alto comando militar em 1945, o processo de transição coordenado por cima levou à eleição do general Eurico Dutra – um dos antigos homens fortes de Vargas – à presidência da república, onde ficou até 1950. Nesse período se constituiu uma Assembleia Constituinte que fundamenta jurídica e politicamente o novo regime. Depois de Dutra, Vargas é então eleito e inicia um novo governo, profundamente tensionado pelo acirramento da luta de classes, e que termina com o suicídio do presidente em 1954, diante da iminência de um novo golpe militar. No pleito seguinte é eleito Juscelino Kubitschek, que governa buscando uma síntese entre os herdeiros do varguismo e seus opositores liberais de direita, fortemente articulados aos interesses do capital estrangeiro. Os “50 anos em 5” de JK assentaram as bases para a consolidação e expansão interna das grandes empresas transnacionais, sobretudo

do setor automobilístico. O governo seguinte, de Jânio Quadros, da anti-varguista UDN, termina em uma renúncia imprevisível como coroamento de uma trajetória incoerente. A questão da sucessão de Jânio eleva a temperatura política. A recusa dos chefes militares em empossar João Goulart, o vice de Jânio, considerado subversivo, só é revertida pela campanha da legalidade dirigida por Leonel Brizola (então governador do RS), que arma o povo contra o golpe que se desenha. Essa etapa que vai da posse de João Goulart em 1961 à sua deposição em 1964 – inicialmente sob um parlamentarismo de ocasião imposto pelas forças conservadoras – é aquela na qual se dá o ápice da crise política do regime e que abre espaço para o golpe empresarial-militar.

Nossa historiografia dominante tende a caracterizar esse regime estabelecido pela constituição de 1946 como um regime democrático: o que pode e deve ser problematizado de uma perspectiva popular. Em primeiro lugar, foram excluídos do direito ao voto os analfabetos e os convocados às Forças Armadas. Em um país predominantemente rural e destituído de uma rede escolar pública minimamente capaz de atender às demandas educacionais do povo, a maioria da população do país - seus setores mais pauperizados - foi excluída da cidadania política. A proscrição reacionária do PCB também distorcia completamente a representatividade do sistema político. Esse partido, atirado então na ilegalidade, havia chegado a se afirmar como a quarta maior força política no período de abertura logo depois do fim do “Estado Novo”. Foi capaz de eleger 17 deputados federais e um senador, além de 46 deputados em 15 legislaturas estaduais. Para a Assembleia do então Distrito Federal (Rio de Janeiro), o PCB elegeu 18 deputados, se afirmando como a maior bancada parlamentar na capital do país. Tudo isso foi desmantelado e atirado na clandestinidade. Além do mais, a repressão e perseguição política brutal e sistemática contra as organizações sindicais e camponesas e suas lideranças mais autênticas e combativas, funcionava como mecanismo de terrorismo de Estado permanente

contra os lutadores populares, incluindo prisões e assassinatos.

No âmbito do movimento de classe dos trabalhadores, o PCB, mesmo na clandestinidade, foi a força política mais consistente ao longo desse período. A repressão política somada à formulação estratégica do partido baseada na aliança com a “burguesia nacional”, considerada como o setor nacionalista e anti-imperialista do empresariado brasileiro, levou sua militância a atuar também sob a cobertura legal do PTB, com cujos dirigentes disputava a influência política e sindical sobre os trabalhadores. Com o país dividido politicamente em dois campos principais, ambos dirigidos por setores da burguesia: os liberais de direita pró-EUA, de um lado, e os nacionalistas, de outro, o PCB se colocou como ala mais radical desse segundo campo, vendo aumentar significativamente sua influência política e ideológica sobre setores médios e proletários do meio urbano, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1950. No entanto, como aliado menor de uma “burguesia nacional” hesitante e oportunista, com escassa penetração entre os trabalhadores rurais (amplamente majoritários na sociedade) e – ao fim desse período – sob uma direção política excessivamente caudatária em relação aos nacionalistas burgueses no governo, o PCB não foi capaz de expressar um projeto político próprio, autenticamente vinculado à classe trabalhadora, nem de opor resistência efetiva e organizada ao golpe empresarial-militar de 1964. Tendo sido, então, tragado pela avalanche golpista e esfacelado pelas rupturas de setores mais combativos que se dispuseram a enfrentar a ditadura, o PCB acabou por se incorporar à institucionalidade do regime ditatorial, sob a cobertura do MDB.

Ao longo dessas duas décadas (1945-1964), marcadas pela condução desenvolvimentista dos governos, os processos de urbanização e industrialização se intensificaram. A classe trabalhadora urbana, fortalecida e ampliada, em uma economia cada vez mais complexa, ocupava uma posição estratégica, tanto econômica quanto politicamente: tendo de ser levada em conta,

de modo crescente, nos cálculos das frações burguesas em disputa pelo poder. Sob o arcabouço restritivo da estrutura sindical corporativa e estatal, e também sob a atmosfera permanente de repressão política, os setores mais avançados do movimento sindical – sob a hegemonia do PCB – foram ainda assim capazes de impulsionar o movimento dos trabalhadores no sentido de ocupar um papel que foi se tornando cada vez mais importante, à medida que se desenvolvia esse período. O trabalho abnegado dessa militância conseguia encontrar brechas na estrutura do sindicalismo oficial e, através delas, fazer expressar a dinâmica concreta da organização e luta da classe trabalhadora. Comissões de fábrica e núcleos sindicais por local de trabalho foram os instrumentos táticos por excelência dessa vanguarda sindical, utilizados como meio de burlar o engessamento da estrutura oficial, fazendo as pressões de baixo para cima, a partir das bases, se manifestarem com peso real na vida sindical.

A repressão foi um fator permanente nesse período, desde o fechamento da Confederação dos Trabalhadores do Brasil, ainda no governo Dutra. Apesar disso, o movimento sindical protagonizou importantes e vitoriosas lutas, fortalecendo a capacidade de ação da classe trabalhadora. A chamada greve dos 300 mil, em 1953 em São Paulo, iniciada pelos operários do setor têxtil e se expandindo para diversas outras categorias operárias, dirigida a partir de comissões de fábrica, não apenas garantiu uma importante conquista salarial, contra a carestia imposta pela inflação, como permitiu a construção de um organismo de articulação intersindical por fora do sindicalismo oficial (o Pacto de Unidade Intersindical). Carlos Marighella, então dirigente do PCB, foi um dos principais articuladores desse processo. Ainda nessa primeira metade da década de 1950, o movimento sindical teve um papel decisivo na construção da poderosa e vitoriosa campanha que levou à criação da Petrobrás, apesar de todos os obstáculos repressivos impostos de cima. Na primeira metade da década de 1960, o sindicalismo se encontrava ainda

mais vigoroso. As greves gerais contra as manobras golpistas da extrema-direita e por conquistas econômicas ajudaram a conferir plenos poderes presidenciais a Jango, por um lado, e arrancaram o direito ao décimo-terceiro salário, ainda em 1962. Até o golpe de 1964, o papel político do movimento sindical vai se intensificar na conjuntura do país. Greves por empresa, por categorias e greves gerais arrancavam conquistas materiais e fortaleciam a confiança dos trabalhadores em sua própria ação. No entanto, esse avanço não encontrava na direção do PCB, uma orientação política que pudesse expressar essa força em um projeto político efetivo de classe, ficando a reboque do nacionalismo burguês e seus dirigentes.

Esse movimento sindical estava enraizado mais fortemente nos setores estatais da economia, o que incluía a maior parte dos transportes e dos setores da indústria pesada. No setor privado havia uma influência significativa em categorias como têxteis, metalúrgicos e bancários. Dessa maneira, em cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, dentre outras, o peso político e econômico exercido pelas mobilizações sindicais e pelas greves, gerais ou parciais, era bastante real. Apesar de demagógica, a histeria burguesa diante da hipótese de uma “república sindicalista” sob Jango demonstra, por um outro ângulo, a força relativa do movimento dos trabalhadores no país nesse início dos anos 60. O célebre “Comício da Central” em 1964, no qual discursou Jango dias antes do golpe empresarial-militar, foi também organizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores, organismo de mobilização que reunia as entidades oficiais e extraoficiais do sindicalismo brasileiro. Diante do golpe de 64, a CGT deflagrou uma nova greve geral, mas sem a necessária articulação ampla para a resistência à quartelada, os golpistas triunfaram, fecharam o CGT e prenderam suas principais lideranças. Ao longo do regime ditatorial dos generais e banqueiros, o movimento sindical vai sofrer todo o peso da repressão militar e ser reduzido ao silêncio até o novo

degelo em 1978. Vale mencionar, no entanto, as heroicas greves metalúrgicas de Osasco e Contagem, em 1968, que expressaram o último fôlego de resistência sindical contra o fechamento ainda mais rígido do regime.

Ainda que o sindicalismo hegemônico no Brasil de nossos dias tenha suas raízes históricas fincadas no “novo sindicalismo” – que emergiu a partir da movimentação dos operários metalúrgicos, especialmente do ABC paulista, na segunda metade da década de 1970 –, é óbvio que existe uma linha de continuidade mais profunda que remonta ao modelo sindical corporativo e estatal criado por Getúlio Vargas, ainda na década de 30. No entanto, o “novo sindicalismo”, que surgiu enfrentando a estrutura sindical oficial mantida também pela ditadura, conferiu os contornos de uma nova situação. Ainda que não tenha sido capaz de demolir a estrutura corporativa varguista, pôde contorná-la ou explorar suas brechas, constituindo uma situação mais complexa, uma nova síntese. A industrialização acelerada durante os anos 60 e 70 produziu uma classe operária numerosa e concentrada espacialmente, o arrocho salarial imposto pela ditadura impulsionou sua inquietação, enquanto que a inserção militante de católicos de esquerda, ex-guerrilheiros e militantes trotskistas em seu meio fez avançar sua organização e disposição de luta. As poderosas greves metalúrgicas do final dos anos 70 colocaram o “novo sindicalismo” à cabeça do movimento operário e popular que questionava a ditadura a partir de baixo, em uma onda poderosa que erodiu as bases do regime, sustentou a campanha pelas “diretas já”, levou os trabalhadores à greve geral e encontrou forte expressão nas garantias sociais inscritas na Constituição de 1988.

Esse “novo sindicalismo” combativo e fortemente inserido nas bases do operariado mais avançado, do funcionalismo público e de muitas outras categorias poderosas de trabalhadores (como os bancários), encontrou sua expressão organizada mais elevada na Central Única dos Trabalhadores, fundada em 1983. É importante

ressaltar que esse processo de reorganização sindical esteve diretamente vinculado a uma reorganização política no campo da esquerda, com o PT, impulsionador da CUT, superando a velha direção do PCB, que juntamente então com o PCdoB e o MR-8 deram origem, alguns anos mais tarde, à CGT (que forneceu seus principais quadros à direção do ministério do trabalho do governo Sarney). A maior parte da burocracia dirigente das federações e confederações da estrutura oficial, mantida encastelada pelo imposto sindical, foi contrária à constituição das centrais sindicais e se manteve à parte. Chegando aos anos 90, com o suporte do novo presidente Fernando Collor de Mello, se constituiu a Força Sindical, munida de uma perspectiva de “sindicalismo de resultados”, de colaboração entre capital e trabalho, orientada por uma oposição frontal ao sindicalismo combativo da CUT.

Ao longo dessa década, foi se configurando cada vez mais nítida no interior da CUT – e do PT – a divisão entre uma ala orientada pelos princípios classistas, combativos e democráticos, inscritos na origem da central, e uma ala voltada a uma perspectiva reformista mais corporativista e disposta a uma posição de colaboração e conciliação de classes. A pressão combinada exercida sobre o sindicalismo cutista pela reestruturação produtiva e pela flexibilização precária dos contratos de trabalho, pela dura concorrência exercida pela Força Sindical (com o apoio da patronal), e pela crescente adaptação da direção do PT – e da CUT – aos limites políticos do regime da burguesia, favoreceu o fortalecimento da ala corporativo-colaborativa no interior da central, consolidando-a na sua direção. Com a adesão posterior da cúpula dirigente dessa ala majoritária da CUT à gestão dos fundos de pensão dos trabalhadores das maiores empresas estatais do país, com o apoio de uma “aristocracia operária” seduzida pela retórica e pela propaganda neoliberal, tornada então quase um pensamento único, a degeneração burocrática da direção cutista não apenas se aprofundou, como adquiriu um caráter novo: incorporou-se a visão de mundo financeira como horizonte a partir

do qual pensa a economia brasileira e mundial. Uma rendição definitiva não apenas ao capitalismo, mas à sua degeneração rentista e neoliberal.

A partir de 2003, com a eleição de Lula à presidência da república, esse cenário se desenvolve de modo acelerado. É importante levar em conta que esse último período da história brasileira tem na burocracia sindical oriunda do “novo sindicalismo”, ou seja, na direção cutista, o centro político em torno do qual se constituiu o arranjo social-liberal de conciliação de classes como projeto de poder partidário (do PT) e como pilar de sustentação do regime político da burguesia. Essa burocracia sindical corrompida, degenerada, profundamente enredada na visão de mundo, nas práticas e nas teias de relações da alta burguesia e dos “caciques” da política burguesa, a começar pelo próprio Lula, esteve nas posições mais destacadas do estado-maior governamental durante os dois primeiros mandatos do ciclo lulista, perdendo algum espaço a partir da eleição de Dilma, sem nunca perder, no entanto, o controle das rédeas do PT. No arranjo de acomodação da burocracia sindical com a alta burguesia, constitutiva do ciclo lulista, coube à primeira o papel organizador e dirigente, com o programa econômico e social fundado nos interesses prioritários da segunda.

O projeto social-liberal lulista tinha como pressuposto principal a garantia da contenção do movimento de massa e sindical, não apenas nos limites do sistema de poder da burguesia (com seu regime político subdemocrático, sua mídia de massa oligopolizada, suas transações espúrias entre o público e o privado e etc.), como também nos limites de uma política econômica tutelada pelo parasitismo financeiro nacional e transnacional. O boom dos preços das commodities, resultado do vertiginoso crescimento chinês, e a inserção inédita de muitos milhões de trabalhadores brasileiros no mercado de crédito (possibilitada por mudanças legais como as que permitiram aos bancos sacar as dívidas diretamente dos salários e vencimentos dos trabalhadores

e aposentados) favoreceu um crescimento econômico significativo, que serviu de base a um relativo “distributivismo sem reformas” responsável por produzir um impacto real na redução da miséria e da indigência no país, no aumento do mercado consumidor interno, e na inserção de milhões de trabalhadores nos marcos da formalidade contratual, ainda que a esmagadora maioria em seus escalões mais precários. Paralelamente a esses ganhos conjunturais para os de baixo (que já foram destruídos pelo “ajuste fiscal”, pela recessão e pelos retrocessos atuais, iniciados ainda sob Dilma), o lulismo – tendo a maior parte do movimento sindical e popular sob seu comando – promoveu ganhos de natureza estrutural para o grande capital: como as inúmeras privatizações, a subordinação do BNDES à alavancagem dos grandes monopólios empresariais do país com dinheiro público, ou a reforma da previdência levada a cabo por Lula ainda em 2003.

Essa reforma da previdência, que atacou de frente os direitos dos trabalhadores do setor público, para reorientar os recursos financeiros para a especulação rentista, foi festejada pelo conjunto da burguesia e fortemente repudiada pelo setor mais avançado do movimento sindical, da juventude e do próprio PT. A marcha de 100 mil trabalhadores em Brasília, contra o presidente com a maior popularidade em toda a história nacional; a ruptura do setor mais combativo da CUT com a central (dando origem ao que é hoje a CSP Conlutas); e a expulsão dos parlamentares petistas “radicais”, em torno dos quais iria se constituir o PSOL, foram algumas das importantes fraturas provocadas pelo estabelecimento do social-liberalismo lulista no poder. O aparelhamento da maior parte do movimento popular e sobretudo do movimento sindical pelo governo se consolidou com a institucionalização das centrais sindicais, que se tornaram assim destinatárias de recursos financeiros públicos. Essa cooptação direta promoveu uma rearticulação no quadro das centrais sindicais, ora reunindo forças dispersas, ora fragmentando o que se encontrava reunido, numa movimentação em busca de condições mais adequadas de

acesso aos recursos públicos agora disponíveis. Assim se formou o quadro organizativo atual da superestrutura do sindicalismo brasileiro, com uma grande quantidade de centrais concorrentes: CUT; CTB (ligada ao PCdoB e saída da CUT); UGT (fusão da CGT, Social Democracia Sindical, Central Autônoma dos Trabalhadores e parte da Força Sindical); Força Sindical; CGTB (ligada ao antigo MR8, agora PPL); NCST (dirigida pela burocracia das federações e confederações do sindicalismo corporativo-estatal) e CSP Conlutas (que renunciou a se integrar a esse processo de cooptação estatal, se mantendo fora do registro legal e do acesso aos recursos financeiros estatais).

O arranjo social-liberal lulista, por fim, entra em crise definitiva, arrastando consigo o regime político da “nova república”, com a eclosão do poderoso levante juvenil popular conhecido como as Jornadas de Junho de 2013, que deram origem a um ciclo de lutas populares que abalaram, por vários meses, a ordem política e social vigente no país. Com algum atraso, o impacto da crise mundial de 2007-2008 se fez sentir em uma desaceleração forçada da economia; o modelo de consumo através do endividamento das famílias chegou ao esgotamento, e a precariedade dos serviços públicos, sobretudo dos transportes urbanos e da educação, chegou ao intolerável. Com o desencadeamento da Operação Lava Jato, a partir do início de 2014, a crise combinada do lulismo e do regime burguês vai se intensificar, culminando com o golpe palaciano de Temer, tentativa de conter a crise que não impede seu aprofundamento atual em uma desesperada fuga para a frente.

A força, o caráter massivo e a radicalidade das Jornadas de Junho não puderam compensar a falta de uma direção clara e um programa mais sistematizado. A força gigantesca por elas desprendida produziu um choque nas “placas tectônicas” da sociedade brasileira, que seguem vibrando ainda. No entanto, o resultado imediato foi modesto, uma vitória modesta: o recuo dos governos do país no tocante aos aumentos das tarifas do transporte público. A demonstração de firmeza, disposição de

luta e capacidade de vencer do povo mobilizado repercutiu na classe trabalhadora enquanto tal. Uma série de greves imensas e “selvagens” eclodiu. Educadores do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná; garis do Rio; metroviários de São Paulo; rodoviários de várias partes do país; dentre tantas outras categorias, se lançaram à luta motivados por uma confiança nova nas próprias forças. Muitas dessas greves foram definidas como “greves selvagens”, por expressarem uma base que atropelava sua direção sindical burocratizada e presa à rotina. Toda uma juventude trabalhadora despertou para a luta de classe e assumiu seus postos de combate no movimento operário e sindical. A massiva greve geral do dia 28/04 é uma forte demonstração dos efeitos ainda vivos do que se iniciou em 2013, ainda que o desmonte da mobilização pelas cúpulas burocráticas das grandes centrais tenha nos trazido a essa confusão atual. Certamente, os ataques tendem a seguir produzindo luta e mobilização. É a partir da energia dessa jovem geração de lutadores da classe trabalhadora e de sua experiência e disposição para atropelar as velhas direções do movimento sindical, que queremos ajudar a impulsionar esse novo processo de reorganização do sindicalismo classista no país.

### **3 - A necessidade de uma concepção revolucionária, classista e emancipatória de sindicalismo**

De tudo que foi dito, depreende-se claramente que, apesar da degeneração progressiva dos sindicatos e de seus vínculos cada vez mais estreitos com o Estado imperialista, o trabalho neles não só não perdeu sua importância, como é ainda maior para todo partido revolucionário. Trata-se essencialmente de lutar para ganhar influência sobre a classe operária. Toda organização, todo partido, toda fração que se permita ter uma posição ultimata com respeito aos sindicatos, o que implica voltar as costas à classe operária, somente por não estar de acordo com sua organização, está destinada a acabar. E é bom frisar que merece acabar” (Leon Trotsky - *Os sindicatos na época da decadência imperialista*).

Queremos ajudar a construir um processo renovador no movimento sindical brasileiro, mas não pensamos em “reinventar a roda”. Nossa pretensão é estarmos à altura de

dar continuidade ao que já possui uma história farta, nacional e internacionalmente. O sindicalismo classista é parte integrante do que há de mais essencial na história contemporânea mundial, e do que há de mais essencial na própria modernidade. Desde 1848, a classe trabalhadora vem ensaiando elevar-se ao nível de sua potencialidade, assumindo o controle da produção e do poder político em aliança com os demais setores populares e contra a burguesia. Não há nenhum ineditismo naquilo que propomos, ao contrário, queremos nos reconectar a uma trajetória histórica da qual somos herdeiros. Neste ano em que comemoramos os 100 anos da Revolução Russa, não podemos deixar de celebrar também os 100 anos da primeira greve geral deflagrada no Brasil, sob condições duríssimas. Reivindicamos essa história, como toda a história combativa do sindicalismo classista e revolucionário no mundo e em nosso país, incluindo o que se fez de melhor por aqui desde o final do século XIX até o movimento que inviabilizou a continuidade da ditadura militar, garantindo os direitos sociais na Constituição de 1988, que enfrentou o consenso neoliberal da patronal nos anos 90 e daquele que segue hoje a serviço dos interesses históricos da classe trabalhadora.

Afirmar um sindicalismo revolucionário, classista e emancipatório exige a capacidade de articular numa prática coerente e consequente, a organização e a luta das trabalhadoras e trabalhadores por suas reivindicações mais imediatas e pelos interesses históricos e gerais da classe: a superação socialista da ordem do capital. Exige também incorporar como sua a luta contra as formas de dominação e discriminação social reacionárias que se exercem contra as mulheres, a população negra e indígena e a comunidade LGBT. Não é possível falar em emancipação humana pelo socialismo, ignorando as opressões que historicamente se reproduzem no âmbito da sociedade capitalista. Isso significa que se trata de fazer a luta econômica de classe, sem perder de vista e levando em conta na prática, as outras dimensões dessa luta, nos planos político e ideológico. A luta de classe dos trabalhadores

é um fenômeno abrangente, que nasce na esfera imediata do trabalho e da economia, mas que se desdobra em todos os domínios da vida social. Fazer do sindicalismo um instrumento efetivo e consciente dessa luta exige que ele seja articulado, a partir de sua realidade específica, às iniciativas concretas da luta política e ideológica contra a burguesia, que se travam em outros planos.

Um sindicalismo que desarticula o momento econômico do momento político e ideológico da luta da classe trabalhadora não é propriamente revolucionário, por mais combativo que se manifeste, pois não dá conta de impulsionar a classe no sentido de realizar plenamente sua potencialidade histórica. É um sindicalismo que não vai além da resistência e do reivindicativo, ignora a necessidade de ser parte de uma alternativa de poder para a classe trabalhadora e os demais setores populares. É, portanto, um sindicalismo condenado a situar-se nos limites da ordem burguesa, livrando-a de seus excessos antissociais (ou ao menos tentando fazê-lo), na prática, sendo parte de sua reprodução. Há ainda o sindicalismo que, munido de uma intencionalidade classista, mas absorvido em um moralismo dogmático, julga bastar-se, enquanto tal, como meio de emancipação da classe trabalhadora. Esse sindicalismo recusa incorporar-se à luta política da classe ou, por outro lado, considera a luta sindical como ferramenta exclusiva de uma forma de luta política entendida como mera continuidade da luta econômica e se revela como uma farsa ou, na melhor das hipóteses, uma ilusão. É a insuficiência dos diferentes tipos de anarco sindicalismo ou autonomismo. Um sindicalismo efetivamente classista, por outro lado, incorpora-se plenamente, com seus meios e métodos próprios, à luta política e ideológica do proletariado. Não ignora os diferentes aspectos dessa luta e não se recusa a dar combate à burguesia em todas as esferas em que seja possível. Vai à greve, ao piquete, às marchas e às urnas com a mesma energia e a mesma disposição combativa e vontade de vencer. Reconhece que não se basta como forma de luta e se

articula com outros movimentos na frente da luta social, e na luta política, com a ferramenta partidária classista, indispensável para levar a luta dos trabalhadores ao terreno político e ideológico.

Os epígonos do sindicalismo queriam nos fazer crer que os sindicatos são suficientes por si mesmos. Isso, teoricamente, não quer dizer nada, mas na prática significa a dissolução da vanguarda revolucionária na retaguarda das massas, ou seja, nos sindicatos. Quanto mais amplas são as massas que se aglutinam nos sindicatos, estes cumprem melhor sua missão. Um partido proletário, pelo contrário, adquire prestígio somente se é ideologicamente homogêneo e está integrado com base na unidade de ação e organização. Pretender que os sindicatos são autossuficientes porque o proletariado haveria alcançado sua “maioridade” é simplesmente adular o proletariado. É dizer a ele que é o que não é e nem poderá ser sob o capitalismo, e manter no atraso e ignorância enormes massas de operários, permitindo apenas a uma vanguarda a possibilidade de superar as dificuldades e chegar a uma clara compreensão das tarefas do conjunto de sua classe” (Leon Trotsky - *Comunismo e sindicalismo*).

O movimento sindical, por si só, enquanto expressão imediata da organização dos trabalhadores para a luta por melhores condições salariais e de trabalho, está inserido nos marcos da ordem burguesa e no interior de sua lógica, que reduz o trabalho e o trabalhador à condição de mercadoria. A luta sindical das diferentes categorias de trabalhadores, tomada em sua manifestação imediata, é a luta pela valorização da força de trabalho, ou seja, não se coloca a tarefa de retirar o trabalho – e seu agente humano – da condição de mercadoria, mas apenas a de impedir sua desvalorização contínua no mercado. Isso significa que não é inevitável, ou uma “tendência natural”, que o sindicalismo desenvolva uma orientação revolucionária e classista, como movimento. Ao contrário, nos marcos da ordem burguesa, a pressão dominante que se exerce sobre os sindicatos é a que aponta para sua integração e incorporação aos limites dessa mesma ordem, possibilitando a eles, no melhor dos casos, operarem como um mecanismo de correção e ajuste das iniquidades mais escandalosas da exploração capitalista do trabalho assalariado. Essa pressão faz com que o movimento sindical, ao longo de sua história, tenha desenvolvido poderosas tendências conservadoras de adaptação à ordem do capital e

sua rotina. A superação dessas tendências depende da atuação organizada - no interior do movimento sindical - de uma militância revolucionária e socialista, capaz de disputar a condução da luta sindical em outra direção.

É apenas a partir da influência exercida no interior dos sindicatos por uma organização política revolucionária (ou frente de organizações) que se torna possível articular a luta pelas necessidades mais imediatas de cada categoria de trabalhadores com a luta pelos interesses e necessidades históricas da classe trabalhadora enquanto tal. A cada campanha, atividade, mobilização e enfrentamento do movimento sindical ele sofre a pressão dominante que busca enquadrá-lo ao que é funcional à ordem vigente. Sendo assim, é no cotidiano dos sindicatos que a organização/frente política revolucionária tem que ser capaz de fornecer orientações e construir processos de luta que ultrapassem o corporativismo estreito e apontem para o enfrentamento contra os interesses dos capitalistas como um todo. É no interior das organizações sindicais amplas de resistência da classe trabalhadora que a organização política revolucionária dos socialistas precisa estar enraizada. É a partir de sua movimentação e de suas lutas concretas que é possível educar os trabalhadores para a compreensão da necessidade e possibilidade de superação da ordem burguesa. É a partir da prática mais consequente, da iniciativa mais decisiva e das ideias mais corretas e claras que os revolucionários podem e devem chegar à direção dos sindicatos, juntamente com os setores mais avançados dos trabalhadores, contra a rotina conservadora dos dirigentes burocráticos e para a afirmação de um sindicalismo revolucionário e classista.

A social-democracia [marxista] dirige a luta da classe operária, não apenas para obter condições vantajosas na venda da força de trabalho, mas, também, pela abolição da ordem social, que obriga os não possuidores a se venderem aos ricos. A social-democracia representa a classe operária em suas relações não apenas com um determinado grupo de empregadores, mas com todas as classes da sociedade contemporânea, com o Estado como força política organizada. Consequentemente, portanto, os social-democratas não podem limitar-se à luta econômica, mas, também não podem admitir que a organização

das denúncias econômicas constitua sua atividade mais definida. Devemos empreender ativamente a educação política da classe operária, trabalhar para desenvolver sua consciência política (Lênin - *O que fazer?*).

Não é possível derrotar a dominação burguesa e avançar na superação do capitalismo senão através da luta revolucionária da classe trabalhadora, que é essencialmente uma luta política, pelo poder político. Não é possível para a classe trabalhadora afirmar o seu poder político de classe, submetendo a si os capitalistas, através das regras do jogo político estabelecido e controlado pela classe dominante em seu Estado. Da mesma forma, os trabalhadores não podem vencer ficando restritos ao âmbito da luta econômica imediata. É necessário ir além dessa dicotomia. É preciso que a classe trabalhadora conte com uma expressão política e partidária para articular os diferentes campos onde se travam os enfrentamentos com a burguesia em torno de uma estratégia política unitária, voltada ao exercício do poder da classe trabalhadora na sociedade. Essa organização partidária precisa explorar e disputar os espaços e brechas estabelecidas na legalidade da ordem burguesa para fazer avançar sua agitação, sua propaganda e sua afirmação de um projeto de poder e de sociedade organicamente vinculado aos interesses históricos do povo trabalhador. É preciso ir aos processos eleitorais e disputar os votos da massa contra os representantes políticos da classe dominante. É preciso utilizar a disputa nas urnas para dar densidade e unidade política às inquietações e aspirações populares. No entanto, não é possível superar a dominação burguesa por dentro de suas instituições e de suas regras, é preciso subvertê-las, revolucionar a ordem estabelecida a partir do exercício direto de poder pela massa trabalhadora, organizada e mobilizada politicamente a partir da base, a partir de seus locais de trabalho e moradia. Por essa razão, a organização política dos revolucionários socialistas precisa atuar dentro e fora do movimento sindical e popular, de modo articulado. Precisa combinar a luta nas eleições com a luta direta de massa, subordinando a primeira à segunda, que

é a decisiva em uma perspectiva revolucionária. Como lembra Trotsky em certo momento, “a luta pelo poder não pode ser dirigida apoiando-se meramente nos votos... Há que ter apoio nas fábricas, nas empresas, nos sindicatos e nos comitês de fábrica”. É disso que se trata em última análise.

Sob essa perspectiva revolucionária, o movimento sindical deve ser construído como uma “escola de socialismo” e suas lutas e greves como “escolas de guerra” da classe trabalhadora por sua emancipação, como enfatiza Lênin. O sindicalismo revolucionário, classista e emancipatório precisa se fundamentar na mais ampla e radical prática democrática. Os trabalhadores devem ser impulsionados a organizar assembleias, comitês e comissões nas bases, por locais de trabalho. As cúpulas e dirigentes sindicais precisam estar ao alcance do controle dos trabalhadores nas bases, que devem poder discutir abertamente todas as questões e chegar às suas conclusões sem restrições ou imposições de cima. À medida que os trabalhadores se acostumam a decidir por sua própria conta, coletivamente, os assuntos que lhes dizem respeito na esfera das relações de trabalho, no que se refere aos seus problemas concretos, ganham confiança em si mesmos e na sua capacidade de protagonismo coletivo. No que se refere às greves, longe da concepção burocrática de arranjos pelo alto, são os trabalhadores que devem assumir a condução de sua luta, a partir de comandos de greve democraticamente eleitos e responsáveis diante das bases. Assim, a experiência do conflito, da repressão patronal e policial, assim como das conquistas arrancadas na marra e das negociações impostas pela correlação de forças, educa os trabalhadores a respeito da essência da sociedade de classes, da dominação conjunta da classe patronal e de seu Estado, assim como a respeito da capacidade política de sua classe, quando decidida, organizada e consciente de sua ação.

A greve ensina os operários a compreenderem onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários, ensina a pensarem não só em seu patrão e em seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda

a classe capitalista e em toda a classe operária. Quando um patrão que acumulou milhões às custas do trabalho de várias gerações de operários não concede o mais modesto aumento de salário e inclusive tenta reduzi-lo ainda mais e, no caso de os operários oferecerem resistência, põe na rua milhares de famílias famintas, então os operários veem com clareza que toda a classe capitalista é inimiga de toda a classe operária e que os operários só podem confiar em si mesmos e em sua união. Acontece muitas vezes que um patrão procura enganar, a todo transe, os operários, apresentar-se diante deles como um benfeitor, encobrir a exploração de seus operários com uma dádiva insignificante qualquer, com qualquer promessa falaz. Cada greve sempre destrói de imediato este engano, mostrando aos operários que seu “benfeitor” é um lobo com pele de cordeiro (Lênin - *Sobre as greves*).

É preciso dizer que o obstáculo mais direto e imediato a um sindicalismo comprometido com a emancipação da classe trabalhadora é, ao lado da patronal e seus governantes, a burocracia sindical. Trata-se do setor dirigente dos aparatos sindicais que se autonomiza e separa das bases da classe, de suas exigências e necessidades, colocando-se acima delas, como uma casta contraposta àqueles de quem deveria ser a representação e a expressão. Nessa condição, a burocracia passa a se apropriar de privilégios de diferentes tipos, mas sobretudo materiais, resultantes do controle da máquina organizativa sindical e seus recursos financeiros, bem como também das relações espúrias mantidas com a patronal e o Estado. A condição privilegiada da burocracia depende integralmente da manipulação pelo alto do organismo sindical, bloqueando a possibilidade de que os trabalhadores assumam o controle da organização que é sua por direito. Nem a intransigência anti-sindical da burguesia mais reacionária, nem o controle dos trabalhadores sobre seus sindicatos: esse é o lema da burocracia sindical. Ainda que essencialmente corrompida e contrária aos interesses da classe trabalhadora, como tal, a burocracia precisa, no entanto, estar atenta às inquietações e movimentos das bases, em função do risco de se ver ultrapassada e derrotada politicamente pelas alas revolucionárias do sindicalismo, ou mesmo pela sublevação e revolta das bases sem direção definida. Tentar capitalizar e

controlar a dinâmica dos trabalhadores impedindo que ela assuma um sentido combativo, radicalizado e revolucionário que ponha em questão o poder burguês é a linha da burocracia nos momentos de intensificação da luta de classes. Aí está a essência de sua ambiguidade, como marca registrada, e a razão fundamental da necessidade de combatê-la sem tréguas e derrotá-la.

O fenômeno da burocratização tem suas raízes na própria situação contraditória que faz emergir o movimento sindical dos trabalhadores de dentro da ordem capitalista e sob a dominação burguesa. Como já apontado anteriormente, a pressão exercida pelos interesses dominantes na sociedade capitalista sobre o movimento dos trabalhadores, de modo a enquadrá-lo nos marcos da ordem, é enorme e preponderante, e é resultado da desigual concentração de recursos de poder constitutiva da própria dominação de classe. A burocracia é justamente o setor que realiza e expressa politicamente essa pressão no interior do movimento sindical. Sua origem e constituição se deve ao fato de que, sob o capitalismo, os trabalhadores se encontram submetidos à vigilância, ao controle e à repressão da patronal e do Estado. O custo da luta contra os patrões é muito elevado para os trabalhadores, sobretudo para os mais explorados, já que pode resultar em desemprego, miséria, indignância, prisão ou mesmo a morte, dependendo do momento e contexto. Dessa maneira, os trabalhadores em sua maioria não costumam se vincular à atividade e à luta sindical de modo permanente. Avessos ao aventureirismo pequeno-burguês, avaliam com muita cautela a possibilidade e a oportunidade de ação, quando então se lançam à luta de modo decidido e até o fim. Em geral, por isso, não são os setores majoritários e mais explorados da classe os que se mantêm envolvidos de modo permanente na atividade sindical. Ao contrário, são os setores menos submetidos às sanções e castigos da patronal que se agrupam de modo mais regular em torno do sindicalismo. O protagonismo desses setores mais acomodados, na ausência de pressões mais firmes e constantes de baixo para cima,

cria as condições para que a administração rotineira do aparato sindical, como fim em si, se imponha, permitindo a separação da burocracia do conjunto dos trabalhadores, para passar a se orientar pelo zelo por sua própria condição privilegiada.

No contexto do movimento sindical brasileiro, a burocratização pôde contar desde a criação do Ministério do Trabalho, na década de 30, com poderosos suportes institucionais do Estado. Em primeiro lugar, a repressão policial e patronal sistemática contra o povo trabalhador: odienta, racista e brutalmente violenta. Depois, os mecanismos de controle estatal dos sindicatos. A legislação sindical que fragmenta unidades e unifica fragmentos soltos, produzindo categorias oficiais sem substrato real, sem articulação viva, determinadas em sua estrutura pelo poder de Estado, que sempre exerceu a tutela em última instância de todo o sindicalismo oficial. Agora, sob a ofensiva espoliativa do capital, a tutela estatal corporativista tende a ser crescentemente substituída pela orientação de jogar os trabalhadores e o sindicalismo burocratizado aos tubarões da patronal e seu arbítrio. Com tutela repressiva e sem salvaguardas. Se é preciso exigir a mais plena independência dos sindicatos em relação ao Estado, mais ainda suas garantias legais contra a patronal. É preciso ter assegurados todos os direitos referentes à organização e atividade sindical no país, na lei e nos fatos. Mas é preciso atuar e dirigir no interior do sindicalismo brasileiro tal como existe, para transformá-lo.

De um modo geral, a velha burocracia do movimento sindical, e os partidos políticos “progressistas” aos quais se incorporam ou dirigem, tiveram seu destino atrelado ao dos regimes políticos burgueses dos quais se tornaram parte integrante e base de sustentação ativa, no Brasil e no mundo. Incorporadas à casta política apodrecida de um regime tornado impermeável às demandas mais elementares dos trabalhadores e setores populares, em função de sua captura pelo capital financeiro, essa burocracia – corrompida e aburguesada – é parte do velho que deve ser superado agora. Toda alternativa autêntica de poder

popular, com um sentido democrático radical e anticapitalista, só pode se desenvolver se for de modo independente e fazendo a crítica a essa burocracia, apontando seu esgotamento e falência e buscando superá-la politicamente. Essa burocracia opera como agente dos interesses da burguesia decadente nos marcos do movimento sindical. Quando não é capaz de paralisar e desorganizar completamente a classe, opera para manter sua organização e atividade nos limites das negociações de cúpula, do questionamento consentido e da reivindicação corporativista. Combatê-la e derrotá-la, no entanto, não é algo que podemos fazer apenas com a prática da denúncia ou com nosso auto isolamento sectário. Precisamos ser capazes de convocá-la à ação unitária contra os ataques do capital, sem nutrir ilusões a respeito de seu caráter colaboracionista com o inimigo de classe. É preciso disputar suas bases, não apenas com a política mais consequente e com a iniciativa mais decisiva, mas também com a maior atenção às suas necessidades imediatas, com mais capacidade de escutar e incorporar suas exigências, com a mais firme presença em seu cotidiano e em suas lutas.

Uma concepção revolucionária, classista e emancipatória impõe um sindicalismo que busca dar conta não apenas de impulsionar a organização e a luta dos trabalhadores a partir das bases e dos locais de trabalho, contra a burocracia e o fechamento dos aparatos nas questões corporativas, como também precisa levar em conta a fragmentação da classe trabalhadora e a precarização extrema da maioria dos trabalhadores assalariados do país. Entre os trabalhadores terceirizados, submetidos ao mais duro controle e exploração, a organização sindical é muito frágil. Nesse sentido, é preciso difundir a construção de mecanismos de organização sindical, por dentro ou por fora das estruturas formais, em meio a esse setor. Para estar em contato com as frações mais exploradas da classe trabalhadora é necessário levar o sindicalismo além da própria organização sindical, se associando às maiorias populares, mais fragmentadas e dispersas, em seu local de moradia, pela

compreensão da dimensão territorial urbana e metropolitana como espaço da luta de classe. Da mesma maneira, pressupõe o enfrentamento – dentro e fora do movimento sindical – contra as formas de opressão que o conservadorismo decadente da sociedade burguesa impõe contra as mulheres, a população negra e indígena, e a comunidade LGBT. Por fim, as lideranças sindicais revolucionárias precisam se afirmar como “tribun@s do povo”, aproveitando cada oportunidade para dialogar não apenas com sua base profissional, mas com o conjunto da classe trabalhadora e da sociedade, apresentando e expressando um projeto político e de sociedade classista e emancipatório.

Nesse momento, frente à avalanche de retrocessos que Temer vai enfiando goela abaixo do povo trabalhador, com a Reforma Trabalhista como ápice e a Reforma da Previdência, no horizonte, a tarefa que precisamos assumir é, em primeiro lugar, tomar parte ativa no reagrupamento do sindicalismo combativo e classista no país. Hoje, a CSP Conlutas é o espaço de articulação sindical que reúne muito do que há de mais avançado no movimento de classe dos trabalhadores brasileiros. Certamente precisa superar certos limites políticos e organizativos estreitos que seguem constituindo um obstáculo ao crescimento de sua influência no movimento sindical e de seu peso político na correlação de forças, no entanto, seguimos jogando nosso empenho tanto na construção da central como na luta pela superação de seus limites, defendendo a democracia operária como princípio e método, e seu papel ativo na reorganização da classe trabalhadora brasileira. Nesse sentido, lançamos a iniciativa da Plataforma Sindical Democrática e Anticapitalista como espaço de organização político sindical a serviço do processo de reagrupamento do sindicalismo classista, antiburocrático e combativo que o momento do país exige.

## É hora de fazer do PSOL uma alternativa

MES, Mandato Carlos Giannazi e Somos Viamão

Apresentamos nossa tese ao VI Congresso do PSOL num período de grave crise dos de cima, sua economia e seu regime político, enquanto os de baixo ainda não têm uma alternativa. Mais do que nunca, o PSOL pode construí-la. Com a falência da velha esquerda, nosso congresso precisa apontar uma orientação para intervir na luta política e social a serviço da recomposição da esquerda socialista. Devemos aprofundar nosso enraizamento social para enfrentar o ajuste dos capitalistas e a corrupção da casta, e também para superar a experiência do PT.

No debate sobre as eleições de 2018, é preciso reafirmar a cara própria do PSOL e resgatar os aspectos programáticos das Jornadas de Junho de 2013, da campanha de Luciana Genro em 2014, das Primaveras Cariocas de 2012 e 2016, das campanhas da juventude, da Primavera das Mulheres, das lutas da negritude e LGBTs. Para o PSOL contrapor-se aos candidatos dos velhos partidos burgueses, a Lula e a Bolsonaro, não podemos seguir sem candidato. Temos partido e temos um nome: Chico Alencar presidente!

Lutamos pela queda imediata de Temer, pela defesa de nossos direitos e pela derrota das “reformas”. Nos 100 anos da Revolução Russa, reafirmamos a necessidade histórica de uma sociedade justa e democrática. Temos no PSOL nossa ferramenta, uma alternativa para estes combates e pelo socialismo com liberdade.

### I – Em meio ao impasse mundial, construir alternativas democráticas, radicais e anticapitalistas

O capitalismo vive sua maior crise. A desigualdade, a pobreza e a concentração do capital aumentam em decorrência da contrarrevolução econômica – o ataque permanente aos direitos

dos trabalhadores, além da crescente espoliação e extrativismo de recursos naturais. O muro de Trump contra o México e o ataque aos refugiados na Europa são as expressões mais evidentes de um fenômeno mundial contra os povos oprimidos, imigrantes, negras/os, mulheres e LGBTs.

Por outro lado, a gestação de uma nova alternativa contra-hegemônica à dos capitalistas é lenta por conta do atraso na consciência das massas, da ausência de um modelo (desde a crise do “socialismo real”) e de uma direção. Esta é a desigualdade fundamental da situação mundial, que aqui chamamos de impasse. Temos, portanto, a tarefa de construir uma alternativa anticapitalista, apoiada nas mobilizações de massas como método fundamental para a conquista de mudanças estruturais, sem perder de vista a participação nos processos eleitorais. Lutamos por demandas econômicas, democráticas e anti-imperialistas contra os governos a serviço da oligarquia financeira e monopolista.

A dinâmica da crise está marcada por:

**1) Maior desordem mundial, provocada pela crescente perda de hegemonia dos EUA, o que torna a dominação mundial mais caótica.** O pós-guerra organizou uma ordem mundial por meio dos pactos entre os EUA e a URSS. Com a queda da burocracia estalinista em 1989, tal arranjo terminou. Restaurou-se o capitalismo nesses países, iniciou-se a globalização capitalista, ampliou-se a concentração de capitais e a financeirização econômica. A globalização trouxe consigo o deslocamento de grande parte da indústria para a Ásia (China, Índia, “Tigres”, etc.); a revolução tecnológica e nas comunicações; o salto na robotização; e a produção em rede. Tudo isso fragilizou a classe operária ocidental. Proclamava-se o “fim da história”, mas as contradições do capitalismo surgiram ainda mais fortes em 2007/2008.

A decadência americana facilitou o aparecimento de novos imperialismos ou protoimperialismos: a Rússia, na disputa

geopolítica do Leste e do Oriente Médio, e a China, centrada sobretudo na exportação de capitais à Ásia, África e América Latina. O tabuleiro geopolítico tornou-se mais caótico. Aumentam a concorrência econômica, os choques interimperialistas e a ameaça de conflitos bélicos, como demonstram a situação no Oriente Médio e no Pacífico. A crise permanente tem levado à divisão de países, à emergência de novos nacionalismos e a fenômenos retrógrados como o ISIS/Daesh. O isolamento de Trump no G20 sobre os acordos climáticos mostra outra fissura na hegemonia dos EUA e as divisões da burguesia internacional, enquanto o aquecimento global e o aumento do nível dos oceanos ameaçam povos de todo o mundo.

**2) A crise dos regimes bipartidários da burguesia,** na qual as eleições surpreendem os principais analistas e emergem fenômenos não previstos pelas pesquisas de opinião, como o “Brexit” e a vitória de Trump. A representação política torna-se instável e liquida a previsibilidade anterior, organizada pela alternância de partidos conservadores e socialdemocratas;

**3) Aumenta a busca pelos “extremos”.** Por um lado, surgem fenômenos de massa de uma nova esquerda, por fora dos aparatos socialdemocratas, que são parte da mobilização mundial em busca de democracia real. Por outro, alternativas de direita radical ganham peso de massas ao levantar bandeiras reacionárias, nacionalistas e anti-imigrantes. Diante da polarização nos extremos, em vários países, a burguesia busca sua “reciclagem” política por meio de um “novo centro” e novas figuras neoliberais;

**4) Na América Latina, chega ao fim o ciclo dos governos “progressistas”** (guardadas as diferenças entre eles), num processo que também se pode inscrever nos marcos mais amplos. É fundamental iniciar um novo ciclo de experiências da esquerda na região. Apesar da degeneração do governo de Maduro na

Venezuela (onde apoiamos a plataforma em defesa da democracia e a Marea Socialista), novos processos ganham força, como a Frente Ampla do Chile, o Movimento Novo Peru e o PSOL no Brasil. Ao mesmo tempo, não nos esqueçamos de que, na Bolívia, mantém-se a importante conquista do Estado Plurinacional.

Diante dessa situação, é preciso construir alternativas anticapitalistas e democráticas, oferecer uma saída à crise e estimular o movimento de massas, em diálogo com processos progressistas ainda “intermediários” que refletem o nível de consciência alcançado pelas massas neste período histórico. O movimento ao redor de Bernie Sanders nos Estados Unidos é um dos exemplos. Na Europa, a França Insubmissa de Jean-Luc Mélenchon quase alcançou Marine Le Pen. Na Inglaterra, Corbyn lidera as pesquisas pós-eleitorais com o desgaste de May. O Podemos e os projetos municipalistas da esquerda converteram-se na principal força de oposição espanhola. Apoiamos tais processos sem perder nossa estratégia socialista de mobilização revolucionária dos trabalhadores e do povo.

Contribuímos para a política internacionalista do PSOL desde a fundação do partido. Somos parte da luta para renovar a esquerda mundial no século XXI e temos como bases a referência anti-imperialista; o apoio à luta de povos oprimidos, como os palestinos e curdos; a ampliação de nossas relações com a esquerda internacional; e a luta contra Trump, expressa no mote “Por um mundo sem muros nem fronteiras” das faixas dos manifestantes em Hamburgo na reunião do G20. Já havíamos levantado essa palavra de ordem no acampamento internacional do Juntos em abril de 2017.

## II – Uma crise profunda no Brasil

Para contextualizar a situação nacional, é fundamental retornar às Jornadas de Junho de 2013, que marcaram o início do fim do ciclo político da Nova República. As reivindicações de mais

direitos e melhores serviços públicos e pelo fim da captura do Estado e das instituições pelas corporações capitalistas apontavam um caminho. Mas, para recompor o regime, o governo Dilma/Temer aprofundou seu aspecto repressivo com a lei antiterrorista e a minirreforma política para evitar o crescimento do PSOL.

Depois disso, Dilma venceu por margem apertada a eleição de 2014, com um discurso que imputava à oposição o ataque aos salários, o retorno à pobreza e o controle da política econômica pelos banqueiros. Só que, depois de eleita, ela escolheu Joaquim Levy para aplicar justamente as medidas que supostamente denunciava. Foi um ataque à sua própria base social e um aceno para burguesia com um profundo ajuste fiscal e “reformas”, como a da Previdência.

Com a continuidade da crise econômica e a inoperância do governo, a burguesia reagiu com um “simulacro” de Junho nas marchas de 2015/16. A direita tomou as ruas, canalizou o descontentamento da classe média com a crise e a corrupção para uma saída reacionária e criou as bases do golpe parlamentar que colocou Temer na presidência no nefasto dia 17 de abril de 2016. Logo, o novo governo apresentou seu plano: ajuste brutal contra o povo e “estancar a sangria” da Lava Jato. A ascensão de Temer concretizou o programa “Ponte para o Futuro”, com o qual o PMDB e seus aliados seduziram o capital com a imposição do teto de gastos públicos e as “reformas” da Previdência e trabalhista.

A recessão aprofundou-se: em 2015 e 2016, o PIB despencou 7,2%. A crise social aumentou em larga escala. São 14 milhões de desempregados, 61 milhões de endividados e o maior número de inadimplentes da história. A ampliação da violência urbana afeta, sobretudo, os mais pobres e a juventude negra nas periferias das grandes cidades.

A burguesia aposta, como saída para a crise, no aumento da produtividade pela superexploração do trabalho e compressão salarial. Apontam nesta direção a aprovação da terceirização irrestrita do trabalho e a reforma trabalhista. A “negociação”

entre patrões e sindicatos decidirá o que antes estava inscrito na CLT. Parcelamento de férias, flexibilização e aumento das jornadas, precarização dos contratos para legalizar variedades de trabalho temporário e “intermitente”, entre outros retrocessos, são a demonstração de que Temer e o Congresso entregam à burguesia os direitos do povo em troca de sua sobrevivência política e jurídica. Além disso, o governo aposta na privatização da infraestrutura, no aprofundamento do extrativismo – com a venda de terras para estrangeiros e a revisão das demarcações de terras indígenas, além da flexibilização do código da mineração e a abertura total do setor para o capital externo mesmo após a devastação ambiental criminosa promovida pela Samarco.

A crise também se agrava nos Estados e municípios. O Rio de Janeiro, pilhado pela quadrilha de Cunha, Cabral e Pezão, é o maior exemplo de como a crise pode afetar o povo: chocou o país a cena de servidores estaduais fazendo fila para receber cestas básicas. O Rio, que foi a vitrine da política lulista de unidade com o PMDB, hoje é o exemplo de seu fracasso. É também no Rio onde o PSOL tem mais força e mostra que é possível construir uma alternativa à esquerda com seus militantes e figuras públicas como Marcelo Freixo, os deputados Chico Alencar, Jean Wyllys e Glauber Braga.

Junho de 2013 colocou ainda em evidência a importância das lutas democráticas. A Primavera das Mulheres demonstrou a força de sua luta por direitos e antecedeu a poderosa reação nas ruas e redes sociais contra a cultura do estupro. É crescente a afirmação do movimento negro, de sua identidade e cultura e do repúdio ao preconceito e ao genocídio da juventude negra nas periferias.

A maioria da classe trabalhadora no Brasil é negra e o PSOL deve contribuir para que se desenvolva um movimento negro no contexto de um programa anticapitalista. Também há maior visibilidade para a luta da comunidade LGBT por respeito, pelo direito de se amar e de se identificar livremente e contra as trágicas manifestações LGBTfóbicas ainda muito presentes.

Essas lutas têm papel fundamental ao lado da defesa dos direitos do povo. Elas não são um fim em si mesmas, mas parte de um todo: a luta dos explorados. Em particular, das/os trabalhadoras/es que, em definitivo, são as vítimas da exploração e quem pode levar até o fim a luta contra o capitalismo. Uma estratégia revolucionária precisa libertar mulheres e homens completamente de toda forma de opressão: a capitalista e aquelas que esta instrumentaliza.

### **III – Unir as lutas contra a corrupção e o ajuste para derrubar Temer e as reformas**

A burguesia derrubou Dilma aproveitando-se da sua impopularidade e das denúncias de corrupção reveladas pela Lava Jato. O impeachment converteu-se num golpe parlamentar, com o cinismo daqueles que diziam ser contra a corrupção, mas conduziram ao poder um vice-presidente totalmente comprometido com os mesmos esquemas. Com governadores e parlamentares denunciados, o PSDB apoiou Temer para aplicar uma política de retirada de direitos sociais ainda mais dura, que transfere aos trabalhadores o custo da crise gerada pelos ricos.

Apesar de dificuldades estruturais como o desemprego e a falta de ação dos setores mais importantes do proletariado, não tardou para que o movimento de massas ampliasse a resistência. A greve geral do dia 28 de abril foi histórica – na esteira das marchas das mulheres de 8 de março e da paralisação do 15 de março – e reforçou a disposição de luta da classe trabalhadora contra as reformas. A marcha a Brasília em 24 de maio com mais de 100 mil presentes, derrotou a repressão com a ação de setores da vanguarda e do sindicalismo combativo da CSP-Conlutas e mostrou ao país que a batalha ainda está em curso.

As investigações da Lava Jato avançaram com a ação de Rodrigo Janot. As gravações de Joesley Batista colocaram Temer contra as cordas e feriram de morte Aécio Neves. A combinação

de resistência crescente nas ruas e avanço das investigações paralisou o andamento da reforma da Previdência no Congresso. A continuidade das mobilizações da classe trabalhadora e do povo contra as reformas poderia derrotar os ataques no Congresso e derrubar o governo Temer, fortemente comprometido pela delação da JBS e pela mala de R\$ 500 mil de Rocha Loures.

Mas o ponto de inflexão da conjuntura que traria a hipótese da queda iminente de Temer e da complicação dos planos de ajuste da burguesia foi o julgamento, no TSE, da chapa Dilma/Temer. Sob a batuta de Gilmar Mendes, os advogados do PT e do PMDB agiram em comum em defesa da chapa, o que abriu espaço para uma trégua no movimento social e novo fôlego para corruptos como Aécio e Geddel.

A ação de desmonte da greve geral de 30 de junho pela Força Sindical e UGT por um lado, e de desmobilização pela CUT, por outro, tiraram a pressão sobre o governo e facilitaram a aprovação da reforma trabalhista pelo Senado em 11 de julho. Lula cumpriu um papel nefasto. Evitou manifestar-se em defesa da luta contra a reforma trabalhista e saiu em defesa de Temer contra a denúncia de Janot, ao afirmar que “são necessárias provas das acusações contra o Presidente da República”. As castas se uniram – nesse caso, também a cúpula do PT – para construir um acordo que “estanque a sangria”.

O PSOL deve tomar com força as lutas unitárias pela derrubada de Temer e por eleições gerais, assim como luta por uma nova greve geral. É fundamental e urgente que o partido se consolide como alternativa à esquerda e assumo o papel de protagonista na luta pelos direitos dos trabalhadores, no combate às reformas e no enfrentamento contra um regime político que apodrece aos olhos do povo.

#### **IV – Construir uma nova alternativa combativa e democrática para os de baixo**

Com a decadência do lulismo, nossa tarefa é buscar os caminhos e lutar pela hegemonia na esquerda brasileira. Devemos disputar inclusive os setores que já estiveram com o PT, mas que, diante das traições do governo petista, não podem organizar um polo alternativo e renovado sem romper com o lulismo.

No auge da popularidade de Lula, em 2003, os setores que fundaram o PSOL entraram em choque direto com o governo para abrir um novo caminho. Alguns da esquerda disseram que era cedo, que o lulismo e o PT eram fortes demais e um novo partido seria inviável. Fundamos o PSOL, que se afirmou, recebeu novas adesões e hoje é um agente determinante na recomposição da esquerda.

Durante a luta contra o impeachment, o PSOL não conseguiu aparecer com uma política independente. A defesa pura e simples do “fica Dilma”, sem conectar a luta contra o impeachment à batalha por eleições gerais e em apoio à continuidade das investigações da Lava Jato, deixou o PSOL por demais colado a um governo que estava envolvido em corrupção, havia traído seu próprio programa e já colocava em andamento o ajuste e as reformas que seriam aprofundadas com Temer. Novamente, um setor da esquerda buscou uma lógica para defender o lulismo, baseada na alegação de que a direita o atacava – a mesma direita que antes o sustentava. Alguns chegaram a dizer que eleições gerais seriam um golpe, pois havia que se respeitar a Constituição, mas logo em seguida passaram a defender novas eleições contra Temer.

A verdade é que Dilma havia perdido legitimidade para seguir no governo no momento em que rompeu com seu próprio programa e nomeou Joaquim Levy para aplicar o ajuste fiscal. Falar apenas contra o impeachment era insuficiente para impedir a manobra que se converteu em golpe parlamentar. Era um caminho de derrota, de confusão entre o PSOL e a cúpula petista. Portanto, defender eleições gerais e apoiar a luta contra a corrupção seria a única forma de disputar os setores médios, que estavam sendo

levados pela direita, e impedir que nos confundissem com o governo, ao qual sempre fizemos oposição.

Nosso balanço é que o PT adaptou-se ao Estado, desenvolveu uma relação orgânica com a burguesia e moldou-se a seus interesses e a seu modo de fazer política. Isto fica claro também nas relações pessoais estabelecidas pelo próprio Lula com os empreiteiros e, fundamentalmente, na política econômica apoiada na aliança do Estado com o grande capital privado. As grandes empreiteiras ganharam bilhões e se tornaram verdadeiras usinas de acumulação e corrupção. Nenhuma mudança estrutural foi sequer tentada.

Foram 13 anos de precárias concessões ao povo, a maioria delas resultado das lutas sociais, mas que, sem mudanças estruturais, tiveram seus efeitos dizimados pela crise. O saldo é muita decepção, crescimento do apoliticismo e fenômenos mórbidos, como os espaços abertos para a ala conservadora dos políticos evangélicos e a linha dura vociferada por Bolsonaro.

Politicamente, entendemos que a candidatura de Lula deve ter direito de se apresentar. Seria totalmente antidemocrático cassar este direito quando Aécio é senador, Temer é presidente da República, Eunício é presidente do Senado e Maia é o possível sucessor de Temer. Nossa condenação a Lula é política. As evidências de que Lula se transformou num agente das empreiteiras corruptas estão escancaradas.

Sem sectarismo, definimos que um novo ciclo político não pode se consolidar sem superar a direção petista, responsável pela organização das principais derrotas da classe. Isso não quer dizer negar unidade de ação, blocos, iniciativas comuns. A greve geral do dia 28 de abril foi um exemplo bem-sucedido de unidade de ação. Atuamos de modo independente, mas todas as centrais golpearam juntas, assim como fizeram PSOL, PCdoB, PT, PSTU e PCB. Em Porto Alegre, temos mais do que unidade de ação. Fizemos um bloco parlamentar comum entre PSOL e PT. Mas, neste bloco, temos total independência. E disputamos a

hegemonia da oposição. O que não se pode é ser subordinado, é não disputar hegemonia.

Para ganhar hegemonia na sociedade, nossos desafios são construir as condições de unidade da classe trabalhadora e atrair a maioria das classes médias. Ambos estão distantes de serem resolvidos. Esta é a dificuldade da situação nacional. Construir a unidade de setores majoritários da classe trabalhadora e atrair uma parte importante das classes médias exige a derrota da estratégia de conciliação de classes instaurada pelo lulismo e a superação do PT como projeto político, por um lado, além da capitalização de uma parte da luta contra a corrupção, expressada pela Lava Jato, por outro.

É preciso ter política para os setores da classe trabalhadora que apoiam o lulismo e os que estão com a Lava Jato, assim como para setores médios que acompanham uma ou outra linha, não aceitando a polarização entre uns e outros. Qual o inimigo comum do povo trabalhador e dos setores médios? A casta política. Qual o inimigo estratégico, aliado da casta política? Os grandes capitalistas.

Nesse sentido, devemos explorar, por um lado, a crise do lulismo – que tira da velha direção do movimento de massas a capacidade de condução dos setores explorados e oprimidos. Por outro, a divisão interburguesa e no interior das próprias instituições do regime, que impede a burguesia de oferecer uma saída clara e uniforme e leva à emergência de alas que, para se fortalecer, apoiam medidas de interesse às perspectivas da classe trabalhadora.

É preciso descolar a esquerda coerente de Lula, que já se lançou candidato, e reafirmar o caminho da independência de classe. É inaceitável subordinar a luta contra Temer e por uma saída democrática para a crise política à defesa de Lula. É preciso construir um polo alternativo para as lutas e também para 2018, com um programa de enfrentamento ao ajuste, democrático e radical. A necessária unidade e diálogo com setores de esquerda,

partidários ou não, deve se dar com base nesse perfil e nesse programa. Precisamos unificar forças com MTST, sindicalismo combativo, PCB, PSTU, UP, PPL, intelectuais de esquerda, entre outros movimentos.

## V – O caráter do programa

A estratégia delineada no programa fundacional do PSOL está mais atual do que nunca. Nosso programa é um programa de transição ao socialismo, no qual as necessidades mais imediatas do povo ganham um sentido de ruptura, pois só podem ser conquistadas a partir da organização independente da classe trabalhadora com o apoio das classes médias. Nosso programa não se realiza como resultado exclusivo de um processo eleitoral. Ele demanda uma política de mobilização permanente, o acirramento da luta de classes e a auto-organização do povo.

Para debater a atualização programática, o que nos organiza como eixo imediato é a luta pelo Fora Temer e suas reformas. O acúmulo programático teve um importante avanço na campanha de 2014, encabeçada por Luciana Genro. É uma boa base para continuar. O programa deve oferecer um diagnóstico da crise e mostrar um caminho alternativo à rendição neoliberal e à pilhagem do Estado pelas grandes corporações capitalistas.

Contra o deserto do “teto” e do ajuste fiscal, devemos propor a revogação imediata das reformas ilegítimas de Temer e um plano de emergência para colocar o orçamento nacional a serviço dos interesses populares, com centro na luta contra a concentração de riqueza e renda, fruto das injustiças de nosso sistema tributário. O Brasil não tributa o rendimento de lucros e dividendos, a maior parte da renda dos extremamente ricos do país.

A crise é também da Nova República, um regime governado por uma casta minoritária a serviço das grandes corporações, que declarou uma guerra a pobres, trabalhadoras/es, negras/os e mulheres, que são a maioria do povo. Não basta apenas

uma reforma política: é necessária a mobilização popular por uma Assembleia Popular Constituinte: novas instituições, com outra forma e funcionamento, para desenvolver uma “revolução política” contra o velho regime e seus partidos, carentes de qualquer confiança.

O apoio à continuidade da operação Lava Jato e ao mecanismo da delação premiada, que desnudam as relações entre políticos e grandes empresas, é fundamental na luta contra a corrupção. Isto não significa ignorar suas arbitrariedades, como ocorreu na condução coercitiva de Lula ou em prisões preventivas espetaculosas. Tais práticas, porém, não são específicas dessa operação. O caso Rafael Braga, jovem negro e preso político de Junho, é ilustrativo da tragédia cotidiana do sistema penal e prisional do Brasil, que há muito tempo vive um verdadeiro Estado de exceção, embora muitos só tenham percebido agora.

Devemos apresentar, também, medidas como a cassação dos corruptos e o confisco de seus bens; a revogabilidade dos mandatos; o controle público sobre obras e o orçamento dos governos. Não basta prender empresários corruptos: é preciso expropriar as empresas envolvidas nos escândalos de corrupção, como a Odebrecht e a JBS.

Propomos uma agenda inicial para discussão de um programa de emergência para enfrentar a crise:

**1) Por Emprego e salário! Outra política econômica, anulação das reformas antipopulares e da lei de terceirização** – Fim do teto de gastos; reversão das reformas e privatizações; combate ao rentismo; auditoria da dívida pública e suspensão dos pagamentos de juros; aumento de verbas para saúde e educação; redução da taxa de juros; plano imediato de combate ao desemprego; aumento dos salários e diminuição da jornada de trabalho sem diminuição salarial; novo pacto federativo e revisão das dívidas de Estados e municípios; por um novo modelo para o BNDES.

**2) Revolução tributária com taxaço das grandes fortunas, dividendos e fim das isenções fiscais ao grande capital** – Imposto sobre grandes fortunas; aumento do imposto sobre herança; fim da “dedução de juros sobre capital próprio”; fim da isenção de IR para lucros e dividendos; revisão da Lei Kandir; restabelecimento da alíquota de 30% da CSLL sobre o setor financeiro; fim da isenção de IR sobre ganhos de estrangeiros com a dívida interna; correção da tabela do IR; fim da DRU; reformulação do Imposto Territorial Rural; desoneração da cesta básica; taxaço de veículos de luxo (jatinhos, iates); fim das desonerações como a da contribuição previdenciária patronal.

**3) Contra o velho regime, por uma nova política** – Assembleia popular constituinte; novas instituições; revogabilidade dos mandatos; revogação da lei Cunha e não à cláusula de barreira.

**4) Expropriação sob controle público das empresas envolvidas em escândalos de corrupção como Odebrecht e JBS.**

**5) Moradia e terra para quem precisa** – Reformas urbana e agrária; apoio às cooperativas, produção livre de agrotóxicos; apoio às formulações dos movimentos como MST e ecologistas.

**6) Contra o machismo e a LGBTfobia** – Por mais direitos às mulheres e LGBTs; legalização do aborto e criminalização da LGBTfobia.

**7) Contra o racismo e o genocídio da população negra na periferia** – Liberdade para Rafael Braga; todo apoio à emancipação do povo negro e à autodeterminação do povo indígena.

**8) Por uma nova política democrática de segurança pública** – Reforma do sistema penal e carcerário; legalização das drogas e

fim da criminalização da juventude.

**9) Reforma do sistema judiciário e fim das indicações políticas para os tribunais superiores.**

**10) Fim dos oligopólios da mídia: democratização dos meios de comunicação.**

## VI – Por um novo curso para o PSOL

Nosso partido precisa tirar conclusões coletivas de sua trajetória. Alcançamos bons resultados eleitorais em 2016, quando disputamos o segundo turno no Rio de Janeiro, em Sorocaba e Belém. Ampliamos nossa bancada de vereadores, elegemos as mais votadas em Porto Alegre, Niterói, Belo Horizonte e Belém. Nossa Bancada Feminista mostra que o PSOL avança na afirmação de parlamentares e dirigentes mulheres. A influência partidária na juventude cresceu. O partido tem influência de massas no Rio. Recebemos importantes incorporações, como a Esquerda Marxista, e, mais recentemente, o diálogo com o MAIS.

Por outro lado, existem muitas dificuldades, sobretudo na construção de um partido de caráter militante, como parte de uma esquerda renovada à altura dos desafios do século XXI e de um Brasil cada vez mais complexo. Como equacionar nosso peso social/eleitoral e as insuficiências do atual projeto da direção majoritária?

O novo curso deve partir de uma **separação nítida** com o lulismo – a polêmica das “frescuras” mostrou que o próprio Lula ajudou evidenciá-la, algo que setores da US teimam em não ver. Apostamos nossas fichas numa reorganização da esquerda muito superior ao PSOL, mas precisamos construir um caminho no qual o partido seja proponente de uma alternativa. Nesse caso, começar já a apresentar-se para 2018, com cara própria, como levantamos desde o primeiro semestre.

Precisamos ter **um partido de caráter militante**, um operador vivo das lutas sociais, não apenas espectador. A direção da US não coloca no centro da política partidária a presença nas lutas e greves gerais ao contrário da maior parte da militância do PSOL e como, por exemplo, fazemos modestamente no RS, onde o Partido, com seus mandatos, quadros e figuras públicas, foi protagonista das greves e marchas, sendo inclusive alvo de interdito proibitório junto com sindicatos, durante a última greve geral, por sua característica de participar dos piquetes.

Um **partido vivo**, com mais plenárias e participação, que aprofunde seu funcionamento cotidiano e aproveite as novas ferramentas de comunicação para envolver a militância e os filiados, como as experiências internacionais (Podemos, Sanders, etc.) mostram ser possível. Algumas experiências, como a da “Bancada Ativista” de SP, também apontam nesta direção. É preciso avançar na linha de setoriais unitárias para debater e aplicar a linha partidária, com o necessário peso para as mulheres, negras e negros, LGBTs, juventude, ecossocialistas, entre tantas necessidades que temos.

Um partido **democrático**, também atento aos problemas internos, como as mais recentes filiações em massa em Macapá, onde a prefeitura não é mais do PSOL e sequer foi feita aliança formal, mas onde os números de filiados são discrepantes com a média nacional e de lugares nos quais o partido tem muito mais força e inserção.

Um partido **enraizado**, com capacidade de dialogar de forma aberta com as trabalhadoras, as juventudes, as periferias, a simbologia popular e os sentimentos religiosos. A experiência da Rede Emancipa em seus 10 anos de história é um bom exemplo que deve ser apoiado, entre as várias iniciativas que diferentes setores partidários vêm fazendo no diálogo com as comunidades.

A militância do PSOL, nesse VI Congresso, deve lutar para construir o PSOL como uma alternativa. Mais do que uma necessidade, trata-se de uma possibilidade. Este é o nosso combate!